

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação de Mestrado

“Os sem-terra voltaram, os sem-terra voltaram...”: uma análise sobre a história e as trajetórias dos movimentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul (1960-1980)

Tiago Perinazzo Cassol

Pelotas, 2020.

Tiago Perinazzo Cassol

“Os sem-terra voltaram, os sem-terra voltaram...”: uma análise sobre a história e as trajetórias dos movimentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul (1960-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Alessandra Gasparotto

Pelotas, 2020.

Ficha catalográfica

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C343s Cassol, Tiago Perinazzo

"Os sem-terra voltaram, os sem-terra voltaram..." : uma análise sobre a história e as trajetórias dos Movimentos de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul (1960-1980) / Tiago Perinazzo Cassol ; Alessandra Gasparotto, orientador. — Pelotas, 2020.

225 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Reforma agrária. 2. Memória. 3. Lutas por terra. 4. MST. 5. Sem-terra. I. Gasparotto, Alessandra, orient. II. Título.

CDD : 333.3

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Tiago Perinazzo Cassol

“Os sem-terra voltaram, os sem-terra voltaram...”: uma análise sobre a história e as trajetórias dos movimentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul (1960-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História.

Data da defesa: 07/08/2020

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Alessandra Gasparotto (Orientadora) - UFPEL

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Lorena Almeida Gill - UFPEL

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^a. Marluza Marques Harres - UNISINOS

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Leonilde Sérvolo de Medeiros - UFRRJ

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas

Agradecimentos

Quero agradecer a todos e todas que de alguma maneira fazem parte da minha vida, que compartilham comigo sonhos e esperanças em um mundo mais justo e igualitário, que se indignam com as falácias de uma sociedade que mantém-se pela profunda desigualdade social como norma, que naturaliza opressões e individualiza os problemas.

Algumas pessoas, porém, devem aqui ser nomeadas, portanto, agradeço imensamente:

À minha companheira Débora, por compartilhar amor e cobertor, pela solidariedade dividida, pela paciência e pelo sorriso, e a nossa filha Dora Maria, que tem nos ensinado a sermos mais humanos. Amo muito vocês!

À minha família, pai (Helio), mãe (Inácia), minha irmã (Rafaela) e meu irmão (Abel) por apoiarem minhas escolhas e atitudes, mas principalmente pelo exemplo que representam em minha vida. Meu muito obrigado, com amor!

À professora Alessandra (Sana), obrigado pela dedicação, pelo esforço e pelo exemplo de comprometimento que emprega no compartilhar conhecimento, não apenas em relação à presente dissertação, mas em todos os demais momentos e espaços a que se dedica. Muito desta pesquisa foi possível por insistência e apoios seus.

Ao grupo do projeto de pesquisa “Mobilizações e movimentos sociais agrários, repressão e resistências do pré-1964 à ditadura civil-militar: as trajetórias do MASTER no RS e das Ligas Camponesas em PE” (Edital Memórias Brasileiras: conflitos sociais / CAPES) que tive o prazer de participar e que auxiliou muito na escrita da presente pesquisa. Meu muito obrigado para a equipe de Pelotas, em especial aos colegas/camaradas Bárbara e Darlan pelas trocas, pela ajuda e discussões coletivas.

À UFPEL e seus trabalhadores e trabalhadoras professores e professoras, servidores e servidoras, funcionários e funcionárias e estudantes por, mais uma vez, contribuírem na minha formação humana e acadêmica. Viva a educação pública!

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do RS, pelos ensinamentos, pela rebeldia e resistência, em especial, um muito obrigado a Cátia e ao Vanderlei, grandes camaradas. Venceremos!

Um homem, uma mulher, uma bandeira

[...]

“Eles rondam o arame

das cercas

alumiados pelas fogueiras dos acampamentos.

Eles rondam o muro das leis

e ataram no peito

uma bomba que pulsa:

o sonho da terra livre.

No país das sombras e terras cercadas

Quando um homem, uma mulher e uma bandeira,

um grupo de homens, mulheres e crianças e algumas

bandeiras,

milhares de homens e mulheres e a multidão de sonhos e

bandeiras

dispersos na atormentada geografia da esperança,

naquelas horas de sombras indefiníveis,

quando já não distinguimos se ainda é noite,

se já é madrugada,

concentram toda a força desse primitivo impulso de justiça

que nos alimenta o sangue,

toda a força do sonho em suas mãos,

toda a força da sua classe em suas mãos,

o alicate morde o fio

e o arame estala como a corda de um violino

e a cerca vem abaixo: eles dão adeus à inocência.

Sabem com todo o corpo que tomaram o céu de assalto:

e o céu era apenas um pedaço de terra ociosa...

[...]

É verdade que quando ocupam um edifício público ou

derrubam a cerca de um latifúndio, não cai com ela o

Estado brasileiro. Mas é verdade também que, a cada vez

que caem cercas, somos obrigados a olhar o tamanho das

desigualdades. O tamanho da opulência e da miséria, o

tamanho da fartura e da fome. A bandeira no acampamento,

na ocupação, na marcha é sinal de que ali caíram cercas,

caíram medos. É invenção de liberdade, sinal de

contradição: convoca. Lança o desafio de enfrentar com

radicalidade uma história de injustiças radicais.

Eles, somos nós, os que não nos rendemos
ao cerco do cinismo e sonhamos:
um país sem cercas sobre a terra e sobre o peito.
Sem medos: um país de terra livre, de homens e mulheres
livres e iguais
porque diferentes na alegria, na festa e na fartura.
“- Este é o nosso país, essa é a nossa bandeira!”
Hamilton Pereira, 2003.

Resumo

CASSOL, Tiago Perinazzo. **“Os *sem-terra* voltaram, os *sem-terra* voltaram...”**: uma análise sobre a história e as trajetórias dos movimentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul (1960-1980)

A presente pesquisa buscou abordar as histórias e trajetórias dos movimentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1960 e 1980 a partir da análise das mobilizações por reforma agrária empreendidas pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER) nos primeiros anos de 1960, principalmente durante a gestão de Leonel Brizola (PTB). Procurou-se discutir acerca da história dessas lutas, dos formatos das mobilizações e reivindicações efetuadas e da memória de seus participantes, com o objetivo de compreender as suas motivações, as suas bandeiras e os aspectos empregados. A partir disso, investigou-se a retomada dessas lutas em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, episódios que deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), explorando possíveis continuidades e descontinuidades entre tais lutas e momentos históricos, através da análise das memórias de seus participantes e da trajetória inicial do movimento.

Palavras-chave: reforma agrária; MASTER; memória; MST; lutas por terra; sem-terra.

Abstract

The present research aims to address the histories and trajectories of the struggle for land movements in Rio Grande do Sul between the 1960s and the 1980s. From the analysis of the mobilizations for land reform undertaken by the Movement of Landless Farmers of Rio Grande do Sul (MASTER) in the early 1960s, mainly during Leonel Brizola government, it seeks to discuss the history of these struggles, the characteristics of the mobilizations, the demands and the memory of its participants, in order to understand their motivations, their flags and the aspects employed. Based on this, the resumption of these struggles in the late 1970s and early 1980s was investigated, once such episodes gave rise to the Landless Rural Workers Movement (MST). The present study approaches this experiences, exploring possible continuities and discontinuities between such struggles and historical moments, through the analysis of the memories of its participants and the initial trajectory of the movement.

Keywords: land reform; MASTER; memory; MST; land struggles; landless.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APERS - Arquivo Público do Rio Grande do Sul
BH - Belo Horizonte
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEMAPA - Comando Mecanizado de Apoio a Agricultura
CETH - Comissão Estadual de Terras e Habitação
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
FAG - Frente Agrária Gaúcha
FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEE - Fundação Economia e Estatística
IGRA - Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPM - Inquérito Policial Militar
MASTER - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Rio Grande do Sul
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PDS - Partido Democrático Social
PE - Pernambuco
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PRADE - Programa de Projetos Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social
PRONERA - Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
PRP - Partido de Representação Popular
PSD - Partido Social Democrático
PSP - Partido Social-Progressista
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
RS - Rio Grande do Sul

SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SUPRA - Superintendência de Política Agrária

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

Introdução	13
1. Capítulo I: Os anos 1960 e a organização camponesa	41
1.1 João Goulart e a Reforma Agrária	41
1.2 O governo de Leonel Brizola (1959-1962) e a questão agrária	46
1.3 Os trabalhadores rurais e a “luta pela concretização de seus justos interesses e direitos”	54
1.4 Os Acampamentos	70
1.5 A repressão e o Governo Meneghetti	84
2. Capítulo II: As trajetórias e as memórias das lutas pela terra nos anos 1960	91
2.1 O surgimento do Master	94
2.1.2 O fantasma comunista versus a necessidade da terra	126
2.2 <i>“Essas histórias assim ó, elas migram de acampamento de sem terra pra acampamento de sem terras, entende?”</i>	144
3. Capítulo III: “Os Sem Terra voltaram, os Sem Terra voltaram...”: A retomada das lutas pela terra a partir do final dos anos 1970	158
3.1 O período ditatorial e a questão agrária	163
3.2 “Até quando a violência? 1985 vai ser diferente...”	176
3.3 “Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá”: A experiência organizativa da Encruzilhada Natalino.	196
3.4 <i>“[...] eu não consigo me ver como indivíduo morando num canto separado, sozinho, como um camponês normal”</i> – Trajetórias de vida forjadas nas lutas pela terra	206
3.4.1 A memória familiar como exemplo, a luta enquanto processo	207
Considerações Finais	217
Referências Bibliográficas	214

Introdução

Provocações

A primeira provocação ele aguentou calado. Na verdade, gritou e esperneou. Mas todos os bebês fazem assim, mesmo os que nascem em maternidade, ajudados por especialistas. E não como ele, numa toca, aparado só pelo chão.

A segunda provocação foi a alimentação que lhe deram, depois do leite da mãe. Uma porcaria. Não reclamou porque não era disso.

Outra provocação foi perder metade dos seus dez irmãos, por doença e falta de atendimento. Não gostou nada daquilo. Mas ficou firme. Era de boa paz.

Foram lhe provocando por toda a vida.

Não pode ir a escola porque tinha que ajudar na roça. Tudo bem, gostava da roça. Mas aí lhe tiraram a roça.

Na cidade, para onde teve que ir com a família, era provocação de tudo que era lado. Resistiu a todas. Morar em barraco. Depois perder o barraco, que estava onde não podia estar. Ir para um barraco pior. Ficou firme.

Queria um emprego, só conseguiu um subemprego. Queria casar, conseguiu uma submulher. Tiveram subfilhos. Subnutridos. Para conseguir ajuda, só entrando em fila. E a ajuda não ajudava.

Estavam lhe provocando.

Gostava da roça. O negócio dele era a roça. Queria voltar pra roça.

Ouvira falar de uma tal reforma agrária. Não sabia bem o que era. Parece que a ideia era lhe dar uma terrinha. Se não era outra provocação, era uma boa.

Terra era o que não faltava.

Passou anos ouvindo falar em reforma agrária. Em voltar à terra. Em ter a terra que nunca tivera. Amanhã. No próximo ano. No próximo governo. Concluiu que era provocação. Mais uma.

Finalmente ouviu dizer que desta vez a reforma agrária vinha mesmo. Para valer. Garantida. Se animou. Se mobilizou. Pegou a enxada e foi brigar pelo que pudesse conseguir. Estava disposto a aceitar qualquer coisa. Só não estava mais disposto a aceitar provocação. Aí ouviu que a reforma agrária não era bem assim. Talvez amanhã. Talvez no próximo ano...Então protestou.

Na décima milésima provocação, reagiu. E ouviu espantado, as pessoas dizerem, horrorizadas com ele:

A presença de aspectos relacionados ao campo brasileiro tem se confundido, em parte, com a minha trajetória pessoal. Embora membro de uma segunda geração que acabou por abandonar o campo, por ter nascido e me criado em uma cidade pequena, mas com profunda vinculação econômica com a agricultura, ao menos nesse momento de infância o ambiente e a paisagem rural estiveram bastante presentes, seja na liberdade em brincar ou nas visitas na antiga propriedade de meus avós, das quais me recordo do seu belo pomar de árvores frutíferas. Também me recordo de assistir na televisão, anos depois, as grandes marchas, conflitos e ocupações empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul em fins da década de 1990 até a metade dos anos 2000. Foram momentos importantes na luta pela terra no estado e as informações eram acessadas pela chamada grande imprensa, que se preocupava mais em condenar e incriminar as ações de milhares de trabalhadores sem-terra, como de praxe, ao invés de, minimamente, explicá-las. Da minha parte, as explicações eram dadas principalmente pela minha mãe, que me alertava sobre o direito que as pessoas oprimidas têm de lutar e se fazer ouvir.

Quando mais tarde tive a oportunidade de cursar a graduação em História Licenciatura, a partir de 2007, na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) - embora não tenha optado por este campo de pesquisa, tive a oportunidade de vivenciar outros aspectos da vida acadêmica voltados para o engajamento político estudantil. No ano de 2011 tomei conhecimento de um estágio de vivências em áreas de Movimentos Sociais Camponeses, coordenado por organizações estudantis e movimentos sociais, em que participei e tive a chance de conhecer e conviver em assentamentos da reforma agrária. Desde então, a partir desse processo de inserção em um movimento de juventude, que possui ligações com os Movimentos Camponeses no estado (Levante Popular da Juventude), iniciei uma trajetória que acabou por me inserir em um processo de trabalho e militância dentro do próprio MST do Rio Grande do Sul. Muito embora se tratando de uma tarefa político-pedagógica - coordenação e acompanhamento de um curso superior vinculado ao Movimento - pude participar de Encontros, Congressos, mobilizações, ocupações,

¹ VERÍSSIMO, Luiz Fernando. *Crônica Provocações*, 2008.

marchas, etc. Tudo isso, embora aqui o relato seja breve, foi fazendo com que a busca por um aprofundamento histórico desses processos, desse *jeito* de ser, orgulhosamente expressos pelos militantes como o “ser sem-terra”, suscitou em mim a necessidade de voltar a estudar, de retornar a pesquisar a partir da tentativa - efetivada - em cursar a pós-graduação. Essas experiências, em parte, estão nas linhas da pesquisa que aqui se desenvolve. Minha trajetória no MST seguiu, mas foi interrompida com outra nobre possibilidade, a sala de aula. Além disso, a possibilidade de ter sido membro e bolsista, por um ano, do Projeto de Pesquisa “Mobilizações e movimentos sociais agrários, repressão e resistências do pré-1964 à ditadura civil-militar: as trajetórias do MASTER no RS e das Ligas Camponesas em PE” (Edital Memórias Brasileiras: conflitos sociais / CAPES) contribuiu de maneira significativa na minha formação enquanto pesquisador, na análise e debate das fontes, no convívio com outros/as pesquisadores, na organização de Encontros e Seminários, mas principalmente, por ter tido a oportunidade de me envolver em uma iniciativa coletiva de pesquisa.

Atualmente, como professor de História da rede básica municipal, pude perceber outras questões relacionadas ao mundo rural, dentre as quais, principalmente, a pouca visibilidade dada aos trabalhadores rurais e suas lutas e mobilizações no decorrer de nossa história. A sua quase completa ausência dos materiais didáticos. Essa ausência nos conteúdos programáticos fazem parecer às crianças e adolescentes que nosso país quase sempre conviveu muito bem com estas questões, afinal o “agro é pop”. Além disso, quando a história das populações rurais está presente, sobretudo durante os primeiros anos da República, estas lutas estão atreladas a questões místicas, messiânicas, reduzindo, em muitos casos, seus participantes enquanto simples fanáticos.

Estas são questões pessoais que me levaram a pesquisar sobre o tema aqui exposto. Em um primeiro momento, compreender como a luta por reforma agrária, por um outro modelo de produção para o campo brasileiro foi sendo discutido e disputado pelos trabalhadores rurais; depois, a necessidade de se produzir estudos e pesquisas que auxiliem na visibilidade destas lutas como forma de reconhecimento a essas populações. Outras são problemáticas, que espero que a presente dissertação auxilie neste sentido, relativas à própria configuração dos trabalhadores rurais e camponeses como um sujeito político em nosso país: suas

formas de mobilização, suas bandeiras de lutas e suas memórias dos acontecimentos vividos.

A luta pela terra no Brasil, país de extensão continental, persiste desde há muito tempo. Nosso país, ainda hoje, se caracteriza por ser um país com imensas desigualdades sociais e econômicas, também presentes em relação à utilização e distribuição da terra, expressas no intenso processo de concentração fundiária.² No Brasil, a “acentuada disparidade social [...] (que) perpassa a sua dimensão continental: o quinto maior país do mundo, tanto em território quanto em população, a nona maior economia e uma das sociedades mais desiguais do planeta” (CARTER, 2010, p. 36), teve sua constituição enquanto nação marcada por questões referentes ao mundo rural.³ Com a consolidação do agronegócio, ancorado em grandes propriedades de terra como modelo agrícola hegemônico, que, se por um lado proporcionou algum melhoramento nas condições de trabalho, renda salarial e cultural para um pequeno número de atores, para muitos agricultores este modelo significou a marginalização e a expulsão de suas terras e locais de moradia. No meio dessa trama histórica, inúmeras formas de resistência e luta nesse processo se desenvolveram. Os diferentes povos habitantes do campo lutaram e ainda hoje resistem para defender seus territórios e para implantar um modelo de agricultura que leve em conta sua cultura e seus *jeitos*.

O conto de Luiz Fernando Veríssimo, que abre a presente pesquisa, resume, em parte, as centenas de milhares de trajetórias de vida dos trabalhadores rurais no Brasil, suas condições de existência precárias, suas dificuldades de reprodução no meio rural, a dificuldade em relação à vida na cidade, impostas pela expulsão de seus locais de moradia e, sobretudo, a sempre presente acusação de “violência” a que são submetidos, quando de qualquer processo de contestação e organização. No Brasil, o início da década de 1960 foi um destes momentos em que a

² Disponível em <http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/estudo-mostra-concentracao-de-terras-no-brasil-expressao-maxima-da-desigualdade-social.html> acesso em 06/05/2019.

³ Seja através do genocídio indígena, do período colonial e suas sesmarias e escravidão africana, seja com a posterior colonização europeia e as novas formas políticas implementadas: império, república, ditadura e democracia política, seguimos mantendo uma profunda desigualdade social e, sobretudo, rural.

organização dos camponeses⁴ gerou expectativas, sonhos, lutas e mobilizações, de um lado, e acusações de comunismo, agitação, violência e ameaça à ordem, de outro, demonstrando, definitivamente, que o problema agrário não poderia mais ser ignorado. Estas disputas, que de certa forma explodiram nesta década, são fruto de um período relativo de democracia política no país (1946-1964), mas, principalmente, por um trabalho de organização política do campesinato brasileiro, realizado em diferentes regiões do Brasil, por diferentes atores sociais, que inseriram os trabalhadores rurais como força social dentro do espectro político brasileiro. Somado a isso, as mudanças na “distribuição espacial da população brasileira” ocorridas a partir de 1940, deram início a um longo e intenso processo de expulsão dos trabalhadores rurais de seus locais de moradia, conforme apontado por Palmeira (1989):

Nos últimos quarenta anos, o perfil da distribuição espacial da população brasileira sofreu profunda alteração. Entre 1940 e 1980, inverteram-se os percentuais das populações rural e urbana, a primeira caindo de aproximadamente 70% da população total para cerca de 30%, enquanto a segunda aumentava de 30% para 70%. (PALMEIRA, 1989, p. 88)

Os anos tratam-se de um momento em que aos camponeses, grosso modo, estavam presentes duas possibilidades: sujeitarem-se a este processo ou tornarem-se sujeitos do processo. Os trabalhadores rurais, portanto, “queriam maior segurança e dignidade da agricultura” e passaram a impor, através de suas mobilizações, suas exigências. De outro lado, “os fazendeiros queriam mais lucros e soberania; o governo federal, mais ganhos com o mercado internacional e menos pressão no custo de vida urbana com cesta barata”, sendo que cada um destes

⁴ “Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado. Camponeses são aquelas famílias que, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos - suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família - mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação” (Costa, 2000, pp. 116-130 APUD CARVALHO E COSTA, 2012). Há uma grande discussão a respeito do uso do termo camponês e seus usos na atualidade. Ver mais em: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol. 52 supl. 1 Brasília, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002 acesso em 28/07/2020.

grupos “pressionava a terra e uns aos outros para chegar aos seus objetivos”. (WELCH, 2010, p. 30)

A organização política dos camponeses foi intensamente disputada entre os setores organizados da sociedade, pois a partir do momento em que fortaleceram sua organização política, passaram a ser vistos como fundamentais para as disputas políticas nacionais. Segundo aponta CASTELANO (2015, p. 6):

Os anos 1960 marcam, ainda, a disputa pela hegemonia na condução das organizações camponesas entre a Igreja, o PCB e o trabalhismo. À medida que o PCB foi perdendo influência sobre os trabalhadores do campo, aumentou a presença da Igreja nesses movimentos.

Neste sentido, este momento tornou-se um dos poucos em nossa história nos quais os trabalhadores rurais foram vistos como atores políticos centrais, tornando, inclusive, bastante presente suas pautas no cenário político brasileiro. Esta é uma das abordagens a que se propôs a pesquisa em questão: investigar como foram realizadas as mobilizações camponesas, suas singularidades e sujeitos, além de suas memórias, no Rio Grande do Sul durante os anos de 1960-1964.

Portanto, pretendeu-se analisar este período da história brasileira em que essas disputas se acirraram e, a partir disso, constituíram-se em formas organizadas de luta por terra. Um período no qual o debate acerca dos problemas do campo e a sua consequente reforma agrária estavam na pauta do dia e no horizonte político do nosso país.

Vale salientar que um conceito de forma agrária não foi adotado apenas por trabalhadores rurais, suas organizações ou representantes políticos, ela foi disputada, defendida e debatida também pelas classes dominantes rurais, suas associações e lideranças políticas, inserindo-se, ademais, nas pautas conservadoras e reacionárias desses setores. No Rio Grande do Sul essa disputa ganhou impulso a partir da eleição de Leonel Brizola (1959-1962) para governador do estado e o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, o MASTER, em 1960.

O MASTER conciliou a luta institucional com a mobilização dos camponeses sem-terra, pequenos produtores e assalariados rurais, e teve grande importância por ter aprimorado práticas e modos de se fazer a luta pela terra. Conforme apontado por Córdula Eckert:

O Movimento dos Agricultores Sem Terra, ampliado posteriormente para Movimento dos Agricultores Sem Terra, Pequenos e Médios Proprietários, surgiu em 1960, no Rio Grande do Sul, a partir da tentativa de um proprietário de terras de retomar uma área de 1.800 hectares situada em Faxinal, município de Encruzilhada do Sul, que há 50 anos estava em poder de 300 famílias de posseiros. (ECKERT, 1984)

A partir daquele momento, o movimento se desenvolveu e adquiriu importantes características políticas e formas de lutar por terra:

O MASTER foi se institucionalizando e ganhando visibilidade, com a criação de associações, mobilizações e ocupações de terra em várias regiões do estado. Foram organizados vários acampamentos, especialmente no início de 1962, com destaque para as ocupações da Fazenda Sarandi (no município de Sarandi) e do Banhado do Colégio (Camaquã), desapropriadas por Brizola. (ECKERT, 1984).

Uma das ações mais conhecidas empreendidas pelos camponeses e que estava vinculada ao MASTER foi o acampamento e ocupação da Fazenda Sarandi,⁵ no ano de 1962. Essa área e região, localizada ao norte do Rio Grande do Sul, tornar-se-á um marco na luta pela terra no Brasil, pois acolheu conflitos em relação à luta pela terra que se estenderam durante várias décadas, até os primeiros anos do século XXI. Tal marco se evidencia pelos conflitos ocorridos ao final de 1979, com a retomada dos acampamentos de sem-terra na região, com a ocupação das glebas de Macali e Brilhante, também em Ronda Alta/RS - hoje município, mas à época, localidade de Sarandi; em 1985, com a ocupação da fazenda Annoni, na mesma região e, já no ano de 2004, com a ocupação da fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul/RS, região próxima à Ronda Alta.⁶ Ambos

⁵ “Em 1962, os sem-terra começaram a organização de acampamentos. Esta era uma singularidade do MASTER, que ao se aproximar das cercas do latifúndio, tornava-se uma ameaça concreta. Estes trabalhadores não estavam resistindo para não sair da terra, como era o caso dos foreiros das Ligas Camponesas. Eles estavam pelejando para entrar na terra. Foram vários acampamentos. Um grande acampamento foi montado em Sarandi, em uma fazenda com o mesmo nome do município, na região Noroeste do estado”. (FERNANDES, 1999. p. 23)

⁶ “A Fazenda Sarandi se tornou emblemática na questão da luta pela terra no RS pelas invasões ocorridas por sem-terra, desapropriações, reapropriações, conflitos entre camponeses e latifundiários, esses com o Estado, camponeses com o Estado, camponeses com camponeses em acampamentos

momentos históricos vão gestar, através desses embates, movimentos de trabalhadores rurais sem-terra: MASTER e MST.

Neste sentido, outra abordagem presente neste trabalho foi a de buscar aproximações entre as experiências levadas a cabo pelo MASTER, no início da década de 1960, e pelo nascente MST, a partir da década de 1980, procurando avaliar a experiência e as memórias acerca dessas lutas, examinando continuidades e rupturas, investigando estratégias e práticas através das ações políticas de tais movimentos.

No que se refere ao MASTER, com o término da gestão de Leonel Brizola (1959-1962) e a chegada de Ildo Meneghetti ao governo do estado (1962-1966), este passou a sofrer forte repressão, que, por fim, após o golpe de 1964, inviabilizou o seu prosseguimento, a exemplo do ocorrido com outros movimentos de luta por terra do período. De acordo com GASPAROTTO (2019), as mobilizações camponesas foram reprimidas pela administração do Governador Ildo Meneghetti (PSD) com inúmeros registros de camponeses ameaçados, ferramentas apreendidas e acampamentos cercados pela Brigada Militar. A repressão se ampliou após o golpe, pois, ainda em abril de 1964, a sede do MASTER foi arrombada e seus líderes passaram a ser perseguidos.

Porém, nos fins da década de 1970, ainda durante a ditadura civil-militar, ressurgiu a luta organizada dos camponeses e camponesas pelo acesso a terra. E esse ressurgimento, no Rio Grande do Sul, ocorreu, justamente, na região onde nas décadas anteriores ocorreram acampamentos e mobilizações do MASTER: a região norte do Rio Grande do Sul.

A mesma Fazenda Sarandi reapareceu como cenário central da luta por terra no estado, sendo que suas áreas, mais uma vez, abrigaram as mobilizações e reivindicações dos trabalhadores rurais sem-terra. Com as lutas do MASTER, parte

e invasões variadas. Proprietários absenteístas, fragmentações da mesma entre membros da família proprietária nas primeiras décadas do século XX (família Mailhos – uruguaios latifundiários e industriais do fumo no referido país), arrendamentos, exploração da madeira (dentre as maiores madeireiras estão a lochpe S.A. e a Macali), plantação de trigo e soja por grandes granjeiros (dentre eles Ari Dalmolin e Lin Yen Sun), aquisições de áreas expressivas como a da família Anoni com mais de 16.000 ha, etc, dão a tônica de um processo de lutas e envolvimento políticos e sociais que, ainda, não está resolvido no seu todo.” (RUCKERT APUD CARINI e TEDESCO, 2007).

da área foi desapropriada pelo governo, porém, outras glebas outrora pertencentes à fazenda Sarandi, passaram a ser reivindicadas e ocupadas pelos camponeses a partir do final desta década. É justamente esta retomada das lutas por terra que vão dar lugar, posteriormente, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), até hoje um dos principais movimentos de luta por reforma agrária em nosso país.

A partir da análise destes acontecimentos, buscou-se problematizar as seguintes questões: Havia bandeiras de luta comum? Quais tipos de práticas de resistência e mobilização podemos atribuir a tais movimentos? Qual a forma de reivindicar a terra? O que rememoram as pessoas que participaram destes processos, mobilizações e movimentos em ambos os períodos históricos? Através dessas indagações, procurou-se compreender essas lutas enquanto um processo histórico de maior fôlego.

Em relação à memória dessas lutas, foi utilizada a metodologia de História Oral temática, onde “o diálogo gira em torno de um tema (o da pesquisa)” (GILL E SILVA, 2016, p. 114). Deste modo, não foi aprofundada a reflexão sobre a história de vida dos depoentes. Pretendeu-se também, a partir da realização de entrevistas com camponeses e camponesas que participaram destes momentos de luta, e objetivando problematizar e compreender suas memórias acerca das disputas por terra e a sua participação política, investigar a respeito das motivações daqueles sujeitos; ou seja, por que se mobilizaram? Quais as memórias daqueles camponeses entre os diferentes períodos históricos (1960 – 1980)? Houve influências e aproximações entre tais experiências?

Com ênfase na memória, portanto, vamos analisar como os fatos históricos são narrados e interpretados por quem os vivenciou, por quem os construiu ativamente e ainda vive para rememorá-los. Nesse sentido, a lembrança torna-se uma presentificação do passado, sendo que “não só o que foi dito e feito é reconstruído, mas também o que foi sonhado, o que foi desejado e ficou reprimido” (MAGALHÃES, NUNES, PAIVA-CHAVE, 1997, APUD SAUER e SARAIVA, p. 29). Portanto a (re)construção da memória “democratiza” a história, a torna mais plural, “onde cada pessoa pode ver sua experiência de vida registrada como algo importante e como parte da história” (SAUER E SARAIVA, 2015). As discussões

teóricas e metodológicas que se referem à questão da memória serão melhor discutidas no Capítulo II, que trata dessas entrevistas e narrativas.

A utilização da História Oral nos permitiu acessar a trajetória desses personagens que, cotidianamente e, principalmente, historicamente, nos passam despercebidos. Como foram os processos históricos e o que pensam os sujeitos que dele participaram? A História Oral pode ser, ao mesmo tempo, “*método* de investigação científica, [...] *fonte* de pesquisa, ou ainda [...] *técnica* de produção e de tratamentos gravados” (ALBERTI, 2005, p.17). Assim, ela nos possibilita amplas e multidisciplinares abordagens, essenciais para a escrita da história, através de depoimentos de pessoas que deles participaram e/ou testemunharam.

A partir da História Oral pudemos registrar memórias dessas pessoas. Dessa forma, buscamos, através da pesquisa, combater a “invisibilidade” em relação a suas lutas, reconstruir memórias e identidades, “disputá-las” (POLLAK, 1992), visto que a história dos camponeses e camponesas em nosso país está relegada ao esquecimento. Nesse sentido:

presentificar a memória camponesa diz respeito à reparação de desejos, anseios e intenções de homens e mulheres em relação ao direito à terra e à dignidade humana, brutalmente “retirados” da história, como se não tivessem importância ou não deveriam existir (SAUER E SARAIVA, 2015, p. 30).

A história da luta pela terra no do Rio Grande do Sul, embora amplamente documentada, a nosso ver, carece de trabalhos cujo centro esteja nos sujeitos que levaram essa luta adiante, afinal, movimentos e mobilizações são feitos de pessoas. Para nós, isto é fundamental, pois além de auxiliar na abordagem e no entendimento de momentos passados, contribuem, no presente, para o combate a um modelo de agricultura hegemônico centrado não em pessoas e sim em metas e números, pois quando escutamos e nos voltamos ao passado, aprimoramos os embates do presente. Estes sujeitos são entendidos neste trabalho como parte de uma classe, compreendida conforme a acepção de Thompson (1977), enquanto uma “categoria histórica”, derivada “de processos sociais através do tempo”, isto é,

uma classe que se constituiu através das inúmeras experiências desenvolvidas em relação à luta pela terra.

Passaremos a analisar algumas das produções relacionadas à temática das lutas por terra no Rio Grande do Sul nas décadas de 1960 e 1980, pois, a nosso ver, é fundamental que o leitor tenha contato com tais trabalhos conforme se debruça na leitura da dissertação. Estas pesquisas foram utilizadas e problematizadas durante o desenvolvimento do presente trabalho.

A produção acadêmica tem analisado o surgimento e a atuação de ambos os movimentos de luta pela terra, o MASTER e o MST. Estudos acerca deste tema não são, obviamente, uma novidade. Os primeiros trabalhos são datados nos anos 1980, desenvolvidos em um momento de saída do período ditatorial, de redemocratização do país e acompanhados do retorno das mobilizações por direitos, inclusive das lutas camponesas no estado, que influenciaram, certamente, sua escrita. Essas importantes pesquisas devem ser analisadas a partir de alguns limites impostos pela própria conjuntura na qual foram produzidos. Trata-se de estudos desenvolvidos ainda durante o período ditatorial e, neste sentido, muitas coisas não puderam ser ditas e/ou analisadas, tornando compreensível, dessa forma, algumas lacunas em suas análises. Essas obras se preocuparam mais com a análise da “luta em si” desses sujeitos, das reivindicações, dos porquês da luta dos camponeses sem-terra, assim como suas relações com o Estado e a sociedade (bandeiras e ações).

Trabalhos mais atuais preocuparam-se em aprofundar a análise em relação ao MASTER a partir da política agrária do então governador Leonel Brizola (1959 – 1962) e as suas relações com as mobilizações camponesas. Entre outros aspectos, puseram em dúvida a real capacidade organizativa do MASTER, tratando-o em alguns momentos como um “prolongamento” dessas políticas governamentais. Enfim, passemos para a análise de tais trabalhos.

Em dissertação de mestrado intitulada *Uma Estratégia Camponesa de Conquista da Terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*, do ano de 1983, Ivaldo Gehlen analisou “duas experiências de Reforma Agrária” realizadas na Fazenda Sarandi, uma nos anos 1960 e outra no final dos anos 1970. A partir disso, mais

focado nos processos de luta do final dos anos 1970, o autor propõe a relação da luta camponesa na região com o Estado, as práticas adotadas pelos camponeses ao longo dessas duas décadas e as relações políticas construídas.

Caracterizado como um “estudo de caso”, sendo “privilegiado como método principal o conhecido como observação participante” (p.7), Gehlen trabalhou com importantes fontes para sua análise, como documentos da imprensa local e nacional, mapas da fazenda com a datação e os locais das “invasões”, documentos (cartas; comunicados, etc) produzidos pelos próprios colonos e, embora tenha realizado “mais de 15 horas de gravação de entrevistas semiestruturadas com história de vida e a obtenção de informações, interpretação e avaliação da estratégia adotada pelos “Colonos de Nonoai”, e com técnicos que atuaram com os colonos” (p. 10), há pouca referência a essas gravações ao longo da obra, com algumas citações e transcrições. A pouca utilização destes materiais coletados através de entrevistas pode ser percebida como consequência do ainda incipiente uso da história oral enquanto fonte de pesquisa na academia brasileira, consolidando-se somente a partir da década seguinte, além do próprio momento político no qual foram coletados (ditadura), conforme apontado acima.

No que diz respeito ao MASTER, é colocado como marco de seu “nascimento”, com “inspiração nas Ligas Camponesas”, o episódio em Encruzilhada do Sul, com a fundação da primeira “Associação dos Agricultores Sem Terra”, em maio de 1960. Sua motivação teria sido a “sublevação de 600 posseiros que se negaram a cumprir a ordem judicial de despejo na ilha de Faxinal, no mesmo município”, sob a liderança do prefeito de Encruzilhada, Milton Serres Rodrigues (p.82). Como contraponto a atuação do MASTER, o autor dá maior ênfase ao trabalho de organização de camponeses articulado pela Igreja Católica, através da Frente Agrária Gaúcha (FAG):⁷

⁷ “A FAG, após ser constituída, parte para uma ação decisiva a fim de organizar os camponeses gaúchos em sindicatos, na maioria dos municípios do Rio Grande do Sul. [...] entre 1963 a 1977, organizou 224 sindicatos no Estado [...] O combate aberto e declarado aos grupos de esquerda [...] foi uma das características da práxis conservadora da FAG.” (Ver mais em: BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais**. Editora Eduel, 2009, pp. 141-142).

Esse combate ao comunismo que, segundo os bispos ameaçava a pátria, principalmente depois do sucesso da Revolução Cubana, expressava-se concretamente, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo combate ao MASTER, como estratégia ideológica de manter o domínio e controle sobre os pequenos produtores rurais e os sem-terra. (GEHLEN, 1983, p.85).

A análise mais específica a respeito do MASTER será a partir da ocupação e mobilização em torno da Fazenda Sarandi, em janeiro de 1962. A partir disso, Gehlen situa o movimento dos camponeses sem-terra do período como fruto das estratégias do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do governador Brizola, sendo que, ao final do trabalho e comparando os movimentos por terra dos anos 1960 com a retomada das mobilizações das décadas seguintes, aponta diferenças:

diferença qualitativa [...]. Aqueles [1960] eram resultado de uma conjuntura política do tipo “populista” que por dar apoio a este tipo de mobilização não exigia uma organização própria, direcionada pelos sem-terra e como respostas a seus interesses de classe [...] Já os movimentos do final de [19]70 e início dos [19]80, embora usando as mesmas estratégias de acampamentos e invasões [...], embasaram-se em organizações próprias, contando com o apoio de entidades civis e alguns sindicatos. Esses, além de não terem o apoio do Estado, sofreram repressão oficial [...] (GEHLEN, 1983, pp 136-137).

O autor não problematiza essa “diferença qualitativa”, embora se contradiga, pois atribui ao “desaparecimento” do MASTER justamente a repressão acometida pelo próprio Estado, “desarticulado” através da “prisão de seus dirigentes”. Portanto e apesar de tratar-se de um trabalho pioneiro em relação à abordagem ao MASTER (mesmo não sendo o objetivo principal da obra), há limites na análise de Gehlen, principalmente porque intui a importância do MASTER somente a partir do episódio na Fazenda Sarandi, carecendo de uma análise mais ampla relativa à atuação do movimento.

A também dissertação de mestrado intitulada *Movimento dos Agricultores Sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*, de 1984, de Córdula Eckert, produz a principal análise em relação ao MASTER e que serviu de base para os estudos posteriores. Através do aprofundamento das questões vinculadas a tal movimento,

são destacados sua constituição e os seus marcos de nascimento, assim como suas principais bandeiras e ações. Utilizando-se da análise de jornais da época e de documentos produzidos pelo próprio movimento, e também de entrevistas de História Oral com algumas lideranças da luta pela terra do período, seu principal “[...] objetivo [é] analisar o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), organizado no Rio Grande do Sul entre 1960 e 1964, que mobilizou mais de 100 mil camponeses em mais de 100 associações civis” (p.16).

Dividida em seis capítulos, a dissertação discute a década de 1950 e os motivos de o campesinato não possuir uma participação política ativa, passando pelo surgimento da categoria sem-terra e a consequente criação e desenvolvimento do MASTER, seus objetivos, estatutos e atividades iniciais. Tratando de inseri-lo em um contexto de luta pela terra que, no período de sua atuação, era nacional, a autora também faz referência da retomada das lutas camponesas no Rio Grande do Sul ao final dos anos 1980, expressando, dessa forma, que essas lutas estariam ligadas, através da experiência adquirida pelos camponeses nesses diferentes períodos históricos. Nesse sentido:

O MASTER destaca-se não apenas por ter privilegiado a luta pela terra, mas também pela sua organização. Como primeiro movimento com essa característica no Rio Grande do Sul, vinculou-se às demais forças camponesas, que então se organizaram por todo o Brasil, encaminhando-se na direção do rompimento da exclusão política a que secularmente esteve submetido o campesinato brasileiro. [...] esses movimentos acrescentaram experiências importantes em termos de forma de luta, experiências estas que foram incorporadas pelo campesinato e que inclusive são repetidas. Uma dessas são os acampamentos que, a partir de janeiro de 1962, passaram a ser característica principal do MASTER, e que passados 16 anos novamente surgiram no cenário estadual, com o acampamento de Sarandi. (ECKERT, 1984, p.17)

A autora não aprofunda essa relação entre esses diferentes períodos históricos, pois tal estudo não é seu objetivo. Porém, nos deixa importante contribuição para pensarmos essas relações, principalmente a partir da caracterização do MASTER e sua atuação, a que se propõe.

A história do MASTER é periodizada em três fases: 1º período de junho de 1960, data da criação do movimento, até janeiro de 1962, quando iniciaram os acampamentos; 2º período de janeiro de 1962 a janeiro de 1963, onde a postura política do movimento assumiu expressões mais radicais e os acampamentos tornaram-se sua principal tática política, assim como outros tipos de mobilizações, até o término do mandato de Brizola e o aumento da repressão; 3º período de janeiro de 1963 a março de 1964, quando, com o golpe, “esse movimento tem suas atividades encerradas”. Dando maior ênfase ao ano de 1962 e a multiplicação das mobilizações e acampamentos por terra no Estado, Eckert relaciona o desenvolvimento do MASTER com a política agrária posta em prática pelo governo Brizola, expressando os pontos em comum (reivindicações, relações políticas, defesa da “democratização da terra”, por exemplo), mas também apontando as divergências entre a administração do estado e as lutas dos camponeses, sobretudo em relação aos acampamentos e mobilizações.

Apresentando as diversas associações de agricultores sem-terra que surgiram ao longo dessa década no estado (essas associações, sustenta a autora, teriam vínculo estreito com o MASTER) e inclusive nomeando-as, nos torna possível apreender a dimensão que tais mobilizações assumiram e a capacidade dos camponeses em levá-las adiante.

É fundamental a importância dada às Associações de trabalhadores rurais sem-terra no período. Porém o trabalho carece de maiores informações a respeito de seu funcionamento, a relação entre essas associações e a direção e atuação do MASTER no Estado, assim como o trabalho político realizado com os camponeses através desses instrumentos. Quem compunha essas associações? De que forma e com quais objetivos eram criadas? Quem delas fazia parte também estava inserido no MASTER? Qual sua estrutura organizativa? Essas são problematizações pertinentes que não são aprofundadas. Em nossa pesquisa, procuramos abordar essas questões.

Por fim, Eckert trata das mudanças ocorridas durante a gestão de Ildo Meneghetti, a repressão ao Movimento e a situação das áreas que foram objeto de desapropriação por parte do governo Brizola. Nesse momento de repressão, que o Rio Grande do Sul “antecipa” em relação ao restante do país, os camponeses

vinculados ao MASTER não deixaram de se mobilizar e lutar por terra, contudo, com limites substanciais em relação ao governo Brizola.

Ao final do seu trabalho, Eckert vai problematizar a importância histórica assumida pelo MASTER para as lutas camponesas e as lutas de classes em nosso país. Ela aponta que:

[...] pode-se dizer que a importância do MASTER não está no conteúdo da reforma agrária defendida por ele, apesar de, a partir de 1962, assumir a defesa da reforma agrária radical, ou na maior ou menor influência do governador Brizola sobre o mesmo. A importância do MASTER está no fato de ter implicado num aprofundamento da luta de classes, pois apoiando as aspirações dos agricultores sem terra e a luta pela reforma agrária significou para os setores da classe dominante uma ameaça real e concreta para a continuidade de sua dominação. (ECKERT, 1984, p. 321)

Essa “ameaça concreta” retornou à cena política no final dos anos de 1970 com a retomada dessas lutas no Estado contando, inclusive, com personagens que, de alguma forma, participaram de ambos os períodos históricos, conforme veremos.

Novos trabalhos a respeito do tema foram retomados somente a partir da primeira década do ano 2000. Esses trabalhos trataram, principalmente, da política agrária do governo Brizola e as relações entre essas políticas e a crescente mobilização de camponeses sem-terra no Estado.

Em obra com primeira edição em 2007, sobre a temática dos conflitos agrários no norte do Estado, Carini e Tedesco analisaram o período entre as décadas de 1960 e 1980, os desdobramentos da luta pela terra nessa região, a pressão social exercida pelos movimentos “sociais” e suas formas organizativas, assim como o contexto político e econômico em crise que vai produzir contradições e a disputa pela reforma agrária. O trabalho se dedicou a desenvolver um estudo de 20 anos sobre a luta pela terra no norte gaúcho, pensando como as mobilizações camponesas dos anos 1960 se mantiveram presentes nesta região, durante essas décadas e possui similaridades com o trabalho desempenhado por Gehlen,

analisado acima, pois parte do mesmo objeto geográfico de análise, a região norte, e baseia-se sobretudo no caso da Fazenda Sarandi.

É importante destacar que os autores se utilizaram tanto do trabalho de Gehlen, principalmente em relação ao histórico e a geografia da Fazenda Sarandi, quanto de Eckert, utilizando os marcos de fundação do MASTER, seus estatutos, etc. Valendo-se de diversas fontes para o período pesquisado, tais como: jornais da época (sobretudo o jornal *O Nacional*, mas também o jornal *Correio do Povo* e *Oeste Catarinense*); entrevistas com “vozes representativas” do período e que participaram do processo de ocupação e das lutas por terra; análise de registros no livro-tombo de Paróquias da região; além de mapas e fotos da Fazenda Sarandi e dos entrevistados, esse trabalho representa um avanço em termos de utilização e problematização das fontes, principalmente por entrevistar e ouvir camponeses que vivenciaram as lutas, que delas participaram, indo além, portanto, de apenas entrevistar as direções políticas de tais acontecimentos.

O principal apontamento em relação ao MASTER se situa em seu atrelamento político com a gestão estadual e com o projeto político “populista” de Brizola. Para os autores, a criação e o desenvolvimento deste movimento de luta por terra se deveu a anseios políticos individuais, apontando o desencadeamento da *Operação Brizola*, fato que deu origem a movimentos que “caracterizaram o Master”. Essa atitude estava inserida no populismo nacionalista característico de Brizola e a ocupação e acampamento na fazenda Sarandi, em 1962, de acordo com os autores, confirmaria os seus apontamentos. Segundo Carini e Tedesco, este acampamento representou:

um movimento estratégico, organizado pelo então governador Leonel de Moura Brizola, contando com a participação de caudilhos locais (como Calixto e Jacobsen), com finalidades previsíveis, [mais] do que propriamente como um movimento social de base popular e ideológica camponesa. (CARINI E TEDESCO, 2007, pp 75-76).

Portanto, inserem as mobilizações camponesas atreladas a estratégias de governo do então mandatário do Estado, diferentemente, por exemplo, do que propõe Eckert, de que houve contradições internas e de que o atrelamento não foi

automático, pelo contrário, inclusive entrando em conflito de interesses em alguns momentos. Nesse sentido, para os autores, o MASTER não foi um Movimento genuinamente camponês, pois diferentemente dos movimentos camponeses posteriores - onde houve uma organização de baixo para cima e protagonismo camponês – caracterizou-se como um “legitimador de discurso”, não se percebendo:

o interesse em tornar o Movimento um meio de libertação dos atores sociais. Os dirigentes, desde Brizola até Calixto, viam o Movimento como um meio para legitimar o projeto político paternalista. Com este propósito, inclusive, recorriam às estratégias caudilhescas. (CARINI E TEDESCO, 2007, pp 153-154).

Em síntese, a pesquisa busca reforçar a importância do MASTER como um “elo de mediação de movimentos sociais de massa, de despertador de consciência política no meio camponês” (p.132), nada além disto. Unindo-o ao governo de Leonel Brizola, os autores não aprofundam as contradições das mobilizações nem o processo e as disputas em torno da política agrária posta em prática no período e, neste sentido, reduzem a análise acerca do movimento.

A dissertação de mestrado desenvolvida por ALVES (2010) preocupou-se em analisar a política agrária colocada em prática pelo governo Brizola, como um “*modus operandi*” singular e original, que impulsionou a luta pela terra no período, influenciando, inclusive, a política de Reforma Agrária durante a gestão do presidente João Goulart. O autor se valeu de entrevistas de história oral com pessoas que participaram ativamente das ocupações e mobilizações, sobretudo as do Banhado do Colégio e da Fazenda Sarandi. Além disso, as ações empreendidas serão analisadas à luz da Constituição Estadual de 1947 e as formas como o governo Brizola as utilizou para impulsionar sua política agrária. É importante ressaltar essa perspectiva de análise Banhado-Sarandi, pois diferentemente das análises feitas por Gehlen e Carini e Tedesco, que se ocupam somente das mobilizações no norte do Estado, Alves insere outro importante acontecimento para a análise do papel representado pelo MASTER, o que amplia as possibilidades de problematizações.

Investigando as principais medidas institucionais (criação de secretarias; órgãos; estudos e levantamentos a respeito da estrutura fundiária do RS, etc) articuladas pelo governo gaúcho e seus impactos na luta dos camponeses no período, o autor, a partir da política agrária do governo, torna possível a apreensão a respeito do que foi esta política, visando o reconhecimento dos agricultores sem-terra enquanto sujeitos com direitos. Além disso, essas medidas institucionais, esse “estímulo” estatal serviu para os camponeses empreenderem suas lutas e reivindicações, pois houve uma conjuntura política favorável e com possibilidades de conquistas concretas.

Alves coloca que os camponeses, em suas Associações ou através do MASTER e o governo, invocaram a utilização de preceitos contidos na Constituição Estadual, como forma de legitimar suas reivindicações por terra e para a implementação de políticas nesse sentido, o que desvela certo alinhamento entre esses atores. Dessa forma, defende, por fim, que camponeses e governo se retroalimentavam, concluindo:

[...] deve ser destacado que as experiências de mobilização colocadas em prática durante o governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul parecem ser indicativos do momento de criação de um repertório de ação coletiva (TILLY, 1995), caracterizada por uma forma de reivindicação inovadora, a criação de acampamentos nas áreas das propriedades reconhecidas pelos demandantes como passíveis de desapropriação. Essa forma de reivindicar, que como defendido aqui, emerge durante o governo de Brizola estreitamente ligada a proteção que o governo garantia aos acampamentos, com o passar do tempo se mostra independente desta proteção, se autonomizando já no governo seguinte, quando o MASTER ainda realiza acampamentos, agora sem contar com a mesma proteção proporcionada pelo governo anterior. (ALVES, 2010, p. 82).

Dessa forma, embora reconheça questões políticas e reivindicações em comum, o autor não caracteriza as lutas camponeses do período como um atrelamento automático às políticas governamentais, nem tampouco como sendo mobilizações realizadas “de cima para baixo”.

Já ROSA (2010) se propôs a analisar as experiências de luta pela terra no Rio Grande do Sul como uma oportunidade “de compreender o surgimento da forma

de reivindicar marcada pela organização de acampamentos e ocupações de terra no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, [seguir] principalmente as pistas deixadas por Gehlen (1983) (p. 18)”, assim, diferentemente dos demais trabalhos, que se ocupam sobretudo em analisar a “história dos movimentos”, Rosa preocupou-se em compreender as “suas formas de reivindicação” (idem). Realizando um estudo comparado entre as mobilizações da década de 1960 e dos anos 1970, o autor buscou “esboçar um quadro das mudanças no sentido das invasões e acampamentos, ao longo do tempo, e dos modos como foram incorporados pelo Estado e seus governos como formas legítimas de reivindicação” (p. 20). Através de importante análise de fontes, principalmente entrevistas de História Oral com pessoas que participaram dos acontecimentos nos dois momentos, e também utilizando documentos oficiais da política agrária do governo Brizola, o trabalho é fundamental para a compreensão das disputas em torno das narrativas acerca deste período.

No que diz respeito ao papel político representado pelo MASTER e a política de reforma agrária desenvolvida pelo governo estadual, Marcelo Rosa aponta que:

ao mesmo tempo em que o MASTER era formado, mecanismos internos à burocracia estatal também começavam a ser criados, mecanismos estes que, cerca de um ano mais tarde, viriam a contribuir para a legitimação da relação entre o movimento e o governo. (p. 54)

Pondo luz nestes fatores, o autor percorreu os momentos de mobilizações atribuídas ao movimento dos trabalhadores rurais com os respectivos avanços burocráticos e criações de órgãos e leis responsáveis por levar adiante o processo de desapropriações de terras no Rio Grande do Sul. Através disso, é possível compreender como movimento e política governamental foram se fortalecendo na medida em que o processo se desenvolvia. Contudo, Rosa chama atenção para o fato de que “tais medidas [não] tenham sido estabelecidas, desde o princípio, de forma completamente planejada. Pelo que podemos supor, a partir dos depoimentos colhidos, cada um desses atos do governo influenciava e era influenciado por coisas

externas aos domínios do Estado” (p.54), portanto, não houve um controle político, total e absoluto, de uma parte sob a outra.

Marluza Marques Harres, em sua obra *Estratégias Trabalhistas para o Mundo Rural - Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul*, de 2014, se debruça nos limites iniciais da implantação da política agrária brizolista e nos desdobramentos que a experiência desta política obteve. A presente obra aqui analisada é oriunda de sua tese de doutorado, defendida ainda no ano de 2002 e intitulada “Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio, Camaquã, RS”.

Realizando um aprofundado trabalho, a autora irá tratar das especificidades da “problemática agrária” no Rio Grande do Sul e as propostas e estratégias levadas a cabo pelo governo de Leonel Brizola, inseridas em uma linha político-ideológica reformista, vinculada ao Partido Trabalhista Brasileiro e suas táticas de avanço para as massas rurais, que nesse momento surgiam com força em suas reivindicações em todo o país. Essa atuação partidária representou uma guinada do PTB, partido criado com objetivos de organizar os trabalhadores industriais urbanos, passando a disputar, também, os trabalhadores rurais. Nesse sentido, a exemplo de Alves (2010), a autora investiga o “aparato burocrático” criado pela administração estadual e seus avanços e dificuldades em levar adiante essa estratégia. A criação desses diversos órgãos institucionais e a defesa de uma reforma agrária “negociada” foi justificada pelo governo como forma de dirimir os problemas vinculados ao desenvolvimento econômico e até mesmo em “mediar” os conflitos latentes na sociedade sul-rio-grandense, ficando, dessa forma:

implícita a ideia de que uma intervenção mediadora por parte do Estado poderia paralisar um processo em curso tendente à radicalização. [...] A situação do campo era apontada como crítica, na compreensão dos assessores do governo, cabendo uma intervenção mediadora do Estado, para evitar a própria radicalização, cujo desfecho, certamente, comprometeria a ordem estabelecida. (HARRES, 2014, p.61).

Através da articulação e conversas com representantes da classe rural e dos agricultores sem-terra, o governo vai defender a ideia de “democratização da propriedade” como forma de alavancar o desenvolvimento econômico, de acabar com a miséria no campo e de conciliar os conflitos. Essa foi a “força orientadora do governo [...] largamente empregada como um meio de afirmar o caráter não subversivo do projeto” (p. 60). A “intervenção mediadora”, contudo, não obtém êxito, pois:

[...] esbarraram na intransigência dos proprietários de terras e na autonomia das mobilizações rurais. A liderança mediadora do governador não conseguiu se afirmar, desencadeando pressões e insatisfações de todos os lados. Os ruralistas uniram-se para questionar, através da FARSUL, o papel exercido pelo governo do PTB, os petebistas ligados ao movimento dos sem-terra pressionavam por ações efetivas que demonstrassem o comprometimento do governo com o movimento; parlamentares do PTB, com vínculos estreitos com o ruralismo gaúcho, faziam restrições à orientação assumida pelo governo, dividindo-se em sua lealdade política. (HARRES, 2014, pp. 100-101)

Harres reconhece uma “autonomia das mobilizações rurais”, que, inclusive, atrapalharam a “intervenção mediadora” do governo do Estado, expondo também as próprias disputas internas dentro do PTB, Partido com representações nas classes ruralistas. Outro fator importante colocado pela autora, embora não de forma explícita, é o de que apenas um mandato eleitoral torna-se um tempo ínfimo para que se consiga implementar uma política de combate a um processo secular de desigualdade. Analisa também a singularidade da proposta, já que, “em âmbito nacional, não havia uma experiência de reforma agrária e, de certa forma, estavam sendo colocados em discussão naquele momento modelos possíveis de intervenção” (pp. 114-115). Isso deve ser levado em conta quando analisado tal período, pois muitas vezes, se tem a impressão de que a implementação de uma nova política agrária não aconteceu por conta de tanto o PTB quanto Brizola possuírem pretensões meramente “eleitoreiras”.

Assim sendo, caracterizando este processo como inserido dentro de uma proposta reformista, na qual “o reformismo afirmado pelo PTB não tinha outro caráter senão o de buscar estratégias de compatibilização de interesses”, ela

conclui que o “[...] projeto de reforma agrária estadual deixava ampla margem para a participação dos fazendeiros [...] Mas, em contraposição, o projeto também propunha como indispensável a organização e politização dos trabalhadores rurais [...]” (p. 309), dando sentido a disputas políticas bastante complexas.

Estes trabalhos vão ser debatidos e utilizados, principalmente nos capítulos I e II, como apoio bibliográfico e, de nossa parte, como forma de complexificar as questões relativas ao MASTER durante seu período de existência. Interrogações que procuramos desenvolver ao longo da pesquisa são, justamente, algumas das lacunas que tais obras possuem, tais como: Quais as relações políticas estabelecidas entre o MASTER e as inúmeras Associações de Trabalhadores Sem Terra no período? De que forma estas Associações foram criadas? Quem foram os camponeses que se mobilizaram em busca de terra? Quais os vínculos políticos entre as lideranças locais (prefeitos, vereadores, deputados, etc), os partidos políticos, as Associações e o MASTER?

No que se refere aos movimentos de luta pela terra que emergiram no estado em fins dos anos 1970, também há uma série de trabalhos acadêmicos que trataram de tais experiências. Entre estes estudos, destacam-se as obras de Fernandes (1999) e de Carter (2010). Tratando da origem e da gênese do MST, enquanto movimento que se constituiu como herdeiro das lutas por terra anteriores aos anos de 1980, a tese de doutoramento de Fernandes, intitulada “*Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro – Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)*” auxiliou na problematização das primeiras ações e ocupações realizadas pelo nascente movimento, assim como na origem dessas áreas em disputa e na reivindicação feita pelo MST sobre as heranças de luta de movimentos precedentes. Já a obra organizada por Carter (2010), “*Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil*” contribuiu por possuir uma sistematização de bibliografias sobre o período, além de realizar minucioso levantamento em relação a diferentes dados referentes à luta pela terra a partir da constituição do MST, como número de mobilizações, seus tipos, quantidade de assentamentos desenvolvidos, etc). Além disso, os artigos que compõe a obra também se valeram da utilização da História Oral, além de fontes como jornais, revistas e livros e documentos oficiais.

As quatro seções do livro compreendem desde uma “visão geral da estrutura fundiária do Brasil, suas políticas públicas e a mobilização de trabalhadores rurais de meados do século XX” (p. 27), passando pela importância histórica do surgimento do MST na luta pela terra e suas consequências em relação aos efeitos da criação de assentamentos agrícolas e as interações praticadas pelo movimento, com “diferentes facetas da sociedade e política brasileiras” (p.28).

Para além das obras aqui citadas, foram utilizadas outras bibliografias para a contextualização acerca do período relacionado às décadas de 1970 e 1980 e as especificidades surgidas em relação às lutas e mobilizações por terra.

A partir da contribuição desta literatura acadêmica e da análise de diferentes fontes de pesquisa, desenvolvemos o presente trabalho, dividido em três capítulos. Os dois primeiros Capítulos estão reservados a discutir questões vinculadas à década de 1960. O Capítulo I tem por objetivo situar o leitor em relação ao contexto histórico dos anos 1960, o governo João Goulart, as disputas em torno do tema da reforma agrária, bastante presente na cena política brasileira para, posteriormente, analisar o governo estadual de Leonel Brizola e a Questão Agrária gaúcha, dando atenção à crise econômica atravessada pelo estado naquele momento, tendo na política de reforma agrária um dos pilares para o seu enfrentamento. A criação e desenvolvimento do MASTER dá sequência ao capítulo, onde são discutidas questões referentes ao movimento, suas características e organicidade, suas ações e as relações estabelecidas com o Estado e a importância e funcionamento das Associações de trabalhadores sem-terra criadas durante este período. Por fim, discute-se a repressão ao movimento posta em prática, a partir de 1963, com a ascensão de Ildo Meneghetti ao governo estadual e as consequências para a atuação dos trabalhadores rurais.

O Capítulo II aprofunda a análise em relação ao MASTER tendo como foco as memórias de pessoas que participaram de acontecimentos e mobilizações nos anos de 1960. Nesse sentido, procurou-se compreender a atuação do movimento a partir das lembranças dos depoentes, através da utilização da História Oral. Ao longo do capítulo buscamos problematizar questões como: Quais e como são as memórias atribuídas a tais acontecimentos por quem deles participou? O MASTER, enquanto movimento político responsável por empreender diversas mobilizações, é

rememorado por estas pessoas? Quais os sentimentos, medos, angústias, ainda vivos ao relembrar esse passado?

Os Capítulos I e II foram desenvolvidos a partir da consulta a diferentes fontes de pesquisa, especialmente de periódicos da época.⁸ A partir da utilização da imprensa escrita enquanto fonte de pesquisa, partimos do pressuposto de que tais documentos não são nem “repositório da verdade”, nem fontes “desprezíveis” (CAPELATO, 1988, p. 21), mas que devem ser estudados em diálogo com outras fontes de pesquisa, metodologia que procuramos implementar. No que se refere aos jornais, analisamos dois periódicos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), *Terra Livre* e *Novos Rumos*,⁹ que divulgavam notícias frequentes referentes à luta pela terra no país, inclusive com a produção de alguns especiais acerca das mobilizações no Rio Grande do Sul; e o jornal *Última Hora*,¹⁰ edição do Rio Grande do Sul, importante periódico de circulação estadual, sendo consultado, principalmente, o ano em que os acampamentos e mobilizações multiplicaram-se no período, em 1962. Em relação a estes jornais e seus usos, temos ciência de que:

⁸ Sobre o uso de jornais na pesquisa histórica e os cuidados teórico-metodológicos necessários, consultar: CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador.** In: **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas** [S.l.: s.n.], 2015.

⁹ O jornal *Novos Rumos* circulou de janeiro de 1959 a março de 1964, sendo que o MASTER aparece em suas páginas de janeiro de 1962 a agosto de 1963. Com edição em São Paulo, o jornal possuía publicação semanal. Já o jornal *Terra Livre*, também editado em São Paulo a cargo do PCB existiu entre as décadas de 1950 e 1960, sendo desmantelado com o golpe civil-militar de 1964. Seu principal objetivo era informar os trabalhadores rurais e camponeses e expressava as “ideias de intelectuais militantes comunistas, referentes tanto à questão agrária como aos aspectos da realidade social contemporânea em âmbitos locais, nacionais e internacionais” (Ver mais em: SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. **Vender jornal: trabalho e militância perseguidos na memória dos camponeses.** Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849347_ARQUIVO_artigoCompletoENILCELIMA.pdf acesso em 27/05/2019). Os dois periódicos estão disponíveis para consulta no site <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹⁰ Criado em 1951 pelo jornalista Samuel Wainer, o *Última Hora* caracterizou-se por ser um jornal de apoio aos interesses do presidente Getúlio Vargas e por apoiar, em parte, o governo Brizola. É tido como um jornal mais a esquerda no espectro político. Ainda, “era um dos poucos que pretendia ser mais popular, pois a sua linguagem e diagramação eram voltadas para a população em geral. O jornal utilizava sempre uma capa com uma grande chamada acompanhada de uma ou duas menores, uma grande fotografia e, eventualmente, continha outras menores”. (NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise.** Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 131). A escolha do jornal se deu em razão de possuir uma ampla cobertura das mobilizações e lutas por terra nos anos 1960, ao contrário, por exemplo, do jornal *Correio do Povo*, onde notícias a respeito do MASTER e das lutas camponesas praticamente não encontram lugar. O jornal *Última Hora* está disponível para consulta no acervo do site <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc. [...] (LAPUENTE, 2015, p. 06)

Portanto, a utilização destes periódicos e fontes escritas partiu destes pressupostos colocados acima, sendo abordados e problematizados em conjunto com as bibliografias acerca do tema e das fontes orais coletadas, procurando, nesse sentido, desenvolver importante diálogo entre diferentes fontes de pesquisa.

Também foram analisados alguns processos administrativos oriundos da Lei Estadual nº 11.042/1998, que estabeleceu que o Estado do Rio Grande do Sul reconhece a responsabilidade de ter causado danos físicos e psicológicos a pessoas presas por motivação política no período compreendido entre 1961 e 1979. Os processos estão salvaguardados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), localizado em Porto Alegre, e foram fotografados no âmbito do Projeto de pesquisa: “Mobilizações e movimentos sociais agrários, repressão e resistências do pré-1964 a ditadura civil-militar: as trajetórias do MASTER no RS e das Ligas Camponesas em PE” (Edital Memórias Brasileiras: conflitos sociais / CAPES).

Outras fontes utilizadas em ambos os capítulos são relatórios e documentos públicos acerca da constituição dos órgãos estatais criados pelo governo de Leonel Brizola em relação a sua política de reforma agrária e alguns processos judiciais vinculados ao Projeto *Brasil Nunca Mais*, que tramitaram no Supremo Tribunal Militar entre os anos de 1961 e 1979.¹¹ O Capítulo II contou, ainda, com análises de entrevistas de História Oral realizadas com cinco camponeses que participaram de alguns acontecimentos à época, além de duas entrevistas com pessoas que acessaram estas memórias através de outras experiências, posteriores aos acontecimentos em si, mas que, a nosso ver, contribuem para a compreensão desta quadra histórica. Os dados acerca das pessoas entrevistadas e os detalhes sobre a forma de aproximação e os contatos, bem como sobre a realização das entrevistas em si, serão apresentados no início do segundo Capítulo.

¹¹ Os processos estão disponíveis para consulta na internet através do site do Projeto Brasil Nunca Mais Digit@l: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

O Capítulo III trata de forma mais específica sobre a retomada das lutas em fins dos anos 1970, o impacto causado pelo golpe de 1964 e a instauração da ditadura nos movimentos camponeses, o modelo de política agrária adotado e as formas de resistência durante este período.

Posteriormente, foi analisada a retomada dos acampamentos e mobilizações de terras no Rio Grande do Sul, suas formas e especificidades. Por fim, foram utilizadas e problematizadas memórias de participantes destes acontecimentos históricos. Neste capítulo, além da análise de entrevistas realizadas com militantes que participaram daquelas mobilizações, fazemos uso de jornais produzidos pelos trabalhadores sem-terra dentre os quais, o *Jornal Sem Terra*, criado no ano de 1980 como um *Boletim* informativo, que a partir da criação do MST, em 1984, passou a ter caráter de jornal. Embora o jornal ainda seja editado, nesta pesquisa analisamos alguns exemplares que circularam no período de 1981 a 1984, sendo selecionadas notícias que, a nosso ver, contribuem para as questões que aqui ensejamos, ou seja, buscando perceber algumas características das lutas desenvolvidas na gênese do movimento, as tensões enfrentadas pelos trabalhadores rurais, suas formas de organização e mobilização, assim como conhecer suas referências e traçar algumas relações com as lutas experimentadas nos anos 1960. Nos anos aqui analisados, o presente jornal, mesmo não contando com uma periodicidade fixa, em geral possuiu publicações a cada quinze ou vinte dias e seu formato editorial e conteúdo, embora mantenha uma estrutura, foi variando de acordo com o desenvolvimento das mobilizações e das publicações.¹²

Isso posto, passemos à leitura dos capítulos.

¹² Parte desses documentos encontra-se disponibilizado na Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira, cujo acesso se dá através do site <http://mstemdados.org/biblioteca/jornal>

1. Capítulo I: Os anos 1960 e a organização camponesa

1.1 João Goulart e a Reforma Agrária

O governo de João Goulart foi, desde o seu início, marcado por profundas disputas e contradições. Tomando posse em 1961, 13 dias após a “carta-renúncia” de Jânio Quadros, já teve início uma crise política por conta dos ministros-militares expressarem a sua insatisfação com a posse do novo presidente. Um dos desdobramentos dessa crise é a Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul.¹³ A saída “negociada” instituiu o regime parlamentarista no sistema político brasileiro, limitando assim os poderes do novo presidente. Os grupos apoiadores da posse de João Goulart caracterizaram esse movimento como um golpe branco. Em seu discurso de posse, Goulart fez referências às Reformas de Base e a necessária Reforma Agrária (NATIVIDADE, 2013, p. 36). Conforme De Salis, em relação ao início dos anos 1960 e:

[...] na vigência do governo de João Goulart, as contendas referentes à reforma agrária exacerbaram-se. As causas para a crescente radicalização no período foram impulsionadas: por sua política de defesa das reformas de base, principalmente a agrária; pela ampliação dos conflitos fundiários; pela proliferação dos movimentos de luta pela terra; e pelo agravamento da crise econômica que acompanhou todo o seu governo. (DE SALIS, 2008, p.14)

A partir da defesa da reforma agrária, o governo federal começou a se organizar em relação ao tema. Num primeiro momento a nomeação para a pasta ficou a cargo do usineiro Armando Monteiro Filho,¹⁴ como tentativa de Goulart em

¹³ “A Campanha da Legalidade foi um movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul para garantir a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. A investidura de Jango na presidência estava ameaçada por um veto imposto pelos ministros militares. Brizola então – ocupou a Rádio Guaíba e a Rádio Farroupilha, formando a chamada ‘cadeia da legalidade’, cujo objetivo era organizar a população em defesa da posse de Jango. As mobilizações populares e as divisões nas forças armadas levaram a um impasse que só foi superado, com a aprovação, pelo Congresso, de emenda constitucional que implantou o Parlamentarismo no país.” ABREU, op.cit, 2001. Verbete: Leonel Brizola. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola. Esse episódio fortaleceu a política agrária do governo gaúcho.

¹⁴ Historicamente vinculado ao PSD (Partido Social Democrático), eleito pela primeira vez deputado estadual por Pernambuco, em 1950, Monteiro Filho, “com a renúncia do presidente Jânio Quadros (25/8/1961), Armando Monteiro Filho votou a favor da emenda constitucional que instituiu o regime parlamentarista como fórmula conciliatória para garantir a ascensão do vice-presidente João Goulart à presidência [...]. No dia seguinte, o pessedista Tancredo Neves foi nomeado primeiro-ministro e

construir uma solução mediada com a oposição e ter credibilidade para implantar seu projeto para o campo. Monteiro estabeleceu, por decreto, o Conselho Nacional de Reforma Agrária, em 1962, o qual sugeriu a criação da SUPRA (Superintendência de Política Agrária), um dos marcos da política agrária do governo Goulart, tendo como papel fundamental o de implementar medidas de reforma agrária no país.¹⁵ Criada pela lei Delegada nº 11 de Outubro de 1962, possuía como função, dentre outras:

Art. 2º. Compete à SUPRA colaborar na formulação da política agrária do país, planejar, promover, executar e fazer executar, nos termos da legislação vigente e da que vier a ser expedida, a reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, bem como outras de caráter administrativo que lhe venham a ser conferidas no seu regulamento e legislação subsequente (Lei Delegada no 11 de 11 de outubro de 1962). (NATIVIDADE, 2013. p. 43)

Para além disso, Goulart e Tancredo Neves (então primeiro ministro parlamentar) participaram do Congresso de Belo Horizonte¹⁶ (I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, também conhecido como Congresso Camponês), no qual foram discutidas e aprovadas inúmeras demandas dos trabalhadores rurais – posteriormente incorporadas na política de reforma agrária do governo -, podendo destacar: a cobrança pela elaboração de um Estatuto que regulasse as relações trabalhistas no campo; a plena garantia à sindicalização livre e autônoma desses trabalhadores e a “modificação, pelo Congresso Nacional, do artigo 141 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, que estabelecia a exigência de “indenização prévia, justa e em dinheiro para os casos de desapropriação de terras por interesse social.” (NATIVIDADE, 2013. p. 41) Os

Armando Monteiro Filho foi indicado para o Ministério da Agricultura”. (ver mais em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/armando_monteiro_filho acesso 17/05/2020).

¹⁵ Através da Superintendência, as questões referentes ao mundo rural foram pensadas em âmbito nacional, intervindo, se necessário, em conflitos por terra nos Estados. Será a primeira vez que uma política de reforma agrária vai ganhar esse status. No Rio Grande do Sul, após o término do governo de Leonel Brizola e a derrota de seu sucessor, a SUPRA assume um papel de mediadora nos conflitos agrários do Estado, conforme iremos tratar adiante.

¹⁶ “O Congresso de Belo Horizonte, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), foi realizado em novembro de 1961, reunindo 1.600 delegados oriundos de diferentes regiões do país”. Do encontro resultou a — *Primeira Proposta de Reforma Agrária Unitária dos Movimentos Camponeses do Brasil*. (GASPAROTTO, 2016. p. 144)

trabalhadores defendiam que as indenizações fossem realizadas através de títulos da dívida pública, com pagamento a longo prazo.

A partir dessa construção na elaboração de uma política de reforma agrária e a criação da SUPRA, e com o fim do parlamentarismo, em 1963, e o aumento dos poderes presidenciais, Jango vai propor e aprovar o Estatuto do Trabalhador Rural, importante medida para o reconhecimento de direitos fundamentais aos trabalhadores do campo. Conforme Gasparotto:

Entre as determinações da Lei no 4.214/1963, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, constavam: a instituição da Carteira Profissional de Trabalhador Rural, obrigatória para o exercício do trabalho rural; salário mínimo; férias remuneradas; jornada de trabalho que não deveria exceder oito horas diárias; aviso prévio; entre outras. Além de estabelecer normas para as relações de trabalho no campo, o Estatuto tratava da organização sindical e previa a criação de entidades de representação oficial para proprietários e trabalhadores agrícolas de âmbito nacional: a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), respectivamente. Embora o Estatuto tenha sido criticado - especialmente em função da definição de trabalhador rural, considerada insuficiente para compreender as diversas formas de relação de trabalho presentes no campo brasileiro - sua aprovação representou uma conquista significativa para os trabalhadores do campo. (GASPAROTTO, 2016. p. 208)

Esses avanços em relação às políticas agrárias, mesmo que tímidos, suscitaram manifestações contrárias ao projeto do governo, sobretudo das classes dominantes do campo, que acusavam o governo de, através dessas modificações, “implementar o comunismo” através do campo brasileiro. Embora essas classes fossem favoráveis, publicamente, ao regramento das atividades dos trabalhadores rurais assalariados e semiassalariados, fato é que tais modificações implicaram, também, em uma reorganização dos latifundiários brasileiros, com um conjunto de novas normas, reguladas pelo Estado, as quais deveriam passar a submeter-se. Nesse sentido, atuaram para deslegitimar a regulamentação das leis trabalhistas no campo. Porém, a política de maior impacto e maior preocupação para os setores dominantes do campo, foi a tentativa de mudança constitucional em relação ao pagamento indenizatório para as desapropriações de terras.

Até então, com a vigência da Constituição Federal de 1946, as terras improdutivas, para serem desapropriadas, o seriam por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, [somente possível] mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Ou seja, onerando o Estado e praticamente inviabilizando a compra e posterior distribuição de terras. Através de Emenda Constitucional (que implicava uma mudança no texto constitucional), o governo propôs a modificação dessa forma de pagamento, não mais em dinheiro, mas através da emissão de títulos da dívida pública, pagos em prestações em longo prazo. Dessa forma, havia o entendimento de que seria possível fazer avançar seu projeto de reforma agrária.

Nesse momento, os atores políticos vinculados à classe ruralista, através de suas associações, redes de influência e parlamentares, acusaram o governo de empreender uma “tentativa de violação dos direitos e garantias”, gerando “desapropriações temerárias”. Além disso, advogaram contra o projeto político de Goulart, afirmando que ele, “tomado por perigosa efervescência política”, ameaçava a “lavoura por uma reforma agrária de caráter extremista, que pretende abolir o direito de propriedade” (NATIVIDADE, 2013. pp 119-120).

Cabe ressaltar que essa política agrária estava inserida em um plano de desenvolvimento mais abrangente, o chamado Plano Trienal de desenvolvimento econômico-social (1963-1965), que, em suma, se caracterizou por um plano contraditório, pois previa a diminuição da inflação e a retomada do crescimento do país, porém com o “aperto do cinto” por parte dos trabalhadores, devendo, esses, “compreender” o momento e se sacrificar. Esse plano, criticado pelas organizações e sindicatos de trabalhadores, inclusive entre os apoiadores do governo, por outro lado contou com o apoio de empresários, pelo menos em seu momento inicial. O Plano Trienal não obteve êxito, conforme TOLEDO (2004, p. 17):

Tão logo se esboçou o fracasso do plano — antes mesmo da conclusão do primeiro semestre de 1963 —, o governo Goulart passou a empunhar de forma mais enérgica a bandeira das reformas de base (agrária, bancária, fiscal, eleitoral etc.). Como reconhecia o Plano, as reformas eram indispensáveis a fim de que o capitalismo industrial brasileiro pudesse alcançar um novo patamar de desenvolvimento.

Nota-se, assim, que as tentativas políticas empreendidas pelo governo estavam inseridas nas disputas e transformações do período, permeadas de contradições e desafios. Além das disputas do campo político, é importante salientar a crise econômica e social atravessada, que em síntese, compreende uma crise de (re)estruturação do capitalismo brasileiro, tendo esgotado seu modelo de crescimento anterior, levado a cabo por Juscelino Kubitschek (1959 – 1961) e que cobrou seu “preço” a partir dos anos 1960.¹⁷ Por parte do governo Goulart, foi necessário um amplo esforço de retomada do crescimento, por um lado e através de políticas que apontassem para isso, e por outro, de um mínimo consenso entre as classes políticas, empresários, trabalhadores, etc. O que se sobrepôs no período foram as disputas de força entre esses diversos atores sociais no sentido de pressionar para a efetivação de suas demandas (à esquerda e à direita), com a mediação do Estado. Assim, “o período Goulart foi ideologicamente muito significativo, pois nele se processaram intensos debates [...] sobre os rumos e as direções que deveriam orientar a economia e o Estado brasileiros (TOLEDO, 2004, pp 15-16).

Diante das resistências ao seu projeto de Reformas de Base, incluída a política de reforma agrária, Goulart passou a pressionar o Congresso, em conjunto com setores organizados da sociedade, para a sua aprovação. Contudo, ao invés das pressões resultarem na aprovação dessas medidas, tornaram-se o estopim para a ruptura definitiva, através do golpe civil-militar de abril de 1964 e a implantação da ditadura.

Esse contexto nacional se expressou e refletiu, também, no Rio Grande do Sul, onde as questões relativas à reforma agrária potencializaram-se alguns anos antes, com a eleição de Leonel de Moura Brizola, em 1958.

1.2 O governo de Leonel Brizola (1959-1962) e a questão agrária

Em 1958, o Rio Grande do Sul elegeu como seu representante Leonel de Moura Brizola. Eleito pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o então “engenheiro,

¹⁷ Ver mais em: MENDONÇA, Sonia. **Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

de 37 anos havia desfrutado de uma meteórica ascensão na vida pública, tendo sido eleito deputado estadual, federal e prefeito de Porto Alegre antes de ocupar o cargo de governador do Estado” (ALVES, 2010). O governo de Brizola, com duração até o ano de 1962, dentre outras ações, representou um marco nas disputas por terra no Rio Grande do Sul, seja através da elaboração de uma política agrária, seja por considerar a mobilização camponesa fundamental para que tal política se viabilizasse. Embora a política agrária tornar-se-ia um importante elemento de seu governo, Brizola a ela não se referiu quando das eleições de 1958. Em nenhum momento a tornava prioritária, sendo a “guinada” em relação às questões relativas à problemática agrária somente incorporadas a partir da metade de seu mandato.¹⁸

Conforme Marluza Harres:

Do ponto de vista do programa [eleitoral, de governo], não havia nenhum comprometimento do governo com essa causa [...] a demanda por terras somente foi reconhecida e incorporada como problema passível de tratamento político nos dois últimos anos da administração do governo Leonel Brizola. De certa forma, o governo estadual não estava aparelhado para tratar da questão da terra, e a decisão de intervir comportava uma reorientação política da política agrária até então seguida pela administração. A coalizão de forças políticas a sustentar o governo foi o primeiro impasse enfrentado na viabilização dessa nova orientação, pois representava a presença, nos quadros administrativos, de uma oposição à formulação política reformista. (HARRES, 2014, p.48)

A autora faz referência à coalizão de forças e aos entraves em relação a um consenso sobre as políticas a serem implementadas. A eleição de Brizola contou com o apoio de PTB, PSP¹⁹ e PRP,²⁰ esse último com base eleitoral nas áreas de colonização alemã e italiana do Estado, e que assume a chefia da Secretaria de Agricultura. HARRES (2014) ressalta que, através dessa aliança, “o governo tinha

¹⁸ Contudo, no PTB havia um acúmulo e debate acerca da importância de políticas voltadas às populações rurais, principalmente em relação a “extensão da legislação social aos trabalhadores do campo e a extinção dos latifúndios improdutivos”. No Rio Grande do Sul duas lideranças petebistas, Fernando Ferrari e Alberto Pasqualini, exerceram influência política e teórica na proposta de reforma agrária no Estado. Ver mais em: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza, Marques (orgs). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

¹⁹ Partido Social-Progressista, fundado em 1946 por Ademar de Barros, figura política paulista.

²⁰ Partido de Representação Popular, fundado em 1945, dentre outros, por Plínio Salgado, ex-Integralista.

incorporado e dado espaço na administração pública para correntes contrárias a uma política reformista que estivesse apoiada na distribuição de terras” (p. 58) e até a saída do PSP do governo, em meados de 1961, o principal objetivo da política levada adiante, em relação ao mundo rural, teria sido a regularização das posses rurais, e a ênfase em aspectos relacionados à assistência técnica, à educação e ao crédito, desviando das questões referentes à distribuição de terras (HARRES, 2014, p. 50). A partir do rompimento da aliança com o PSP e a passagem do PTB para a chefia da Secretaria de Agricultura, as condições internas para o avanço da pauta da reforma agrária se faziam sentir. Também é importante destacar que o governador saiu fortalecido politicamente do episódio que ficou conhecido como a Campanha da Legalidade, o que certamente influenciou nas tomadas de decisões posteriores em relação à política agrária.

ECKERT (1984, p. 80) ressalta que embora a reforma agrária não tenha sido assumida como objetivo prioritário, o governo Brizola posicionou-se, nesse momento, em relação ao “êxodo rural, visto como um problema sério e responsável, segundo o governador, por ‘aumentar o desfalque de nosso capital humano, daqui se exilando em busca de melhores condições de vida’”. Ou seja, houve uma preocupação com as questões vinculadas aos “homens do campo”, ainda que sem concretizar-se em uma política para dirimir esses problemas, somente desenvolvida no decorrer da administração petebista.

No segundo ano de seu mandato (1960) Brizola iniciou e apresentou uma série de ações visando promover mudanças em relação à política fundiária do Estado. Uma das primeiras ações foi a criação da Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH), através do Decreto nº 11.201. Dentre suas atribuições, essa Comissão possuía como objetivo, “[...] a aquisição de terras para agricultores e suas organizações e de áreas destinadas à construção de casa própria, incumbindo-lhe ainda, fazer estudos, propor medidas, organizar e realizar projetos relacionados com seus objetivos (Art. 2º)”.²¹ Com essa primeira ação, o governo do Estado empreendeu estudos tanto em relação ao problema das moradias populares quanto em relação ao problema da terra. Uma das medidas vai ser a realização de um estudo e levantamento acerca da situação fundiária no Estado. À CETH caberia

²¹ Decreto nº 11.201, de 29 de fevereiro de 1960. (Publicado no Diário Oficial do dia 11 de Março de 1960). Documento oficial. Acervo Paulo Schmitt.

realizar uma análise das principais propriedades rurais com áreas superiores a 2.500 ha, de forma a se conhecer sua localização, assim como sua situação jurídica no período. Como resultado desse levantamento, o governo passou a ter em mãos uma espécie de mapa do latifúndio gaúcho, inclusive, com informações de proprietários que acumulavam mais de uma propriedade.²² Esse estudo minucioso teria servido de base, posteriormente, para alavancar as mobilizações e acampamentos realizados pelos camponeses no estado, ao passo que, em alguns casos, ao reivindicarem terra, algumas ações serão empreendidas nesses locais.

Outra iniciativa do governo estadual foi a criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) no ano de 1961. Conforme ALVES (2010, p. 21), “a partir da criação do IGRA, não se inaugura somente um novo órgão, mas também uma nova posição de governo, voltada para a promoção de uma política de reforma agrária”. O autor ressalta, ainda, que durante a criação da CETH, em relação às questões agrárias, o termo utilizado referia-se a problemas fundiários, enquanto que após a criação do IGRA, há a utilização do termo reforma agrária. Esse novo órgão contava, dentre suas prioridades:

2. Estudar e sugerir ao Governo projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a melhoria das condições socioeconômicas da população rural, o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural e, especialmente, quanto ao uso e propriedade da terra;

3. Promover o acesso a terra e à propriedade dos agricultores sem terra – parceiros, arrendatários e assalariados rurais – e das populações marginais egressas do campo.²³

Nesse sentido, tanto a criação da CETH quanto do IGRA nos evidenciam esforços governamentais para o andamento de uma política agrária que passou a tratar, de maneira concreta, da resolução dos problemas no Estado. Porém, essa organização necessitava contar com um elemento fundamental para viabilizá-la: pessoas que a requeressem, dispostas a pressionarem e a se mobilizarem em prol

²² COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO. Relação dos proprietários rurais com áreas superiores a 2.500 hectares. Diretor executivo: Arquiteto Paulo Alberto Schmidt. 1961. Acervo: Paulo Alberto Schmidt.

²³ Decreto de número 12.814 de 14 de novembro de 1962.

uma ampla distribuição de terras, a fim de que todo esse “aparato burocrático” pudesse desdobrar-se em políticas reais na garantia de direitos às populações do campo. Dessa forma:

A organização dos agricultores sem-terra aparece como uma medida fundamental para as pretensões do governo, tanto para agilizar as decisões, quanto para levar adiante os projetos de colonização. A tarefa organizativa desempenhava um papel importante, cujo alcance não se restringia apenas aos beneficiados pela política governamental, pois integrava e promovia a politização de um expressivo contingente social que passava a ser identificado a partir de suas demandas, finalmente reconhecidas como direito pelo Estado. (HARRES, 2014, p.64)

A política agrária de Brizola se utilizou, a fim de legitimação, dos preceitos contidos na Constituição Estadual de 1947 e vigente até então. Entre um dos seus principais artigos estava a “obrigação do estado na realização de projetos de colonização sempre que fosse apresentada uma demanda de no mínimo ‘cem agricultores sem terra’” (ALVES, 2010, p. 25), artigo amplamente lembrado pelo governador e pelos trabalhadores rurais. Assim, havendo mobilizações massivas dos trabalhadores rurais, ao governador caberia “cumprir a lei”. Além de legitimar a demanda dos trabalhadores, a letra da Constituição também serviu para a defesa contra acusações de setores contrários à política agrária brizolista, na tentativa de dirimir acusações de suposta radicalidade contida no projeto governamental.

Em janeiro de 1962 (último ano da administração brizolista) o Estado lançou o Programa de Projetos Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social (PRADE). O PRADE possuía como principal tarefa a organização e o incentivo a criação de colônias rurais e de associativismo entre os agricultores nas terras desapropriadas, prevendo uma série de estudos sobre rentabilidade, financiamentos, assistência social, habitação, educação, dentre outros, supondo a criação de assentamentos “modelo”. Essa organização caberia aos próprios agricultores, através de associações com um mínimo de 30 integrantes (pequenas propriedades) e sob supervisão estatal.²⁴ Claramente se expressava uma

²⁴ “Art. 4o - Cada PROJETO deverá prever ou abranger um número nunca inferior a 30 pequenas ou médias propriedades, numa área contínua e compreender todos os estudos relacionados com sua

preocupação com a reforma agrária para além da distribuição de terras, pois preocupava-se em tornar viável tal política, em termos econômicos e sociais. Também, o incentivo a criação de associações revela certo grau de “interferência” estatal sobre as organizações de trabalhadores sendo criadas, sobretudo a partir do ano de 1962, conforme veremos adiante.

Com a criação de uma política de reforma agrária e a constituição de órgãos vinculados ao tema e responsáveis por levá-lo adiante, veremos no Rio Grande do Sul o aumento das tensões no campo, com ampla mobilização de trabalhadores rurais, setores da Igreja Católica e das classes dominantes, organizando-se para disputar e influenciar tal política.

Mas qual a situação da economia rural sul-rio-grandense? Por que a questão agrária assume papel tão importante nas discussões políticas? Durante o início dos anos de 1960 a economia do Rio Grande do Sul, baseada historicamente no setor agropecuário, atravessava uma crise em relação à perda de produtividade e ao esgotamento de suas fronteiras agrícolas, gerando apreensão nos diversos e diferentes setores sociais (pecuaristas, latifundiários, pequenos produtores, arrendatários, sem-terra, etc), colocando-a na agenda pública. O estado estava atravessando uma “crise estrutural”, afetando, dessa forma, sua capacidade de

organização, inversões e financiamentos, rentabilidade, serviços comuns, habitação, educação e treinamento, assistência técnica e dentária, recreação, funcionamento, administração e técnicas e planos de produção a serem desenvolvidos como também estudos sobre comunicações, transporte mercado, inclusive sobre as possibilidades de instalações de indústrias para beneficiamento dos próprios produtos ou para aproveitamento de mão de obra disponível.

Art. 5º - Preferentemente as organizações supervisoras e executoras dos PROJETOS respectivos devem, de início, ser associações dos próprios agricultores a que as irão integrar, sob a presidência e responsabilidade do executor e representante do Estado. Tais associações deverão ter personalidade jurídica e quando de início não for possível organizá-las com estrutura cooperativista, devem transformar-se logo que sejam preenchidas condições mínimas necessárias em cooperativas autônomas, apenas normalmente assistidas pelos órgãos técnicos do Estado. (...)

Art. 7º - As áreas e terras para a realização dos PROJETOS previstos neste Decreto serão:

1- Terras de propriedade do Estado;

2- terras oferecidas ou doadas pela União ou pelos municípios;

3- terras adquiridas ou desapropriadas pelo Poder Público;

4- terras oferecidas aos agricultores sem terra, através do Poder Público, por particulares, para pagamento num prazo mínimo de 10 anos, sem juros e desde que comportem a execução de um PROJETO técnico adequado.

5- terras de pequenos proprietários, em numero nunca inferior a 30, que espontaneamente desejam se associar, reagrupando e reestruturando suas glebas em unidades econômicas cooperativas, para a realização de um PROJETO técnico, desde que a área resultante permita a sua execução (Decreto no 13.063 de 29 de janeiro de 1962)”. (ALVES, 2010, p. 66).

crescimento e desenvolvimento, sendo a própria estratégia governamental inserida em uma tentativa de resolver os problemas referentes à sua principal atividade econômica.

No ano de 1957, 37% da participação econômica devia-se ao setor primário - lavoura (26%) e pecuária (15%), em sua renda total.²⁵ Consequentemente, a porcentagem relativa à distribuição ocupacional, também seria maior nesse setor (58%), mas mostrava sinais de modificações, se comparada ao ano de 1940, onde esse era responsável por 70% da distribuição ocupacional.²⁶ Uma sociedade baseada no setor agrícola e, portanto, permeável a interferências externas (clima, mercado de exportações, política de preços, etc), e internas - sobretudo aumento populacional e absorção de mão de obra, - começava a dar sinais de esgotamento de sua capacidade de crescimento, implicando em uma necessária modificação de sua estrutura produtiva, seja através do aumento da produtividade, com a inclusão de novas tecnologias no meio rural, seja através da democratização da terra e combate às desigualdades no campo. Os esforços do governo do estado procuravam contornar esses problemas e alavancar a economia gaúcha “como forma de aumentar a produção de produtos agrícolas para o consumo humano e para o setor industrial, e como forma de aumentar o nível aquisitivo da população rural, o que viria a beneficiar o consumo de bens industriais” (ECKERT, 1984, pp 84-85), conciliando o discurso relativo ao aumento da produtividade, com a democratização da terra.

Em relação à agricultura, em documento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, de 1965, intitulado *Análises do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul*, economistas da FEE apontavam para a inviabilidade do prosseguimento da linha econômica adotada para o campo e as eventuais consequências se esse crescimento extensivo fosse mantido,

²⁵ Lavoura: trigo, 26%; arroz, 20%; milho 19%; mandioca, 7%; feijão 5%; batata, 5%; uva, 3%; outros, 15%. Pecuária: carnes, 36%; lã, 17%; banha, presunto e salsichas, 17%; leite, 15%; couros, 4%; ovos, 4%, outros, 7%. Para se ter uma ideia, o setor secundário (indústria), nesse mesmo ano, correspondia a uma participação na renda gaúcha de 15%. ACCURSO, Claudio F. *Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEPE, 1960. In: Ensaios FEE, 1982, p. 47.

²⁶ Idem, p. 44.

demonstrando como causa principal da crise o problema da propriedade da terra, ou seja, problema estrutural que deveria ser debatido. Conforme tal documento:

No que diz respeito ao setor agrícola constatou-se a inviabilidade da continuação de seu crescimento extensivo, fato que vem ocorrendo há cerca de 10 anos e que foi ocultado por um movimento favorável de preços, que permitiu aos proprietários agrícolas um volume absoluto de renda elevado, o que evitou uma tomada de consciência do fenômeno.

Com maior intensidade aplica-se esta conclusão à pecuária, que transferiu via mecanismo de preços as consequências de sua baixa produtividade.

As causas deste insatisfatório crescimento da produção agropecuária gaúcha acham-se intimamente ligadas ao problema da propriedade da terra, isto é, revestem-se de características estruturais que tornam inócuos os instrumentos tradicionais de estímulo à produção (crédito, preço...) (ACCURSO; CANDAL E VERAS, 1965, p. 4)

Nesse sentido, tal documento indicava um déficit da produção e desenvolvimento agropecuário, que se não resolvidos para além dos “instrumentos tradicionais”, seguiriam comprometendo o crescimento da economia gaúcha. Em uma sociedade de caráter agrícola profundamente dependente - e agora em crise -, disputas políticas em relação a como resolver tal impasse advieram dos diferentes setores vinculados ao mundo rural, utilizando, cada um à sua maneira, as “armas” disponíveis para levar adiante seu projeto.

Analisando documento da então Secretaria de Obras Públicas do Estado, de março de 1961, Harres traz importantes dados a respeito do desequilíbrio em relação à distribuição das terras gaúchas. Segundo a autora:

Os números apresentados pela Comissão de Terras e Habitação procuram revelar esse desequilíbrio: em uma área rural de 24.300.70 ha, encontramos 344.063 proprietários. A subdivisão, contudo, revela que 57.284, isto é, 16% dos proprietários possuem menos de 10 ha cada um; 93.284 agricultores possuem de 10 a 20 ha, representando 27,2% do número de proprietários. A situação do minifúndio conjuga esse conjunto, representando quase a metade dos proprietários rurais, ou seja, 150.936 pequenos proprietários contam com menos de 20 hectares cada um e ocupam aproximadamente 6,2% da terra arável. (HARRES, 2014, p. 87)

Assim sendo, podemos brevemente apreender que o problema agrícola estava vinculado tanto a questões alusivas ao baixo índice de produtividade em relação às principais culturas referentes à agropecuária, como a uma profunda desigualdade relacionada à ocupação territorial e a democratização das propriedades rurais. Em relação ao número de agricultores sem-terra no período, dados do Censo de 1960, indicavam haver em torno de 297.814 trabalhadores rurais que não possuíam a propriedade da terra,²⁷ demonstrando grande contingente de trabalhadores sem condições adequadas para a sobrevivência no campo e que, em parte, foram incorporados pelas lutas e tensões crescentes, assim como atenderam aos chamados da política agrária do PTB de Brizola.

Esse cenário é substancial para a compreensão das políticas relativas ao campo adotadas pelo governo Brizola e para o entendimento da mobilização de uma ampla massa de trabalhadores rurais, destituída de meios de sobrevivência, que caracteriza a categoria do sem-terra. Segundo Gehlen, o “surgimento” da figura do camponês sem-terra no estado, foi consequência desse processo de:

esgotamento dos espaços disponíveis para os sem-terra, pois as terras gaúchas [a partir de 1940] já encontravam-se retalhadas e distribuídas a seus proprietários, estando, portanto, praticamente esgotadas as possibilidades de expansão interna. Fruto desse esgotamento, surge a figura do “migrante”, que em um primeiro momento, desloca-se para o oeste de Santa Catarina e Paraná, porém, os “sobrantes” possuíam duas alternativas “a) migrar para as cidades, transformando-se em assalariados urbanos [...]; b) [...] permanecer na zona rural como agregado, parceiro, diarista, pequeno arrendatário ou assalariado permanente. (GEHLEN, 1983, p. 81)

É essa massa de trabalhadores rurais que vai encetar a uma série de mobilizações no estado do Rio Grande do Sul, implementando novas táticas de luta pela terra, consolidando, desta forma, um modo de lutar característico das populações do campo.

²⁷ Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 jan. 1962, p.6. In: TEDESCO (2017).

1.3 Os trabalhadores rurais e a “luta pela concretização de seus justos interesses e direitos”²⁸

No Rio Grande do Sul, o surgimento de um movimento ligado aos anseios dos sem-terra e da reforma agrária vai efervescer o campo gaúcho, imprimindo mobilizações, reivindicando direitos e, principalmente, criando uma forma de organização e luta por terra até então inédita em nosso país. Esse movimento vai ser conhecido como Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER).

O MASTER, oficialmente “lançado” no ano de 1960, no município de Encruzilhada do Sul, iniciou sua trajetória a partir de um conflito de terras envolvendo a tentativa de um suposto proprietário rural em retomar uma área de 1.800 hectares, ocupada há mais de 50 anos por cerca de 300 famílias de posseiros, que, sem aceitar passivamente a exigência, contaram com o apoio do então prefeito de Encruzilhada, Milton Serres Rodrigues,²⁹ para resistir (ECKERT, 1984). A partir dessa articulação entre prefeitura-posseiros, houve a criação do primeiro núcleo do MASTER nessa cidade. Esse núcleo contou com o apoio do deputado federal Ruy Ramos,³⁰ outro importante membro do PTB. Rodrigues articulou um acordo com o governo do estado para desapropriar parte da área e a emitir títulos de posse para os camponeses residentes.

Em reportagem do periódico *Terra Livre* podemos perceber que no momento de sua projeção, o MASTER passou a contar com um Estatuto, sendo este, ao mesmo tempo, uma espécie de guia político interno e apresentação externa do Movimento. Conforme o jornal:

²⁸ “Foi lançado no Rio Grande do Sul o Movimento dos Agricultores sem Terra”. Jornal *Terra Livre*, n. 98, março de 1961, p. 7.

²⁹ Milton Serres Rodrigues, Prefeito de Encruzilhada do Sul e delegado de polícia. Filiado ao PTB gaúcho, será uma das principais lideranças do Master durante a sua existência.

³⁰ Ruy Ramos, bacharel em ciências jurídicas e sociais exercia profissão de advogado e promotor público em Alegrete (RS). Foi eleito deputado federal, pela primeira vez, em 1950. Em 1954 concorreu a uma cadeira ao Senado Federal, no entanto, sem sucesso, permanecendo como deputado federal até 1955. Em 1958 elegeu-se novamente deputado federal e integra, no período, a Frente Parlamentar Nacionalista. Defensor da Reforma Agrária e um dos líderes dos agricultores sem terra. Faleceu de maneira trágica, em 1962, em um desastre aéreo. (ver mais em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rui-vitorino-ramos> acesso em 06/05/2019).

Acaba de ser lançado no Município de Encruzilhada do Sul, no Rio Grande do Sul, o MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA, visando unir os camponeses daquela região em torno de um amplo programa de luta pela concretização de seus justos interesses e direitos. Trata-se de uma iniciativa que vem obtendo grande repercussão naquele Estado e, inclusive, na Câmara Federal, onde foi objeto da apreciação e do estímulo de deputados progressistas de vários outros Estados. O MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA já elaborou seus Estatutos, que passamos a transcrever para conhecimento dos leitores, uma vez que as reivindicações neles contidas são do Interesse dos camponeses em geral de nosso país

OS ESTATUTOS: "Art. 1.º — Com a denominação de "Movimento dos Agricultores sem Terra" de Encruzilhada do Sul fica fundada, nesta cidade, com sede nesta cidade e com jurisdição neste município, Estado do Rio Grande do Sul, uma sociedade civil, que terá os seguintes objetivos fundamentais:

a) — combater toda forma de exploração do trabalho rural, defendendo o produtor e a produção estimular a produtividade e a valorização do homem do campo por todos os meios de amparo e assistência; [...]

d) — combater os altos preços de arrendamento e da parceria agrícola e promover o acesso do agricultor sem terra ao domínio da gleba rural pela compra financiada a longo prazo, pela concessão de terras públicas e pela desapropriação das áreas Improdutivas e dos latifúndios antieconômicos; [...]

f) — Investigar a legalidade da posse de áreas latifundiárias, que muitas vezes Incorporam terras do Estado ou são constituídas por terras não havidas legalmente comprovada a ilegalidade da posse, lutar para que essas áreas passem ao Estado, que as distribuirá aos agricultores sem terra; [...]

p) — apoiar todas as medidas de reforma agrária que tramitam no legislativo federal e estadual e que se enquadrem com os objetivos da entidade.³¹

O Estatuto cita como um dos objetivos do MASTER, "promover o acesso do agricultor sem terra, ao domínio da gleba rural pela compra financiada a longo prazo", sem especificar como seria realizado esse pagamento em relação a desapropriação da área. Mais tarde, o movimento passou a defender a desapropriação através de títulos da dívida pública, conforme proposto pelo então presidente João Goulart. Ademais, o objetivo de "investigar a legalidade da posse de áreas latifundiárias" e "lutar para que passem ao Estado, que as distribuirá aos

³¹ "Foi lançado no Rio Grande do Sul o Movimento dos Agricultores sem Terra". *Jornal Terra Livre*, n. 98, março de 1961, p. 7.

camponeses” mostra que o MASTER aparentou priorizar uma reforma agrária dentro da legalidade, pois caberia aos camponeses “alertar” o Estado e auxiliá-lo na identificação dos latifúndios. Essa proximidade do MASTER em relação a algumas premissas do governo do estado revela uma articulação política entre ambos, nem sempre mantida.

Além das pautas políticas e econômicas, o MASTER propunha um formato organizativo, através de “associados, sem discriminação de raça, nacionalidade, religião ou partido político”, incluindo em suas fileiras, “aqueles agricultores ou pecuaristas, de ambos os sexos, que, embora proprietários, aceitem os seus princípios e objetivos e se proponham a defendê-los”, assim como “trabalhadores suburbanos e marginais da cidade [...] e [que] pretendam dedicar-se à exploração da terra”. Ou seja, havia a orientação de incorporação ao movimento de amplos setores sociais e diretamente atingidos pela crise econômica estadual, sem priorizar apenas trabalhadores em condição de sem-terra.³² Um amplo esforço deveria ser empreendido em outros municípios e cidades do estado, para então “proceder-se ao lançamento do Movimento dos Agricultores sem Terra do Rio Grande do Sul”, que teria a forma orgânica de uma Federação. Mais tarde, em havendo casos similares no restante do país, “lançar-se-á o Movimento Nacional dos Agricultores sem Terra, na forma de uma Confederação”. Nesse sentido o MASTER propunha uma organicidade ampla, nacional (“Confederação”), demonstrando que seus fundadores estavam atentos à agitada conjuntura política nacional.

Dessa forma, o conflito envolvendo posseiros e “proprietário”, em Encruzilhada do Sul, começou a dar origem a características próprias do movimento, que posteriormente, se desenvolveram. A combinação com os quadros do PTB no Estado, por exemplo, e a relação com a própria administração estadual, atuando como mediadora em alguns momentos, marcou a trajetória do MASTER. Além disso, a iniciativa de absorver amplos sujeitos vinculados à agricultura no Estado (de sem-terra a “pecuaristas”), incluídos setores urbanos e “marginalizados”, possibilitou uma

³² Segundo ECKERT (1984): “[...] com exceção dos pecuaristas, todos outros setores tinham interesse em redistribuição da posse da terra. Concretamente, as informações levantadas sobre a luta pela terra no RS demonstram que se envolveram nessa luta: os assalariados permanentes e temporários, os posseiros, os parceiros, os arrendatários, os pequenos proprietários e seus filhos e também os grandes produtores mecanizados sem terra que se dedicavam à cultura de arroz e trigo.” (p.53)

abrangência estadual ao movimento. A partir de 1961, em um encontro de algumas associações de trabalhadores rurais (onde se projetou um Encontro/Congresso Estadual de agricultores do Rio Grande do Sul para setembro do mesmo ano) se colocou em prática a discussão para tornar o movimento estadual.

Mesmo que o surgimento do MASTER tenha sido estimulado pelo conflito em relação à posse da terra em Encruzilhada do Sul, devemos lembrar que houve condições sociais e econômicas para o surgimento dessas organizações. Somado a isso, a conjuntura estadual favorável, de incitamento e reconhecimento das lutas camponesas, ademais, estimulou o rápido crescimento das mobilizações no período. Conforme Córdula Eckert (1984):

[...] o surgimento do MASTER deveu-se ao somatório de uma série de fatores, que vão desde a própria existência de um segmento social interessado na luta pela reforma agrária e que já desde antes da década de 60 começa a ter sua organização estimulada, até uma conjuntura propícia, na década de 60, a nível nacional e estadual, e que facilitou um crescimento da organização política do campesinato. (p. 67)

O MASTER conciliou as mobilizações dos camponeses sem-terra com a organização desses sujeitos, implementando formas antes desconhecidas em relação à luta pela terra no país. Nesse sentido, o movimento “irá ganhar destaque não apenas por priorizar a luta pela terra, mas também pela sua organização. Como primeiro movimento com essa característica no Rio Grande do Sul, vinculou-se às demais forças camponesas, que então se organizaram a partir do rompimento da exclusão política a que secularmente esteve submetido o campesinato brasileiro” (BASSANI, 2009). Através de congressos, mobilizações e acampamentos, o movimento pautou a reforma agrária e a necessidade de democratização da propriedade rural, e ao contrário do que ocorreu com outros movimentos camponeses no país – onde o Partido Comunista Brasileiro manteve certa hegemonia na organização desses trabalhadores ou optou por fazê-la sozinho - no Rio Grande do Sul o MASTER vai ser influenciado tanto pelo Partido Comunista Brasileiro, quanto pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Embora a tentativa de criação das Ligas Camponesas, existentes no nordeste, tenham sido efetivadas no Rio

Grande do Sul, essas existiram por um curto período de tempo, sem, no entanto, enraizarem-se.³³ Com a criação do MASTER e, sobretudo com a participação do movimento no Congresso de Belo Horizonte, PTB e PCB entraram em acordo e priorizaram a construção de uma única ferramenta de luta pela terra. Contudo, essa aliança foi permeada de disputas e tensões internas, alternando-se ambos partidos na direção do movimento. Passaremos a analisar, a seguir, as seguintes questões relativas a estruturação do movimento:

Quais as principais características desse movimento de luta pela terra? Qual sua forma organizativa e sua abrangência? Quem foram suas principais lideranças e qual seu perfil sócio-profissional? Quais relações o MASTER manteve com o então governador Leonel Brizola (autonomia? atrelamento?).

Conforme colocado, em 1961 o MASTER iniciou sua organização por todo o Estado de maneira concreta. Com a iminência da realização do Congresso de Belo Horizonte, priorizou a organização e criação de associações rurais de trabalhadores por todo o Rio Grande do Sul, organizando caravanas e discussões anteriores e propondo a organização de um Congresso Estadual para eleição de delegados para a participação em Belo Horizonte, conforme nos relata Eckert:

Em agosto de 1961, a Comissão Organizadora do I Congresso dos Agricultores Sem Terra do RS, decide dedicar especial atenção à organização no interior do Estado, principalmente no que dizia respeito à estruturação das associações de camponeses, as quais elegeriam seus delegados ao Congresso gaúcho e ao Congresso de Belo Horizonte. Para esse trabalho, foram organizadas seis caravanas, para percorrerem 48 municípios gaúchos. (ECKERT, 1984, p. 75)

Nota-se a abrangência estadual do movimento, pois se conseguiu realizar 48 caravanas em municípios gaúchos para discutir questões vinculadas à luta pela terra, organização das associações municipais de camponeses e a preparação para o Congresso de BH. Quem compunha essas caravanas? Como eram criadas essas associações?

³³ As Ligas defendiam a insígnia da Reforma Agrária Radical e viam o Master, Brizola e PCB como propostas reformistas. Ver mais em ECKERT (1984, pp. 247-254).

Podemos apontar algumas questões. Em relação às associações de agricultores sem-terra (em alguns locais e municípios essas associações recebem o nome de “Associações de Agricultores Sem Terra e Médios Proprietários”, em outros, “Conselho do Povo”; “Associações de Agricultores Sem Terra, com pouca terra e Desamparados” ou simplesmente “Associações Camponesas”), podemos afirmar que se constituíram em praticamente todo o Estado, congregando uma diversidade em relação aos perfis de agricultores que a elas se inseriram e vão ser a base da organização dos camponeses e das lutas e mobilizações que caracterizaram o período.³⁴ Para termos ideia de sua extensão, ECKERT (1984) aponta que no ano de 1962 existiriam no Rio Grande do Sul em torno de 150 associações de agricultores sem-terra,³⁵ o que comprova o avanço do debate e das disputas por terra no período.

Como eram “fundadas” essas associações? Segundo o próprio governo, através de seus órgãos executores da política agrária (sobretudo o PRADE), para uma associação existir legalmente deveria reunir pelo menos 30 agricultores sem-terra. Esse incentivo foi utilizado pelo MASTER para fundar essas organizações.

Analisando Inquérito Policial Militar (IPM) relativo à cidade de Rio Pardo, nos deparamos com o depoimento de um camponês, Oswaldo Bastos, presidente da Associação ou “Sindicato dos Sem Terra” dessa cidade que, quando:

Perguntado como foi fundado a Associação dos Agricultores Sem Terra de Passo da Taquara, respondeu que ouviu pelo rádio Leonel Brizola dizer que estava, ou melhor, que iria distribuir terras a quem

³⁴ Essa diversidade implica em camponeses sem-terra, pequenos e médios produtores, por exemplo, sendo que em alguns locais até mesmo produtores mecanizados de arroz e trigo, embora não integrando essas associações e o Master, irão atuar em conjunto com elas.

³⁵ Essas associações estariam presentes, em 1962, nos municípios de: Encruzilhada do Sul, Gravataí, Cachoeira do Sul, Sarandi, Alegrete, São Francisco de Assis, Uruguaiana, Itapoã, Camaquã, Santa Rosa, Taquari, Lajeado, Rosário do Sul, Osório, Esteio, Lagoa Vermelha, Horizontina, Rio Pardo, Rio Grande, Sapucaia, Pelotas, Tucunduva, Erechim, Santo Ângelo, Viamão, Montenegro, Carazinho, Livramento, São Lourenço do Sul, Passo Fundo, São Gabriel, Soledade, Caxias do Sul, Ronda, Itaqui, São Jerônimo, São José do Norte, Cruz Alta, Entre-Ijuís, Arroio Grande, Jaguarão, Bagé, Herval, Pinheiro Machado, Piratini, Giruá, Santo Cristo, Bacopari, Butiá, Arvorezinha, Barra do Ribeiro, Caçapava, Canela, Canguçu, Canoas, Guaíba, Minas dos Ratos, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Santa Bárbara, Santo Antônio da Patrulha, São Borja, São Francisco de Paula, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, São Sepé, Tapejara, Tapes, Tenente Portela, Torres, Triunfo, Tuparendi, Santa Maria, Santa Vitória do Palmar, sendo que em alguns locais havia mais de uma associação por município. A vida dessas organizações era bastante instável, girando principalmente em função dos acampamentos. (ECKERT, 1984, p.164)

assim desejasse. Imediatamente dirigiu-se a Porto Alegre e falou no Palácio do Governo com uma pessoa cujo nome não se recorda. Dali foi mandado para organização Master, e lá recebeu a informação de que era preciso organizar-se em um grupo de mais de 30 lavradores sem terra. (Projeto Brasil Nunca Mais, pasta 64, p.50)³⁶

Embora não saibamos em quais condições se deram tal depoimento, chama atenção algumas questões: a primeira delas é a de que as associações de sem-terra também poderiam existir por localidade, e não apenas por municípios ou cidades, pois a referida associação (Passo da Taquara), também pode ser entendida como abrangente do município de Rio Pardo, por exemplo. Em reportagem do jornal *Novos Rumos*, de março-abril de 1962, há a menção, dentre outras, a cidades que possuíam mais de uma associação: Taquari (3), Alegrete (2), Rio Grande (3), Livramento (3), Passo Fundo (2) e São Jerônimo (2).³⁷ Isto torna bastante complexa a análise acerca dessas associações, visto que, em geral, nas fontes aparece citado o nome do município, nem sempre fazendo referência à localidade.

Outra pista encontrada - que nos auxilia no entendimento das associações que compunham o MASTER - se trata de uma nota “apedido”, saída no jornal estadual *Correio do Povo*, em junho de 1963. Intitulado “Trabalhadores Gaúchos pedem que Caruso fique”, a nota tratava de uma solicitação dos trabalhadores rurais para que fosse mantido no cargo da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), João Caruso,³⁸ manifestando apoio ao trabalho desenvolvido até então. O que chama atenção são as entidades que subscrevem e assinam o apedido: “*Movimento dos Agricultores Sem Terra, representando mais de uma centena de Organizações de Agricultores Sem Terra, Sindicatos de Assalariados Rurais e Sindicatos de Produtores Autônomos*”, sendo listadas 73 associações de sem-terra, 18 sindicatos de assalariados rurais, 8 sindicatos de produtores autônomos, 1 sindicato de trabalhadores rurais autônomos, 1 associação dos pequenos proprietários rurais e

³⁶ IPM da cidade de Rio Pardo. Acervo Projeto Brasil Nunca Mais, pasta 064.

³⁷ **Acampamentos Abalaram a Estância. Multiplicam-se as Associações Dos Sem Terra no Rio Grande do Sul.** Jornal *Novos Rumos*, 30 de março a 5 de abril de 1962, n° 163, p.7.

³⁸ João Caruso Scuderi foi secretário de Agricultura durante o governo Brizola. Acusado de ser um político “radical”, após o final do governo estadual passou a integrar a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) do governo federal de Goulart. Quando dessa essa nomeação, Goulart foi duramente criticado por setores ruralistas. Caruso ficou pouco tempo no cargo, demitindo-se em alguns meses.

sem-terra.³⁹ Isso nos mostra que a proposta de alargamento da base social como tática política do MASTER, e presente em seu Estatuto de origem, se efetivou consideravelmente. Dessa forma, também o fato de incluir sindicatos de matizes diferentes em relação aos sujeitos que os compunham (assalariados, produtores autônomos) revela a tentativa em unificar um discurso e prática comum dentre aqueles setores agrários bastante atingidos pela crise econômica no Estado.

Outra questão é a forma em que o governo incentivou a criação dessas associações. No depoimento de Bastos, isso aconteceu através de programa de rádio, de maneira massiva, portanto, tornando extremamente difícil o possível controle ou suposto atrelamento defendido por algumas análises. Por outro lado, há o exemplo de o próprio governador, em comemoração a seu aniversário, criar uma *Associação* em sua propriedade, conforme relatado no jornal *Última Hora*:

Bacupari: Camponeses se organizam

Mais uma entidade de camponeses foi fundada. **Desta vez foi o próprio governador quem tomou a iniciativa.** No dia de seu aniversário, que passou no sítio de sua propriedade, o sr. Leonel Brizola reuniu os trabalhadores rurais e com eles fundou a Associação dos Agricultores Sem Terra de Bacupari.⁴⁰

O surgimento dessas organizações municipais/locais, portanto, não empreenderam a uma única lógica, tampouco destinavam-se, por parte do MASTER, a apenas uma categoria de trabalhador rural em específico.⁴¹ Mas, qual o número de trabalhadores rurais que integravam essas associações?

Se desejassem ser reconhecidas, deveriam possuir um número não inferior a 30 membros, conforme veremos adiante. Em Uruguaiana, município da fronteira oeste do estado, por exemplo, a fundação da “Associação de camponeses Sem-

³⁹ *Correio do Povo*, 6 de junho de 1963, p. 20.

⁴⁰ *Jornal Última Hora*, 26/01/1962, p.12. (grifo nosso). Brizola destina parte de seu “sítio” para a reforma agrária, procurando dar exemplo aos demais proprietários para que tomassem a mesma atitude.

⁴¹ Infelizmente, ainda não existem estudos aprofundados e específicos referentes ao funcionamento e composição destas associações que poderiam nos auxiliar no levantamento de dados acerca de seu formato organizativo e na definição do que significava ser sem-terra, no Rio Grande do Sul, neste período.

Terra” foi resultado da unificação de “vários núcleos locais” que “resolveram unificar-se na Associação Uruguaiana dos Camponeses Sem-Terra”. Em assembleia realizada para tal fusão e fundação, “mais de 300 pessoas compareceram” sendo que já se contava “mais de 600 assinaturas [...] coletadas reclamando a divisão dos latifúndios improdutivos ou mal utilizados no município”.⁴² No noroeste gaúcho, no município de Santa Rosa os trabalhadores rurais “Tinham fundado [...] uma Associação dos Agricultores Sem-Terra. Começou com uns 200 sócios, cresceu para 400, hoje tem uns 600 e continua a crescer [...]”.⁴³

Baseando a análise a partir das fontes citadas acima, o número de membros e de associações pode ser considerável durante o período aqui exposto. Essas associações foram criadas em maior número durante os processos de mobilizações e acampamentos que atravessaram o Estado no período (principalmente a partir de 1962 até o primeiro semestre de 1963), variando sua composição e atuação a depender da região onde se instalaram, e disseminaram-se. Esse é outro elemento importante, pois muitas dessas associações foram criadas durante mobilizações e acampamentos (ou ameaças de acampamentos), servindo como uma espécie de porta-voz de quem se mobilizou, como uma forma de acessar tanto a opinião pública, quanto os órgãos estaduais, vindo a deixar de existir após a desmobilização ou o término do acampamento. Dessa forma, muitas das organizações criadas (locais, municipais) tiveram vida efêmera, tornando difícil uma análise mais consistente do número efetivo de seus membros, etc.

Além dessas referências encontradas, outro indício dessas associações está no Livro de Atas da Associação dos Trabalhadores Sem terra de Alegrete, inserida na documentação de um processo administrativo oriundo de lei que estabeleceu o reconhecimento, por parte do Estado do Rio Grande do Sul, da responsabilidade por ter causado danos físicos e psicológicos a pessoas presas por motivação política, entre os anos de 1961 a 1979.⁴⁴ O processo, movido pelos familiares de Timóteo Bombach, descrito como presidente e fundador da referida

⁴² **Acampamentos Abalaram a Estância. Multiplicam-se as Associações Dos Sem Terra no Rio Grande do Sul.** *Jornal Novos Rumos*, 30 de março a 5 de abril de 1962, n° 163, p.7.

⁴³ **Acampamentos Abalaram a Estância. Cêrco do Latifúndio Asfixia Pequena Propriedade Gaúcha.** *Jornal Novos Rumos*, 13 a 19 de abril de 1962, n° 165, p.6).

⁴⁴ Trata-se da Lei Estadual n° 11.042/1998. O referido documento encontra-se no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), em Porto Alegre.

associação, registra quase dois anos de reuniões (06 de maio de 1962 até 08 de março de 1964) que, embora em um número bastante expressivo, de forma geral, apresentam uma linguagem bastante burocrática, mas que auxiliam no entendimento acerca do funcionamento dessas associações.

Com reuniões regulares no mínimo mensais, grande parte dos registros ocupou-se de análises de conjuntura estadual e nacional, relatos de reuniões realizadas em outros locais, sobretudo Porto Alegre e escolhas de representantes para atividades do MASTER. Chama atenção, ao final de cada Ata, o número pouco expressivo de participantes, sendo esse fato, inclusive, objeto de preocupação e “reclamação sobre a falta de comparecimento do sócio”.⁴⁵ Outro cuidado constante se referia à contribuição financeira destes associados, demonstrando que houve uma espécie de recolhimento mensal como forma de auxiliar a referida associação a desenvolver suas atividades. Contudo, “o companheiro Assis [...] criticou a falta da atitude do comparecimento do tesoureiro [...]”, então o encarregado dessa função e que, na avaliação do companheiro, parecia fazer pouco caso, talvez pela pouca representatividade das reuniões ou pela baixa quantia em dinheiro (a referida associação não possuía sede própria, por exemplo), fato que não conseguimos apurar.⁴⁶ Para mais, existe também o registro de reuniões e encontros com outras entidades políticas e sindicatos locais, referendando o esforço de articulação e a amplitude da proposta organizativa presente desde a criação do MASTER.⁴⁷ Esses indícios, embora bastante parciais e referentes a uma associação, parecem demonstrar que elas serviram para a conscientização e discussão acerca da realidade do período, através de análises da conjuntura e para o planejamento e

⁴⁵ Ata nº 27 de maio de 1963. Livro de Atas da Associação dos Agricultores Sem Terra de Alegrete. Processo administrativo de indenização oriundo da Lei Estadual nº 11.042/1998 referente a Timoteo Bombach, número 6462-1200/98-7. Acervo: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

⁴⁶ Ata nº 24 de 12 de janeiro de 1963. Livro de Atas da Associação dos Agricultores Sem Terra de Alegrete. Processo administrativo de indenização oriundo da Lei Estadual nº 11.042/1998 referente a Timoteo Bombach, número 6462-1200/98-7. Acervo: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Foi preservada a grafia original das atas.

⁴⁷ Em reunião realizada na Câmara de Vereadores do município transparece esse esforço de articulação política: “De imediato, o Sr. Presidente, disse da finalidade da reunião, qual seja atender a solicitação do MASTER no sentido de que, suas filiadas do interior, entrem em contacto com as Associações de operários, classe sindicais, estudantes, populares, a fim de que se dê cunho local e apoio integral ao chamado “Pacto de Ação Política”, que visa apressar a solução de quem de direito, no sentido de debelar a gravidade do momento atual no campo econômico, social.” Ata nº 20 de 2 de setembro de 1962. Livro de Atas da Associação dos Agricultores Sem Terra de Alegrete. Processo administrativo de indenização oriundo da Lei Estadual nº 11.042/1998 referente a Timoteo Bombach, número 6462-1200/98-7. Acervo: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

execução de ações vinculadas a luta pela terra, para a busca por apoio e solidariedade entre as diferentes organizações e movimentos, contando com certa estrutura financeira que viabilizasse tais atividades.

Ainda, conforme havendo estímulo por parte da administração estadual e do MASTER, às associações faltava um caráter de legalidade. Em parecer jurídico de setembro de 1962, o governo do estado esclarece e interpreta o artigo 5º do decreto estadual nº 12.812, de novembro de 1961⁴⁸, em relação ao incentivo de criação e manutenção de associações de agricultores com ou sem-terra, sindicatos rurais e associações de desempregados. Conforme tal parecer:

As organizações de classe [...], existentes ou que venham a se organizar, que obtenham parecer favorável do IGRA, serão consideradas, por decreto, como de utilidade pública [...]⁴⁹

Nesse sentido, o próprio estado, além de animar em discurso, incorporou a legalidade dessas agremiações, reconhecendo-as como sujeitos de direitos. É interessante notar que somente seriam consideradas de utilidade pública após o crivo do IGRA, ou seja, após análise da própria administração estadual. Mas a legalidade não deveria contar somente com esse aval, havendo outros critérios a serem cumpridos, também expressos no referido parecer e que remetem a decreto de lei estadual de 1946, que “estabelece as condições para o reconhecimento de sociedades de utilidade pública”, conforme seu artigo 1º:

Art. 1º: as sociedades civis, associações e fundações constituídas no território do Estado, com o fim de servir desinteressadamente a coletividade, podem ser declaradas de utilidade pública, a juízo do Governador, provado os seguintes requisitos:

- a) personalidade jurídica na forma da lei;
- b) efetivo funcionamento, atestado pelo respectivo Prefeito;

⁴⁸ Decreto de criação do IGRA.

⁴⁹ Parecer emitido em 5 de setembro de 1962 a respeito do artigo 5º, do decreto estadual nº 12.812, de 14/11/1961. Acervo pessoal Paulo Schmidt.

c) que os cargos de diretoria não são remunerados;

d) a prestação de serviços relevantes à coletividade; [...] ⁵⁰

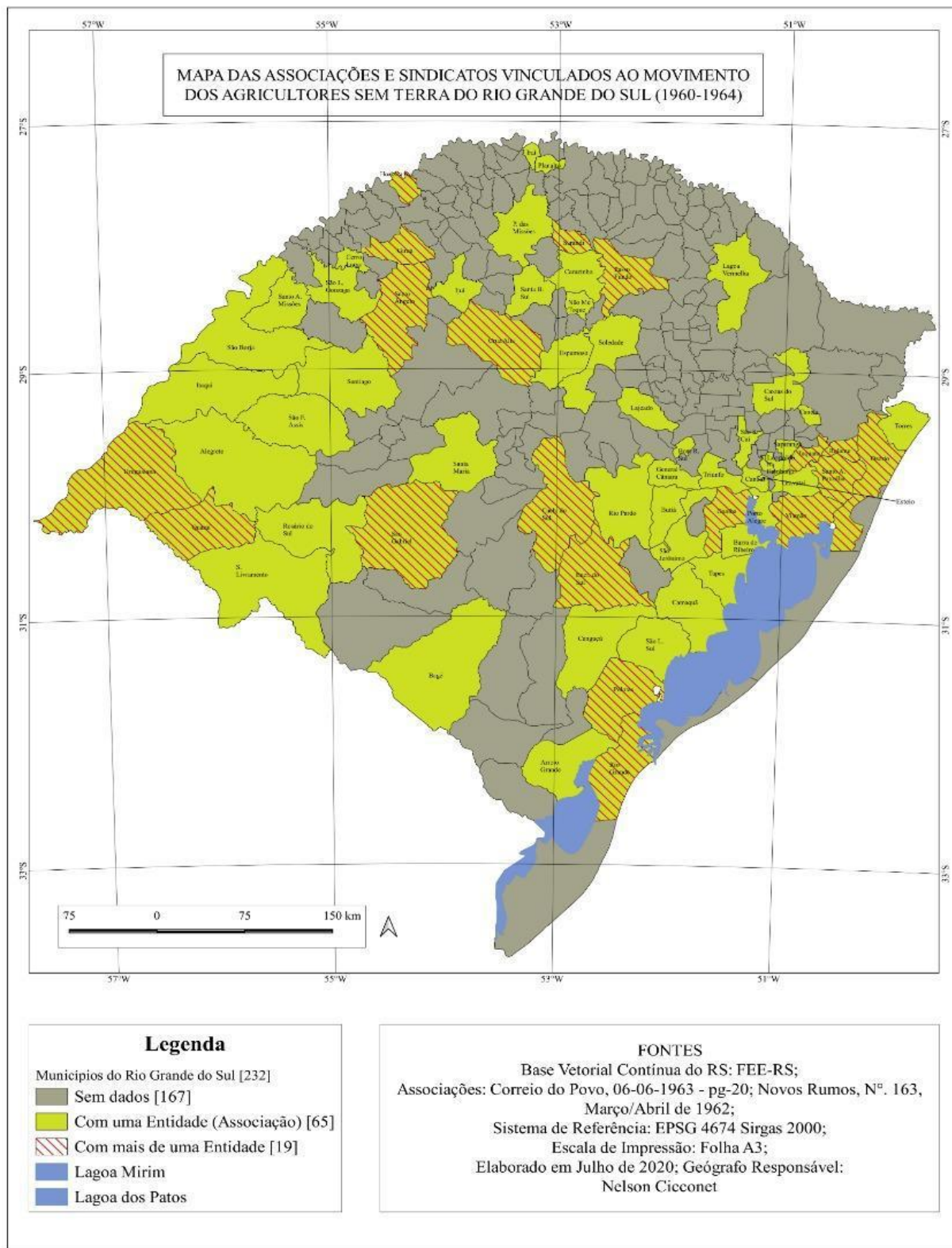
Além de tornar as associações de “utilidade pública”, durante as ocupações foram realizados cadastros dos requerentes a terra, através de fichas de inscrição e entrega de “papéis timbrados”, “papeizinhos”, como “símbolo de um direito adquirido”.⁵¹ O estado, ao mesmo tempo em que incorporou e institucionalizou a questão agrária, passou a contar com um cadastro de trabalhadores rurais a reivindicar terra.

O mapa abaixo, elaborado a partir das pesquisas realizadas no âmbito do projeto de pesquisa “Mobilizações e movimentos sociais agrários, repressão e resistências do pré-1964 à ditadura civil-militar: as trajetórias do MASTER no RS e das Ligas Camponesas em PE” (Edital Memórias Brasileiras: conflitos sociais / CAPES) nos auxilia na visualização e localização destas associações no estado sul-rio-grandense, demonstrando sua capilaridade territorial, além de apontar para a quantidade destas organizações presente em cada município:⁵²

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ ROSA (2010). Em nossa pesquisa também encontramos menção a tal prática, conforme veremos no capítulo II.

⁵² As associações identificadas no mapa não necessariamente coexistiram, apenas incluímos no mapa, todas as associações que apareceram nas fontes pesquisadas. Ainda assim, ao menos três associações não conseguimos dispor os municípios onde se localizavam: Morro Velho; São João e Vila de Jardim.



Na lógica apontada até aqui (aparato burocrático, apoio estatal, legalidade jurídica, suporte político através de um movimento estadual somado à crise econômica no setor) explodem a criação de associações de trabalhadores rurais e as mobilizações por terra no estado, “abalando a estância”.

Em paralelo ao incentivo à criação de Associações, o MASTER programou uma estratégia organizativa, com a participação e execução de Congressos e Encontros com o intuito de discutir as linhas políticas a serem adotadas, mobilizar os camponeses para a luta por terra e pressionar a sociedade e o governo para que a política estadual se efetivasse.

Em novembro de 1961 ocorreu o Congresso de Belo Horizonte - marco importante na organização camponesa brasileira - implicando em uma reorientação política por parte do Movimento, sobretudo em relação as suas formas de atuação e reivindicação. O Jornal *Terra Livre*, em maio de 1961, anuncia o “I Congresso de Lavradores Agrícolas do Brasil”:

Todas as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, de todas as partes do país deverão tomar parte no Congresso, quando serão discutidos todos os problemas e dificuldades dos homens do campo entregues ao abandono e desamparados das leis que lhes garantam os direitos.

O Congresso contará com a presença do Presidente da República, do Vice-Presidente, do Governador e Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, dos Prefeitos de Belo Horizonte e de vários municípios mineiros, do Governador do Rio Grande do Sul, de Senadores, Deputados e Técnicos do Ministério da Agricultura.⁵³

Embora tenha sido noticiado que o governador do Rio Grande do Sul se faria presente, Brizola não participou do Congresso, porém auxiliou com o fretamento do ônibus aos delegados representantes do MASTER. A notícia no

⁵³ “**Trabalhadores do Campo de todo o Brasil vão discutir seus problemas em Belo Horizonte**”. Jornal Terra Livre, Maio de 1961. n.99, p. 1.

Jornal *Última Hora*, de novembro de 1961, aborda que o Congresso Camponês centrou suas discussões em relação aos seguintes temas:

Saudação de Camponês é Reforma ou Revolução

BELO HORIZONTE, 20 (UH) – Reforma agrária imediata, com a liquidação do latifúndio, desapropriação de todas as propriedades acima de 500 hectares e sua venda aos camponeses, é a tese que o Primeiro Congresso dos Trabalhadores do Campo, aprovou. Quinze teses foram apresentadas sobre o problema do aproveitamento da terra, no Brasil: todas elas afirmaram a absoluta necessidade de se efetuar a imediata reforma agrária.⁵⁴

Segundo a mesma reportagem, fizeram-se presentes em torno de 1.600 delegados, de 16 Estados do Brasil. O MASTER, “presente no evento de Belo Horizonte através de uma delegação composta de 33 delegados, representando 33 associações de sem terra.” (ECKERT, 1984, p.76), no seu retorno ao Rio Grande do Sul, estabeleceu, no ano de 1962, sua nova forma de mobilização: os acampamentos. Ainda, com a participação neste evento, comunistas (PCB) e trabalhistas (PTB) se uniram em torno da mesma organização “em prol da tentativa de unificação do movimento camponês gaúcho [...]” (ECKERT, 1984, p. 77).

Sobre os encaminhamentos políticos do Congresso, o lema em relação à reforma agrária se traduziria na frase expressa por Francisco Julião,⁵⁵ representante das Ligas Camponesas: “A reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue”.

Já em solo sul-rio-grandense, o MASTER se preparou para organizar o I Encontro Camponês Estadual. Conforme nos relata ECKERT (1984, p. 141):

⁵⁴ “**Saudação de Camponês é Reforma ou Revolução**”. Jornal *Última Hora*, 20 de novembro de 1961, s/n, s/p.

⁵⁵ Francisco Julião (1915-1999), pernambucano, foi o primeiro advogado dos camponeses que se organizaram em ligas nos engenhos. Elegeu-se deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Passou a liderar as Ligas Camponesas, sendo sua principal expressão pública. Considerado brilhante orador, alinhava-se com os setores mais moderados. Com o golpe militar, foi perseguido e exilou-se no México, onde faleceu. (In: STÉDILE E FERNANDES, 1999).

O 1º Encontro Camponês Estadual, convocado pelo MASTER, após várias tentativas, ocorreu afinal nos dias 31 de março e 1º de abril de 1962, sendo convidadas todas as Associações de Sem Terra e Uniões de Agricultores Sem Terra, que deveriam fazer-se representar através de dois delegados devidamente credenciados. [...] Na ocasião, foi eleita uma Comissão Executiva Provisória com a seguinte composição: para presidente Milton Serres Rodrigues, prefeito de Encruzilhada do Sul; para vice-presidente, Rosauro Charlat, da Associação dos Agricultores Sem Terra de Uruguaiana; para secretário, Euzébio França, técnico rural e funcionário do IGRA; e para tesoureiro, Mário Peres, sindicalista urbano.”

Assim, a partir das discussões realizadas nacionalmente, o MASTER passou a se organizar de forma articulada no estado. O excerto acima chama a atenção sobre a composição dos membros eleitos da Comissão Executiva Provisória do MASTER: não parece abranger nenhum camponês, ou melhor, nenhum dos eleitos possuía como forma de sobrevivência a atividade agrícola. Somente Rosauro Charlat era “tosquiador de ovelhas no município⁵⁶ de Uruguaiana. Essa Comissão eleita provisoriamente seguiu no cargo até a realização do I Congresso Estadual do MASTER, em dezembro de 1962, no qual foi referendada como direção efetiva, sendo que a ela será incluído mais um membro com atividade de trabalho no meio rural. Trata-se de Nascimento Meirelles, que além de militar reformado era “agricultor em pequena escala”.⁵⁷ É sintomática essa característica em relação à ocupação socioprofissional dos principais dirigentes do movimento, sobretudo e principalmente quando analisaremos o (re)surgimento das lutas pela terra no estado, ao final dos anos 1970, no Capítulo III.

Ao final do I Encontro, o MASTER apresentou uma Carta Reivindicatória, demonstrando a sociedade suas principais pautas políticas, assim como as estratégias para que se mantivesse a luta pela terra no Estado. Dentre essas:

[a] defesa de preços mínimos justos; efetivação da assistência social; crédito rural e direito ao voto aos analfabetos, inclusive agricultores. Apoio e ajuda à criação de sindicatos rurais e incentivo à sindicalização dos trabalhadores rurais [e a aposta na] **fundação e registro de novas Associações de Agricultores Sem Terra, Pequenos e Médios Proprietários Rurais**, [ao] estímulo de novos sócios, pois essas associações são o tipo de organização que, em nosso Estado, tem se revelado o mais adequado para a luta dos

⁵⁶ Jornal *O Semanário*, 15 a 20 de setembro de 1961, s/p.

⁵⁷ Processo administrativo de indenização oriundo da Lei Estadual nº 11.042/1998 referente a Nascimento Pereira Meirelles, número 4745-1200/98. Acervo: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. O I Congresso realizado pelo MASTER será tratado adiante.

camponeses por uma Reforma Agrária Radical [e consequente] filiação de todas essas Associações ao seu órgão dirigente estadual - MASTER. (*Terra Livre* APUD ECKERT (1984, pp. 332-337), grifo nosso.

Mantém-se, portanto, aspectos relacionados à pauta econômica, como forma de dirimir a crise estadual, pois a reforma agrária defendida seria “um largo passo na solução da carestia da vida, proporcionando gêneros alimentícios abundantes e baratos aos trabalhadores da cidade” e aspectos políticos-ideológicos, onde o MASTER reafirma seu apoio “a luta do povo brasileiro pela emancipação nacional”, propugnando “intransigentemente pela unidade do movimento camponês”. (*Terra Livre* APUD ECKERT (1984, pp. 332-337)). Por fim, a aposta nas associações de sem-terra demonstra a necessidade de manter mobilizados os trabalhadores rurais, sendo estas as responsáveis por organizar, conduzir e mobilizar a luta por terra no Rio Grande do Sul.

Entretanto, a todo esse contexto faltava-lhe o essencial: a mobilização dos trabalhadores, e “*TUDO indica que teremos no Rio Grande do Sul o que em física atômica se chama de reação em cadeia*”.⁵⁸

1.4 Os Acampamentos

“- Que dizem do acampamento?

- Falam de bem e de mal...

- Quem dizem de bem?

- De bem, dizem que é política. Mas tudo é política mesmo...

- E de mal...?

- De mal, que é comunismo...”⁵⁹

A passagem acima foi descrita pelo jornalista Rui Facó, enviado especial do jornal *Novos Rumos* e responsável por realizar uma série de reportagens acerca dos acampamentos de camponeses sem-terra no Rio Grande do Sul, e retrata um diálogo do presidente do MASTER, Milton Serres Rodrigues, com camponeses acampados em São Francisco de Assis. Facó se impressionou, sobretudo, com

⁵⁸ **Brizola desapropria terras e entrega aos camponeses.** Jornal *Novos Rumos*, 2 a 8 de fevereiro de 1962, p.8, nº 156.

⁵⁹ **Acampamentos abalaram a estância. Os gaúchos sabem por quê pelear.** Jornal *Novos Rumos*, 23 a 29 de março de 1962, p.7, nº 162.

duas coisas: a extensão dos latifúndios (“desertos”, onde as casas dos peões “[...] são mais pobres [em comparação com a região da serra gaúcha, onde o repórter também esteve analisando a situação da pequena propriedade], têm aspecto humilde, construídas de palha e tábuas, ou mesmo de palha e barro [...]”) e a disposição de centenas de famílias em “acampar” com seus poucos pertences na esperança de conseguir um pedaço de terra para sobreviver. “Que tem a perder esse[s] homem[ns]? Que lhe[s] restava se não vir acampar? [...]”.⁶⁰

A partir de janeiro de 1962 os acampamentos, similares ao acima descrito, tornaram-se presentes na paisagem sul-rio-grandense. Dois desses acontecimentos marcaram mais profundamente a história da luta pela terra no estado, por serem até hoje os mais lembrados: a ocupação da Fazenda Sarandi e a ocupação do Banhado do Colégio, em Camaquã, no sul do estado.

No dia 12 de janeiro, em uma área de terra localizada no norte do Rio Grande do Sul teve origem a prática dos acampamentos como forma de denúncia e pressão para a democratização da propriedade. No município de Nonoai, uma fazenda de 25 mil hectares e de propriedade estrangeira (uruguaia) vai ser a primeira grande ação do MASTER, conforme noticiado pelo jornal *Última Hora*:

Agricultores exigem terra. Exploração desenfreada na região norte

NONOAI, 10 (UH) - Cerca de mil agricultores estão se concentrando, desde ontem, nesta cidade, e, ao meio-dia, deverão “acampar” defronte à Prefeitura Municipal, para solicitar das autoridades a concessão de terras onde possam trabalhar sem a exploração desenfreada que vêm sendo vítimas nas zonas rurais da região norte do Estado, próxima ao Estado de Santa Catarina. Pertencentes à Associação dos Agricultores sem Terra deste município, os trabalhadores rurais reclamam uma ação enérgica do governo para conceder-lhes propriedades e contam, inclusive, com o apoio das autoridades locais. Vários agricultores que já trabalhavam terras da Fazenda Sarandi (até aqui improdutivas) mantêm-se firmes em sua disposição de não abandonar as áreas que começaram a cultivar.⁶¹

⁶⁰ Idem.

⁶¹ **Agricultores exigem terra. Exploração desenfreada no norte.** Jornal *Última Hora*, 10/01/1962, p. 6.

Dias antes do início dessa ação por parte dos camponeses, ocorreu, no município de Santa Maria, uma Concentração dos ruralistas gaúchos contando, inclusive, com a participação do governador Brizola no encerramento do evento. A Carta de Santa Maria, expressão das discussões do encontro, afirma que os ruralistas estariam “unidos na defesa do que consideram mais sagrado: o direito a propriedade rural”. Por sua vez, Brizola declarou que foi a Santa Maria para “dialogar com os ruralistas”.⁶² Isso demonstra o clima de disputas em relação à reforma agrária no estado, nesse momento.⁶³ Também, dias antes, a administração estadual deu sinais concretos de avanço em relação à política agrária, desapropriando duas áreas, uma em Canguçu e outra em São Jerônimo,⁶⁴ provavelmente animando o desenrolar da luta na região norte.

Por sua vez, os camponeses cumpriram sua “ameaça” e acamparam na beira da estrada, em área fronteira à Fazenda Sarandi. Contando com o apoio do prefeito de Nonoai - e primo de Brizola - Jair Calixto, os camponeses acampados, “rezam e pedem terra para plantar”. “Dormindo em barracas” e contando com o apoio do presidente do MASTER, Milton Serres Rodrigues e do prefeito de Sarandi, Ivo Sprandel, os trabalhadores rurais “exigem que o Estado solucione seu problema”. Organizados através da Associação dos Agricultores Sem Terra de Nonoai, responsável por manter a ordem dos reivindicantes, não permitindo “o uso de bebidas alcoólicas entre eles”, por exemplo, estavam “dispostos a permanecer ali até que se resolva sua situação”.⁶⁵ Esses trabalhadores começaram a construir algo histórico em relação às lutas por terra no Brasil e que, após o episódio, terão sua forma incorporada pelos movimentos vindouros.

⁶² **Encerrada ontem a Concentração de Santa Maria. Behregaray: <<Estaremos Unidos na defesa do direito de propriedade>>**. Jornal *Última Hora*, 08/01/1962, p. 8.

⁶³ Após a *Concentração* em solo gaúcho, os ruralistas organizam-se para participar, no Rio de Janeiro, do 6º Congresso Nacional de Ruralistas, entre os dias 24 e 25 de janeiro de 1962, com o “objetivo de proclamar à Nação que a classe está contra a reforma agrária radical” (Jornal *Última Hora*, 10/01/1962, p. 6).

⁶⁴ Declaradas como terras de utilidade pública, a área de Canguçu contava com “595,958 hectares, na localidade de Armada”, sendo a área declarada em São Jerônimo de “211,6 hectares, em Quitéria”. Porém, ambas as áreas não contaram com a “forma acampamento”. (Jornal *Última Hora*, 11/01/1962, p. 6).

⁶⁵ **Nonoai: Agricultores rezam e pedem terra para plantar**. Jornal *Última Hora*, 12/01/1962, p.12. Embora o periódico reporte o apoio do prefeito de Sarandi, Ivo Sprandel, algumas fontes afirmam não ser verdade, inclusive, que Sprandel fora contra a mobilização. ROSA (2010) defende essa premissa, baseando-se em entrevistas de história oral com personagens ativos na mobilização. Em nossas pesquisas, não encontramos qualquer alusão a Sprandel.

A Fazenda Sarandi teve sua declaração de desapropriação três dias após sua ocupação, feita pelo próprio governador do estado, em visita aos acampados, através de “promissórias rurais”, visto que “os agricultores asseveram que não desejam terras de presente, mas sim que querem adquirir a terra suficiente para o sustento de suas famílias”. Todavia, o acampamento chegou a contar, a depender da fonte, entre 1.800 a 5.000 participantes, sendo, desta forma, impossível absorver a todos. Nesse sentido, tem-se uma nova questão: *“Que fazer-se [...] com os outros 4.000 ocupantes, que também não têm terra e que já se mobilizaram, espiritual e fisicamente, pela posse da terra?”*⁶⁶

A partir desse acontecimento, a “reação em cadeia” possuía, agora, uma experiência de luta concreta na qual se desenvolver: o “exemplo de Nonoai”. Além da forma, a possibilidade de vitória e conquista da terra tornou-se um elemento a mais a provocá-la, e os camponeses aproveitaram o momento. Antes que passemos a analisar o desenrolar das mobilizações camponesas no estado, cabe um breve olhar sobre a historiografia em relação a este caso.

O episódio da Fazenda Sarandi enseja discussões dentro da historiografia sobre o tema, sendo seu exemplo bastante utilizado para definir o papel que o MASTER desempenhou nas lutas dos anos de 1960. Por ter se tornado um evento significativo do ponto de vista da luta pela terra no Rio Grande do Sul, por contar com diversos atores políticos e sociais a se mobilizar e sendo bastante documentado pelos jornais da época, além de sair-se vitorioso, cabe aqui alguns apontamentos em relação a alguns trabalhos a respeito.

Duas principais dúvidas estão presentes em diferentes análises. Uma, vincula, ou não, a ação da Fazenda Sarandi como uma ação “de cima para baixo”, que contou com o consentimento e apoio do governo do Estado, sendo executada por seu primo-irmão e prefeito de Nonoai, o que demonstra, portanto, que o MASTER estava mais preocupado em realizar o projeto político de Brizola, ao invés de construir uma luta genuína dos trabalhadores rurais ao acesso a terra, portanto. Nesse sentido, procuram discutir atrelamento e autonomia da relação

⁶⁶ **Brizola desapropria terras e entrega aos camponeses.** Jornal *Novos Rumos*, 2 a 8 de fevereiro de 1962, p.8, n° 156.

movimento/Estado. A outra, centra-se no protagonismo, ou não, do MASTER no conflito.

Os trabalhos de GEHLEN (1983) e CARINI E TEDESCO (2007), já apontados na Introdução, são exemplos de análises que se propõe a fazer apontamentos acerca do caráter e funcionamento do MASTER. Ambas reconhecem o MASTER como organização que influenciou a ocupação, o vinculam, porém, a um projeto de partido, no caso, o PTB, deixando dúvidas a respeito da participação dos camponeses no movimento. Gehlen, por exemplo, coloca que o “Master era controlado pela esquerda do PTB” (p. 104) tendo participado da “motivação, mobilização e organização dos sem-terra” (p. 134) durante a ocupação da Fazenda Sarandi. Para o autor, são três os fatores que explicam a ação:

a) milhares de colonos sem-terra já perambulavam e pressionavam pelo direito que julgavam ter de possuir terra [...]; b) era ponto de passagem e hospedagem [Nonoai] quase obrigatória para milhares de retirantes que migravam para o oeste catarinense, paranaense e até mesmo para o sul do Mato Grosso; c) **o prefeito Jair de Moura Calixto, um hábil político, era primo e correligionário do Governador e incentivava uma política de reforma agrária e posicionava-se contrário aos latifundiários.** (GEHLEN, 1983, p. 134), grifo nosso.

Nesse sentido, além de o MASTER ter atuado no evento, sendo este articulado entre “prefeitura, governador e Master”, nas palavras de Gehlen o êxito parece ter sido conquistado mais pela habilidade política de Jair Calixto e menos pela capacidade organizativa dos “milhares de colonos sem-terra” que perambulavam pela região. Carini e Tedesco são mais enfáticos, afirmando que “o acampamento de Capão da Cascavel, se não foi planejado, esteve sob olhar vigilante e muito bem informado de Brizola nos mínimos detalhes” (pp. 60-61), e da mesma forma que Gehlen, apontam que a ação somente foi possível “contando com a participação de caudilhos locais (como Calixto e Jacobsen)” (pp. 75-76), pois o objetivo das ações de Brizola no campo não visava a um “movimento social de base popular e ideológica camponesa” (idem). Nesse sentido, mesmo reconhecendo que a atuação do MASTER no estado não tenha se dado de forma homogênea,

defendem que o seu surgimento e atuação esteve unido com o populismo de Brizola:

o Master foi um Movimento que teve, desde seu nascedouro, a marca do populismo, do paternalismo e do caudilhismo. Ainda que, em certos momentos, tenha se expressado de forma autônoma, distanciando-se e às vezes até rompendo com o Estado ou com as lideranças políticas ligadas ao governo, esses elementos caracterizadores estiveram muito presentes nas decisões e ações do Movimento, sobretudo nos anos de 1962 e 1963. (CARINI e TEDESCO, 2007, p. 81)

Já o trabalho de Rosa (2010) vai procurar vestígios nas formas de reivindicação e não nas histórias dos movimentos de luta pela terra, justificando sua escolha no papel das pessoas comuns. Criticando os trabalhos acima mencionados e sua ênfase no papel dos líderes, o autor aponta que com esta visão “Cria-se [...] a ideia de que o poder de organização e mobilização deriva da capacidade pessoal das lideranças, jogando para segundo plano o papel dos não líderes nestes processos.” (p. 24). Entrevistando três personagens que atuaram no episódio,⁶⁷ Rosa aponta a invisibilidade acerca do MASTER (nenhum dos entrevistados reconhece o movimento como tendo um papel central no episódio) e, da mesma forma que os trabalhos citados acima, as referências a lideranças locais, sobretudo Jair Calixto, são bastante presentes. Porém, diferentemente do que apontaram os dois trabalhos acima referidos, Rosa procurou complexificar esta experiência, indicando que:

O envolvimento direto de políticos e funcionários estatais combinado com a mobilização massiva de trabalhadores rurais para a obtenção de terras institucionalizou o problema dos sem-terra como um problema de Estado. (ROSA, 2010, p. 71)

⁶⁷ Carlos Araújo, na época jovem militante que estava na região para auxiliar em trabalhos de “organização política”. Mais tarde, Araújo se torna Deputado Estadual e candidato a prefeito de Porto Alegre. Seu Cleto é natural de Nonoai, quando jovem estudou em Porto Alegre e se tornou militante da juventude comunista, juntamente com Araújo. Posteriormente, integra o PTB de Nonoai. Seu Chiquinho das Éguas é natural de Ronda Alta e foi o responsável por mapear o local da ocupação. Ver mais em: ROSA (2010, pp. 27-28).

Dessa forma, o acontecimento de Sarandi que envolveu, conforme colocado pelo autor, políticos e funcionários do Estado, mas que, principalmente, só existiu por conta da massiva mobilização de trabalhadores rurais, necessita ser compreendido dentro desses meandros, dessas relações entre esses diferentes atores. Inclusive, se recordamos, mais uma vez, no Estatuto de fundação do MASTER, fica claro que essa diversidade esteve presente, desde o início, no seu horizonte político. Sobre a invisibilidade da participação do movimento na ação, Marcelo Rosa aponta que “ao mesmo tempo em que o MASTER era formado, mecanismos internos à burocracia estatal também começavam a ser criados [...] que, cerca de um ano mais tarde, viriam a contribuir para a legitimação da relação entre o movimento e o governo” (ROSA, 2010, p. 54). Assim colocado, é provável que nesse episódio, devido ao entrelaçamento das relações estado/movimento, o fato de ser um ou outro a levar a cabo tal experiência possui diminuta importância a quem esteve mobilizado. Por óbvio, figuras públicas tendem a encarnar maior visibilidade dentro de ações de tamanho vulto. Nessa sequência, mesmo o MASTER não estando presente na memória, é provável que estivesse presente no conjunto de reivindicações e na forma como se deu a ocupação. É preciso lembrar que o movimento contava com quase dois anos de criação e, mesmo que não houvesse empreendido grandes mobilizações até janeiro de 1962, estava consolidando sua atuação em todo o estado e propondo e organizando associações e discussões a respeito da necessária reforma agrária.⁶⁸

Se o MASTER organizou a mobilização dos trabalhadores, porque estes mesmos não o reconhecem enquanto movimento político? O fato de não estar presente na memória de quem vivenciou a ocupação da Fazenda não significa, simplesmente, que ele não lá estivesse.

Tais trabalhos são importantes para nos auxiliar no entendimento do período, mas o que aqui propomos é que a representatividade do MASTER esteve presente entre os diversos atores sociais que compunham as disputas por terra no período no Rio Grande do Sul e, conforme afirmado, variaram de acordo com a região, da liderança local e da forma de mobilização. Assim, o episódio da Fazenda Sarandi, embora fundamental para incentivar a “reação em cadeia” em outras regiões do

⁶⁸ Discussões a respeito do envolvimento do MASTER nas ações da Fazenda Sarandi serão retomadas no Capítulo II.

Estado, não explica o todo do movimento. Isso posto, retornemos aos acontecimentos.

“Nonoai dá exemplo: Mais camponeses exigem terra”, assim noticiou o jornal *Última Hora*, no dia 17 de janeiro de 1962. Segundo reportagem, “a extraordinária vitória dos camponeses pobres de Nonoai [...] repercutiu em todo o Rio Grande [...]” encorajando “posseiros e peões que agora exigem o mesmo e se organizam para sair da miséria em que vivem [...]”. Na localidade de Espigão do Alto, no município de São José do Ouro, os agricultores enviaram o vereador Estevão Malinowski a Porto Alegre, para que este os representasse e apresentasse ao governador do Estado suas reivindicações.⁶⁹ Em cada localidade, mobilização e município, conforme posto, houve formas diferentes de reivindicações e nem todas imprimiram a forma acampamento.

No município de Taquari a denúncia de que “jagunços assaltaram posseiros” fez “600 camponeses das regiões adjacentes” realizarem manifestação para “reclamar a posse da terra e denunciar jagunços que, a mando de latifundiários, estão cometendo atos de banditismo”, organizados na Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Taquari.⁷⁰ Em Santa Maria, região central do Estado, “agricultores Sem Terra acampam na BR-14” e dispostos a marchar até Porto Alegre, pleiteavam ao governo do estado “um pedaço de terra ‘para plantar e produzir’”.⁷¹

Os meses de janeiro e fevereiro de 1962 foram os mais intensos em termos de mobilizações e reivindicações. Ocorreu algum tipo de manifestação em: Pelotas;⁷² Caçapava do Sul;⁷³ Itapoã;⁷⁴ Sapucaia;⁷⁵ Alegrete;⁷⁶ São Leopoldo;⁷⁷ São

⁶⁹ **Nonoai dá exemplo: Mais camponeses exigem terra.** Jornal *Última Hora*, 17/01/1962, p.13.

⁷⁰ **Intranquilidade em Taquari: Jagunços assaltaram Posseiros.** Jornal *Última Hora*, 20/01/1962, p.3. A mesma reportagem afirma que “reagindo às violências, três posseiros mataram a machadadas um jagunço, pondo em fuga os demais que os assaltaram.”

⁷¹ **Santa Maria: Agricultores Sem Terra acampam na BR-14.** Jornal *Última Hora*, 23/01/1962, p.12.

⁷² **Concentração em Pelotas.** “[...] Milhares de camponeses sem terra de Pelotas, Piratini, Canguçu e Arroio Grande reuniram-se, ontem à noite, na Vila Gotuso, para fundar a Associação dos Camponeses Sem Terra de Pelotas.” (Jornal *Última Hora*, 26-01/1962, p. 12).

⁷³ **Caçapava repete Sarandi e Camaquã: quinhentos homens exigem terra para plantar.** “Mais de 500 agricultores sem terra estão se deslocando para esta cidade, exigindo uma gleba onde possam trabalhar. Já se encontram no forte Dom Pedro II, local do acampamento mais de 100 homens com seus instrumentos de trabalho. Os grupos de camponeses continuam chegando a cada hora que passa, utilizando todos os meios de transportes. [...]” (Jornal *Última Hora*, 29/01/1962, p.14).

Jerônimo;⁷⁸ São José do Norte;⁷⁹ São Lourenço; Gravataí;⁸⁰ São Francisco de Paula;⁸¹ por exemplo, demonstrando não ser exagero a expressão “reação em cadeia”, conforme aventado por Facó. Mas não somente as mobilizações garantiram a possibilidade de conquista da terra, outra forma de se conseguir a democratização da propriedade, e amplamente buscada por parte da administração estadual, foi apelar para o “espírito cristão” dos ruralistas, classe que também deveria fazer sua parte. Em Santa Rosa, por exemplo, o fazendeiro Olinto Gotardi entregou, gratuitamente, 10% de sua propriedade total (12.800 ha) ao Estado, além de

⁷⁴ **Itapoã. Sublevação de camponeses nos arredores da capital!** “[...] 150 famílias dos arredores de Porto Alegre cujas cabeças há anos vinham trabalhando em terras alheias sob o regime da “meia” decidiram dar o mesmo passo [Nonoai e Camaquã], sábado, e estão acampadas, presentemente, em Itapoã, em terreno do Grupo Escolar “Caldas Júnior”, exigindo a posse da fazenda “Lagoa Negra” (6.900 ha pertencentes ao Estado).” (Jornal *Última Hora*, 05/02/1962, p.12).

⁷⁵ **Sapucaia: Colonos reivindicam terras em poder de Meneghetti.** “Criada domingo, a “Associação dos Camponeses” de Sapucaia já tem um objetivo: tomar as terras pertencentes ao srs Ildo Meneghetti, Alfredo Silveira e Vicente Felix, com 1.500 hectares, localizados em Canoas, e separadas de Sapucaia pelo Rio dos Sinos.” (Jornal *Última Hora*, 06/02/1962, p.12).

⁷⁶ **Mil homens acampam às margens do Ibirapuitã.** “Mais de mil colonos pobres estão acampados às margens do Ibirapuitã, pleiteando a posse de uma grande extensão de terra que a União desapropriou há tempos para construção de uma represa, mas cujas obras nunca foram atacadas. Depois que o contingente chegou ao local e as barracas foram erguidas seus líderes encaminharam, através do prefeito de Alegrete, comunicação ao secretário da Agricultura, de que dali só sairão com sua reivindicação atendida [...]”. (Jornal *Última Hora*, 06/02/1962, p.12).

⁷⁷ **Visado o Horto Florestal.** “A exemplo dos trabalhadores agrícolas de Sapucaia, camponeses residentes nos bairros de Rio Branco e Feitoria, vão fundar sua Associação, já tendo conseguido apoio de vários vereadores. As terras visadas pelos agricultores leopoldenses estão localizadas no Horto Florestal”. (Jornal *Última Hora*, 07/02/1962, p.10).

⁷⁸ **São Jerônimo: Mil colonos se levantam.** MIL agricultores deverão concentrar-se, sábado à tarde, na localidade de Quitéria, no município de São Jerônimo, para reivindicar providências efetivas do governo para que recebam terras onde possam desenvolver suas atividades. A informação foi prestada ao UH pelo sr. Francisco Bibiano da Luz, presidente da Associação dos Agricultores Sem Terra, com pouca Terra e Desamparados, recentemente fundada em São Jerônimo [...]”. (Jornal *Última Hora*, 07/02/1962, p.10).

⁷⁹ “Colonos pobres deste Município marcaram o dia 11, domingo próximo, para acampar nas vizinhanças da Granja Tamandaré, ocupada pelo Exército, e reivindicar terras para trabalhar”. Entre os líderes dos camponeses de São José do Norte, destaca-se o padre Onofre Seifero, que rezeirá uma missa naquele dia, antes de ser iniciada a “marcha da conquista”. (Jornal *Última Hora*, 08/02/1962, p. 10).

⁸⁰ **São Lourenço e Gravataí. “Sem Terra” abrem duas novas frentes.** “[...] camponeses sem terra de Gravataí e São Lourenço do Sul realizaram grandes concentrações no fim de semana, nos seus rincões, reunindo em cada uma delas mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Em Gravataí foi constituída a Liga Camponesa de Vista Alegre, que reivindica terras do Instituto Experimental do Arroz, e, em São Lourenço do Sul, uma Associação de Agricultores Sem Terra”. (Jornal *Última Hora*, 12/02/1962, p.14).

⁸¹ **Marcha sobre São Francisco.** “Cerca de 3.000 agricultores deste Município [Caxias do Sul] estão se dirigindo para São Francisco de Paula, a fim de tomar posse da Fazenda Velha (4.300 hectares) ali existente. Calcula-se que ao meio-dia de hoje, estarão chegando ao final da marcha”. (Jornal *Última Hora*, 17/02/1962, p.12).

“vender aos agricultores sem terra, em condições acessíveis e com financiamento a longo prazo, a metade de sua propriedade total”.⁸²

Ao final do mês de janeiro, outro acampamento demonstrou a força das mobilizações, desta vez, no município de Camaquã. Na área conhecida como Banhado do Colégio,⁸³ “Mais de 2 mil camponeses pedem terra” afirmando que “Só a morte nos expulsa daqui”.⁸⁴ A mobilização teria iniciado após um “convite pelo rádio” do Sr. Epaminondas Silveira, convocando uma reunião preliminar em sua residência. A partir desse primeiro ato, mais de 2.000 camponeses se dispuseram a empreender a ocupação do Banhado e, a exemplo do ocorrido na Fazenda Sarandi, prontamente foram acolhidos pelo estado, sendo a desapropriação da área decretada pelo governador cerca de seis dias após a ocupação, com a justificativa expressa de que a “reivindicação dos camponeses é humana e justa”, estando, inclusive, “amparada pela própria Constituição, que determina a obrigatoriedade de o governo providenciar planos especiais de colonização, sempre que haja uma solicitação de mais de 100 camponeses sem terra”.⁸⁵

Liderada pela Associação dos Camponeses locais (ligada ao MASTER) a mobilização em Camaquã acentuou as disputas em relação à reforma agrária no Estado, sobretudo das Associações Rurais. Nesse episódio, a Associação Rural de Camaquã solicitou, inclusive, a “presença” do III Exército para expulsar os camponeses acampados, não tendo, porém, sua solicitação atendida. Contaram, dessa vez - e diferentemente do ocorrido em Nonoai -, com o apoio do prefeito Nelson Martins, afirmando ser “decididamente contra os camponeses pobres”, e ameaçando: “se alguém tentar organizar a Associação dos Agricultores Sem Terra [...] apelará para os poderes federal e estadual [...]”.⁸⁶ Não conseguindo frear o

⁸² **Santa Rosa: Fazendeiro doa 1.200 hectares para planos de colonização!** (Jornal *Última Hora*, 31/01/1962, p.12). Em outros municípios do Estado teremos atitudes semelhantes, porém, são casos isolados.

⁸³ Conforme ROSA (2010): “a área era um alagado que fora drenado pelo governo estadual. Com o recuo das águas, os grandes fazendeiros locais passaram a expandir ilegalmente os limites de suas terras para incluir o solo fértil que dali emergia. Foi neste contexto que correligionários do governador, ligados ao master, e opositores políticos destes fazendeiros decidiram reivindicar o terreno, que já pertencia ao Estado desde a sua desapropriação para as obras, em 1960” (pp 41-43).

⁸⁴ Jornal *Última Hora*, 24/01/1962 e 25/01/1962, capa.

⁸⁵ **Brizola: “Reivindicação dos camponeses é humana e justa”.** Jornal *Última Hora*, 25/01/1962, p.14.

⁸⁶ **Camaquã: Neutralidade do Exército irritou os Senhores da Terra.** Jornal *Última Hora*, 27/01/1962, p.12.

ímpeto institucional e tampouco fazer regredir a força camponesa, terminaram por apelar ao Ministro da Agricultura, através de manifesto, investindo na sensibilização do Presidente João Goulart, pois esse possuía a “confiança da classe dos fazendeiros nos [seus] atos [...], que, como ruralista também, saberá encontrar soluções harmoniosas, sem ferir nem os pobres nem os ricos do campo”.⁸⁷

A organização dos latifundiários aconteceu, sobretudo, a partir do seu órgão dirigente, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL). A própria Igreja Católica, reagindo ao que chamava de “comunismo rural”, criou sua própria organização, a Frente Agrária Gaúcha (FAG), para disputar a linha política no campo gaúcho. O governador Brizola, em fevereiro de 1962, tentou um acordo com a FARSUL, propondo a construção de uma “Comissão Mista” (Governo-FARSUL) para planejar a reforma agrária e “equacionar e encaminhar a questão agrária no Estado e no País”.⁸⁸ Durante a elaboração desta proposta, o governo anunciou que o “Movimento de Agricultores cessará”, inclusive impedindo, através de comunicado ao Secretário de Segurança e ao chefe de polícia, a realização de uma passeata em favor da reforma agrária, na capital do estado.⁸⁹

Lançando um “Esclarecimento do governo do Estado sobre a questão agrária”, publicado no dia 12 de fevereiro de 1962, no jornal *Última Hora*, o próprio Brizola esclareceu as intenções acerca das negociações com a FARSUL e apresentou os objetivos da Comissão, dentre os quais:

[...]

II – Diante do clima de entendimento e de trabalho que ora se forma, o Governo do Estado **recomenda a todos os agricultores reivindicantes de terra e, também, a todos quantos propugnam pela reforma agrária que permaneçam em confiante expectativa e se abstenham de movimentos reivindicatórios ostensivos** comprovando-se desta forma, e mais uma vez, o desejo de todos que estas angustiantes questões encontrem soluções concretas e objetivas.

III – Esta recomendação não significa qualquer proibição de reuniões pacíficas como até agora tem ocorrido, o que seria ilegal e arbitrário, mas confia o Governo do Estado na ampla compreensão de todos.

⁸⁷ Jornal *Última Hora*, 29/01/1962, p. 14.

⁸⁸ “**Reforma agrária: Governo e FARSUL vão planificar!**”. Jornal *Última Hora*, 09/02/1962, p.12.

⁸⁹ Jornal *Última Hora*, 09/02/1962, p.12.

IV – Finalmente esta recomendação não se refere aos movimentos associativos os quais podem e devem prosseguir, sempre que inspirados em propósitos construtivos.⁹⁰

Contudo, essa “aliança” teve duração efêmera, seja por conta da dificuldade em conciliar os interesses da administração estadual com os da classe patronal rural, seja pela dificuldade em fazer cessar o ímpeto das mobilizações de sem-terra no Estado. Os trabalhadores rurais seguiram mobilizados e o ano de 1962 contou com, ao menos, 22 mobilizações de diversos matizes: acampamentos, reivindicações, denúncias, etc (ECKERT, 1984, pp. 233-234-235).

O MASTER, por sua vez, seguiu seu impulso organizativo no estado, vindo a realizar, ao final do ano de 1962, seu I Congresso Estadual. Aqui cabe ressaltar algumas inflexões que a própria conjuntura impôs a atuação camponesa. Em outubro de 1962 foram realizadas eleições para a escolha do governo do Estado. Leonel Brizola apresentou como seu sucessor o banqueiro Egídio Michaelsen, candidato que saiu derrotado do pleito. Tendo sido eleito um representante vinculado às classes patronais rurais, Ildo Meneghetti, o I Congresso do MASTER, realizado entre os dias 15 a 17 de dezembro orbitou em torno da nova conjuntura que teria início em janeiro de 1963.

Segundo Eckert (1984, pp. 152-153-154), duas questões a respeito deste Congresso precisam ser destacadas: “a primeira refere-se à campanha de sindicalização rural aprovada no evento”. Ou seja, a partir das discussões ensejadas no Encontro (e a partir da nova conjuntura que se impunha), o MASTER passou a priorizar as disputas em torno da sindicalização dos trabalhadores rurais e não mais apenas na criação das associações. Segundo a autora, essa disputa deveu-se ao fato de o MASTER estar perdendo terreno “para o movimento camponês organizado pela Igreja Católica” (idem), através da FAG. Além disso, “os sindicatos adquiriam uma legitimidade jurídica [...] que as associações não tinham” (idem). Precisamos recordar que no ano de 1963 a administração federal, a cargo de João Goulart aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural, que previu a criação de sindicatos exclusivos de trabalhadores, não mais tendo que submeter-se a sindicatos mistos.

⁹⁰ Jornal *Última Hora*, 12/02/1962, capa (grifo nosso).

Isso evidencia que os dirigentes e integrantes do MASTER possuíam uma leitura estadual e nacional dos desdobramentos da luta pela terra. Também em janeiro de 1963 ocorreu o plebiscito que garantiu a volta do sistema presidencialista no país, fato que ampliou as prerrogativas presidenciais de Jango e, conseqüentemente, seu projeto de reforma agrária.

Outra questão apontada pela autora diz respeito às disputas em torno da direção definitiva do movimento. Houve, no caso, disputas entre “brizolistas” e comunistas, tendo, inclusive, sido apresentada uma chapa somente composta por “petebistas puros”, fato que excluiria os comunistas.⁹¹ Por fim, acabou sendo realizada a votação entre duas chapas, a “pura” e a mista, tendo sido eleita a última. A nova composição da direção do MASTER, segundo Eckert (1984) passou a ser:

[...] para presidente, Milton Serres Rodrigues, prefeito de Encruzilhada do Sul e fundador do MASTER; para 1º vice-presidente, Rosauro Charlat de Souza, da Associação dos Agricultores Sem Terra de Uruguaiana; para 2º vice-presidente, Romeu Barleze, funcionário da Secretaria de Agricultura; para secretário-geral [Euzébio França], técnico agrícola e funcionário do IGRA; para 1º secretário, Ari Saldanha, líder da Associação de Uruguaiana, vinculado ao PCB; para 2º secretário, Nascimento P. Meirelles, Presidente da Associação dos Agricultores Sem Terra de Entre-Ijuís, Santo Ângelo; para 1º tesoureiro, Darcy Rosa, da Associação dos Agricultores Sem Terra de São Lourenço do Sul; para 2º tesoureiro, Jesus Severo Vieira, presidente da Associação dos Agricultores Sem Terra de Sanga Funda, Pelotas. (pp. 153-154)

Com a vitória da chapa mista e a aparente conciliação, a nova conjuntura aberta a partir da eleição de Ildo Meneghetti, somadas às disputas em torno da direção do MASTER e suas linhas políticas parecem ter contribuído para o aumento das tensões dentro do movimento. Ainda segundo Eckert, após a realização do Congresso e eleição da diretoria, o presidente Milton Serres Rodrigues “absteve-se de uma participação ativa no MASTER, assumindo o exercício da presidência Romeu Barleze” (ECKERT, 2009, p. 84). Posteriormente, já no governo Meneghetti, Barleze deu lugar a Rosauro Charlat que, por sua vez, passou informalmente a

⁹¹ A autora entrevistou Ari Saldanha, importante liderança comunista no Estado e membro do Master. Segundo a entrevista: “O governador Brizola tinha interesse em impedir a participação dos comunistas no MASTER”, ameaçando, inclusive, que a “entidade perderia sua sede social que era paga pelo Governador”. (ECKERT, 1984, p.154).

direção a Euzébio França e Ary Saldanha, “ficando a partir de então os comunistas com a hegemonia na direção do MASTER”. (Idem)

Reportagem do jornal *Novos Rumos* nos mostra a amplitude do Congresso, que contou não apenas com “mais de 100 representantes de diferentes organizações que constituem o MASTER”, mas com um conjunto de outras organizações de “trabalhadores urbanos e da juventude estudantil”. Conforme noticiado:

O Congresso teve lugar em Porto Alegre, prolongando-se de 15 a 17 de dezembro. Dele participaram mais de 100 representantes de diferentes organizações que constituem o MASTER [...] solidariedade dos trabalhadores urbanos e da juventude estudantil. [...] organizações camponesas de vários Estados enviaram delegados fraternais e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) o seu próprio presidente, Lindolfo Silva. [...] Resoluções: aprovaram a Carta de Princípios, os Estatutos do MASTER e elegeram uma nova diretoria para entidade estadual. A Carta de reivindicações sintetiza as aspirações dos camponeses na atual conjuntura política e das indicações sobre como atingir a **Reforma Agrária Radical** [...] os novos Estatutos garantem o funcionamento mais perfeito do MASTER, permitindo-lhe desincumbir-se melhor da tarefa de mobilizar as massas camponesas e orienta-las na luta pela posse da terra. O mesmo pode se dizer da nova diretoria, a cuja frente foi mantido o sr. Milton Serres Rodrigues. [...] Eis na íntegra a Carta de Reivindicações dos agricultores e trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul[...] O MASTER reafirma o seu apoio à Carta de Princípios do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961.⁹²

Nota-se o amadurecimento do movimento em termos de representatividade com a incorporação no debate de outras organizações camponesas do país, com certeza fruto da participação no Congresso de BH, realizado pouco mais de um ano antes, em novembro de 1961. O conjunto de discussões expressos na reportagem (nova diretoria; novos Estatutos; construção de uma Carta de reivindicações, etc), da mesma forma, demonstra que em conjunto com as mobilizações e acampamentos realizados, produziram-se ideias coletivas a respeito dessas lutas, que a outros olhos, começaram a parecer perigosos.

⁹² **Congresso de Camponeses Gaúchos Aponta o Caminho: Reforma Agrária.** Jornal *Novos Rumos*. Semana de 18 à 24 de janeiro de 1963. N°205, p. 06.

Outra característica assumida pelo MASTER, a partir, sobretudo, do ano de 1963, foi a da tática de solidariedade e aproximação com diferentes setores sociais (entidades sindicais e estudantis urbanas). Esse fato pode ter sido resultado tanto de uma expansão e maior capilaridade do debate e defesa em relação à reforma agrária na sociedade, como também uma estratégia de sobrevivência do movimento em relação à repressão que se abateu, sendo “forçado” a imprimir aliados que o auxiliassem nas lutas por terra. Eckert (1984) aponta que isso pode ter sido fruto, também, “do fato dos comunistas, vinculados ao PCB, após o 1º Congresso dos Agricultores do RS passarem a deter a hegemonia da diretoria da entidade a nível estadual, e da violência enfrentada pelo movimento.” (p. 166)

O final do ano de 1962 nos mostra, portanto, que o MASTER, através de seu I Congresso, discutiu e elaborou estratégias a respeito da luta pela terra no Estado. Com dois anos de funcionamento, o desenvolvimento da maturidade política transparece tanto nas diversas mobilizações, algumas ressaltadas aqui, quanto pelas elaborações, propostas e alianças construídas. Porém, o ano posterior inaugurou um novo desafio ao movimento, pois, a partir de então, teve que aprender a sobreviver e lutar sem o forte e seguro apoio estatal.

1.5 A repressão e o Governo Meneghetti

Eleito para comandar o estado a partir de 1963, Ildo Meneghetti, representante do Partido Social Democrático (PSD) fez referência, durante campanha eleitoral, à necessidade da reforma agrária e das reformas de base, mostrando-se comprometido com tais pautas. No entanto, através de uma coligação que envolveu cinco partidos políticos, com amplo apoio das classes ruralistas, Meneghetti vai atuar em contrário ao exposto durante o pleito, reprimindo manifestações e acampamentos. Conforme apontado por ALVES (2010):

Caso seja recordado que a política agrária do governo teve como momento de maior atividade o último ano de Brizola à frente do estado, é preciso ser considerada a possibilidade de que a resposta dos setores mais desagradados com os caminhos seguidos pelo governador [Brizola] fosse o forte investimento numa candidatura de

oposição a ele. Paulo Schmidt, ex-funcionário do IGRA, afirma que nas eleições para a sucessão de Brizola, em 1962, o PSD contou fortemente com o apoio dos representantes dos grandes proprietários rurais. (p. 75)⁹³

Por suposto, haveria um compromisso mútuo caso a eleição saísse vitoriosa, justamente o que ocorreu. Logo após tomar posse em 31 de janeiro de 1963, uma das primeiras atitudes do então governador, relativas à reforma agrária, foi exonerar de suas funções 29 dos 32 servidores do IGRA, entre eles Euzébio França, então secretário geral do MASTER. (REBELLO, 2014, p. 94) Além disso, vai haver um redirecionamento por parte das funções do referido órgão, que passou a esvaziar suas atividades em relação aos agricultores sem-terra ou com pouca terra, favorecendo o atendimento a outros setores do meio rural, considerados de maior “dinamismo econômico”. (REBELLO, 2014, p. 150)

Os trabalhadores rurais organizados no MASTER, por sua vez, apesar de também modificarem suas táticas, passando, “neste momento, mais voltado para a criação de sindicatos de assalariados rurais e sindicatos de pequenos produtores” (ECKERT, 1984, p. 166), conforme discutido e aprovado durante o Congresso realizado em dezembro do ano anterior, não cessarão com sua principal forma de agitação no campo, os acampamentos. Segundo Eckert:

O governador Meneghetti assumiu o governo no dia 31 de janeiro de 1963 e já no dia 4 de fevereiro surgiu mais um acampamento de agricultores sem terra no RS. Eram 95 colonos que não haviam recebido terra na Fazenda Sarandi e que acamparam na reserva florestal do Estado, de 20 mil hectares, no lugar denominado Passo do Feio, no distrito de Planalto, município de Iraí e divisa com o município de Nonoai. (ECKERT, 1984, p.167)

⁹³ Em entrevista ao autor, Paulo Schmidt, ex-funcionário do IGRA durante o governo Brizola afirma, sobre a campanha eleitoral de 1962, que: *“Era uma riqueza maravilhosa, um investimento terrível. A campanha do Meneghetti, foi quem ganhou essa eleição do Brizola, foi a coisa mais rica que já houve. Com a história do perder a terra. Do Brizola tomar a terra deles, isso provocou um investimento dos fazendeiros todos, das grandes fortunas. Por incrível que pareça o nosso candidato era banqueiro, era Micaelson, banqueiro! E foi derrotado! O Brizola tentou equilibrar politicamente com uma pessoa com uma formação social, socialista dentro dos limites, mas um homem de bom senso, um homem sério, mas mesmo assim nós perdemos a eleição. Pela riqueza! Você não imagina o que foi essa campanha!* (ALVES, 2010, p. 75).

A repressão a essa mobilização soou como uma espécie de “apresentação” do governador aos camponeses e colonos mobilizados. Através das forças de segurança do Estado - a Brigada Militar -, que se ocupou em sitiar e cercar o local, paulatinamente sufocando o acampamento, (inclusive interrompendo seu fornecimento de água), é posto fim a mobilização com a queima dos barracos e a prisão das lideranças. Esse violento episódio vai dar a tônica daqui para diante, com o estado sul-rio-grandense assumindo feições autoritárias e eximindo-se em dar continuidade ao processo de reforma agrária iniciado nos anos anteriores.

Mesmo assim, até o final do ano de 1963 e nos três primeiros meses de 1964, os camponeses vinculados ao MASTER seguiriam mantendo suas mobilizações e reivindicações, por exemplo, em municípios como Sapucaia do Sul, onde também em fevereiro, uma ação com cerca de 3000 agricultores estava sendo organizada, com objetivo de ocupar cinco áreas de terra no município, mas que foi desarticulada pela Brigada Militar. Uma destas áreas pretendidas, a Fazenda Itaipu, pertencia ao próprio governador do Estado.⁹⁴

Chama atenção algumas atitudes do MASTER. Segundo Eckert (1984), em julho de 1963 o Movimento elaborou e entregou “um plano de ação” para o governador Meneghetti, onde “solicitava as seguintes desapropriações: Tapes (50 mil ha); Camaquã (16 mil ha, fora 34 lotes já demarcados); Osório e Torres (52 mil ha); Rolante (20 mil ha); São Francisco de Paula (800 ha); Taquara (700 ha); Santo Antônio da Patrulha (50 mil ha); Guaíba (300 quadras); e Pelotas (450 quadras)” (p. 220), tendo a garantia de Meneghetti que seu primeiro ato em relação à reforma agrária seria a “desapropriação da Fazenda Santo Antônio em Tapes” (idem). Ora, se a repressão já era uma marca deste governo, por que o MASTER insistiu em uma prática anterior? Uma possibilidade é a necessidade de dar mostras às autoridades de que o movimento possuía uma estratégia clara, com um mapeamento de locais os quais poderia se desenvolver a reforma agrária no Estado, afinal, este compromisso foi assumido e nunca negado pelo novo governador.⁹⁵ Outra, pode dizer respeito a experimentar e testar politicamente o grau de

⁹⁴ De acordo com levantamento realizado por Eckert, em 1963 foram realizados 7 acampamentos organizados pelo Master, entre fevereiro e dezembro. Já no ano seguinte, são três acampamentos realizados (janeiro, fevereiro e março). Ver tabela em: ECKERT (1984, pp.233-234-235).

⁹⁵ Devemos recordar que em seu Estatuto, um dos principais objetivos do Movimento era o de alertar o Estado sobre possíveis áreas passíveis de reforma agrária.

compromisso com a luta dos trabalhadores rurais, da nova administração. Nesse sentido, articulando uma mediação e ouvindo os compromissos do próprio governador, seria possível entender melhor suas aspirações políticas e, conseqüentemente, a partir daí, pensar as melhores estratégias para as mobilizações.

Mesmo contando com a palavra de Meneghetti, na prática a desapropriação da referida Fazenda Santo Antônio não aconteceu e outras mobilizações foram duramente reprimidas. Aliás, o esvaziamento da política agrária durante esse período não aconteceu apenas no âmbito repressivo. A administração estadual também atuou para desestruturar e, se possível, interromper as desapropriações realizadas no governo anterior de Leonel Brizola. Segundo Alves (2010, p. 77):

medidas mais contundentes passaram a ser tomadas contra os projetos de reforma agrária implantados durante o governo anterior. Exemplo disso foi o ocorrido em Bacopará, na área cedida pelo próprio governador. Segundo Schmidt, durante o governo de Ildo Meneghetti, o banco do estado teria recebido ordens de liquidar a dívida dos assentados da área, revertendo as condições inicialmente estabelecidas que garantiam aos sem-terra contemplados um prazo de carência até que tivessem condições de iniciar o pagamento dos empréstimos. Como resultado dessa decisão, quase todos os assentados da Fazenda Pangaré perderam suas terras.

No Banhado do Colégio também foram tomadas atitudes similares, com os assentados sofrendo represálias.⁹⁶ Já o processo relativo à Fazenda Sarandi, além de ter aumentado “em quase vinte vezes o valor inicialmente pago” relativo à desapropriação da área, houve interferência do governo Meneghetti, “modificando o projeto inicial” e contemplando outros sujeitos com parte da área e não apenas os trabalhadores sem-terra.⁹⁷

Nesse momento de repressão, que, de certa forma, o Rio Grande do Sul “antecipou” em relação ao restante do país, em âmbito federal existiu o avanço da política de reforma agrária do governo Jango, tendo sido, inclusive, influenciado pela

⁹⁶ Segundo depoimentos colhidos por Alves, inclusive pontes teriam sido queimadas para dificultar o escoamento da produção dos assentados. (ALVES, 2010, pp.77-78).

⁹⁷ Ver mais em: ALVES (2010, p. 69, 75 e 77).

política realizada por Brizola. Sem o esteio da administração estadual, o qual o MASTER contou desde a sua fundação, a alternativa encontrada foi a de se aproximar e defender, com maior veemência, a reforma agrária proposta pelo governo federal.

Assim sendo, coube ao MASTER atrelar-se a órgãos da burocracia federal, sobretudo a SUPRA, que passou a intervir e mediar os conflitos por terra no Rio Grande do Sul. Além do papel mediador, a SUPRA contribuiu financeiramente com o MASTER, auxiliando, em algumas ocasiões, com o suprimento de remédios e alimentos aos camponeses mobilizados. Duas das principais bandeiras empunhadas pela Superintendência - e pelo governo Goulart - no período referiam-se a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural, agora aprovado; e a mobilização em torno da Emenda Constitucional que tratava da desapropriação das terras por interesses sociais e das formas de pagamento, tendo no Rio Grande do Sul o MASTER como grande aglutinador e defensor destas bandeiras. A defesa da existência da própria Superintendência, que passou a ser taxada de comunista, também se tornou uma bandeira do movimento.

Outra importante iniciativa foi a de se inserir e apoiar a formação de uma frente “operário-estudantil-camponesa” que possuía, dentre outros objetivos, a criação de uma frente parlamentar a fim de eleger prefeitos e vereadores vinculados a defesa dos trabalhadores rurais, preocupação agora constante visto a derrota eleitoral sofrida no pleito estadual. Nesse sentido, a partir de 1963 o MASTER ampliou suas pautas políticas na tentativa de se cercar de outros setores sociais para seguir lutando e sobrevivendo. Também a aposta na defesa da conjuntura federal serviu como fator mobilizador do movimento ao passo que a reforma agrária estadual foi esvaziada pelo governo Meneghetti.

Com acampamentos em outros municípios do Estado, como Nonoai,⁹⁸ Torres,⁹⁹ Osório,¹⁰⁰ Bagé,¹⁰¹ Guaíba,¹⁰² Tapes¹⁰³ e Canoas,¹⁰⁴ os trabalhadores

⁹⁸ Em agosto de 1963 um acampamento se forma na Reserva Florestal de Nonoai, causando tensionamento com a população indígena. Aliás, conforme veremos no capítulo três, esses conflitos entre “colonos e indígenas” irão se acirrar na década seguinte.

⁹⁹ Mais de 200 famílias sem-terra ocuparam um local conhecido como “Banhado do Curtume”, tendo apoio de políticos locais.

¹⁰⁰ Na localidade de Morro Alto, cerca de 250 agricultores acampavam reivindicando a área.

rurais mobilizados sofreram todo tipo de repressão.¹⁰⁵ Nenhuma dessas áreas foi desapropriada pelo novo governo. Em relação à repressão, talvez o caso mais emblemático que representa a atuação do governo estadual neste período tenha se dado com o camponês que passou a ser conhecido como “João Sem Terra”. João Machado dos Santos era membro do MASTER e acabou sendo sequestrado em outubro de 1963, enquanto participava de uma reunião em Nonoai como membro da direção. A reunião foi dissolvida e João, preso e sequestrado pelas forças vinculadas ao DOPS. Mesmo posto em liberdade vigiada, com a implementação do golpe civil-militar passou à clandestinidade e viveu desta forma por 25 anos, retornando ao Estado do Rio Grande do Sul apenas nos anos 1990.¹⁰⁶ Por sua vez, Meneghetti seguiu afirmando seu apoio à reforma agrária e um “desconhecimento de tais fatos, alegando que não havia dado ordens para tais atitudes. E, também [...], prometia averiguar os acontecimentos e punir os culpados” (ECKERT, 1984, p. 295).

Até a imposição do Golpe civil-militar, em março de 1964, basicamente esta foi a tônica da atuação do MASTER em relação ao governo Meneghetti, no Estado: embora se mantivesse mobilizado, realizando acampamentos, houve um decréscimo em relação ao ano anterior. Também, as possibilidades de vitória e acesso a terra se esvaíam, ao passo que a estrutura burocrática vinculada ao Estado deixava, paulatinamente, de existir. Com a aposta na sindicalização rural, na ampliação de seu arco de alianças e na defesa da política de reforma agrária do governo federal, o MASTER resistiu.

Segundo Eckert (1984, p. 224):

[...] se durante o Governo Brizola, fundamentalmente a partir de meados do ano de 1961, houve um apoio explícito do Governo

¹⁰¹ Em Bagé, duas mobilizações ocorrem. Em outubro de 1963, um grupo de famílias acampou em uma área conhecida como Quebracho, no interior do município; e em janeiro de 1964 ocorre outro acampamento, em uma área conhecida como Fazenda Cinco Cruzes.

¹⁰² 80 famílias reivindicam uma área privada, de nome “Fazenda dos Pires”, considerada improdutivo.

¹⁰³ Cerca de quase mil agricultores acampam na Fazenda Santo Antônio, a mesma que Meneghetti havia se comprometido a desapropriar.

¹⁰⁴ Último acampamento antes do golpe, um grupo de famílias de camponeses sem terra ocuparam uma área de 5 mil hectares no município.

¹⁰⁵ Essas informações foram retiradas de ECKERT (1984, pp. 167-192).

¹⁰⁶ Sobre a história e trajetória deste personagem, ver mais em: CAMARANO (2012) e WAGNER (1989).

Estadual ao MASTER, sendo esta entidade, inclusive, reconhecida como de utilidade pública, durante o Governo Meneghetti não só o Estado deixou de apoiá-lo como também foi este Movimento vítima de uma série de arbitrariedades visando dificultar a mobilização dos camponeses na luta pela terra.

Ou seja, mesmo com uma mudança substantiva na conjuntura política, com grandes implicações na organicidade e funcionamento do movimento, apesar disso sustentaram-se as lutas e mobilizações no Estado.

Contudo, quando se impôs o Golpe e se instaurou a ditadura, a partir de março de 1964, os movimentos camponeses e as lutas por terra foram as primeiras a serem desarticuladas. Com a maioria de seus dirigentes presos, o MASTER é rapidamente desarticulado, porém, seu exemplo, sua experiência e suas memórias ficariam presentes nas lutas dos que virão.

2. Capítulo II: As trajetórias e as memórias das lutas pela terra nos anos 1960

Conforme visto no primeiro capítulo, a década de 1960 foi marcada por debates, mobilizações, lutas e estratégias para se levar adiante a reforma agrária no Rio Grande do Sul. Desde a administração estadual de Brizola - que implementou uma política agrária com vistas à “democratização da propriedade rural” -, passando pelos camponeses e trabalhadores rurais, suas associações e sindicatos, pelas organizações das classes patronais, sobretudo a FARSUL, a Igreja Católica, através da FAG, esse complexo momento político brasileiro suscita recordações e memórias. O presente capítulo visa compreender, a partir da memória, como personagens participantes desse momento histórico rememoram os episódios vividos: o que eles têm a nos dizer? As lembranças sobre a “época do Brizola”, seus acontecimentos em relação à luta pela terra e seus significados, foram colhidas durante os anos de 2018 e 2019, através do Projeto “Mobilizações e movimentos sociais agrários, repressão e resistências do pré-1964 à ditadura civil-militar: as trajetórias do MASTER no RS e das Ligas Camponesas em PE” (Edital Memórias Brasileiras: conflitos sociais / CAPES), buscando uma problematização do período.

Portanto, com o objetivo de melhor apreender acerca dos acontecimentos ocorridos durante os anos de 1960, através da utilização da História Oral como fonte e objeto de pesquisa podemos, basicamente, classificar os entrevistados como pertencentes a dois grupos diferentes em relação às suas memórias: o primeiro grupo, composto por pessoas que participaram e vivenciaram os acontecimentos. Envolvendo-se, de alguma forma, nos episódios de lutas por terra no estado sul-rio-grandense. Outro grupo é composto por pessoas que acessaram as memórias do período através de outras experiências que não a participação direta nos acontecimentos, mas que, a nosso ver, se tornam também importantes para a problematização daquele contexto histórico. Neste capítulo, três entrevistas dizem respeito a pessoas que participaram diretamente dos acontecimentos e duas são depoimentos de quem rememora tais fatos a partir de outras experiências. Passaremos, brevemente, a apresentá-los.

Seu João Goldas reside atualmente no município de Dom Feliciano em propriedade fronteira a Encruzilhada do Sul, município este onde residia quando do conflito originário do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do

Sul (MASTER). Participante da luta no distrito de Faxinal, em 1960, Seu João recordou especificidades sobre este episódio, tais como a organização, o apoio recebido, os sujeitos que viveram no local e resistiram em permanecer, as formas de luta empregadas, etc. Seu depoimento contribui para a compreensão de características que, posteriormente, foram desenvolvidas e incorporadas pelo MASTER, no desenrolar de suas mobilizações e de sua vida política.

Ainda em relação ao que caracterizamos como primeiro grupo, mais três entrevistas são também de participantes de outro episódio marcante nas lutas por terra no Rio Grande do Sul nos anos 1960: a Fazenda Sarandi. Residentes no norte do estado, no município de Ronda Alta, e assentados na área da antiga fazenda - provas vivas da vitória camponesa do período -, Seu João Raimundi, Seu Geraldo Breda e sua esposa, Dona Iracema Breda, participaram de diferentes formas do acampamento em Capão da Cascavel. Suas memórias perpassam aspectos vinculados à necessidade da terra, e a figura política representada pelo governador Brizola, ao medo do comunismo e o reconhecimento da participação ou não participação do MASTER em tal episódio. Outro depoente, mesmo que tenha realizado seu testemunho e nos tenha permitido gravar, não nos autorizou seu uso. Mesmo assim, iremos discutir esta entrevista.

Nos três casos mencionados, a importância de adentrar estes locais marcados por uma trajetória de lutas e de conversar com os participantes desses eventos, suscitaram em nós sentimentos e imaginações difíceis de serem transcritas e até mesmo entendidas, mas que, com certeza, de alguma forma, estão presentes nas análises dessas memórias.

As outras duas entrevistas correspondem ao segundo grupo: pessoas que não vivenciaram os acontecimentos, mas que de alguma forma têm sua trajetória ligada a tais eventos através de um olhar retrospectivo, de uma leitura do MASTER contada a partir de outros momentos históricos. Uma dessas entrevistas é do jornalista e escritor Carlos Wagner, 68 anos, atualmente aposentado e residente em Porto Alegre e que passou boa parte de sua trajetória profissional acompanhando e escrevendo sobre as lutas pela terra no Estado. Formado em jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuou como repórter investigativo, desde 1979, construindo a maior parte da carreira (1983 a 2014) no jornal *Zero Hora*, de grande circulação no Rio Grande do Sul, ligado ao grupo de comunicação RBS e

porta-voz conservador.¹⁰⁷ Nesse período, parte do seu trabalho, como ele mesmo diz, foi se “especializar em conflitos agrários”, tendo sido premiado por algumas reportagens.¹⁰⁸ Outro entrevistado também é figura conhecida. Frei Sérgio Antônio Görgen, nascido no município de Não-Me-Toque, região central do Rio Grande do Sul, possui sua atuação religiosa vinculada aos setores e movimentos sociais camponeses. Iniciou sua trajetória ainda jovem, a partir de 1973, na Juventude Rural do município, órgão vinculado à Igreja Católica. A partir de 1976, Sérgio iniciou sua conscientização acerca desses problemas, porém, nesse período, com a ditadura militar vigente, ele afirma que a “discussão sobre reforma agrária ainda não existia”.¹⁰⁹ Estudou Teologia e Filosofia na capital do Estado, Porto Alegre, e participou da primeira Romaria da Terra no Estado, em 1978, sendo que, a partir do ano de 1979, é constituída a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Rio Grande do Sul.¹¹⁰ Justamente no ano de origem da Pastoral da Terra, a região norte retomou ocupações e mobilizações por terra no Estado. A partir daí, Frei Sérgio, então estudante em Porto Alegre, inseriu-se com a tarefa de acolher os colonos acampados na capital, quando estes para lá se dirigiram para negociar com as autoridades. No ano de 1980, outra mobilização na região norte, o acampamento da Encruzilhada Natalino, introduziu definitivamente a questão agrária em sua vida, onde atuou na região do conflito. A partir dali, Frei Sérgio contribuiu para a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado, foi eleito

¹⁰⁷ O jornal *Zero Hora* foi fundado em 1964, “em substituição ao jornal *Última Hora*”. A partir de 1970, passou a integrar a Rede Brasil Sul (RBS), que “Atualmente, a Rede Brasil Sul (RBS) é o maior grupo na área da comunicação mediática do Sul do Brasil. Criada a partir da compra da Rádio Gaúcha, em 1957, a empresa lidera o mercado de mídia impressa, de televisão aberta e por assinatura e de rádio AM e FM do Rio Grande do Sul [...] O grupo RBS controla hoje 65 empresas operacionais e é o terceiro maior grupo de mídia do Brasil.” (Ver mais em: FACCIN, Milton Julio. **Zero Hora, a voz que une os gaúchos**. VII Encontro Nacional de História da Mídia, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Zero%20Hora-%20a%20voz%20que%20une%20os%20gauchos.pdf> acesso em 15/07/2020).

¹⁰⁸ “Recebeu 38 prêmios de Jornalismo, entre eles, sete Prêmios Esso regionais. Tem 17 livros publicados, como “País Bandido”. Aos 67 anos, foi homenageado no 12º encontro da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), em 2017, SP.” (Disponível em: <https://carloswagner.jor.br/blog/sobre/> acesso em 22/07/20).

¹⁰⁹ Entrevista realizada com Frei Sérgio Antônio Görgen realizada no dia 13 de outubro de 2018, no município de Hulha Negra/RS.

¹¹⁰ No Rio Grande do Sul, a criação da CPT foi precedida das mobilizações em torno da Romaria da Terra, que propunham, em suas edições, “lutas específicas por direitos não atendidos: terra para os índios, da qual foram espoliados; terra para os Sem Terra, e políticas agrícolas para os pequenos agricultores” (in: DALLAGNOL, Wilson. **As Romarias da Terra no Rio Grande do Sul. O povo a caminho da terra prometida**. 3ª edição, editora Evangraf. Porto Alegre, 2017, p.12). A primeira Romaria é realizada no ano de 1978 e a criação da CPT data do ano seguinte. Ambas iniciativas se vinculavam a alas da Igreja Católica.

Deputado Estadual por um mandato (2002-2006) e, atualmente, é dirigente nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).¹¹¹

A partir destas memórias, portanto, o presente capítulo se propõe a analisar a origem e funcionamento do MASTER no Rio Grande do Sul, a participação do movimento no acampamento no norte do Estado, na Fazenda Sarandi, assim como recordar testemunhos vinculados à chamada “época do Brizola”. Outras questões serão aprofundadas, tais como os medos suscitados no período, os desafios enfrentados e a necessidade da conquista da terra.

2.1 O surgimento do MASTER

Chegamos ao município de Encruzilhada do Sul no dia 13 de julho de 2019, um sábado, para colhermos o depoimento de um personagem que participou do conflito que deu origem ao Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul. Ao contrário das entrevistas que havíamos realizado no final do ano anterior,¹¹² pela primeira vez íamos nos deparar com a memória de um episódio “pré-Master”, visto que o movimento se constituiu durante e após o conflito. Além disso, ao contrário do ocorrido na Fazenda Sarandi - episódio com um maior número de trabalhos acadêmicos produzidos, por exemplo -, o episódio da localidade de Faxinal ainda possui tratamento efêmero na historiografia sobre o período, muitas vezes servindo como encarregado de lembrar uma efeméride (a criação do MASTER), tomando destaque a elaboração de seu Estatuto de fundação e ressaltando a vinculação política de seus membros fundadores. Contudo, pouco se sabe a respeito do cotidiano do conflito, dos sujeitos que dele participaram e do desenrolar dos fatos. Em busca disso é que fomos até Encruzilhada do Sul.

¹¹¹ O Movimento dos Pequenos Agricultores têm origem no ano de 1996 após uma crise econômica, sendo “o fato que deflagrou este entendimento para os pequenos agricultores [...] a Seca (sic) que castigou as plantações no final de 1995 e início de 1996 no Rio Grande do Sul [...] A Mobilização da Seca provocou uma avaliação profunda sobre o modo da atual organização dos camponeses e camponesas na época além de também revigorar o método de organização das lutas políticas. Cinco foram os Acampamentos da Seca que se organizaram nos meses de janeiro e de fevereiro de 1996 no RS, reunindo mais de 25.000 pequenos agricultores. Ali germinou a semente do MPA.” (disponível em: <https://mpabrasil.org.br/historico/> acesso em 20/02/2020). Chama a atenção de que o MPA, a exemplo do Master, além de surgir na mesma região do Estado, também se utilizou da tática de acampamentos e reivindicações econômicas, mesmo que diferentes.

¹¹² As primeiras entrevistas foram realizadas no norte do Rio Grande do Sul, com testemunhas dos episódios vinculados à ocupação da Fazenda Sarandi.

Tomamos conhecimento a respeito de nosso depoente a partir de outras histórias de luta e engajamento político pela questão da terra e reforma agrária na região, uma delas vinculada a própria família, visto que quem nos informou a respeito da trajetória de Seu João Goldas, foi seu neto, “Lambari”, hoje militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), residente na propriedade de seu avô e estudante, pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas. Lambari, ao tomar conhecimento a respeito da pesquisa que estávamos empreendendo, nos informou das memórias compartilhadas durante sua infância e juventude a respeito do MASTER e do “Brizola” e das aventuras que seu avô lhe relatava.

Nossa rede de relações nos levou até uma Unidade de Beneficiamento de Sementes Crioulas, uma área de 4 hectares em Encruzilhada do Sul, gerenciada pelo MPA e que têm um importante trabalho na região desde sua constituição enquanto Movimento Social.¹¹³ Recebidos pelo próprio Lambari e por Josuan (também militante do MPA e responsável por coordenar a unidade) pudemos logo notar, de outras formas, a continuidade da luta pela terra e por outro modelo agrícola na região. Visitamos e conhecemos a unidade de sementes e partimos para o interior do município, por estradas de terra, cortando as belas paisagens da região em um dia chuvoso de inverno sulista.

Ao chegar à propriedade, no município de Dom Feliciano (a localidade fica na “fronteira” entre Encruzilhada e Dom Feliciano), nos receberam os filhos de Seu Goldas, seus genros e netos e que prontamente foram chamar “o avô”.

Cabe destacar a peculiaridade da presença familiar durante a entrevista, pois, a respeito de todas as entrevistas que realizamos com camponeses, nenhuma aconteceu somente com o depoente contatado para conversar conosco. Embora o local da conversa tenha sido a casa, todas aconteceram com a participação de outros membros da família, em alguns casos com a esposa, mas também envolveram filhos/as e netos/as, genros, noras, etc, tal qual o ocorrido na casa de Seu Goldas. Da nossa parte, também fomos com um número grande de

¹¹³ A iniciativa surgiu a partir da ideia de “casas de semente”, com o incentivo do movimento aos chamados “guardiões de sementes” para conservação e multiplicação de sementes crioulas, com vistas tanto à preservação dessas sementes e práticas milenares quanto à disputa e inserção no mercado formal por outro modelo de agricultura.

entrevistadores, quatro ou três pessoas, a depender da entrevista.¹¹⁴ Ora, em relação à receptividade camponesa, o que podemos afirmar é que ao nos receberem, às famílias não se tratava de um momento “qualquer”, pelo contrário, de maneira geral todos os membros familiares presentes sentiam-se valorizados em poder rememorar suas histórias. Além disso, a própria organização do *ethos* camponês, a sua forma de vida e o seu cotidiano, possui a presença familiar em praticamente todas as atividades do dia a dia, de maneira compartilhada. Por que, na hora de contar a sua história seria diferente? Nesse sentido, a participação de mais membros da família serviu para enriquecer as entrevistas tanto para nós, pesquisadores, quanto para nossos depoentes. Como colocado por SAUER E SARAIVA (2015, p. 29), o processo de reescrita da memória, esse “(re)construir [...] permite que outras histórias sejam escritas. Infinitas historicidades são evocadas. Desse modo, pluraliza a presença dos sujeitos históricos na cena social e histórica, [...] rompe[ndo] exclusões”. Dessa forma, no momento em que nos debruçamos sobre os fatos passados a partir do presente há a possibilidade de incluir sujeitos outrora negligenciados na escrita dessa história.

A conversa iniciou ao mesmo tempo em que o almoço era preparado pela família, no fogão à lenha do galpão que serve como uma espécie de cozinha comunitária. Seu João Goldas, 86 anos, agricultor em Dom Feliciano, residiu durante seis anos no local do conflito que deu origem ao MASTER, na localidade de Faxinal, município de Encruzilhada do Sul à época. Em suas memórias, Seu Goldas nos revelou a intensidade do conflito, pois este não tinha, segundo sua visão, ares de tranquilidade, como parte das fontes e estudos acerca do tema costumam informar. Segundo Seu Goldas, o suposto proprietário, Euclides Lança, “se fez de dono” e “nunca apareceu lá”, portanto, não tinha legitimidade em reivindicar a terra. Dessa forma, os trabalhadores rurais residentes em Faxinal organizaram-se para resistir:

Então nós tranquemo [os acessos à localidade], derrubemo madeira em cima e ficamo isolado. Nos 30 dias nós não trabalhamos não. Nós

¹¹⁴ Em alguns manuais de História Oral há sugestões de que o número ideal para uma boa entrevista deve se resumir a um máximo de duas pessoas mais o depoente. (Ver mais em: GILL, Lorena Almeida; SILVA, Eduarda Borges da. **Perspectivas para a História Oral**. In: Pedro Robertt, Carla Rech; Pedro Lisbero e Rochele Fachineto. (Org.). Metodologias em Ciências Sociais hoje: Práticas, Abordagens e Experiências de divulgação. 1ª ed. Jundiaí, Santa Catarina, Paco editorial, 2016, v. 2, p. 107-126.).

*andava... era daquele jeito, ninguém trabalhava. Tava tudo envolvido com aquilo lá.*¹¹⁵

Possuindo o “povoado” mais de mil pessoas na condição de “terra ausente”, segundo nosso depoente, “sem escritura”, e em maioria composta por “morenos” (provavelmente populações remanescentes de quilombos da região), contaram com o apoio do prefeito Milton Serres Rodrigues para resistir. A menção aos “morenos” - expressão pejorativa - pode desvelar a diversidade camponesa existente no período, em relação aos sujeitos que trabalhavam a terra (muitas vezes populações compostas de descendentes de famílias outrora escravizadas) de forma diferente dos descendentes de origem europeia, se utilizando de outras práticas agrícolas. A própria falta de “legalidade” jurídica em relação à propriedade é característica dessas populações, historicamente alijadas do acesso a terra no país. Infelizmente, a bibliografia acerca do tema das lutas camponesas do período em voga carece de aprofundamento relacionado a essas populações, sobretudo negras e indígenas, visto a ausência de trabalhos que se debruçam sobre esses sujeitos, assim como a sua ausência nas fontes históricas. Se nossa história relega à invisibilidade as lutas camponesas, a depender da cor da pele, essas lutas ainda mais invisíveis se tornam.¹¹⁶

Recente pesquisa acerca das populações camponesas negras, no litoral do Rio Grande do Sul, embora não desenvolvida na mesma região de Seu Goldas, pode nos auxiliar no entendimento destes processos de ocupação/expropriação das terras de comunidades tradicionais quilombolas no estado. Estudando, dentre outras questões, o processo de reforma agrária empreendido na década de 1960 e seus impactos nas populações camponesas negras, MOLET (2018, p. 10) demonstra a complexidade desta política para essas populações, que ao mesmo tempo em que puderam mover ações judiciais para reconhecimento de suas terras, este processo também resultou em “medições, expropriações, além de disputas com vizinhos”. Um exemplo concreto, colhido pela autora através de documentos e de entrevistas, é que na comunidade dos “Teixeiras”, atualmente interior do município de Mostardas,

¹¹⁵ A transcrição das falas dos agricultores e dos demais personagens entrevistados preocupou-se em respeitar a forma tal qual por eles expressa, além disso, as citações das narrativas estão em itálico, deslocado. Entrevista com João Goldas realizada no dia 13 de julho de 2019, no município de Dom Feliciano.

¹¹⁶ A História Oral torna-se uma ferramenta primordial nesse sentido, pois somente nela essa diversidade aparece, embora carregada de preconceitos, visto que nas fontes “oficiais” e “hegemônicas” isso não é revelado.

durante processo de medição oficial das terras, trabalho este que era baseado em marcações prévias feitas pelos próprios moradores, o estado deveria respeitar o que “já estava tapado”, ou seja, demarcado. Acontece que:

[...] a marcação dos terrenos das famílias negras era muito precária, usando pedaços de paus, um risco com disco de arado. Ao contrário da vizinhança, principalmente daqueles que tinham interesse nas terras dos Teixeiras, provavelmente ao saberem das medições também estavam cientes de que as terras que estariam “tapadas” não iam entrar na medição da propriedade dos Teixeiras e, logo, podem ter avançado as cercas e afunilado as terras herdadas pelos libertos. (MOLET, 2018, pp. 134-135)

Dessa forma, este processo de legalização e reconhecimento em relação a um conjunto de terras e comunidades, pode ter servido, conforme apontado pela autora, para outros interesses que não os da propalada reforma agrária, ao mesmo tempo em que gerou “Histórias de expropriações [que] são recorrentes nas comunidades quilombolas do litoral”, sendo que, quando “indagados sobre a reforma, emergem as histórias de avanços de cercas, de brigas, de tentativas de recuperar as terras, de histórias de assinaturas de documentos por parte dos camponeses negros sem saber ao certo o que estavam fazendo.” (p. 144)

Outro exemplo diz respeito a uma fazenda de propriedade do então governador do estado, Leonel Brizola. Conforme vimos no Capítulo I, durante o processo de execução da política agrária, o próprio governador cedeu parte de sua fazenda para fins de desapropriação e reforma agrária. Decorre que, segundo Molet, a Fazenda Pangaré, em Bacupari, no município de Palmares do Sul, também conhecida como “comunidade do Limoeiro”, após diversos imbróglis envolvendo a demarcação, “brigas e ameaças, algumas áreas foram vendidas para um vizinho que tinha terras fronteiriças aos Albinos;” (p. 144)¹¹⁷ e este vizinho, sem relação alguma com a comunidade quilombola, vendeu parte da área para Leonel Brizola. Parte desta área foi, conforme afirmado, inserida em um dos processos de desapropriação feitos pelo Estado e, dessa forma, “indicando que a Reforma Agrária, na Fazenda do Pangaré, citada em alguns estudos, poderia ter ocorrido em terras de famílias negras.” (p. 45)¹¹⁸

¹¹⁷ Os “Albinos” são a família que herdaram o local, tendo “conquistado terra e liberdade na década de 1870” (p. 144).

¹¹⁸ Segundo MOLET (2018): “A antropóloga Rosane Aparecida Rubert e o historiador Paulo Sérgio da Silva (2009, p. 256), ao refletirem sobre as expropriações territoriais sofridas pelas comunidades

Em relação à existência destas populações em Faxinal, transpareceu na memória de nosso entrevistado uma lembrança confusa, de difícil apreensão. Para Seu Goldas, essas populações (quilombolas) venderam suas terras quando “os branco pegaram a entrar lá e comprar as desistência”, porém não conseguimos aferir esta informação, ao mesmo tempo que tampouco nosso depoente soube nos dizer se este fato ocorreu antes ou depois do conflito em Faxinal. Quando se evocam lembranças passadas, a memória desconexa sobre alguns acontecimentos é algo comum e o que aqui nos interessa é a provável existência de uma diversidade de sujeitos durante o conflito em Faxinal, com diferentes origens. É possível que esses sujeitos tenham se mobilizado, conjuntamente, para garantir a permanência na área, habitada há mais de 50 anos por algumas dessas famílias. Como se deu essa mobilização? Como esses trabalhadores rurais se organizaram para resistir? Por que o fizeram?

Em relação à mobilização dos trabalhadores, quando perguntado se houve alguma organização no sentido de preparar as ações contra o demandante da área, é sintomática a presença de pessoas que “mandavam mais”. Essas pessoas estavam vinculadas a um mandato político local:

É, nós tinha os que mandavam mais. Então vinha a ordem dos vereador que era transmitido pelo prefeito pros vereador e os vereador então nos guiavam como é que nós tinha que agir. Nós andava armado de facão, arma de chumbo. Mas nós tava arrepiado. Tudo... olha, se entrasse pra lá, o pessoal de fora, nós ia guerrear. Não ia afrouxar.¹¹⁹

O uso da terceira pessoa do plural, o nós, remete a uma memória coletiva, compartilhada entre um grupo de pessoas durante determinado fato. Segundo HALBWACHS (1990) a constituição da memória, a lembrança, necessita de uma afetividade, construída através do convívio social entre os participantes de determinado grupo. Para o autor, somente as relações estabelecidas entre um grupo de pessoas é capaz de constituir lembranças individuais, ou melhor, é a partir das relações entre os diversos grupos os quais nos inserimos que vão nos permitir

quilombolas do Rio Grande do Sul, com a intervenção direta do poder público ou com o seu aval, apontam as comunidades de Teixeira, Beco dos Colodianos (Mostardas), Limoeiro (Palmares do Sul) e Rincão das Almas (São Lourenço) como exemplos de comunidades que foram alvo do projeto de reforma agrária de Brizola, na década de 1960.” (pp. 114-115)

¹¹⁹ Entrevista com João Goldas realizada no dia 13 de julho de 2019, no município de Dom Feliciano.

recordar, posteriormente, os fatos vividos.¹²⁰ No caso de Seu Goldas, essa lembrança coletiva se deu através do grupo mobilizado (conjunto de moradores que resistiram) e suas relações com outros grupos, como os vereadores e o prefeito, por exemplo, ou mesmo com o suposto proprietário da área, neste caso, representado como “o pessoal de fora”. Nesse sentido, POLLAK (1989, pp. 3-4), a respeito de Halbwachs, coloca que este autor “insinua não apenas a seletividade da memória, mas também um processo de ‘negociação’ para conciliar a memória coletiva e memórias individuais”. A narrativa de Seu João Goldas é atravessada por ambas, em alguns momentos revelada através da utilização do “nós” ao passo que, em outros, expressado na primeira pessoa do singular, “eu”.

A disposição em resistir é um elemento vivo na memória de Seu Goldas. Mesmo passados 59 anos do ocorrido, impressiona a importância atribuída à coragem em resistir. Não se tratou de mera resistência reivindicatória, baseada em um “direito” adquirido através das gerações desde há muito ali residentes, mas sim de uma resistência armada, com disposição para “guerrear”, com “arma de chumbo” e o moral elevado. Seu João Goldas acentuou, em vários momentos, o caráter de conflito, o “não afrouxar”, como sendo a única maneira de permanecer na área habitada. Analisando essa memória com os olhos do presente, de onde podemos atribuir tamanha propensão ao combate? A necessidade de manterem-se em cima da terra cultivada, provavelmente o único meio de subsistência dessas famílias, com certeza contribuiu para as causas dessa atitude, porém não a explica de todo. Conforme rememorado por nosso depoente, o apoio das “autoridades” locais, ou “dos que mandavam mais” - e que abordaremos adiante -, sobretudo prefeito e alguns vereadores, também auxilia na compreensão da vontade em resistir. Mesmo assim, lutar pelo que se tem e fazê-lo com apoio de políticos locais não garante o convencimento para tal atitude. À vista disso, devemos lembrar, brevemente, do que representou a década de 1960 em termos de novas possibilidades políticas e de lutas por direitos.

Talvez poucos momentos da história contemporânea tenham as esperanças e contradições presentes nos anos de 1960. Nessa década o mundo pareceu adentrar em uma forma revolucionária e inconformada, com manifestações a favor

¹²⁰ Para auxiliar na discussão de memória de Halbwachs ver também: WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. **Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural**. Programa de Pós-Graduação - Mestrado em História do ICHS/UFMT. Revista Fronteiras e Territórios, v.3, n.1, jan./jun. 2010.

de mudanças sociais e políticas, de solidariedade entre povos e nações. Diversos países coloniais iniciam sua libertação política, através das chamadas guerras de libertação, sobretudo na África. Nos Estados Unidos os movimentos por igualdade racial e direitos civis explodiram. União Soviética, China, França, Vietnã pareceram entrar em ebulição. Na América Latina, o exemplo da Revolução Cubana animou sonhos e pesadelos, tentativas de revolução e contrarrevolução, inserindo as populações camponesas como sujeitos fundamentais da luta por transformação política, inaugurando um novo cenário acerca das lutas sociais no continente.

À vista disso, devemos recordar que o estado do Rio Grande do Sul, através da administração estadual, pela primeira vez reconheceu o sujeito sem-terra como juridicamente existente, como portador de direitos e como elemento fundamental para a superação da crise econômica gaúcha, conforme visto no Capítulo I. Embora nosso depoente não cite, expressamente, a influência dos “anos 1960” na disposição em resistir, é provável que o “espírito” desta época tenha impregnado, de alguma forma, corações e mentes, mesmo na localidade de Faxinal, interior de Encruzilhada do Sul, local que pode nos parecer tão distante geograficamente dos centros urbanos ou de expressivas agitações políticas. A resistência, a luta por direitos, a política enquanto arte, portanto, estava presente na essência dos anos 1960 mesmo que não expressada em palavras e discursos e sim em práticas de lutas concretas.

Outra constatação é a de que a presença de partidos políticos na defesa e no incentivo às lutas por terra é algo que vinha sendo gestado, com experiências importantes desde a década anterior, 1950. Em relação ao Rio Grande do Sul, ECKERT (1984, pp. 63-64) coloca que:

Em termos das primeiras propostas de organização de agricultores no RS [...] uma iniciativa do Partido Comunista, [...] visava formar sindicatos de assalariados rurais. Essa proposta também foi referendada pela I Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, em 1953, sob o patrocínio na União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB).

Assim, em parte, as mobilizações e conflitos da década de 1960 possuíram, também, um leito histórico de reivindicações e organicidade anteriores. No Rio Grande do Sul, “os primeiros sindicatos de assalariados rurais criados foram os de Pelotas, Jaguarão e São Gabriel” (ECKERT, 1986, p. 64) no ano de 1954. Outros

“embriões” destes mesmos sindicatos se espalharam pelo Estado revelando tentativas de organização dos agricultores e, inclusive, ao menos três confrontos diretos em relação com a luta por terra e um acampamento desenvolveram-se entre 1953 e 1954.¹²¹ Não somente o sul do país foi impactado por estas disputas iniciadas na década de 1950. Medeiros aponta que:

No Brasil, nos anos 50 e início dos anos 60, os conflitos no campo se generalizaram, adquirindo caráter nacional, não só no sentido de que em praticamente todos os estados do país se constatavam tensões de diferentes naturezas, mas principalmente porque esse foi o momento em que se constituiu uma nova identidade e uma linguagem comum que passaram a agregar, no plano político, diferentes tipos de trabalhadores, em regiões distintas, e em que se forjou uma bandeira de luta que aparecia como unificadora: a reforma agrária. (MEDEIROS, 1995, s/p.)

Nessa acepção, a disposição para a luta, o debate político em torno da reforma agrária e, principalmente, a constituição de uma “nova identidade e uma linguagem comum”, de alguma forma, tiveram influências no surgimento de movimentos posteriores.

Sobre a expressão de Seu Goldas “os que mandavam mais”, pessoas que, aos olhos dos moradores de Faxinal, pelo menos dele, tinham maior autoridade, de “onde vinha a ordem” para resistir, precisamos problematizar algumas questões. Em primeiro lugar, conforme apontado pela historiografia analisada no primeiro capítulo, o então prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues tomou partido pela causa dos trabalhadores rurais e os auxiliou a resistir. Como vimos, não foi somente o prefeito a apoiar a permanência dos trabalhadores rurais em suas terras, já que alguns vereadores serviram como elo de mediação prefeitura-camponeses, sendo responsáveis por “guiar a ação” em resistir. Ao que tudo indica, essas foram as relações políticas estabelecidas.

Seu Goldas, afirma:

*O prefeito sempre apoiou, os vereador. Naquele tempo era Encruzilhada tudo. Os vereador davam as tinta pra nós. Então se o cara estranho entrava lá era pra matar.*¹²²

¹²¹ Ver mais em ECKERT (1984, pp. 65-66-67).

¹²² Entrevista com João Goldas realizada no dia 13 de julho de 2019, no município de Dom Feliciano.

Por esse ângulo, a legitimação da resistência dos camponeses de Faxinal - inclusive armada -, residiu, também, na força política municipal, pois o prefeito “sempre apoiou”. Além disso, Rodrigues, filiado ao PTB, teria conversado com o governador do estado, Leonel Brizola, para que este prestasse auxílio na resolução do conflito (sendo prontamente atendido). Portanto, podemos perceber que a articulação política, através de figuras público-partidárias não foi apenas local, possuindo uma dimensão estadual (prefeito-governador), mas também nacional. Exemplo disso, o deputado federal petebista e fundador do MASTER, Ruy Ramos, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, em julho de 1960, além de noticiar a criação do movimento em Encruzilhada do Sul, anunciou que tal iniciativa “dará um novo impulso ao problema da reforma agrária, pois permitirá alguma coisa que faltava para acelerar êsse (sic) processo de democratização da terra, [...] a mobilização das massas rurais interessadas”.¹²³

Nesse contexto, quando voltamos à conversa com Seu João Goldas a respeito da organização da resistência em Faxinal, podemos perceber que as próprias forças de segurança estaduais (Brigada Militar), lideradas pelo prefeito e submetidas ao comando do governo do estado, empreenderam uma espécie de “faz de conta” diante da mobilização dos trabalhadores rurais:

*[...] o prefeito era do mesmo partido que o Brizola. Então eles trabalhavam junto e transmitiam tudo pra nós pelos vereador. O prefeito dava a ordem e eles vinham então como brigada [militar] vinha um pedaço pra fazer despejo lá, quebrava o carro, faziam... ele já dava ordem pra fazer assim ó. E não quebravam nada, eles faziam de conta né. E nunca chegava lá ó.*¹²⁴

Por quais motivos esse fato, essa lembrança, se torna relevante? Uma das possíveis explicações talvez resida no fato inédito de as forças do Estado tomarem partido em benefício de pequenos proprietários de terra e posseiros, em detrimento da tradicional defesa da ordem, quase sempre atrelada, nesses casos, aos grandes proprietários rurais. Outra questão pode ser a própria força da figura representativa de Brizola e seu governo, que, nas palavras de Seu Goldas, “era um cara que apoiava nós, sempre apoiou”.

¹²³ Discurso pronunciado pelo Deputado Federal Ruy Ramos na Câmara Federal em 14/7/1960.

¹²⁴ Entrevista com João Goldas realizada no dia 13 de julho de 2019, no município de Dom Feliciano.

Fato é que, em outros momentos a Brigada Militar novamente serviu como “garantidora da ordem”, atuando para que não houvesse violência durante acampamentos e mobilizações. O conflito originando o MASTER, nos mostra que o movimento apresentou características políticas que foram incorporadas na medida em que se desenvolveu o projeto de reforma agrária estadual com a mobilização dos camponeses e a consolidação da sua estrutura organizativa, que estava intimamente conectada com figuras e partidos políticos.

Ao analisar essas relações políticas complexas (camponeses-prefeitura-Estado), estaríamos diante de quais tipos de combinações? Politicamente eram relações de “cima para baixo”? Qual o protagonismo político dos camponeses nesse episódio?

A forma como nosso depoente se reportou às relações políticas do período, através de expressões como “os que mandavam mais”, “davam as tinta pra nós”, pessoas que “davam a ordem” através da qual os camponeses se colocavam em ação, pode indicar e referendar uma compreensão de que tais episódios se caracterizaram, politicamente, como relações antidemocráticas, ou seja, ao passo que uns (mais instruídos) mandavam, outros obedeciam. Contudo, devemos questionar: teria como ser diferente? De que outras formas trabalhadores rurais residentes em Faxinal poderiam se fazer ouvir? Quando analisamos o passado o fazemos a partir do presente, portanto, devemos ter cuidado para não sermos anacrônicos. Como, então, pensar a partir do contexto da época? A História Oral nos auxilia como ferramenta para esse exercício. Em nossas entrevistas, essa relação, que para uns pode supor-se autoritária, para os participantes do período foi algo normalizado, naturalizado. Inclusive, nas palavras de outro depoente, Seu Breda, que nos auxilia neste entendimento, a própria mentalidade camponesa na época implicava no respeito à autoridade constituída:

Só que a gente tinha na cabeça, na época né, na época tinha cabeça que tinha que ser respeitado as decisões do governo [...] Mas isso era que vinha desde a igreja que passava isso pra gente né. Tinha que respeitar o governo né.¹²⁵

¹²⁵ Entrevista com Geraldo Breda e Iracema Breda, realizada no dia 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

Nesse sentido, precisamos ter cuidado em não romantizar as lutas passadas, tampouco em desqualificá-las como sendo somente os “camponeses nas lutas dos outros”, conforme MARTINS (1995),¹²⁶ reforçando a ideia dos trabalhadores rurais como sujeitos sem instrução, sem possibilidade de pensar com sua própria cabeça. Conforme estamos procurando apontar na presente dissertação, há uma complexidade de atores e ideias em disputa no período, as quais se deve levar em conta. Por óbvio, existiram interesses partidários e político-eleitorais (PTB e PCB, por exemplo) e a incorporação foi fundamental para o avanço desses interesses; houve interesses econômicos, que no caso do Rio Grande do Sul, conforme a política estadual, tornava-se imprescindível a incorporação política dos trabalhadores rurais para a superação da crise econômica; mas também houve interesses dos trabalhadores rurais, expressados na sua organização para a luta, nas suas reivindicações e mobilizações, a fim de conquistar um pedaço de terra, de produzir e se desenvolver. Portanto, ao analisar o passado, necessitamos ao menos ter em conta todas essas variáveis, para não cairmos em uma simplificação de complexas relações políticas.

Em vista disso, as passagens acima desvelam algo característico do período: as lutas e mobilizações estiveram profundamente vinculadas a “figuras públicas”, a pessoas ocupantes de mandatos eleitorais - e consequentemente vinculadas a um Partido - que se utilizaram de sua condição política para levar adiante reivindicações, que pressupunham, por outro lado, mobilizações locais, que, por sua vez, também contaram com as suas “figuras”. A partir da criação do movimento essas figuras públicas, além de exercerem seu papel legislativo, contribuíram para a expansão da organização dos trabalhadores rurais.

O episódio da localidade de Faxinal, conforme referido por Seu Goldas, leva em conta essas características que procuramos apontar até aqui, porém, o MASTER, enquanto organização, não existia formalmente, ou melhor, é justamente a partir da mobilização até aqui relatada que se originou e se fundou o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, com seu estatuto de fundação,

¹²⁶ Segundo o autor: “[...] os diferentes grupos que procuraram resgatar a voz do camponês e dar-lhe dimensão política, mobilizando-o e recrutando-o, seja nas lutas imediatas, nos movimentos sociais localizados, seja nas associações e sindicatos, para fazer da sua queixa uma queixa política e permanente, empenharam-se de diferentes modos e com diferentes intensidades, em evitar uma revolução camponesa no Brasil”. (**Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Ed: Petrópolis, 1995, 5ª edição, p.92). O MASTER, o PTB e Brizola estariam dentro dessa análise.

também no ano de 1960. Quando questionado a rememorar o MASTER, enquanto movimento de luta por terra no Estado, nosso depoente afirma que, naquele momento da resistência em Encruzilhada, “associação assim não tinha, como se fosse de grupos”, isto é, as Associações de trabalhadores sem-terra, neste momento, não haviam se tornado, ainda, uma estratégia, mas por outro lado, “tinha sempre um chefão que era...que tava mais por dentro, que tinha mais contato com os vereador” (uma figura de destaque local) e, a partir disso, reuniões eram realizadas dentro da área, entre os moradores, para afinar as táticas de resistência. No relato de Seu Goldas:

depois [de Faxinal] veio esses agricultor sem terra [...] Esse movimento surgiu naquela época. Ninguém falava nesses agricultor sem-terra ou invasão. Depois começou. Naquela época começou como até hoje andam. Não é? Tem esses agricultor sem-terra, não é? Eu mesmo, depois que eu tinha... morei aqui... eu andei acho que uns... quase uma semana com esses agricultor sem-terra. Cachoeira, Santa Maria, nesses municípios, Santa Cruz. Nós acampava com os agricultor sem-terra. Eu tinha terra já, não é? Mas eu acompanhava os agricultor sem-terra.¹²⁷

Há o reconhecimento de que após a mobilização em Encruzilhada do Sul é que “surge” a figura do sem-terra, a partir de mobilizações, “invasões” e acampamentos. Teriam esse reconhecimento a partir da atuação do MASTER no estado? Seu Goldas ressaltou que mesmo após possuir seu pedaço de terra, continuou acompanhando e apoiando a luta do “agricultor sem-terra”. Quais motivos explicam essa sua atitude? Por que Seu João Goldas “proprietário” rememora que, mesmo nesta condição, “acompanhava os agricultor sem-terra”? Se pensamos em processos de lutas enquanto constituintes de formação de classe, que as classes se forjam durante os conflitos e disputas (acontecimentos) os quais grupos de pessoas identificam os “interesses antagônicos” que compõe a sociedade e, neste processo de movimento, “descobrem a si mesmas”, podemos supor que as afirmações acima carreguem esse significado.

Segundo Thompson (1977, s/p.):

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção,

¹²⁷ Entrevista com João Goldas realizada no dia 13 de julho de 2019, no município de Dom Feliciano.

fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.

Nesse sentido, o processo de luta do qual Seu Goldas participou, no distrito de Faxinal, município de Encruzilhada do Sul, além de tê-lo marcado em relação à memória, contribuiu significativamente para que se visse inserido (se “descobre”) em uma classe, com a consciência de que o “sem-terra” era também constituinte de si mesmo. Pensar esses acontecimentos, portanto, implica reconhecer que “classe [...] é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo” (THOMPSON, 1977, s/p.), justamente um desses processos acabamos de recordá-lo a partir da memória de um de seus participantes.

Dois anos após a luta vitoriosa na localidade de Faxinal, município de Encruzilhada do Sul, outra mobilização chamou a atenção do estado: o acampamento na Fazenda Sarandi. Conforme apontado no capítulo anterior esse acontecimento é tido como expressão das lutas por terra no período, no qual estiveram presentes: lideranças vinculadas ao PTB, o MASTER, os governos municipal e estadual, figuras públicas da região e, sobretudo, uma massa de trabalhadores rurais mobilizados/acampados. No entanto, o que rememoram pessoas que participaram desse episódio? Dessa complexa trama política, exposta até aqui, qual influência e atuação desses “atores”? Qual a participação do MASTER enquanto movimento - contando dois anos desde sua fundação - na organização dos trabalhadores rurais do norte do estado?

Com essas inquietações, em novembro de 2018 nos dirigimos para a região norte do Rio Grande do Sul, mais especificamente no município de Pontão, nos assentamentos Novo Sarandi e 16 de Março, área da antiga Fazenda Annoni, que, por sua vez, pertenceu à área da Fazenda Sarandi nos anos 1960. Cheios de expectativas e ansiosos com os sujeitos e as histórias que iríamos encontrar, com o objetivo de melhor compreender a histórica luta pela terra nessa região e ouvir dos personagens ativos suas opiniões e suas memórias, fomos à procura de camponeses que vivenciaram dois períodos históricos de luta pela terra: no início

dos anos 1960 e no final da década de 1970 e início da década seguinte.¹²⁸ Nesse sentido, e de acordo com Portelli, através das fontes orais, fomos buscar “[...] informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida”. (PORTELLI, 1997, p. 27) Realizamos seis entrevistas, três em relação ao contexto histórico dos anos 1960, analisadas neste capítulo, e três entrevistas com quem vivenciou a retomada desse tipo de mobilizações na região, tema do capítulo seguinte.

É importante ressaltar que isso somente se tornou possível, pois não caímos lá de “paraquedas”, como se diz. Realizamos a intermediação através de lideranças locais, vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região, que mapearam e nos indicaram os depoentes, assim como nos receberam, acolheram e auxiliaram durante os três dias em que lá estivemos.¹²⁹ Essa mediação, porém, não implicou em prejuízo em relação aos depoimentos, pois alguém poderia supor que, assim sendo, somente se escolheu depoentes que “falariam o que gostaríamos de ouvir”, ou melhor, falariam a partir do ponto de vista de quem intermediou as entrevistas. Não foi o caso, pelo contrário, as entrevistas serviram para aguçar o interesse histórico sobre a complexidade do período também em quem nos acompanhou. Exemplo concreto disto é que semanas após a nossa pesquisa, Seu Isaías, responsável por nos acompanhar, nos telefonou relatando que, em conversas com vizinhos e moradores do assentamento, surgiram inúmeras outras possibilidades de entrevistas a serem desvendadas, ainda que não tenhamos conseguido retornar para colher essas histórias, mas que demonstram inúmeros horizontes de investigação.

Nosso primeiro entrevistado foi Seu João Raimundi,¹³⁰ então com 83 anos, agricultor assentado na área da antiga Fazenda Sarandi. Natural do município de Aratiba (extremo norte do estado), Seu Raimundi possui trajetória de vida semelhante aos demais trabalhadores rurais entrevistados na região, qual seja, a de “plantar na terra dos outros”, muitas vezes, conciliando com algum “outro serviço”, mantendo o sonho de conseguir a própria terra. Basicamente essa foi a condição de

¹²⁸ As memórias dos participantes das lutas dos anos 1970 e 1980 serão abordadas no Capítulo III.

¹²⁹ Nosso profundo agradecimento a Isaías Vedovatto e família pela acolhida fraterna e solidária e a disposição em nos auxiliar, compartilhar e acompanhar durante os dias que lá estivemos.

¹³⁰ Juntamente com Seu João Raimundi, há a participação pontual de um de seus filhos durante a entrevista. Seu Raimundi também foi entrevistado por CARINI E TEDESCO (2007).

vida de Seu Raimundi, mas o acontecimento na Fazenda Sarandi, em 1962, abriu uma nova possibilidade:

E aí, então, quando foi um dia surgiu a tal de Fazenda Sarandi aqui que, que o pessoal tinham invadido, tinham acampado aí né...e daí ainda deu assim, falaram no rádio que...foi numa sexta de noite eu acho, que a partir de segunda-feira quem que precisasse de adquirir terra, era pra vir na subprefeitura né...¹³¹

Seu Raimundi se utiliza da palavra “invasão” ao se referir à atitude de acampar e reivindicar a terra. Conforme apontado por ROSA (2010), esse era o termo utilizado na época, sendo que o termo “ocupação” surge posteriormente, com o MST. Nesse sentido, a referência ao termo invasão, pelo nosso depoente, pareceu não implicar em um sentido tal qual o interpretamos atualmente, como algo pejorativo ou mesmo ofensivo.

A lembrança de como teve conhecimento a respeito da notícia do “acampamento” nos mostra como o debate em relação a luta pela terra estava presente no estado. Através “do rádio” Seu Raimundi tomou conhecimento da movimentação dos trabalhadores rurais, mas, além disso, teria sido informado por esse meio de comunicação de que “quem precisasse adquirir terra” deveria se deslocar à “subprefeitura” de Ronda Alta. Conforme o exemplo visto no Capítulo I quando analisamos um Inquérito Policial Militar (IPM) referente à cidade de Rio Pardo, onde o camponês Oswaldo Bastos, quando perguntado, também afirma que “ouviu pelo rádio Leonel Brizola dizer [...] que iria distribuir terras a quem assim desejasse”,¹³² demonstra uma autoridade do rádio como forma de comunicação no interior do estado e como meio de propagação da política agrária estadual.

Leonel Brizola, enquanto governador do estado, utilizou amplamente desta ferramenta de comunicação, popularizando seu uso durante o episódio da Campanha da Legalidade, no segundo semestre de 1961. O fato também corrobora o “cadastramento”, a inscrição realizada pelas autoridades locais aos que necessitavam terra e a própria participação dessas autoridades no desenrolar das mobilizações. Como exemplo a respeito da forma a qual era realizado este

¹³¹ Entrevista com João Raimundi realizada no dia 09 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

¹³² IPM da cidade de Rio Pardo. Acervo Projeto Brasil Nunca Mais, pasta 064.

cadastramento, em suas pesquisas acerca da desapropriação do Banhado do Colégio, em Camaquã, HARRES (2014) constatou que neste episódio, o processo de “seleção” dos beneficiários a terra se deu a partir de uma “comissão de seleção (que) deveria ser composta com representantes do governo estadual e municipal e representantes dos agricultores” (p. 241). Subordinada ao IGRA, esta comissão “analisou as fichas do cadastro dos pretendentes [...] e elaborou uma planilha com a pontuação obtida pelos selecionados” (p. 242) e, através disso, realizou a escolha dos trabalhadores rurais aptos a ocuparem tais lotes de terra. Ainda segundo a autora, “para tornar-se um candidato [...] o agricultor deveria ser maior de idade ou emancipado; ter encargo familiar e atestar boa conduta.” (idem) também, deveria comprovar que não possuía terra ou, em caso de dispor de um pedaço de terra, que este fosse “reconhecidamente insuficiente para a sua subsistência” além de “não ter uma atividade lucrativa de caráter permanente, estranha à agricultura” (ibidem). Após o cumprimento destas condições, a pontuação aferida a cada sem-terra cadastrado, segundo HARRES (2014, pp. 242-243) era composta por seis aspectos:

[...] o domicílio ou procedência, a capacitação, bens de produção, idade, estado civil, e o número de dependentes. Com relação à procedência, cabia pontuação máxima (25 pontos) para os ocupantes das áreas a serem colonizadas, na condição de arrendatário, parceiro ou posseiro; e pontuação menor (15 pontos), para os que se encontravam na condição de assalariado agrícola. Para os agricultores procedentes de outras áreas do Estado, era creditada a pontuação mais baixa (10 pontos). [...] A capacitação refere-se à tradição na agricultura (15 pontos), cabendo destaque (20 pontos) para aqueles pretendentes com tradição nas atividades típicas da área colonizada [...] A pontuação dos bens de produção podia alcançar até 20 pontos, estando em aberto a discriminação dos instrumentos considerados indispensáveis para a exploração do lote [...] Na pontuação da idade, consideravam-se os limites entre 21 e 60 anos, divididos em faixas de dez anos, correspondendo, a cada faixa, partindo de 21 a 30 anos, a pontuação de 10, 8, 6 e 4 pontos, respectivamente; e 2 pontos para idade superior a 60 anos. No exame do estado civil, os casados recebiam 5 pontos, pontuação semelhante à dos viúvos. Na contagem dos dependentes, a orientação era atribuir 2 pontos para os filhos menores de 18 anos, até o limite de 20 pontos.

É bastante provável que estes critérios também tenham contado em outros momentos de desapropriações de terras por parte da administração estadual, conforme as memórias por nós colhidas a respeito da mobilização na Fazenda Sarandi. Inclusive, o método posto em prática demonstra certo controle, por parte do estado, sobre quem deveria ou não, ser contemplado com a reforma agrária.

Por certo, tal fato (o comunicado via rádio) contribuiu significativamente na tomada de decisão de Seu Raimundi para viabilizar o sonho de conquistar seu pedaço de chão, contudo, certo também é o fato de haver um “ambiente” favorável servindo como gatilho para levar esse sonho adiante, até concretizá-lo. Muito embora o comunicado tenha sido feito, ao que parece, após a “invasão”, mesmo assim não deixa de ser fundamental para o incremento do número de trabalhadores rurais a solicitarem a desapropriação da Fazenda Sarandi e a política de reforma agrária do governo estadual, visto que o número de trabalhadores rurais que se dirigiram ao acampamento aumenta substancialmente com o passar dos dias.

Após tomar ciência do noticiado, Seu Raimundi dirigiu-se, já na “segunda-feira” para a subprefeitura de Ronda Alta, a fim de confirmar o que ouvira, e, no caminho:

[...] nem parei na Ronda, porque lá na estrada já veio um caminhão cheio de gente pra ir lá no acampamento do Cascavel ali. E daí já queriam, quisessem que eu fosse junto. Daí eu disse ‘não, mas eu vou ali na Ronda, porque eu vou à procura da terra’... aí eles dizem ‘não vamos lá e depois tu volta ali’. Mas lá então tava o grupo de pessoal né, daí fiquei por lá. Inté tava com o pé no estribo, como diz o caboclo, pra vim pra Ronda né, pra me inscrever. Mas aqui eu encontrei o subprefeito da Ronda, que era o finado Hugo, que ia levando o pessoal pra lá, daí voltei lá né, porque tava a recém saindo. Aí fiquei lá. Quando foi ali pelas duas horas eu acho, daí então chegou o homem Brizola ali.¹³³

Mesmo insistindo, em um primeiro momento, de que o melhor fosse cumprir com o noticiado no rádio e dirigir-se à subprefeitura, Seu Raimundi pareceu convencido a mudar de ideia quando notou a presença do “subprefeito da Ronda, [...] que ia levando o pessoal pra lá”, indo ao acampamento, no mesmo dia em que Brizola compareceu. Em relação ao acampamento e a sua participação, Seu Raimundi revela que “[...] Tinha dias que eu ia lá e ficava dois dias, depois eu voltava pra casa...depois voltava de novo, procurava mais os fim de semana pra ir...”, e que assim muita gente teria feito enquanto durou a mobilização: quem morava próximo, ou tinha condições de ir “algumas vezes”, seja para se manter trabalhando, seja para conseguir o cadastro, foi uma constante durante os dias de acampamento.

¹³³ Entrevista com João Raimundi realizada no dia 09 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

Após o acampamento, da visita do governador e o anúncio e comprometimento em desapropriar a Fazenda, se iniciou, de forma gradual a desapropriação da área. Seu Raimundi recordou que o local do acampamento, “Capão da Cascavel”, foi desapropriado no mesmo ano, 1962, porém, outras áreas da Fazenda Sarandi tiveram assentados os trabalhadores rurais inscritos até o ano de 1965, ou seja, mesmo após o término do governo Brizola, áreas pertencentes à Fazenda foram sendo incorporadas, conforme cadastro realizado em 1962. O pedaço de terra de Seu João Raimundi lhe foi entregue em 1964, primeiro ano da ditadura civil-militar e, segundo nosso depoente, ainda no ano de 1965 foram realizadas entregas de lotes pertencentes à luta de 1962. Essa questão é importante, pois os trabalhos de pesquisa apontam a desapropriação da área no ano de realização da mobilização, raramente aprofundando-se sobre as áreas entregues posteriormente. Por que o governo militar decidiu manter os assentamentos? Quais objetivos políticos, já que desapropriação seria “coisa de comunista”?

A partir do início de 1963 o Rio Grande do Sul passou a ser governado por Ildo Meneghetti, mantido no cargo após a deflagração do golpe, em 1964. Conforme vimos no Capítulo I, Meneghetti foi responsável por “antecipar” medidas repressivas a respeito das lutas camponesas, proibiu manifestações, perseguiu lideranças, desarticulando a organização dos trabalhadores rurais. Em relação ao processo de desapropriação da Fazenda Sarandi, por exemplo, segundo pesquisado por Ivaldo Gehlen (1983, p. 140):

Meneghetti, do PSD [...], promove alterações no decreto de desapropriação, tornando-o amigável, em 30.09.64 e, portanto, extrajudicial. O que significou multiplicar por vinte o preço total pago aos Mailhos. Por esta convenção [desapropriação amigável] os antigos proprietários ficaram no direito de retirar a madeira de pinho da área pelo período de 4 anos. Outra modificação feita foi diminuir de 10 para 5 anos o prazo para tornar intransferível o título de posse das terras, provocando negociatas e reconcentração de propriedade, beneficiando os que detinham poder de compra.

O imbróglio em relação ao processo de compra e assentamento de trabalhadores rurais no local vai se estender por décadas, tendo, inclusive, consequências no reascenso dos acampamentos e mobilizações em fins da década de 1970, conforme veremos no Capítulo III.

No importante trabalho de pesquisa sobre a administração Meneghetti, REBELLO (2014) evidencia como a política agrária do então governador do estado, durante os anos de 1963-64 procurou manter o discurso outrora empregado pela administração Brizola, porém aprofundando uma prática conservadora em relação às questões vinculadas a reforma agrária. Em outras palavras, Ildo Meneghetti e seu governo, embora se colocassem a favor da distribuição de terras o fizeram em detrimento aos trabalhadores rurais sem-terra que haviam se mobilizado. Na região de Nonoai/Sarandi inúmeras práticas de deslocamento, intrusão em reservas indígenas e redistribuição de lotes a esses trabalhadores, se tornaram prática comum do governo do Estado, ao passo que, conforme REBELLO (2014, p. 124):

Dessa forma, estes assentamentos, seguidos de deslocamentos, apenas serviram para manter a imagem do governo vinculado à proposta reformista, porém, como os atendidos não seriam o alvo do direcionamento da administração pública, segundo a lógica do seu discurso, esses são abandonados e substituídos por aqueles que teriam condições de dinamizar a economia, no caso em questão agricultores já mecanizados e os granjeiros.

Dessa forma, é curioso e ao mesmo tempo contraditório o fato de Meneghetti haver mantido a distribuição da área a alguns dos trabalhadores rurais cadastrados em 1962, talvez por não ter conseguido modificar o processo desapropriatório em seu todo, ou, então, para legitimar seu discurso de apoio à reforma agrária, e, neste caso, modificando, em parte, a proposta do governo anterior que priorizava agricultores sem-terra.

Escutando o anúncio radiofônico, participando do acampamento em “alguns dias”, tendo sido cadastrado à época e, posteriormente, contemplado com a entrega do lote, processo esse que demanda organização política, lideranças e estratégias, por exemplo, por que Seu João Raimundi rememora essas passagens? Quem foi responsável por organizar uma forma de luta até então inédita? Existe lembrança acerca do MASTER?

Ao ser instado “a puxar na memória” essas questões, Seu Raimundi nos diz que “naquela época era o Calixto de Nonoai e o Brizola”, sua afirmação revela que as principais referências políticas estavam centradas no prefeito de Nonoai, Jair de Moura Calixto e em seu “primo-irmão”, o governador do estado Leonel de Moura Brizola. Mas e o MASTER? Estava presente no acampamento, no cadastro das famílias? De que forma? Sobre o Movimento dos Agricultores Sem Terra “não se

ouvira falar”, também “não tinha associação de sem-terra” presente no episódio do Capão da Cascavel, “mas existia a tal reforma agrária, né”. Mais uma vez a centralidade em relação à luta política no período, referendada por um dos seus personagens, se assentou na atuação de figuras públicas, nesse caso, o governador e prefeito, não reconhecendo a existência de um movimento de trabalhadores, com bandeiras de luta e objetivos claros. Nessas figuras e autoridades conhecidas, por outro lado, se plasmou a “tal reforma agrária”, que encarnava uma política, uma ideia, reconhecida pelos trabalhadores rurais.

Todo o ocorrido em Nonoai/Sarandi, rememorado por Seu Raiumundi, portanto, cabe à figura do “Calixto de Nonoai e o Brizola”. Quais os “porquês” dessa invisibilidade em relação ao MASTER se parte das fontes do período, sobretudo jornais da época, costumam atribuir participação do movimento na ocupação da Fazenda Sarandi e apontam a existência da Associação dos Agricultores Sem Terra de Nonoai? Antes de problematizar essas questões, abordaremos o que outros participantes do mesmo episódio, entrevistados por nós, rememoram em relação à organização da ocupação da Fazenda Sarandi.

Seu Geraldo Breda e sua esposa, Dona Iracema Breda, nos receberam em sua casa, no interior do município de Ronda Alta, em uma bonita manhã de primavera. “Achei que tinham desistido”, nos provocou Seu Breda, com as cadeiras dispostas na varanda acusando a espera. Mais um tempo de preparar o mate e nossa conversa se iniciou em meio ao som de pássaros e de uma leve brisa entre as flores e árvores. Seu Breda, nascido no município de Guaporé, em 1933 e Dona Iracema, nascida em Constantina no ano de 1940, conheceram-se através da Igreja, no município de Rondinha, no qual ambos vieram residir com suas famílias. Filho de pai carpinteiro na cidade, aos 7 anos, Seu Breda mudou-se com a família de Guaporé para Rondinha, onde seu pai conseguiu “comprar um pedacinho de terra” e passou a sustentar a “numerosa família de 11 irmãos”. Dessa forma, Seu Breda passou a infância nas lides da roça, auxiliando seu pai e irmãos na lavoura. Dona Iracema tem história semelhante: sua família transferiu-se para Rondinha no momento em que seu pai conseguiu adquirir ali um “pedacinho de terra” para o sustento da família, em propriedade vizinha a de seu marido. Com o passar dos anos, para ambas as famílias o pedacinho de terra, adquirido a muito custo, passou a ser insuficiente para o sustento de toda a família, fato esse muito comum em

relação à história camponesa em nosso país. Na década de 1960 surgiu a oportunidade de adquirirem sua própria terra.

Seu Breda recorda que, no ano de “1963 [na verdade 1962] aconteceu um grande acampamento aqui na região chamado Acampamento Cascavel [...] promovido pelo prefeito de Nonoai [...] que era cunhado até do Brizola”. Como morava na mesma região do acontecido, ao ficar sabendo da mobilização, Seu Breda, a exemplo de Seu Raimundi, viu uma possibilidade de conquistar sua terra. Vale a pena a descrição de Seu Geraldo sobre os motivos que o fizeram participar:

*E como eu morava ali próximo, e de fato a gente não tinha condições de comprar terra, nós tinha...**só sabia fazer aquilo ali** então nós precisava de terra, a gente participou do acampamento né. A gente participou do acampamento e a gente se inscreveu né, se inscreveu ali no acampamento como...é...assim...como...pleiteando uma terra né. E ali a gente conseguiu...depois na seleção né, porque havia muita gente acampada naquela ocasião né, não sei...não sei o número né, mas era muita, muita gente. Então todos os inscritos, todos aqueles que participavam do acampamento foram...se inscreveram né. E depois, pra conseguirem ser selecionados pra depois ser contemplado com terra, foi feita uma seleção...foi feita uma seleção. Eu não acompanhei né, porque foi feita em Porto Alegre, mas tinha vários critérios pra ser candidato a...a...a terra né. E a gente deu sorte, a gente tava...ficou, a gente conseguiu ficar dentro deste grupo né, que somaria mais pontos dentro dos critérios que eles utilizaram pra fazer a classificação né, de conseguir.¹³⁴*

É significativa a expressão “nós só sabia fazer aquilo ali”, pois demonstra o “lugar” que a terra ocupava na vida dessas pessoas. A luta por terra não se tratou, portanto, de mera retórica ou mesmo, como acusações da época queriam fazer supor, envolveram pessoas que não possuíam nenhuma vinculação com a agricultura, tratando-se de aproveitadores. Quando Seu Breda faz esta afirmação, deixa explícito que, sem o acesso a terra, a sua vida, assim como a de outras pessoas na mesma condição (“nós”) estaria vazia de sentido. Aliás, a utilização do plural, do “nós”, é carregada de sensibilidades. Para além das lembranças, no sentido dado por HALBWACHS (1990), de que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, o coletivo aqui caracterizou a própria história da luta pela terra na região, porque aquelas experiências foram compartilhadas por

¹³⁴ Entrevista com Geraldo Breda e Iracema Breda realizada no dia 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta. (grifo nosso)

muitas pessoas, forjaram identidades e marcos de referência comuns: a luta, o acampamento - no caso de Seu Breda - cingiu a própria história local, de maneira coletiva. Outro aspecto dessa coletividade diz respeito ao envolvimento da família nestes processos, seja com os homens, em geral os responsáveis por irem acampar, seja com as mulheres, que, em grande medida, garantiram a sobrevivência dos filhos enquanto da ausência do marido. Dona Iracema, por exemplo, sobre o acampamento, recorda que “nem conheci”, pois “tinha as crianças pequenas, e depois ele ia de cavalo, como é que a gente ia né...”, quer dizer, mesmo não indo até o local, de certa forma, Dona Iracema e as crianças garantiram a “retaguarda” do processo, atitude tão ou mais importante. Aliás, o papel das mulheres nestes processos carece de estudos, pois são fundamentais para a compreensão da complexidade dos sujeitos e fatores envolvidos.¹³⁵

Dando sequência ao testemunho de Seu Breda, outra vez a relação do acampamento com o cadastro dos agricultores que ali se mobilizaram transpareceu na memória de um participante, mas também há a recordação sobre haverem critérios para a “seleção” desses agricultores, ou seja, à inscrição, primeiro passo, somava-se uma seleção que pressupunha somar pontos e, finalmente, a classificação, conforme vimos.¹³⁶ Harres ressalta que este cadastramento era tarefa do IGRA e estava em consonância com o projeto de reforma agrária do governo do Estado, e que:

Neste órgão estavam centralizadas todas as iniciativas relativas ao planejamento dos projetos integrados e ao programa e à supervisão da sua execução. Estava previsto o funcionamento da “Comissão de Reforma Agrária e Levantamentos Especiais”, com ramificações e representantes em todos os municípios, que se encarregariam da elaboração dos cadastros, das pesquisas sobre a população sem-terra e sobre as propriedades, dos estudos sobre a produção e produtividade na região, objetivando indicar ‘os imóveis mais adequados à instalação de futuros núcleos de colonização e atividades agrícolas’. (HARRES, 2011, p. 122)

¹³⁵ Um importante trabalho a respeito da memória das mulheres camponesas, durante as ocupações de terra no norte do estado encontra-se em: LECHAT, Noële Marie Paule. **A questão de Gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado, datilo., UNICAMP, 1993.

¹³⁶ Entre alguns dos critérios rememorados por Seu Breda, estavam: ser filho de agricultor e nunca ter possuído um pedaço de terra; não possuir “passagem pela polícia”; ser considerado “município”, necessitava apresentar uma certidão de que era residente no município e o número de filhos, por exemplo. Segundo Dona Iracema “já tinha duas crianças, duas meninas...e o que mais somou pontos foi as meninas...porque nós não tinha nada...”, aferindo ao número de filhos a possibilidade de somar mais pontos. Em parte, de acordo com o apontado por HARRES (2014) em relação à desapropriação no Banhado do Colégio.

Indo e vindo do acampamento todos os dias, a cavalo, Seu Breda rememorou as grandes refeições realizadas durante a mobilização, nas quais se “fazia aqueles panelão grande de alimento, e a gente ia servindo, né”, de forma coletiva, sendo que, os trabalhadores que possuíam “menos recursos que nem talheres tinham [...] (então), tiravam umas cascas de árvore e isso servia como prato, e umas forquilhaes que servia como garfo”, demonstrando a precariedade desses trabalhadores em busca de sua terra. Tanto Seu Raimundi, quanto Seu Breda, ao guardarem na memória questões como “a voz no rádio; “as carroças”; o “panelão grande de alimento”, dão sentido ao que Pollak caracterizou como “lembranças mais próximas”, que são “aquelas de que guardamos recordações pessoais, [onde] os pontos de referência geralmente apresentados nas discussões são [...] de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores” (POLLAK apud VEILON, 1989, p. 11), não atribuindo ao fato (data/ano do acampamento) uma centralidade em suas recordações, mas, sim, rememorando o vivido a partir de questões sensitivas, muito difíceis de serem capturadas por quem não participou do momento, ou “ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje”, sua constatação é importante para a complexidade quanto a memórias e recordações.¹³⁷

Ao contrário de Seu Raimundi, Seu Breda não se recordou da utilização do rádio na divulgação do acampamento. Segundo ele, “a gente não tinha muito acesso à rádio porque naquele tempo eram poucos que tinham rádio né”, mas, então, como soube da mobilização?

[...] a gente ouviu falar porque...eu pessoalmente, o dia em que aconteceu esse acampamento eu me encontrava na cidade, e vimos aquele movimento né, que vinha o pessoal de cavalo, de carroça, de ônibus, de caminhão...que passaram ali pra cidade, e a gente ficou sabendo que tinham ocupado aquela área ali do...da Cascavel, que era chamada né. Então a gente ficou sabendo, e a gente por curioso já fomos lá pra ver o que que era...a gente ficou sabendo que era gente que foi pra ali pra...pra forçar o governo a...a desapropriar essa área.¹³⁸

¹³⁷ Segundo POLLAK (1989, p. 11) “o filme é o melhor suporte para fazê-lo [...] Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções”.

¹³⁸ Entrevista com Geraldo Breda e Iracema Breda realizada no dia 10 de novembro de 2018, na cidade de Ronda Alta.

Mais uma vez, exteriorizaram-se questões sensíveis na memória, “cavalo, carroça, ônibus, caminhão”. Além disso, a oralidade (“a gente ficou sabendo”), a transmissão de informações entre as pessoas com relação ao ocorrido, despertou em Seu Breda uma curiosidade, estimulada pela possibilidade de desapropriação da área.

Mas como isso tudo foi organizado? Seu Breda reconheceu a existência de algumas reuniões, que “aconteciam todos os dias”, porém sem “muito mais lembrança do que se tratava”, mas ressaltou que:

[...] o entusiasmo, a...assim...a vocação pela terra todo mundo...era muito...assim...tinha muito...como é que eu digo...muita vontade né, muita vontade de ter esse pedacinho de terra. Então todo mundo lutava pra isso, por isso ficava ali pra conseguir isso dali.¹³⁹

A memória do entusiasmo e “vocação para terra”, combustível para que milhares de agricultores se mantivessem acampados, se sobressai em relação aos meandros políticos, a questões organizativas, no sentido de coordenação política da mobilização, afinal “todo mundo...tinha muita vontade”, isto é, para esses trabalhadores mobilizados estava em disputa a sua possibilidade de sobrevivência e essa necessidade os movia. Assim, para os participantes da ocupação da Fazenda Sarandi, impulsionou-lhes não tanto questões de cunho ideológico, mas a “vontade de ter esse pedacinho de terra”. Esse, o principal fator de ânimo e luta, conforme apontado por Seu Breda. Mas, e o MASTER?

Não tô lembrado. Porque eu...a gente sabe que existia o MASTER né, mas não se tinha muito conhecimento em cima disso né. Não sei, talvez alguns se lembrem melhor, mas eu não tenho muita...muita lembrança disso não.¹⁴⁰

Dessa maneira, embora reconheça a existência do MASTER, aparentemente, não possuía maiores conhecimentos em relação ao movimento, pelo menos na região e durante a mobilização na Fazenda Sarandi. A partir das pesquisas realizadas, ROSA (2010) também se deparou com a invisibilidade do

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Ibidem.

Master nas memórias acerca da formação do acampamento do Capão da Cascavel. Segundo o autor, seus depoentes, “quando queriam fazer referência ao evento, falavam do ‘acampamento do Capão da Cascavel’, do ‘acampamento do Brizola’ e do ‘acampamento do Jair Calixto’” (p. 19), sendo que em nenhum momento o MASTER foi citado como organizador da ação. Uma das possibilidades apontadas por Rosa “é a de que o cadastramento das famílias em Nonoai [...] tenha integrado a proposta de Brizola e do MASTER de inscrever os “sem-terras” de todo o estado” (p. 37), estes documentos, quando consultados posteriormente por estudiosos e investigadores, poderiam apontar para a participação ativa de um movimento no episódio, muito embora não cumprisse um papel organizativo, durante a mobilização. Uma análise posterior, muitas vezes, aponta uma participação que, em muitos casos, pouca influência representou. Outra questão indicada no mesmo estudo, ainda sobre os efeitos simbólicos produzidos pelo cadastramento é a de que:

O cadastramento pode não ter tido relação direta com a ideia da invasão, ocorrida em janeiro de 1962. Entretanto, pode-se afirmar que o fato de se convocar pessoas e a elas atribuir um documento chancelado pelo Estado, contribuiria para estimular a ideia de que o governo se tornara responsável pela questão. (ROSA, 2010, p. 37)

Nesse sentido, a associação do episódio como “acampamento do Brizola” faria bastante sentido, visto estar entrelaçado com o desenrolar da política agrária estadual do período, assim como a associação a Jair Calixto, prefeito de Nonoai, responsável ele mesmo por realizar tal cadastro, segundo entrevistas realizadas por ROSA (2010).¹⁴¹ Mas, por que não o MASTER?

Com o desenrolar da prosa com Seu Breda e Dona Iracema, um fato nos chamou bastante atenção, fato esse que pode nos auxiliar a respeito da invisibilidade do MASTER: Seu Breda, em um determinado momento, nos contou que possuía guardada a “carteirinha de inscrição” da época do Brizola. Esse

¹⁴¹ De acordo com as memórias coletadas por ROSA (2010), *Op.cit.*: Seu Ivo Kleber, que participou do acampamento: “O Brizola veio. Eu me lembro que, na época do acampamento, na hora que foi cadastrar, aí veio o Brizola, e eles fizeram uma carreata daqui de cima. E o Brizola estava. Eu não consegui ver ele porque tinha muita gente. Ele desembarcou aqui em cima e foi a pé lá, no meio daquele pessoal. Foi até lá, nos acampamentos, a pé. Daí, aquele dia foi liberado para ir para casa.” (p. 58). Conforme outro participante do acampamento, Seu Júlio, “teriam existido dois momentos de inscrição. No primeiro deles, o interessado se dirigia até o acampamento e fornecia seu nome para Jair Calixto; no segundo, houve uma chamada, feita também por rádio, para um cadastramento formal dos interessados.” (p. 61)

documento, que reproduzimos a seguir, contém a insígnia da “União dos Agricultores sem Terras” e, logo abaixo, “NONAI, SARANDI, R.G.S”. Ao que tudo indica, embora não tenhamos tido contato com nenhum outro documento similar, trata-se ou de carteirinhas que os agricultores recebiam quando se inscreviam para pleitear terra, ou ainda, uma carteirinha da própria Associação.¹⁴² A qualidade do material e a boa impressão gráfica são evidentes, o que demonstra a prioridade da tática do cadastramento. No interior do documento constam, digitado à máquina, o nome do candidato a terra, a residência (endereço), e provavelmente, o número de inscrição. No verso, consta uma assinatura e uma data, porém não sabemos precisar se de fato a carteirinha foi elaborada neste ano (1963), nem se a assinatura, escrita à caneta, possui relação com tal documento.



¹⁴² ROSA (2010, p. 61), conforme visto no Capítulo I, faz referência a este documento como “papeizinhos timbrados”: “O acampamento foi acompanhado por uma inscrição massiva de interessados em receber terras, que passaram a portar os papeizinhos timbrados do governo do estado como símbolo de um direito adquirido naquele momento.” Ainda segundo o autor, esta prática será mantida durante os governos posteriores.



O que chama a atenção é a memória curta de Seu Breda relacionada ao documento. Por quais motivos não há recordações a respeito da União dos Agricultores sem Terras que consta de forma bastante clara no documento? É interessante que Seu Breda guarda a carteira, nela consta o nome da entidade (o que mostra que estava ativa) e que esta União, provavelmente, intermediou o processo na relação acampados-governo do estado -, porém não há lembranças relativas a organicidade de tal entidade. Uma das hipóteses pode ser justamente a falta de um envolvimento mais orgânico com a luta por terra no período, que, em muitos casos, resumiu-se ao cadastramento em si e a promessa de entrega das terras por parte do governador do estado. Conforme seu próprio testemunho, Seu Breda, embora tenha frequentado o acampamento e dele participado, o fez de maneira pontual, não tendo se envolvido em sua organização e mobilização.

Outro fator de destaque é a entidade que dá nome ao documento: União dos Agricultores sem Terras. É bastante crível tratar-se da Associação dos Sem Terra de Nonoai, que possuía vínculo com o MASTER. Inclusive o jornal *Última Hora*, noticiando o acampamento na Fazenda Sarandi, informa que é “a Associação dos Agricultores sem Terra de Nonoai, que dirige o movimento”.¹⁴³ É provável, portanto, que a mesma Associação/União assinasse tais carteirinhas. Da mesma forma, a política agrária de Brizola se valeu da criação de diversas entidades de “Sem Terra” no estado, reconhecidas juridicamente e responsáveis por organizar,

¹⁴³ **Nonoai: Agricultores rezam e pedem terra para plantar.** Jornal *Última Hora*, 12/01/1962, p. 12.

cadastrar e informar ao estado sua existência. Mesmo assim, na memória de Seu Breda, o processo do acampamento é recordado e cristalizado nas referências a Brizola e a Jair Calixto.

Os trabalhos que abordaram a constituição e desenvolvimento do MASTER, já aqui apresentados, levantaram algumas das questões que estamos discutindo: a capacidade do movimento em relação à luta pela terra, os objetivos da criação do MASTER e as suas vinculações com as demais esferas políticas durante seu período de existência, por exemplo. Para CARINI E TEDESCO (2007, p. 54):

o Master foi um Movimento que, pelo menos em seu nascedouro, foi institucionalizado de cima para baixo por intermédio de alguns proprietários modernos e intelectuais das fileiras do PTB, sensíveis em relação à questão agrária no Estado, principalmente em torno das pressões e da organização ainda incipiente de um contingente imenso de pequenos agricultores, arrendatários, assalariados rurais, dentre outros.

Para estes autores, a criação do MASTER atendeu mais a objetivos político-eleitorais, por parte do PTB e Brizola - “o pensamento dos dirigentes do Master era muito mais uma vontade de representação que os fascinava” (pp.153-154) -, além de estar inserido em um projeto “desenvolvimentista e industrialista” (p. 152). Assim, aos trabalhadores rurais mobilizados lhes coube o papel de “número”, de “grande contingente”, já que, segundo conclusão dos autores a respeito do papel desempenhado pelo MASTER:

Estas lideranças tencionavam usar os sem-terra para legitimar um discurso, enquanto utopia, apostando num movimento que diziam ser necessário, progressista, moderno, legítimo, interessante para o desenvolvimento da região, do Estado Gaúcho e do Brasil. Não se percebeu o interesse em tornar o Movimento um meio de libertação dos atores sociais. Os dirigentes, desde Brizola até Calixto, viam o Movimento como um meio para legitimar o projeto político paternalista. (CARINI E TEDESCO, 2007, pp. 153-154)

Nessa acepção, nossos depoentes, Seu Raimundi e Seu Breda, serviram para legitimar um discurso, uma “utopia”, um “projeto político paternalista”. Mas, até que ponto todas essas aferições a respeito das lutas do período e o envolvimento das pessoas que nelas participaram não expressam mais um problema teórico do

que de fato uma questão real para estes sujeitos? Em outras palavras, através dos testemunhos colhidos por nós, aos camponeses mais interessava o acesso a terra, justamente seu “meio de libertação”, importando menos discussões e possibilidades teóricas. Aqui, podemos pensar a partir de THOMPSON (1977, s/p.), quando o autor defende que, muitas vezes, “[...] ocorre que, com excessiva frequência, a teoria prevalece sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar”, isto significa que, em muitos casos, nós, pesquisadores, nos preocupamos em demasia com hipóteses e suposições, deixando de lado o episódio em si, nesse caso, a mobilização dos trabalhadores rurais e suas motivações.

ROSA (2010) possui outra compreensão sobre o papel desempenhado pelo MASTER. Embora reconheça uma relação de dependência governo-movimento, essa seria “mútua”:

havia uma dependência mútua entre o governo Brizola e o MASTER (entendida aqui como uma relação direta entre correligionários do mesmo partido). O segundo teria contado com o apoio financeiro do primeiro para organizar as associações de sem-terra e para manter sua própria sede, em Porto Alegre. [...] O importante a reter disto tudo é que, naquele contexto, ambos foram complementares e interdependentes e que, a partir de 1961, as ações do Estado passaram a *ser legitimadas por apelos do movimento*. (ROSA, 2010, pp.128-129)

Essa ideia de complementaridade não reduz a análise a mandos e desmandos, pelo contrário, leva em conta a permanente negociação entre Estado, movimento e lideranças, com os trabalhadores pressionando a concretização da “democratização da propriedade” e o Estado, por sua vez, legitimando suas ações através dessa pressão. Contudo, conforme apontado no Capítulo I, essa relação é complexa e estava permeada de disputas. Em vista disso, podemos supor que os trabalhadores rurais, embora não “organicamente” mobilizados dentro de um movimento, tinham consciência do momento histórico e da necessidade de aproveitá-lo através da reforma agrária, garantindo, dessa forma, seu “pedacinho de terra”. A relação entre movimento e Estado, um legitimando o outro, inclusive financeiramente, não importava sobremaneira aos envolvidos no processo. Contudo, não significa que não houve clareza acerca das evidentes disputas políticas.

HARRES (2014, p.129) aponta que o PTB propunha a incorporação das massas rurais através da articulação mediadora estado-partido, procurando ampliar

a experiência que o partido desenvolvia na organização dos trabalhadores urbanos. Buscava uma forma de disputar politicamente esses trabalhadores, sobretudo através da política de “democratização da propriedade” proposta pelo governo trabalhista de Brizola. Se pensamos essa “articulação mediadora” no caso da mobilização em Faxinal e na Fazenda Sarandi, ali estiveram presentes estado (na figura do governador e do prefeito local) e partido (vereadores e lideranças do PTB) e que o MASTER, ao menos em Sarandi, se fez presente dentro dessa mediação, pois o movimento atendia, em parte, tanto aos interesses da política de reforma agrária estatal quanto aos interesses partidários trabalhistas, mesmo na ausência de uma estrutura orgânica, com dirigentes e militantes, no sentido moderno, por exemplo. Nesse sentido, a mediação aconteceu, embora sem a presença explícita do MASTER, enquanto movimento.

Assim sendo, conforme apontado até aqui, embora os participantes dos dois episódios (Faxinal, em Encruzilhada do Sul e Capão da Cascavel, em Nonoai/Sarandi) não tenham presente na memória o MASTER enquanto organização atuante nestes casos, não significa, contudo, sua ausência nessas mobilizações. Por certo, em Faxinal, essa participação aconteceu mais em relação ao conflito ter suscitado a necessidade em se criar uma ferramenta de luta para o período, enquanto que no Capão da Cascavel podemos afirmar que o MASTER estava presente nas ideias, reivindicações e no desenrolar da luta, visto a participação de setores que o compunham.

2.1.2 O fantasma comunista *versus* a necessidade da terra

Conforme até aqui colocado, houve uma conjuntura propícia para empreender mobilizações e acampamentos no Rio Grande do Sul dos anos 1960, visto o apoio de figuras públicas locais, estaduais e nacionais, a organização de um movimento e o debate acerca de uma reforma agrária viável e possível dentro de um horizonte imediato. Essa é a política de fundo, o contexto geral, todavia, o que mobilizou trabalhadores rurais de diferentes regiões do estado a lançarem-se em algo até então pouco usual em termos de luta política? Isto é, por que famílias concordaram em amealhar seus parques pertences, subir em um caminhão e empreender tal aventura? Quais seus medos e sentimentos?

A disputa por reforma agrária esteve permeada pelas disputas políticas internacionais do período pós-segunda Guerra Mundial, marcado pela emergência da Guerra Fria e pela concorrência, grosso modo, entre projetos socialistas e capitalistas de sociedade em um mundo que se convencionou chamar bipolar. Em relação à agricultura, profundas modificações técnicas vão ser implementadas na produção. Procurando aproveitar os espólios de guerra e a tecnologia utilizada (“os venenos de guerra viraram “remédio” para as plantas” (GÖRGEN, 2017, p.47)), criou-se uma espécie de plano para a agricultura mundial, denominado de Revolução Verde. Essa Revolução possuiu as seguintes características:

Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra [...] por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente, a fome, como um problema de produção. (PEREIRA, 2012, p. 685)

Esse plano, apoiado e financiado, principalmente, pelos países do bloco capitalista, com os EUA à frente, deveria se concentrar no problema da produção, sendo a distribuição de terras relegada ao plano secundário. Com a Europa e os países asiáticos devastados, com profundas dificuldades de desenvolvimento e, principalmente, de produção de alimentos, o combate à fome serviu de “álibi” para os países do bloco capitalista implementarem não só seu modelo de agricultura, mas também a ampliação de sua dominação e reprodução do capital em áreas até então pouco exploradas.¹⁴⁴ Além disso, o problema da fome “tornava-se cada vez mais sério em várias partes do mundo, e o governo americano e os grandes capitalistas temiam que se tornasse um elemento decisivo nas tensões sociais existentes em muitos países, o que poderia ampliar o número de nações sob o regime comunista” (ROSA, 1998, p.19. APUD ANDRADES e GAMINI, 2007).

¹⁴⁴ Essa ampliação foi levada adiante por grandes empresas e famílias capitalistas: Fundações Ford e Rockefeller, por exemplo, traduzindo-se, no plano prático, através dos “pacotes tecnológicos” que nada mais eram do que “receitas” que os produtores deveriam implementar (“insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, etc” (PEREIRA, 2012, p. 685), adaptáveis a qualquer região, com o objetivo principal de gerar *royalties* (pagamento pelo uso do “pacote”) e o controle dos alimentos.

A essas disputas no plano internacional, as quais os modelos agrícolas e suas populações estavam inseridas, somar-se-ão estratégias de disputa ideológica, sobretudo dentro dos parâmetros da então existente e atuante Guerra Fria (Capitalismo X Comunismo). Sá Motta (2000), em importante trabalho desenvolvido, nos mostra que o anticomunismo, no período histórico aqui analisado, expressou-se de maneira profunda na sociedade brasileira, embora não se tratando de uma novidade. Para Sá Motta, existiram três grandes matrizes discursivas acerca do anticomunismo no Brasil: nacionalismo, conservadorismo religioso (católico, principalmente) e o liberalismo econômico, e as razões para seu acirramento estariam, justamente, dentro das disputas políticas internas e externas do período:

As razões para a emergência deste quadro são tanto de ordem interna quanto externa. No plano internacional, o país foi influenciado pelos acontecimentos que dominavam o continente. Sob o impacto da Revolução Cubana, a América Latina se viu lançada para o centro da Guerra Fria. Até então a região era considerada teatro secundário pelas duas superpotências em luta, mais preocupadas com Europa, Ásia e África. (MOTTA, 2000, p. 286)

Já no plano interno, na “mesma época estava ocorrendo um processo [...] convergente com as mudanças no quadro internacional: a tendência ao crescimento das organizações de esquerda”. (p. 288) Nesse sentido, o acirramento das disputas políticas no Brasil estava em consonância com as disputas políticas a nível internacional - que na América Latina, a partir de 1959, vão contar com o exitoso exemplo cubano, justamente por envolver camponeses e pequenos proprietários rurais -, mesmo que com características internas próprias.

No Rio Grande do Sul, a defesa de que o problema para a resolução da crise econômica e social da agricultura deveria se concentrar em aumento produtivo e utilização de novas tecnologias (“modernização” das propriedades) foi sustentado por setores ligados a classe ruralista e à cúpula da Igreja Católica, com o argumento de que dividir o latifúndio indiscriminadamente, era implementar o comunismo e que “a recomendação de que os chamados agricultores sem-terra se organizem em grupos, outra coisa não traduz senão um incitamento à desordem, à queda da paz

social”,¹⁴⁵ reagindo, dessa forma, à política agrária de Brizola. Com o expressivo número de mobilizações de trabalhadores rurais e das desapropriações realizadas pelo governo estadual, a partir de 1962, houve o acirramento ideológico que se expressou na vinculação da política de reforma agrária como uma estratégia supostamente comunista, pois “só a posse da terra, não conduz à prosperidade nem gera a felicidade”.¹⁴⁶

Com o objetivo de atacar o dito projeto populista, o fantasma do comunismo ganha corpo, procurando injetar na sociedade sul-rio-grandense o clima da Guerra Fria existente, proclamando, por exemplo, através da Declaração dos Princípios das Classes Rurais, que a defesa da reforma agrária deveria valer-se de “uma renovação da agricultura que, pela sua amplitude e profundidade, corresponda a uma verdadeira revolução agrícola, pacífica, democrática, cristã e técnica, dentro dos padrões políticos da sociedade ocidental”.¹⁴⁷ Se afirmava a necessidade de uma revolução agrícola, desde que baseada nos princípios ocidentais (democrática, cristã e técnica), princípios esses não condizentes, segundo seus propagadores, com a política agrária brizolista.

Voltando ao trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2000), houve três momentos de crise no Brasil em que o “perigo vermelho” é colocado na ordem do dia, ao que o autor classifica como “três ondas” em nossa história: entre 1935-37, a partir da chamada Intentona Comunista; entre 1945-47, curto período de legalidade do PCB e entre 1961-1964, no governo João Goulart até o golpe de 1964, sendo que, nesta última, “o anticomunismo adquiriu uma importância preponderante, constituindo-se na fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março.” (p. 286) Dessa forma, o fantasma surgido durante esses anos que aqui estamos analisando estava alicerçado em uma “forte tradição anticomunista desde os anos

¹⁴⁵ Discurso do ruralista Glicério Alves, na VI Conferência Rural Brasileira. *Jornal Correio do Povo*, 27/01/1962, p.7.

¹⁴⁶ *Jornal Correio do Povo*. 10/02/1961. “**Ainda a Reforma Agrária**”. p. 4.

¹⁴⁷ Essa Declaração foi lida durante o término da VI Conferência Rural. Ver mais em: RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2011. p. 52.

1930, configurada na existência de grupos constantemente mobilizados contra o ‘perigo vermelho’” (p. 287).¹⁴⁸

Por seu turno, camponeses e trabalhadores rurais não ficaram imunes à ideologia anticomunista, pelo contrário, o processo de lutas e mobilizações que empreenderam suscitou medos, dúvidas e desconfianças, afinal, limitar o latifúndio, conforme propalado por alguns setores sociais, representava o “perigo comunista”. Tão presente na vida cultural camponesa, a Igreja Católica, através da FAG, reforçou esse imaginário, defendendo a organização de sindicatos de trabalhadores rurais para que levassem adiante a reforma agrária justa e cristã, expressada, na prática, no aumento do crédito aos proprietários; à instituição de assistência técnica e financeira; à regulação dos preços agrícolas e a melhoria do transporte e escoamento da produção, por exemplo. Bastava melhorar o que já existia, modernizar as propriedades e repartir alguns latifúndios, tudo isso, por óbvio, dentro da ordem.

Segundo Simone Rodeghero (2006, pp. 157-158), o *anticomunismo*:

[...] pode ser caracterizado como uma postura de oposição sistemática ao comunismo e àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas (produção de propaganda, ação policial e educacional, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas, manifestações de massa, atuação no campo editorial, na imprensa, no legislativo, etc.). No Brasil, foi produzido e utilizado por um vasto conjunto de instituições, entre as quais tem lugar de destaque a Igreja Católica. (pp. 157-158)

O destaque dado à instituição Igreja Católica e sua atuação na propagação desse anticomunismo é um dos objetivos de suas pesquisas. A nós, cabe ressaltar que para as populações do campo, no Rio Grande do Sul, a Igreja Católica ainda hoje é uma das importantes instituições presentes na vida comunitária dessas

¹⁴⁸ Segundo o autor: “A principal atividade desempenhada por este conjunto de organizações, esforço que contou com apoio e simpatia de setores da grande imprensa, foi propagandear o anticomunismo entre a sociedade. [...] temas clássicos do repertório anticomunista foram recuperados, como as denúncias acerca dos sofrimentos no mundo comunista, a associação do comunismo à imagem do mal (demônio, doença, violência) e a práticas imorais, bem como a concepção de que se trataria de proposta estrangeira, fenômeno importado.” (MOTTA, 2000, p. 301).

populações. É ela, muitas vezes, quem influencia profundamente o modo de vida camponês, seja através de questões de conforto espiritual ou mesmo em torno de questões materiais, prestando auxílio em momentos de crise, além de ser um importante local de sociabilidade. O conservadorismo religioso, sobretudo o católico,¹⁴⁹ foi uma das marcas a impingir o medo do comunismo ser implementado no Brasil, contribuindo para a propagação de um imaginário que associava este medo a um conjunto de ações tidas como de caráter comunista, dentre as quais, a reforma agrária e, no caso do Rio Grande do Sul, os acampamentos e mobilizações dos trabalhadores rurais.

Durante as mobilizações e acampamentos do período esse receio ao comunismo estava presente. Na ocasião da ocupação da Fazenda Sarandi, Seu Geraldo Breda rememorou que:

*quando que aconteceu essas mobilizações, que depois foram chamados de comunismo e essas coisas ali, a gente...a gente se arrepiava tudo de ouvir falar de comunismo porque parecia que era um bicho...comia criança e sabe aqueles, sabe o que né [...]*¹⁵⁰

No exposto por Seu Breda, “a gente se arrepiava”, remete a uma busca de referências no coletivo, o que demonstra que esse medo perpassou não somente o indivíduo, mas que estava presente enquanto um sentimento compartilhado, um sentimento comunitário, inclusive por quem se mobilizou e reivindicou terra. Dessa forma, a partir do rememorado por nosso depoente, podemos atribuir ao que Maurice Halbwachs conceituou como *quadros sociais de memória*, no sentido de que as memórias, embora existam no plano individual, são construídas em uma perspectiva social. Em outras palavras, só existem no plano do indivíduo porque um dia estiveram alicerçadas em âmbito social, coletivo. Por isso a recorrente utilização do “nós”, como um sentimento comum, em relação ao medo do comunismo, neste caso.

¹⁴⁹ Segundo SÁ MOTTA (2000, pp. 303-304) “[...] a ortodoxia católica foi substituída [na década de 1960] por uma espécie de ecumenismo anticomunista. Igrejas cristãs reformadas, judeus, espíritas e até umbandistas ocuparam lugar nas mobilizações do período. [...] a postura ecumênica fortalecia a imagem de que o repúdio ao comunismo era um sentimento universal e não atributo de um único grupo.” (pp. 303-304)

¹⁵⁰ Entrevista realizada com Geraldo Breda e Iracema Breda em 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta (grifo nosso).

Mesmo tratando-se de um sentimento abstrato, “parecia que era um bicho”, era um medo real, presente no imaginário das populações rurais no norte do estado. É importante salientar que esse estigma comunista como algo associado ao “diabo”, ao ponto de Seu Breda afirmar que “comia criança”, foi profundamente utilizado e construído no Brasil, desde os anos 1930, ressignificando-se durante os anos 1960. Conforme Sá Motta (2000, p. 343):

os comunistas foram representados por seus inimigos sempre na qualidade de personagens nefastos: violentos, ateus, imorais (ou amorais), estrangeiros, traidores, tiranos etc. Nas versões mais extremadas, eles foram apresentados como parceiros do próprio diabo. Representações maniqueístas que, certamente, cumpriram bem o papel de dificultar o proselitismo da proposta comunista.

Já o “depois” referido por Seu Breda, provavelmente tenha a ver com o acirramento das disputas por terra no estado, sendo que, conforme vimos, a Fazenda Sarandi foi o primeiro episódio duma série que ocorreram no período. O fato de o medo comunista estar presente mesmo em quem se mobilizou por algo associado a esta ideologia, nos revela a profunda capilaridade que a doutrina da Guerra Fria atingiu nesse período, sobretudo se lembrarmos de que Seu Breda vivia no interior de Ronda Alta. Por sua vez, Seu Raimundi, apesar de ficar “meio em dúvida” a respeito de Brizola ser comunista, teve sua dúvida sanada quando o governador, em visita ao acampamento, chegou acompanhado de “dois padres de Sarandi”:

mas eu até não tinha certeza das coisas, porque eu não conhecia a bandeira do Estado aqui, conhecia só a bandeira do Brasil. E do município também não conhecia. Aí então fiquei meio em dúvida, porque falavam muito que o Brizola era comunista né...fiquei meio assim. Aí quando o Brizola veio, veio junto com dois padres de Sarandi, que vieram de auto [automóvel] até na chegada porque ali tava um grupão de gente né. E chegou ele ali com um padre, então não tem dúvida nenhuma que era ele não.¹⁵¹

¹⁵¹ Entrevista realizada com João Raimundi em 09 de Novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

A desconfiança em relação a Brizola e sua suposta aproximação ao comunismo foi bastante explorada não somente durante seu mandato como governador, mas depois, como Deputado Federal eleito pelo estado da Guanabara. A partir da política desenvolvida durante sua gestão no Rio Grande do Sul, calcada não apenas na política de reforma agrária, mas adotando outras lutas tais como “um plano de expansão das escolas públicas e a encampação da companhia elétrica e de comunicações do estado que, naquela época, eram ambas controladas por companhias norte-americanas” (ALVES, 2010, p. 13), atreladas a seus fortes discursos e defesas em relação às reformas necessárias ao Estado brasileiro, Brizola constantemente passou a ser acusado de comunista. Essa sua postura, tida como radical, segundo Sá Motta (2000):

[...] atraiu sobre si a ira dos anticomunistas, que identificaram no estancieiro gaúcho o mais provável candidato ao papel de “Fidel” brasileiro. Para quem não acreditava na acusação, uma advertência: “Fidel Castro só se declarou marxista-leninista depois de estar no poder. Antes, ele havia conseguido iludir até os americanos”. (pp. 312-313)

A figura de Brizola é presença recorrente nas memórias dos camponeses que se mobilizaram nos anos de 1960. Mas, como esta figura aparece? Qual sentido lhe é atribuído por quem participou desses episódios? Embora o medo do comunismo apresentou-se como significativo em alguns momentos das recordações, conforme visto, Brizola é retratado tanto como alguém atrelado a esta ideologia – e, portanto, com desconfiança –, conforme expressado por Seu Raimundi, mas também, e principalmente, como uma inspiração para quem se mobilizou. Podemos aferir, dessa forma, que estas recordações estão solidificadas, para o bem e para o mal e profundamente presentes na memória da época.

Segundo Seu Raimundi, “o Brizola era o Seu fulano, porque dava terra pra quem precisava, e os outros não tinham dado nunca né”, o fato da referência “aos outros” é indicativo, para Seu Raimundi, de que ao contrário dos demais governadores, “Seu fulano” foi alguém capaz de cumprir com sua palavra, característica significativa de honestidade no meio rural. Seu João Goldas, quando perguntado a respeito de Brizola, afirma que “Ah! Eu era doente [politicamente]” e

que Brizola “dava força pro agricultor, pro trabalhador. Ele nos apoiava”, também exaltando um sentimento de que Brizola foi um governante de pulso firme, alguém “de palavra”. Essa vinculação de Brizola como uma figura firme pode estar atrelada a diversas questões de seu governo. Uma das mais marcantes foi a Campanha da Legalidade, episódio que certamente reforçou politicamente essa vinculação, mas também seus discursos, algumas iniciativas de sua gestão (conforme visto acima) e suas ações de apoio e incentivo aos trabalhadores rurais que, mesmo limitadas, contribuíram significativamente para a cristalização dessas memórias. Nessa acepção, mesmo o comunismo estando no imaginário destes camponeses, através da luta por terra e/ou através de Leonel Brizola, o medo representado não foi capaz de fazer recuar o seu sonho na conquista de um “pedacinho de terra”, razões as quais aprofundaremos adiante.

Para Seu Raimundi, a dúvida que pairava a respeito do comunismo em relação a Brizola, se tornou “nenhuma”, quando notou a presença ecumênica ao lado do governador, afinal, padre e comunismo não combinavam. Essa aproximação com parte da Igreja Católica, inclusive, serviu para a legitimação da política agrária estadual, rechaçando a pecha de se tratar, justamente, de um movimento comunista. Servindo-se desde símbolos religiosos (nos acampamentos a cruz foi uma presença constante), até a utilização de passagens da Encíclica papal *Mater et Magistra*¹⁵², Brizola propunha demonstrar a justeza de seu projeto e, dessa forma, afastar o estigma de um projeto político comunizante.

Após a conquista da terra os boatos relativos ao comunismo seguiram no imaginário da população local, porém agora relacionados à produção e comercialização dos alimentos. Seu João Raimundi nos descreveu uma conversa com um seu “muito conhecido” onde aparece a desconfiança em um suposto confisco da produção por parte do governo:

¹⁵² A *Encíclica*, escrita no ano de 1961, grosso modo, pressupunha a “justiça social”, ou, mais especificamente, propunha uma “reforma no sistema capitalista”, a partir de uma “moral cristã”, reconhecendo, inclusive, a reforma agrária. O texto desse documento vai ser utilizado pelos diversos atores políticos do período: governo do Estado, trabalhadores rurais, classes proprietárias rurais e Igreja Católica, para justificar seus diferentes projetos rurais. Ver mais em: RODRIGUES, Darlan de Farias. **“Caça ao diabo e dominação burguesa”: Abordagens sobre o anticomunismo do patronato gaúcho durante o pré-golpe de 1964**”. Trabalho de conclusão de curso (TCC), Departamento de História. Universidade Federal de Pelotas, 2017 (pp. 28-33).

[...] encontrei um que era lá da baixada, era muito conhecido então, eu vinha vindo a cavalo e ele até acho que ia indo a pé parece, aí paramo na estrada uma hora conversando. E daí ele me disse ‘me diz uma coisa: o pessoal tão dizendo que o que vocês produzem lá tem que entregar pro governo. E é verdade ou não?’ Digo ‘olha, eu o que plantei e o eu colhi ninguém me perguntou pra quem que eu vendi, eu vendi do meu jeito, e outros ninguém entregou nem um quilo de feijão pra governo nenhum’. Aí é pra ver né, o pessoal por fora falam, fazem tudo um...mas se a gente é firme, não volta atrás também.”¹⁵³

Essa desconfiança não é fruto do acaso. Por exemplo, em Bagé, o governo incumbiu a Secretaria da Fazenda, através das Exatorias Estaduais, de fazer um levantamento dos agricultores sem-terra no estado, cadastrando os camponeses da região (conforme vimos, prática comum da política agrária do período), com vistas ao desenvolvimento da reforma agrária. Como reação, a “Associação Rural [...] decidiu [...] abrir luta contra o cadastramento”. Através de “manifestos e apelos [...] divulgados nos jornais e emissoras de rádio de Bagé, tachando o levantamento de subversivo e ‘alertando aos camponeses que dele não participem, pois tem como finalidade fichá-los no Partido Comunista’”, procurando, dessa forma, incutir medo em quem se propunha ser pretendente a um pedaço de terra. A certeza de que a filiação ao Partido Comunista faria cessar a procura pelo cadastramento, entretanto, não obteve êxito, pois “a denúncia dos ruralistas parece não ter influenciado os agricultores sem-terra, que continuam comparecendo aos postos de alistamento [...]”.¹⁵⁴

Ainda que houvesse, como os exemplos acima, o perigo de atuação comunista incutindo medo nas pessoas que vivenciaram os acontecimentos aqui discutidos, ressalta-se, mais uma vez, que esse sentimento, embora real e presente, não foi capaz de paralisar o ímpeto dos trabalhadores rurais em busca de terra, pois as lutas foram adiante e se desenvolveram. Uma das hipóteses, já colocada, é a própria figura do governador do estado como fiador dessas ações. Outra possibilidade é a de que, mesmo que fossem acusados de participar de algo supostamente “ruim”, não havia grandes conhecimentos acerca do que se tratava ser comunista. Seu João Goldas, por exemplo, rememorou o seguinte:

¹⁵³ Entrevista realizada com João Raimundi em 09 de Novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

¹⁵⁴ Jornal *Última Hora*, 04/05/1962. In: HARRES (2014, p.126).

*Ora, o que que eu... só falavam no comunismo, mas a gente até nem sabia o que que era isso. Esse tal de comunismo. Nós nem sabia. É comunista é comunista, mas o que que isso significava comunista a gente não sabia o que que era. Né, o comunismo.*¹⁵⁵

Isto é, mesmo estando presente no dia a dia (“só falavam no comunismo”), não aparentava haver um entendimento, naquele momento, do que de fato era o tal comunismo, não havia clareza a respeito disso, ao menos para Seu Goldas. Rodeghero (2009), entrevistando pessoas que possuíam alguma relação com a Igreja Católica, aponta que uma das características do anticomunismo no interior do Rio Grande do Sul foi a de que:

[...] existia medo do comunismo, apesar de não haver conhecimento sobre a existência de comunistas. Ou indo além, em muitos casos, depreende-se que havia comunismo apesar de não existirem comunistas. (p. 96)

“Esse tal de comunismo”, conforme dito por Seu Goldas, poderia ser qualquer coisa ou coisa nenhuma, mas mesmo assim, as pessoas falavam sobre isso, era um sentimento presente, mesmo que pouco compreendido.

Talvez o exemplo mais concreto acerca dos temores e medos suscitados por quem participou das lutas por terra no período tenha ocorrido em uma de nossas entrevistas que, embora tenha sido realizada, ao final não nos foi permitido utilizá-la, justamente, a nosso ver, por conta do medo em rememorar o passado a partir da conjuntura do presente. Além disso, a gravação da entrevista, quando do momento de ser passada para o computador acabou por perder-se por motivos técnicos, fato que, mesmo tendo limitado a utilização da fonte, a nosso ver, ainda assim contribui com o que estamos propondo problematizar. A análise, portanto, está baseada em anotações e relatos dos entrevistadores.

¹⁵⁵ Entrevista com João Goldas realizada em 13 de julho de 2019, no município de Dom Feliciano. (grifo nosso).

O receio ao tratar do tema, presente na entrevista, nos mostra que a memória não é algo estagnado, estacionado no passado, e sim que ela influencia e dá sentido ao presente, à própria vida. Em outras palavras, a reconstrução da memória está permeada de acontecimentos e influências a partir da atualidade. “Voltar” ao passado implica em reconstruir, além da própria trajetória, os sentimentos e aflições responsáveis por caracterizá-la.

A entrevista aconteceu na zona urbana do município de Ronda Alta, já próxima ao meio dia, com o almoço sendo preparado na residência. Desde o momento da chegada e nossa apresentação (em todas as entrevistas falávamos quem éramos, por que estávamos ali e quais os objetivos da conversa/pesquisa), nos transpareceu certo desconforto, talvez por conta do horário, talvez pela certa animosidade causada nos momentos iniciais em primeiros encontros. Além do nosso depoente, nascido no ano de 1936, então com 83 anos, estavam presentes parentes, principalmente filhas do entrevistado. A família veio até a região “de bastantes lugares”, locais estes não especificados e o próprio entrevistado afirmou que, quando do acontecimento do acampamento no Capão da Cascavel, “não chegou a acampar”, mas que conseguiu se inscrever para o cadastro dos requerentes a terra na CEMAPA (uma das áreas da Fazenda Sarandi que, posteriormente, serviu como uma espécie de escritório do governo do estado).¹⁵⁶

Assentado na área da Fazenda Sarandi no ano de 1965, afirmou-nos que “os que acamparam ganharam a terra ‘na hora’”, e os demais, “os outros, esperavam o sorteio”, que foi o que lhe aconteceu. Nas suas memórias, mais do que nas outras entrevistas colhidas, revelou-se um peso significativo à importância dada ao sofrimento, às dificuldades que tiveram lugar nos primeiros anos em cima da terra conquistada. Quando ganhou “o lote”, teve que “desbravar” tudo sozinho, sem nenhuma ajuda. Em alguns momentos, o depoente pareceu tratar esta ausência de auxílio do poder público como algo bom, já que, desta forma, o

¹⁵⁶ De acordo com GEHLEN (1983), *Op.cit.*: “é conhecido como CEMAPA, uma gleba de 314 ha situada na Fazenda Sarandi e reservada à administração da Fazenda” (ver mapa, p. 149). Ainda segundo este autor, o “Comando Mecanizado de Apoio à Agricultura - CEMAPA”- foi criado em substituição ao IGRA, em 1971, durante os governos ditatoriais. (Ver mais em GEHLEN, 1983, *Op.cit.*, pp. 142-154). A utilização da nomenclatura CEMAPA, por parte do entrevistado, demonstra uma forte presença, na memória, da burocracia criada durante o regime ditatorial. Aliás, a utilização da palavra CEMAPA é, ainda, constantemente utilizada pelos camponeses da região quando se referem ao local geográfico onde tal órgão se encontrava.

sacrifício empreendido valeu a pena. Além disso, recordou que após receber a escritura, no período de “cinco anos não podíamos vender”, ressaltando que ao contrário de alguns, não comercializou sua terra, deixando ênfase nessa afirmação. A todo momento, sentíamos um receio no ar, uma preocupação, embora não explícita, em afirmar que, no seu caso, a luta por terra deveria ser vista, ou ficar gravada, quase como um ímpeto pessoal, uma batalha individual, visto as poucas referências ao coletivo e que qualquer possibilidade de atrelamento ao Estado, ou a questões de ordem pública, deveriam ser dirimidas.

Essa postura pode ter relação com o momento político em que o país se encontrava no momento da realização da entrevista. Em novembro de 2018 a chamada democracia brasileira acabava de eleger presidente um candidato conhecidamente defensor dos grandes proprietários rurais, possuindo como uma de suas bandeiras o enquadramento dos movimentos sociais camponeses como organizações terroristas, combatendo o que chamou de muita interferência do Estado na vida das pessoas, em um processo eleitoral fortemente polarizado.¹⁵⁷ Se POLLAK (1989, p. 09) afirma que existem momentos em que as “memórias clandestinas e inaudíveis” que até então permaneciam “intactas”, aproveitam “uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação”, o contrário também pode ocorrer. Existem momentos em que as memórias voltam a ser ou se tornam “inaudíveis”, momentos em que o silêncio é necessário. Momentos em que rememorar o passado e a sua própria trajetória exprimem um sentimento de insegurança, de receio, ao invés de orgulho, por exemplo.

Outros momentos fazem jus ao que estamos discutindo. Em relação ao acampamento da Fazenda Sarandi, nosso depoente ressaltou que “fez a inscrição depois do acampamento”, de que dele não participou e que, portanto, possuía pouca lembrança do acontecimento. Nessa linha, afirmou que “não tem conhecimento do MASTER” enquanto movimento que teria feito parte de tal mobilização, a única coisa que se recordou, em relação àquele tempo, é de que

¹⁵⁷ **Bolsonaro quer tipificar invasão de terra como ‘terrorismo’**. Portal Terra, 19/04/2019, disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-invasao-de-terra-tem-que-ser-tipificada-como-terrorismo,1cca90b69bbcd4848e859fc7cc8aefa19e8dncyj.html> acesso em 13/04/2020.

existiram “pessoas da comunidade envolvidas com o grupo dos onze”,¹⁵⁸ mas que ele não saberia informar quem eram essas pessoas, menos ainda se ainda estariam vivas. A hora do almoço foi chegando, com o cheiro da comida invadindo a sala e nossa presença no local parecendo aumentar o desconforto.

Em outro instante, quando instado a rememorar a presença do comunismo na região, durante as mobilizações por terra, a forma com que nosso entrevistado referiu-se a tal memória aparentou que esta presença não estava no passado, não era, portanto, um medo suscitado algum tempo atrás, e, sim, um sentimento presente, afirmando: “tenho medo do comunismo, de ficar escravo daquele pessoal”. A expressão “daquele pessoal” implica na tentativa de um afastamento em relação aos demais, quase como uma forma de dizer que não tinha nada a ver com aquilo, com o passado. Enfim, a experiência de ter se deparado com tal característica nesta entrevista enriquece a utilização da História Oral enquanto fonte de pesquisa, fazendo-nos pensar, inclusive, por quais motivos foi aceita a realização de tal conversa? Houve arrependimento por parte do depoente?

Ao término da entrevista, outra ocasião demonstrou o receio do passado no presente. Com a solicitação da assinatura do termo de cessão (devidamente explicado os motivos de tal documento), ouvimos de uma das filhas do entrevistado que “o pai já disse tudo, não precisa assinar”, reforçando que “é melhor não, deixa assim, melhor não se comprometer...”. Por óbvio, respeitamos a decisão da família e não insistimos em tal aceite.

Se os medos presentes nas ações de quem se dispôs a lutar por terra estava tão alicerçado em seus imaginários e nas suas ações, por que decidiram levar adiante essas lutas? Não tinham medo de, eles mesmos, tornarem-se algo

¹⁵⁸ “Os Grupos de Onze foram formados no final do ano de 1963, a pedidos do ex-governador do Rio Grande do Sul e então Deputado Federal Leonel Brizola, liderança política do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foram articulados tendo em vista o contexto político e social altamente conturbado da época, visto que, no contexto de Guerra Fria, a atuação dos setores esquerdistas em prol das reformas de base e a mobilização popular, alarmaram os setores conservadores que conspiraram para a deposição do presidente João Goulart, líder nacional do PTB.” (Ver mais em: ALMEIDA, Marli de. **Brizolismo, Petebismo e os Grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do Sul**. Anais do II Seminário do GT de História Política - ANPUH/RS, 26 a 28 de abril de 2017).

que criticavam ou não entendiam, medo de tornarem-se comunistas? Em suma, por quais motivos, a esses medos, foi possível superá-los?

Uma das questões é a de que a consciência não é imutável, mas que vai ganhando forma e apreendendo significados durante a própria experiência dos acontecimentos vividos. Se no momento em que realizaram as mobilizações, o entendimento sobre a ideologia comunista não estava tão presente na memória, durante o desenrolar dos acontecimentos e da própria luta em relação a terra no país, o entendimento não apenas desta ideologia, mas o próprio significado da luta que empreendiam, foi ganhando forma. Thompson (1977, s/p.) nos alerta que “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma”. Mesmo sem um domínio significativo em termos de ideologia e política, os trabalhadores rurais se mobilizaram a partir de uma consciência própria, sua. Quer dizer, embora não compreendessem analiticamente as disputas em termos teóricos, possuíam suas próprias motivações, suas próprias compreensões. Como a consciência é um processo, um movimento (pois não é algo dado, pré-concebido),¹⁵⁹ em alguns momentos tornou-se possível, para estes camponeses, o entendimento a respeito do que tais fatos significavam.

Um exemplo disso é a trajetória de Seu Geraldo Breda, que após ser contemplado com seu lote a partir da mobilização no Capão da Cascavel, seguiu atuando na região, dentro do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Ronda Alta, a partir da metade da década de 1970. Questionado em relação a ter participado de um movimento comunista, Seu Geraldo Breda relatou que esse sentimento anticomunista não era apenas seu e que “muitos, mas nem todos” também pensavam assim, porém:

[...] em função de se ter um pedaço de terra, a gente brigava por isso ali né. Então apoiava o que ele (Brizola) queria fazer. Era desapropriar e...e distribuir a terra pra gente né. Mas no fundo no

¹⁵⁹ No sentido trabalhado por IASI (1999), onde a consciência trata-se de um processo: “Falamos em processo de consciência e não apenas consciência porque não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de “não consciência”. [...] entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado.” (IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/lasi,%20Mauro/Processo%20de%20consciencia.pdf> acesso 12/06/2020)

*fundo a gente achava que era comunista...que era assim...era aquilo que a gente não queria né, a gente não queria. Só que depois quando que a gente conquistou essa terra, a gente viu que de fato esse comunismo que a gente tanto...tanto odiava, era bom, era bom.*¹⁶⁰

Mesmo aparentando ser “aquilo que a gente não queria”, ser parte de algo desagradável, abominável, exteriorizou a necessidade como combustível para vencer esse sentimento que, com o passar dos anos e com a conquista efetiva da terra, somados a outras experiências de luta e organização, passou de odiado para algo tido como bom, construído durante sua própria *experiência*. Thompson (1977, s/p.), na sua acepção acerca da formação de uma classe enquanto uma *experiência*, inserida em um *processo histórico*, afirma que:

A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural.

Através das “experiências de suas situações determinadas”, os/as camponeses/as desenvolveram práticas culturais sobre a luta pela terra, posteriormente, valendo-se desses processos para a construção de novas e outras lutas, em outros momentos históricos, mas que possuem relação entre si.

Assim, o comunismo/anticomunismo, embora constituinte do imaginário que opunha ruralistas e camponeses, à época, apresentou-se mais como uma disputa entre as narrativas e projetos de reforma agrária e menos como um conceito presente e inteligível nos personagens das mobilizações e acampamentos a ponto de impedi-los de empreenderem tal aventura, essa é uma primeira questão. A segunda questão é que o próprio governador do estado apoiou e legitimava essas ações que, conforme vimos, foram fundamentais para o avanço da luta dos trabalhadores rurais, o que, com certeza, contribuiu para dirimir o medo do

¹⁶⁰ Entrevista com Geraldo Breda e Iracema Breda realizada em 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta, (grifo nosso).

comunismo. Também, a utilização de alguns símbolos, sobretudo a prática em erigir uma cruz no local de cada acampamento e a presença de alguns sacerdotes apoiadores das mobilizações, aliviaram as dúvidas. Por fim, a necessidade da terra se apresentou como o principal fator capaz de fazer com que os trabalhadores rurais enfrentassem e superassem seus medos.

A partir das entrevistas realizadas, outro ponto importante é o desenvolvimento de um conjunto de práticas comuns, compartilhadas entre os trabalhadores rurais da época, práticas essas surgidas a partir da necessidade da terra. Em outras palavras, as trajetórias, aqui analisadas, nos possibilitam pensar estas pessoas dentro de uma mesma comunidade, com ideias comuns, com influências e vivências compartilhadas, que inspiraram suas vidas e estão cristalizadas em suas memórias. POLLAK (1992, p. 204) propõe a memória como sendo:

um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.
(grifo do autor)

Na sua “reconstrução de si”, nossos depoentes constituem, justamente, este sentimento de identidade que é transpassado por elementos individuais e coletivos, que ao mesmo tempo em que possuem singularidades, confundem-se e se complementam. Além disso, ao “evocar” seu passado através do presente, recorrem a “lembranças dos outros” - Brizola, Calixto, comunismo/anticomunismo, a terra, o “nós”, etc - para justamente conseguirem dar sentido a essas recordações. Segundo HALBWACHS (1990, p. 54):

Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente a necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos

verdade que não lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento de tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros.

Para nossos entrevistados, a sua luta por reforma agrária, o processo no qual empenharam suas escolhas de vida e todas as complexidades daí advindas (expostas em seus “pontos de referência”), são a sua memória. Este processo, estas mobilizações, enfrentamentos e lutas que deram sentido ao seu passado construíram instrumentos, que, como dito por Maurice Halbwachs, embora não tenham sido por eles criados, foram emprestados de seu meio, de suas vivências e que fazem parte de um importante período histórico de nosso país.

Através das memórias aqui colhidas, buscamos demonstrar como estas pessoas, que acreditaram ser possível a realização de um sonho - a conquista do seu “pedacinho de terra” - viveram essas experiências e como, em última instância, atravessaram o tempo. Mesmo que de forma limitada, no sentido de que estas memórias representam parte de um todo, maior e ainda mais complexo, elas nos auxiliam na compreensão do que até aqui nos propomos investigar: as lutas por terra no Rio Grande do Sul nos anos de 1960.

2.2 “Essas histórias assim ó, elas migram de acampamento de sem terra pra acampamento de sem terras, entende?”¹⁶¹

Outras duas importantes entrevistas também podem nos auxiliar na problematização das questões apontadas até aqui relativas ao período e das lutas por terra no Rio Grande do Sul. Ambas dizem respeito a quem se debruçou sobre o tema a partir de um distanciamento histórico, mas inserindo-se nesse contexto com o (re)surgimento das lutas por terra no estado na década seguinte, nos anos de 1970. Conforme colocado no início deste capítulo, essas entrevistas se referem a duas pessoas que não vivenciaram os acontecimentos dos anos 1960, mas que, a nosso ver, nos ajudam com outros olhares e memórias.

Nesse sentido, são memórias diferentes visto que os depoentes não testemunharam, não experimentaram os acontecimentos a nós relatados. Trata-se,

¹⁶¹ Entrevista com Carlos Wagner realizada no dia 18 de Setembro de 2018, no município de Porto Alegre.

assim, de olhares retrospectivos, de uma leitura do MASTER e de suas mobilizações que nos foram contadas a partir de outros momentos históricos por eles vividos, que por sua vez lhes foram transmitidos a partir de outras memórias, de outras histórias e outras referências. Passemos a elas.

Carlos Wagner, durante suas investigações e seu trabalho enquanto repórter, participou de momentos históricos importantes em relação à luta pela terra em solo sul-rio-grandense. Cobriu, por exemplo, o acampamento da Encruzilhada Natalino, a partir de 1980, a ocupação da Fazenda Annoni, em 1985, e também o episódio conhecido como “Massacre da Fazenda Santa Elmira”, no município de Salto do Jacuí, em 1989. Visitou, investigou e escreveu sobre esses e outros conflitos por terra no norte do Estado. Além disso, Wagner possui produção bibliográfica acerca da temática agrária no Estado, sendo conhecido seu livro sobre João Sem Terra, histórico militante do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER).¹⁶²

Interessamo-nos em acessar o depoente pois, quando em conversas com militantes da reforma agrária nos anos 1980 e que atualmente compõe o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado, acerca da presente pesquisa, recorrentemente o nome de Carlos Wagner aparecia, seja como instigando a procurar “um repórter da Zero Hora, que nos apoiava na época”, seja rememorando alguns acontecimentos compartilhados. Como encontrá-lo? “Ele anda por aí”, diziam-me. Embora se trate de uma figura conhecida no meio jornalístico e nas recordações de alguns militantes da reforma agrária, foi a partir do contato e leitura de seu livro, sobre a trajetória de João Sem Terra, citado acima, que resolvemos entrar em contato e marcar uma entrevista.¹⁶³

Vale ressaltar, novamente, que, diferentemente das demais entrevistas realizadas (à exceção de Frei Sérgio, que trataremos adiante), essa se insere em uma dimensão de análise em relação ao Master e à luta pela terra no Estado, a

¹⁶² Em relação à temática da dissertação, Wagner é autor de entrevista “Por onde andaré João Sem Terra?” (1987), posteriormente dando origem a publicação do livro “A saga de João Sem Terra” (1989), além de outros escritos sobre conflitos por terra no Estado, como “Monges Barbudos e o Massacre do Fundão” (1981). Segundo seu blog, “Recebeu 38 prêmios de Jornalismo, entre eles, sete Prêmios Esso regionais. Tem 17 livros publicados, como “País Bandido”. Aos 67 anos, foi homenageado no 12º encontro da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), em 2017, SP.” (disponível em <https://carloswagner.jor.br/blog/sobre/> acesso em 31/05/2020).

¹⁶³ Ao procurar por Carlos Wagner na rede social facebook, para minha surpresa, descobri que é tio de minha cunhada - que auxiliou no primeiro contato -, fato que, com certeza, contribuiu para estreitar os laços e conversas sobre a pesquisa.

partir, sobretudo, dos anos 1980 em diante, e não se tratou da narrativa de um camponês que lutou por terra no período e, sim, da memória de alguém que acompanhou os movimentos por reforma agrária em outro período e por uma outra ótica, com outros objetivos e outras histórias. No caso de Wagner, seu objetivo ao vivenciar alguns episódios foi o de reportá-los ao público leitor do jornal Zero Hora, através da imprensa, de um lado; por outro lado, durante sua trajetória, nosso entrevistado vai se debruçar sobre a temática da questão agrária para além de seu trabalho como repórter, aprofundando pesquisas e investigações e publicando livros e análises a esse respeito.

Carlos Wagner é daquelas pessoas que gosta de contar histórias, causos e aventuras (chegando em alguns momentos a “falar pelos cotovelos”, expressão bastante utilizada no Rio Grande do Sul), e em nossa conversa sobre a questão agrária, prontamente iniciou situando o movimento da década de 1960 como inserido em um longo processo histórico de luta por terra no Estado, utilizando-se de exemplos como o do movimento conhecido como “Monges barbudos”, no interior de Soledade, em 1936, que teria “ligação com os Mucker, com os monges do Pinheirinho, aqui em Encantado, entende, né”.¹⁶⁴

¹⁶⁴ “O movimento sociorreligioso dos Monges Barbudos ocorreu em Soledade (RS) entre 1935, ano da sua formação e 1938, ano da repressão imposta ao grupo religioso [...] O conflito ocorreu durante a semana santa de 1938 quando o grupo composto por camponeses da região reuniu-se na capela de Santa Catarina, localizada no 6º distrito de Soledade, denominado Belo Vista. O motivo da reunião estava associado com a espera do retorno do santo monge. A repressão deixou um saldo de mortos e feridos, além do medo e da proibição da prática religiosa.” (ver mais em: FILATOW, Fabian. **O Movimento religioso dos monges barbudos e suas fontes**. XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS. Julho 2016, UNISC, Santa Cruz do Sul. Disponível em: http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1468713196_ARQUIVO_FabianFilatow-ArtigoCompleto-ANPUH-RS2016.pdf acesso 31/05/2020). Já a revolta dos Muckers (“beatos”) ocorreu na região do Vale dos Sinos, no município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1868 e 1874, conflitos de cunho místico-religioso ocorrem na região, que tem na propriedade da terra seu pano de fundo. “O conflito, de caráter messiânico, ocorreu em um ambiente de muitas transformações econômicas e sociais associadas ao processo de imigração alemã que ocorria no século XIX no sul do Brasil.” (Ver mais em: GEVEHR, Daniel Luciano. **OS LUGARES DE MEMÓRIA DOS MUCKER E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE SUA LÍDER JACOBINA MENTZ MAURER**. III Encontro Nacional de Estudos da Imagem, maio de 2011, Londrina/PR, pp. 758-772. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Daniel%20Luciano%20Gevehr.pdf> acesso 10/06/2020). Os Monges do Pinheirinho foi um “movimento [...] ocorreu no ano de 1902, numa localidade hoje pertencente aos municípios de Encantado e Roca Salles”. O movimento se desenvolveu em um “conflito entre caboclos e imigrantes italianos da região do Vale do Taquari”, permeado de questões religiosas, mas também envolvendo questões sociais e agrárias. (Ver mais em: FILATOW, Fabian. **MONGES DE PINHEIRINHO (1902): ENTRE O MESSIANISMO E A POLÍTICA**. EPHIS, PUCRS, 2017. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/acessolivre/anais/ephis/assets/edicoes/2017/arquivos/46.pdf> acesso 10/06/2020).

Assim, classificou o MASTER como um dos “vários tumultos por terra de agricultores pobres”. Aliás, durante toda a sua narrativa, Wagner atribuiu à história das mobilizações por terra, seus movimentos e atores, a ideia de continuidade, de que o processo histórico abarca uma totalidade, uma relação entre seus acontecimentos e um acúmulo através da experiência e da memória. Fica nítido esse seu entendimento quando nos relatou quando e como, pela primeira vez, ouviu falar do personagem João Sem Terra, conforme já referido, liderança do MASTER na década de 1960:

*[...] então o que que eu escrevi sobre o MASTER, [...] esse cara aqui o João Sem Terra (com o livro na mão) era um dos agitadores do MASTER esse livro aqui como é que eu consegui fazer esse livro? Eu tava no acampamento de sem terra da fazenda Anoni, aí tu vê uma coisa interessante. **Essas histórias assim ô, elas migram de acampamento de sem terra pra acampamento de sem terras, entende?** Todo o sem terra tem os seus santos, digamos assim, santos, ídolos, né, como quiser chamar. Aí, uma noite eu tava lá tomando cachaça ao redor dum fogo de chão e ouvi o Antônio Gringo cantar uma música sobre o João Sem Terra, tem uma música do João Sem Terra que o Antônio Gringo canta. [...] Ouvi essa música do Antônio Gringo. Mas entrou num ouvido e saiu no outro, eu achei que era mais uma lenda, desses acampamento. E aí eu...[incompreensível]... vem cá tchê: tu não tá a fim de fazer uma matéria sobre o João Sem Terra. Aí eu disse assim, mas tá... aí eu comecei a pesquisar em bibliotecas, não encontrava nada, passei meio ano pesquisando, ainda não tinha computador, né, ligando pra historiadores e coisa e tal, ninguém sabia nada. Claro, eu tava procurando no lugar errado. Onde é que tu procura a história de trabalhador? Nas delegacias. Por que são presos, né tchê. A história de trabalhador fica registrada em delegacias, porque eles são presos [...]*¹⁶⁵

Embora contando uma estória, a referência à migração de histórias, “de um acampamento para o outro” pode ser lida como de uma geração para outra, de um período histórico para outro, por exemplo. Também nos evidencia a força que as narrativas de resistência adquirem nos contextos de confronto com a ordem estabelecida. Além disso, o próprio *ethos* camponês possui nas histórias/estórias, uma característica significativa de sua constituição, sendo a tradição da oralidade muito presente nestas populações. Esta tradição oral enraizada no meio rural pode estar atrelada a diferentes e variados fatores, tais como: o déficit de alfabetização a

¹⁶⁵ Entrevista com Carlos Wagner realizada no dia 18 de setembro de 2018, na cidade de Porto Alegre (grifo nosso).

que estas populações estão submetidas, o residir em locais afastados e, portanto, com maiores dificuldades em acessar meios de comunicação mais amplos, além de estar inserida e remeter a práticas tradicionais de sociedades agrárias e camponesas em que o peso da palavra possui significativa importância. Nesse sentido há a atribuição ao MASTER como um movimento que teria suas origens nessa tradição de luta por terra.

Assim, este foi ao mesmo tempo continuidade de um passado, em relação aos movimentos e lutas anteriores ocorridos em solo sul-rio-grandense, e legado, no sentido de influência aos movimentos posteriores. Especificamente sobre a presença do MASTER nas mobilizações do período, Wagner evidenciou tratar-se de uma estratégia partido-movimento, classificando-o como “a cara pública do PTB”. Ao invés de o PTB, enquanto partido, reivindicar para si a organização dos trabalhadores, isso foi realizado pelo MASTER, de forma a legitimar a atuação política no meio rural:

A montagem do MASTER nada mais é que os cara deram uma imagem pras bagunça que o PTB fazia no meio rural. Pra não dizer que era o PTB dizem que é o MASTER, né. Mas então, era o PTB era o braço do MASTER e não ao contrário, como o PT é o braço do MST e não ao contrário.¹⁶⁶

Mas será que a complexidade do período, conforme temos insistido, poderia ser resumida em uma relação aparentemente tão simples? Embora o MASTER tenha mesmo sido influenciado pelo PTB (e também pelo PCB), não nos parece nem que o PTB possuísse tanta inserção no meio rural, ao ponto de somente o MASTER configurar-se como sua “imagem”, conforme deixa transparecer o entrevistado, nem essa relação se deu de forma mecânica, visto os diferentes atores que compunham o movimento. Vale lembrar que a “aposta” do PTB nas mobilizações rurais, conforme exposto por HARRES (2014) possuía “certas limitações”, em virtude de não ser o único partido a voltar sua atenção aos trabalhadores rurais no estado, durante este período. Portanto o cenário nos aparenta mais difícil, no sentido das relações políticas estabelecidas em torno da luta pela terra.

¹⁶⁶ Idem.

Ainda, Wagner se valeu, novamente, da ideia de continuidade. Ao citar exemplo posterior que lhe é semelhante (PT/MST), nosso depoente afirma haver hegemonia política do Movimento em relação ao partido, na medida em que o “PTB era o braço do MASTER e não ao contrário”. Nesse sentido, as decisões seriam tomadas dentro do movimento e apoiadas pelo partido, ou melhor, houve uma relação umbilical e coordenada entre ambos, pois conectados na “mesma bagunça”. Contudo, mais uma vez, devemos tomar cuidado com a simplificação das relações estabelecidas. O MASTER não era composto apenas por integrantes do PTB, nem sua linha política - conforme visto em seus Encontros e Congressos - era uma mera extensão do trabalhismo, embora possuísem bandeiras em comum, por exemplo. Todavia, a excessiva vinculação do movimento ao partido que governava o estado, pode também ter sido algo intencional no período. A ideia de “cara pública” a que Wagner faz referência pode ter se tratado, desta forma, em uma estratégia conjunta, no sentido de proteger, em alguns momentos, o partido de ataques da oposição, bastante atuante conforme vimos. Por outro lado, vincular a estratégia do movimento ao partido, pode ter auxiliado na defesa dos trabalhadores rurais mobilizados, como um “escudo”, no sentido de uma estratégia de amparo, já que figuras público-partidárias contavam, além de trânsito dentro das estruturas estatais, de um poder simbólico de autoridade.

Embora Wagner simplifique essas relações políticas (não mencionando a influência do PCB, por exemplo), não nos parece ser o caso, sobretudo se tomarmos em conta os depoimentos dos participantes dos acontecimentos, acima colocados.

Mas, e os trabalhadores rurais que se mobilizaram, por que o fizeram? Tinham consciência de sua vanguarda em relação ao partido?

Nosso entrevistado denota a figura de poder exercida por um “líder local”, nas mobilizações do período. Wagner colocou que estes “caras têm vida própria”, no sentido de que não estavam subordinados a mandos e desmandos políticos de algum dirigente ou que, ao menos, possuíam certa autonomia na tomada de decisões. Essa questão deve ser compreendida como fundamental nas relações políticas, pois, sem essas lideranças no acampamento/mobilização, ou, lembrando Seu João Goldas, “os que mandavam mais”, dificilmente teria se tornado possível o desenvolvimento de tais episódios, pelo menos para além de uma reivindicação pontual ou uma revolta.

Os cara tem vida própria. Por que uma liderança dessas, desses movimentos, tu tem que chegar lá pra uma família, eu presenciei isso, que ta vivendo de baixo de uma lona com filho morrendo, passando fome, né, esse cara não tem paciência... se tu não chegar pro governador e enfiar por boca a baixo dele, entendeu, tu não é mais líder. [...]

É o que se chama a “ideologia da lona preta”.

Embora a afirmação acima se insira mais no período de lutas posteriores, - os acampamentos do final da década de 1970 - mesmo assim traz elementos importantes em relação à figura dos “líderes locais”. Nas ações do MASTER, estes líderes locais serviram mais para auxiliar na convocação das famílias e na propaganda do acampamento, do que mantendo uma relação direta de convívio, organização e formação política com os acampados.¹⁶⁷ Em outras palavras, tinham o papel de auxiliar, de ser porta-voz de alguma figura política local (prefeito, vereador), ou de uma política (reforma agrária), mas não como um líder político desses trabalhadores. Além disso, os acampamentos da “época do Brizola”, em muitos casos, serviram como “efeito demonstração”, termo cunhado por ROSA (2010), como um exemplo simbólico. Já a ideia de “ideologia da lona preta” pode ser vista como a construção de uma cultura política de luta por terra e reforma agrária - no sentido atribuído por JÚNIOR (2012, p. 156) segundo o qual “Uma cultura, e mais especificamente, uma cultura política, qualquer que seja ela, está associada diretamente a uma realidade concreta e objetiva, surgindo, então, como fruto das experiências históricas vividas ao longo do tempo [...]” -, justamente o papel histórico que o MASTER, dentre outros movimentos no período, cumpriu.

Wagner situou que “o objetivo da montagem do MASTER pelo pessoal de Encruzilhada, foi dar uma personalidade jurídica pros sem-terra”, ou seja, organizar uma disputa intra-Estado, através da política agrária estadual levada a cabo por Brizola, que, conforme vimos, valeu-se da reivindicação dos trabalhadores rurais dentre suas possibilidades de efetivação. A ideia da “personalidade jurídica pros sem terra” foi uma das alternativas encontradas pelo governo do estado para levar adiante sua política agrária e, ao mesmo tempo, contribuiu para estabelecer uma

¹⁶⁷ Nos acampamentos e mobilizações (re)surgidas em fins da década de 1970, os camponeses foram parte de todo o processo. Desde a escolha da área, a mobilização das famílias, a montagem da estrutura do acampamento e a responsabilidade política da ação, por exemplo.

função política prática para as inúmeras Associações criadas com auxílio e incentivo do MASTER.

Outra afirmação nos ajuda na busca de elementos a respeito do caráter político desempenhado pelo movimento:

*Porque era uma coisa assim: um grupo de colonos, um líder lá de uma linha lá, tava na cabeça dele de fazer uma ocupação, então ele se instruía com o MASTER, e a partir dali ele era quadro do MASTER, entende? O MASTER ele não tinha aquelas perna toda, mas todo mundo, todo mundo que lutava por terra era do MASTER, entendeu [...]. Como hoje, todo mundo que luta por terra é do MST. Metade não é, entendeu? O MASTER passa a ser usado como uma franquía, como uma espécie de franquía, entendeu?*¹⁶⁸

É interessante o papel político atribuído como o de sendo uma “franquia”, dando suporte e abrigo às ideias e também aos trabalhadores mobilizados. Dessa forma, o movimento pareceu funcionar como um grande guarda-chuva (uma espécie de frente política) que englobou diferentes atores e sujeitos sociais em seu entorno, pautando ações e discussões sobre o papel e a necessidade da reforma agrária no país e no estado. Se recordarmos, mais uma vez, que em seu estatuto de fundação, o MASTER deixa explícita a abrangência política a que se propõe (“sem discriminação de raça, nacionalidade, religião ou partido político”, acolhendo, dessa forma, diversos setores sociais) e pensando os Encontros e Congressos levados a cabo pelo movimento “como espaços de discussão, de tomada de decisões, produção de demandas, socialização de conhecimentos e palavras de ordem. Mas também [...] como momentos de atividade coletiva, produtora de um *nós*” (MEDEIROS, 1995, s/p.), a analogia a uma suposta “franquia”, embora o termo não nos pareça o mais adequado, faz sentido. Além disso, a afirmação de que o MASTER “não tinha aquelas perna toda”, isto é, a projeção de sua sombra política foi maior do que sua influência real e pode estar atrelada à visibilidade do movimento em parte da mídia da época, através de suas intensas mobilizações, sobretudo entre 1962-64, da mesma forma que a própria estratégia política tornou-se, a partir de 1963, a de aliança política com outros setores da sociedade civil. Outra vez, os Congressos realizados auxiliaram na projeção desta sombra, pois, conforme MEDEIROS (1995, s/p.):

¹⁶⁸ Entrevista com Carlos Wagner realizada no dia 18 de setembro de 2018, na cidade de Porto Alegre.

A socialização que os congressos promoviam não era só em termos da situação e reivindicações dos trabalhadores do campo. Neles sempre havia a presença de lideranças sindicais operárias, muitas vezes presidindo as mesas, mas quase sempre se pronunciando em torno da importância da aliança operário-camponesa. Essa presença era sempre ressaltada pela imprensa.

Embora a citação acima se refira especificamente ao PCB e suas estratégias, auxilia-nos no entendimento de que os Encontros e Congressos possuíram, na criação de uma visibilidade política, para dentro e para fora, fundamental importância.

Em relação à proximidade política do movimento com o governador, para Wagner, tratou-se de uma mesma estratégia, estavam coadunados, embora com tensões e disputas. Dessa forma, “a reforma agrária [feita] pelo Brizola, pela turma do Brizola, leia-se Brizola, leia-se MASTER. O MASTER era o braço, o MASTER era o pé-no-saco do Brizola”.¹⁶⁹ Desse modo, depreende-se de nosso depoente que o MASTER, em termos organizativos, embora inserido na estratégia trabalhista e sendo o “braço” do Brizola, não possuía controle em relação ao todo das atividades e mobilizações empreendidas, afinal, aqueles que se mobilizaram na ponta, possuíam “vida própria”.

Outro depoimento que nos ajuda a compreender alguns elementos sobre a trajetória do MASTER e compreender como aquele movimento está presente nas memórias de diferentes sujeitos que participaram das lutas pela terra em momentos posteriores é o de Frei Sérgio. Frei da ordem franciscana, ele nos recebeu em sua morada, no interior do município de Hulha Negra, região da campanha, localizada dentro de um assentamento do MST, a qual divide com outros dois Freis da mesma ordem. A gravação da entrevista não nos foi permitida pelo depoente. Muito embora Frei Sérgio seja uma figura pública bastante conhecida no estado, no momento de preparação da entrevista, ao ver o gravador, apenas nos disse “te prepara para escrever”, sem mais detalhes sobre os porquês de não permitir a gravação. Este fato, estas situações são comuns e frequentes quando utilizamos a História Oral como ferramenta e, embora dificultem o trabalho posterior de análise do depoimento (fonte), são momentos os quais nos deparamos quando nos propomos a lidar com

¹⁶⁹ Idem.

este tipo de pesquisa. Nesse sentido, “para o sucesso de qualquer entrevista em história oral é fundamental ética, respeito e igualdade. O pesquisador deve ter um compromisso na busca da verdade e cumprir todos os acordos feitos com o narrador” (PORTELLI (1997) APUD GILL E SILVA, p. 5). Assim, o que aqui utilizamos são as anotações realizadas durante a entrevista. Estas anotações, posteriormente, foram compartilhadas com o depoente para que fossem complementadas e analisadas.

Frei Sérgio participou do reascenso das mobilizações por terra no Rio Grande do Sul em fins dos anos 1970, vinculado à Igreja Católica. Embora tenha se envolvido diretamente nesses acontecimentos, seus objetivos eram diferentes: não almejava conquistar um pedaço de chão, nem tampouco reportar os acontecimentos, conforme as entrevistas analisadas até aqui, mas, sim, dar suporte às lutas e às famílias mobilizadas. Sua preocupação, assim como alguns setores da Igreja católica à época, portanto, era a de auxiliar a organização dos trabalhadores rurais.¹⁷⁰

Consideramos que seu testemunho possa nos auxiliar a partir das reflexões de alguém que foi influenciado pelas lutas dos anos de 1960, que além de participar de ações relacionadas à luta por terra no Rio Grande do Sul, fê-lo na mesma região em que eclodiram acampamentos e reivindicações, a região norte do estado. Ainda, sua participação na organização de outro movimento de luta por reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pode ser importante na análise a que aqui estamos propondo, o papel e funcionamento do MASTER.

Em relação ao papel desempenhado pelo MASTER, Frei Sérgio apontou que o “PTB possuía relativo controle do Movimento”, ressaltando que a “organicidade política não era o foco do PTB e sim do PCB”,¹⁷¹ foco este expressado na ideia de Organização Política e Organização de Massas (partido-movimento, portanto), através das Ligas Camponesas. Para ele, o propósito do MASTER estava mais na organização “burocrática” (vinculada à política estadual) e menos a “organicidade política”. Dessa forma, a suposta hegemonia preconizada pelo PTB em relação ao Movimento apresentou-se como a tônica da análise, sendo o papel do PCB nas articulações praticamente não mencionado. Isto é, mais uma

¹⁷⁰ O papel da Igreja Católica na retomada das lutas por terra no RS é desenvolvido no Capítulo III.

¹⁷¹ Entrevista com Frei Sérgio Antônio Görden realizada em 13 de Outubro de 2018, no município de Hulha Negra.

vez os comunistas não foram lembrados dentro da estrutura organizativa do MASTER, ficando invisibilizados.

O “relativo controle” estava vinculado ao processo de reforma agrária empreendido por Brizola, porém, segundo nosso entrevistado, esse controle se resumiu nessa relação, prescindindo de um projeto político maior, no caso, tendo no camponês um sujeito organizativo para uma “política de massas”, que atribuiu às discussões e linha política internas do PCB. Estes apontamentos de Frei Sérgio e o próprio linguajar e expressões utilizadas, a nosso ver, são constituintes do seu próprio meio, de suas próprias crenças. Quando deu a entender que à política de Brizola faltava um projeto político maior, inserindo o campesinato como sujeito revolucionário, nosso depoente o fez a partir de experiências próprias, visto que acredita que os trabalhadores rurais são sujeitos fundamentais para um processo de transformação da sociedade, tanto é assim que envolveu sua vida para que isso se concretize. Quando analisamos o passado - conforme já apontamos - o fazemos a partir de nossos valores, crenças e sentimentos do presente, portanto é perfeitamente normal que Frei Sérgio analise as lutas dos anos de 1960 a partir de uma lógica organizativa, em termos e expressões políticas, já que esta mesma lógica ele mesmo, a partir dos anos 1970, vivencia diariamente.

Conforme já dito, particularidades políticas ocorreram dentro do MASTER em relação à política agrária implementada pelo governo do Estado e, a depender do período, a linha política adotada foi hegemonizada por um dos dois Partidos (PTB e PCB).

Assim, a afirmação de Frei Sérgio a respeito do caráter político do MASTER, em certa medida, coaduna-se com o que é apontado por HARRES (2014), no sentido de que, embora o PTB tenha se voltado para as lutas e reivindicações dos trabalhadores do campo, esse aprofundamento deu-se a partir da janela aberta pela política agrária brizolista, justamente através da criação do “aparato burocrático” que levou adiante essa política. O MASTER, portanto dialogou com esse aparato (inclusive, conforme vimos, alguns de seus membros diretivos estiveram vinculados a esta burocracia), utilizou-se dele para desenvolver-se, ao mesmo tempo em que o PTB avançou, em certo sentido, no meio rural. Em relação a um suposto atrelamento entre MASTER e Brizola, Frei Sérgio colocou que o “MASTER não era

‘braço’ do Brizola, porém, precisava do Brizola, todo mundo precisava. Brizola era muito esperto politicamente”.¹⁷²

Sendo assim, buscou demonstrar que as mobilizações e acampamentos foram realizados e empreendidos como uma forma legítima e, em certa medida, autônoma, por parte dos trabalhadores rurais. Porém, essas mobilizações foram fortalecidas pela presença do MASTER, que tinha um debate e estratégias em torno da reforma agrária, e pela figura política habilidosa do então governador do estado, Leonel de Moura Brizola.

Todavia, essa estratégia política ramificou-se no seio das diversas Associações de trabalhadores sem-terra? Em outras palavras: aqueles que empreenderam as lutas no período enxergam-se dentro de uma estratégia partidária, enquanto membros de um movimento?

A proliferação das Associações de sem-terra no período contribuiu para alavancar o MASTER, inclusive com a aposta política e organizativa nessa estratégia após o I Encontro Camponês Estadual organizado pelo movimento. Contudo, todas essas Associações possuíam vínculo político com o MASTER? Qual a ramificação do movimento no estado?

São questões que ensejam mais perguntas que respostas, visto a dificuldade em comprovar a relação direta MASTER-Associações. Para Frei Sérgio, “o Master existia na cabeça das lideranças”, possuindo pouca capilaridade nos trabalhadores rurais mobilizados, contudo, isso não significou que o movimento não existiu ou que não tenha cumprido um importante papel político no período, de acordo com as reflexões realizadas durante o presente capítulo.

“Anos mais tarde” a trajetória religiosa de Frei Sérgio o levou a trabalhar, durante oito anos, na diocese do município de Frederico Westphalen, localizado no extremo norte, próximo a Nonoai e Sarandi. Nessa região, segundo nosso depoente, em relação às lutas e mobilizações por terra, as “pessoas de lá têm memória disso, Nonoai a mesma coisa, Ronda Alta também”, denotando que estes acontecimentos foram importantes, principalmente por terem criado um “caldo de cultura pela luta pela terra”, que vai ser essencial no processo iniciado em fins dos anos 1970. O acréscimo deste “caldo”, durante os anos 1960, inclusive, foi um dos principais motivadores do golpe civil-militar de 1964, no qual a “luta camponesa foi

¹⁷² Idem.

responsável pelo golpe de 1964: a repressão mais forte aos camponeses será nos primeiros anos da ditadura (1964-68)”,¹⁷³ denotando o acúmulo político resultante das milhares experiências no meio rural neste contexto.

A partir do que problematizamos até aqui, podemos afirmar que o MASTER existiu enquanto movimento de luta pela terra no estado e teve importância significativa durante os seus poucos anos de atuação (1960-1964). Que os processos de criação das Associações, de mobilizações de trabalhadores rurais (acampamentos, marchas, ocupações, comícios, denúncias), de desenvolvimento do MASTER enquanto organização e a estratégia governamental da administração estadual foram se desenvolvendo de forma a um nutrir o outro (ALVES, 2010), sendo que em cada uma dessas dimensões estava presente algum elemento ou um princípio político dependente do “outro”. Em outras palavras, se não houvesse a política estadual de incentivo a resolução do problema agrário, talvez as mobilizações, através das Associações, não tivessem se desenvolvido; da mesma forma, sem a constituição e apoio do MASTER às Associações, além da mediação com o estado, é provável que as reivindicações tivessem maior dificuldade em serem atendidas. Contudo, esse desenvolvimento da luta pela defesa de uma reforma agrária não foi algo planejado, *pari passu*, por seus atores envolvidos, tampouco com uma linha de atuação comum. A luta, do lado dos trabalhadores rurais, foi se desenvolvendo a partir das experiências criadas e implementadas na prática, entre aprendizados e dificuldades, utilizando-se da conjuntura política favorável, construindo caminho para a clássica e importante afirmação de THOMPSON (1987, p. 09) sobre o surgimento de uma classe:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.

¹⁷³ Entrevista com Frei Sérgio Antônio Görgen realizada em 13 de Outubro de 2018, no município de Hulha Negra.

As relações humanas geradas a partir da necessidade de se conquistar um pedaço de terra foram gerando experiências significativas, a partir das mobilizações empreendidas por milhares de camponeses e trabalhadores rurais no estado do Rio Grande do Sul, capazes de fazer surgir uma cultura política e uma forma de se lutar por terra. Essa cultura política pode ser aferida como o fortalecimento de um “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (KUSCHNIR, CARNEIRO 1999, p. 02 APUD JÚNIOR, 2012, p. 156).

Mas, como essas experiências, essas relações sociais serão apreendidas pelos que vieram depois? Quais os impactos dos acontecimentos dos anos de 1960 em relação às disputas por terra e reforma agrária nas mobilizações e disputas posteriores? Há algum tipo de continuidade entre estes períodos históricos? Conforme exposto por THOMPSON (1977;1989), podemos aferir, a partir destas experiências (descobrimos singularidades em decorrência de suas lutas), a criação de uma classe (no sentido de as pessoas se comportarem, repetidamente, de modo classista)? Essas são algumas das reflexões que buscaremos percorrer no próximo capítulo.

3. Capítulo III: “Os Sem Terra voltaram, os Sem Terra voltaram...”: A retomada das lutas pela terra a partir do final dos anos 1970

“Os Sem Terra voltaram, os Sem Terra voltaram...”¹⁷⁴. De acordo com o dirigente e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, no final dos anos 1970, quando realizadas ocupações de terra e mobilizações de camponeses no Rio Grande do Sul, era assim que a grande imprensa sul-rio-grandense referia-se a tais acontecimentos, dando o nome de “sem terra” a seus protagonistas. Tal referência à suposta volta dos “sem-terra” estava relacionada com a memória das lutas pela terra forjadas no Rio Grande do Sul no início dos anos 1960, que passa a ser aludida especialmente a partir da formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Estabelecia-se, assim, uma relação entre tais lutas e seus sujeitos históricos.

O presente capítulo busca refletir como as lutas sociais por terra, empreendidas na década de 1960 e afetadas pela eclosão da ditadura civil-militar serão retomadas de forma mais direta e incisiva cerca de duas décadas depois. É em fins da década de 1970, ainda durante a ditadura, que ressurge, com maior expressividade, a luta organizada dos camponeses/as pelo acesso a terra. E esse fato ocorre, justamente, na região onde nas décadas anteriores iniciaram-se os acampamentos e mobilizações do MASTER: a região norte do Rio Grande do Sul.

Para isso, serão analisados jornais produzidos pelos sem-terra, bem como depoimentos de pessoas que participaram das mobilizações no período. Entre os entrevistados, além dos depoentes apresentados no Capítulo II, pontualmente retomados, outras duas entrevistas, com quatro pessoas que participaram das lutas por terra a partir do final da década de 1970 foram utilizadas.

No município de Ronda Alta, na zona urbana, entrevistamos uma personagem cuja vida possui profunda vinculação com as mobilizações e lutas por terra na região, participando desde o acampamento da Encruzilhada Natalino até os dias atuais. Militante do MST no estado e responsável por coordenar uma Escola vinculada ao movimento, o Instituto Educar, no município de Pontão, Salete está acostumada a contar sua trajetória de vida e as lutas as quais vivenciou e presenciou e rememorou conosco questões vinculadas às disputas por terra, seja as

¹⁷⁴ Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000300005&script=sci_arttext&tlng=pt acesso em 20/12/2017.

que participou diretamente, seja as que rememora dos seus tempos de criança, como a ocupação da Fazenda Sarandi, em 1962, por exemplo. Além de Salete, seu companheiro, Antoninho Campigotto, que também participou das lutas no período, sendo, inclusive, membro da primeira direção eleita do MST, acompanhou e contribuiu na prosa que realizamos, em novembro de 2018.

Nascida no ano de 1954, Salete Campigotto, “na verdade é Maria Salete”, conforme ela mesma, preferindo deixar de lado Maria, pois “foi o padre que deu e não meus pais, então eu acabei sempre achando que eu iria respeitar o nome que os meus pais deram”,¹⁷⁵ é filha de uma extensa família de pequenos agricultores (família paterna composta por nove irmãos e materna por quatorze), e a mais nova de duas irmãs. Moradora, na infância, da localidade de Bela Vista, distante cerca de sete km de Ronda Alta, passou parte desse período dividindo as tarefas com a irmã - que “já se criou mais sabendo a fazer comida” - enquanto Salete “acompanhava o pai na lavoura”, consequência de que “até hoje não sou uma boa cozinheira”, atesta. Na adolescência, ao contrário da irmã, que não se adaptou, foi estudar em “colégio de irmãs”, no município de Sarandi, vindo a tornar-se professora no ano de 1976, exercendo a profissão atualmente. A partir da vinda do padre Arnildo à paróquia de Ronda Alta, Salete e Antoninho tomaram contato mais permanente com a questão agrária e, desde então, com a participação nas atividades da paróquia, iniciaram sua trajetória.

Outras duas entrevistas realizadas foram com Ênio Borges e Isaías Vedovatto, dois jovens agricultores quando os movimentos de luta pela terra no estado do Rio Grande do Sul retomam a prática dos acampamentos e mobilizações. Ambos tornar-se-ão lideranças políticas durante a ocupação da Fazenda Annoni, no ano de 1985, área que outrora havia pertencido à Fazenda Sarandi e que estava em processo judicial desde a década de 1970. Ambos se conheceram em 1983, a partir da mediação do Padre Arnildo na organização das famílias sem-terra da região, que, conforme rememorado por Seu Ênio, disse-lhe “nós viemos aqui te fazer uma proposta, você tem que conhecer o Isaías Vedovatto [...] que nós estamos precisando de gente para começa organizar os sem-terra”.¹⁷⁶

¹⁷⁵ Entrevista com Salete Campigotto e Antoninho Campigotto realizada em 09 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

¹⁷⁶ Entrevista com Ênio Borges e Isaías Vedovatto realizada no dia 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

Desde então, parecem ter desenvolvido uma parceria, um companheirismo, mantido até os dias atuais, confirmado na insistência de realizarem a entrevista em conjunto. Ênio, então com 61 anos e procedente de uma família de 12 irmãos, é oriundo “de uma área indígena onde nessa região encadeou a luta pela terra em [19]79”,¹⁷⁷ sendo posteriormente expulso, juntamente com sua família, durante a mobilização indígena no ano de 1978. A partir de então, a luta pela terra adentrou permanentemente a sua vida.

Isaías Vedovatto é figura conhecida nas lutas por terra no estado. Ainda hoje atuante e membro da direção estadual do MST, a trajetória de vida de Seu Isaías, então com 57 anos, confunde-se com as lutas por terra na região desde a década de 1960, quando seu “pai foi assentado na Fazenda Sarandi, [...] foi no ano que eu nasci [...]”, em 1964. Membro de uma família de quatro irmãos e duas irmãs, Seu Isaías iniciou sua trajetória política “aí em [19]83, [19]84, que houve movimento da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base que começam um processo [...] de envolver o debate da luta pela terra, movimento sindical e um monte de outras coisas”.¹⁷⁸ De acordo com nosso entrevistado, a luta pela terra na região “foi um assunto cotidiano da vida das pessoas”, sendo a própria trajetória de vida atravessada, confundindo-se com a história das mobilizações e enfrentamentos em relação a questão agrária.

Essas entrevistas possuem como objetivo auxiliar na compreensão da retomada dos acampamentos a partir de alguns de seus personagens: por que mobilizaram-se? O que rememoram? Através destas fontes, podemos atribuir alguma continuidade em relação às lutas e mobilizações anteriores? Quais as influências da experiência no “Capão da Cascavel” na trajetória destes sujeitos?

A Fazenda Sarandi, conforme foi visto, ocupada no ano de 1962 pelos camponeses, tornou-se novamente palco de disputa e expressão do problema da questão agrária brasileira. Se em 1962, através da mobilização, houve a desapropriação, no ano de 1979 essas terras voltaram a ser requeridas pelos agricultores sem-terra do estado.¹⁷⁹ Após diversas disputas em torno da área, com a

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ “As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra iniciadas na década de sessenta, quando o MASTER organizara os acampamentos na região. Portanto, a luta pela conquista dessas

organização de acampamentos, repressão policial, ocupações, pouco a pouco essas terras foram reconquistadas.

Ivaldo Gehlen, conforme apontado no Capítulo anterior, revelou que “teriam ocorrido negociatas na Fazenda Sarandi que permitiram a “reconcentração” dessas terras desapropriadas na gestão de Brizola. De acordo com este autor, não houve mais assentamentos na região de Sarandi depois de 1964, só voltando a acontecer em 1979. Ainda segundo Gehlen, em setembro de 1964, Meneghetti teria transformado “a desapropriação judicial em amigável”, indenizando os proprietários “com um valor vinte vezes superior ao que havia sido depositado” (Cr\$ 100 mil). Além disso, o governador teria diminuído “de 10 para 5 anos o prazo para tornar intransferível o título de posse das terras, provocando negociatas e reconcentração de propriedade, beneficiando os que detinham poder de compra”. (GEHLEN APUD REBELLO, 2014 , p. 116)

Essa retomada da luta pela terra deu origem, posteriormente, a um dos principais movimentos de luta por reforma agrária de nosso país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Seu surgimento, no ano de 1984, foi fruto das décadas de lutas na região e impulsionado com a ocupação, no ano de 1985, da Fazenda Annoni (também pertencente, nos anos de 1960, a área da Fazenda Sarandi). Essa ocupação contou com cerca de 1.500 famílias de sem-terra, advindas de 33 cidades da região do Alto Uruguai e Missões, tornando claro aos olhos da sociedade que o problema agrário não havia sido resolvido, conforme expressado pela ditadura à época.

Buscar-se-á investigar, portanto, aproximações entre as experiências levadas a cabo pelo MASTER, no início da década de 1960, e por aqueles e aquelas que protagonizaram as lutas pela terra forjadas em fins dos anos 1970, que levaram ao surgimento do MST. Analisaremos a experiência e as memórias acerca dessas lutas, de forma a examinar continuidades e rupturas, investigando as bandeiras, estratégias e ações políticas desses movimentos. Havia bandeiras de luta comuns? Quais tipos de práticas de resistência e mobilização podemos atribuir a tais movimentos? Como as lutas pela terra que surgiram em fins dos anos 1970 são contadas através das memórias de pessoas que viveram aquele processo? Os

terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da democracia.” (FERNANDES, 1999, p.36)

protagonistas das lutas pela terra em fins dos anos 1970 faziam referência a tais movimentos da década de 1960 em seus manifestos e documentos?

Em um primeiro momento, abordaremos de forma breve, a estratégia posta em prática pelos governos ditatoriais em relação à agricultura, as linhas políticas adotadas e o impacto do golpe nas organizações de trabalhadores rurais e movimentos sociais de luta pela terra. Após, uma passada pelos acontecimentos levados a cabo por camponeses no Rio Grande do Sul, as mobilizações ocorridas no norte do estado, sua cronologia e a importância de setores da Igreja Católica nesse contexto. Posteriormente, abordaremos as memórias em relação às lutas das décadas de 1970 e 1980, a partir das entrevistas de História Oral realizadas com participantes desses momentos históricos, conforme apresentado. Foram consultados alguns periódicos da época, produzidos pelos próprios movimentos, dentre os quais, o *Jornal Sem Terra*, criado no ano de 1980 como um *Boletim* informativo, que a partir da criação do MST, em 1984, passou a ter caráter de jornal. Embora o jornal ainda seja editado, nesta pesquisa analisamos alguns exemplares que circularam no período de 1981 a 1984, sendo selecionadas notícias que, a nosso ver, contribuem para as questões que aqui ensejamos, buscando perceber algumas características das lutas desenvolvidas na gênese do movimento, as tensões enfrentadas pelos trabalhadores rurais, suas formas de organização e mobilização, assim como conhecer suas referências e traçar algumas relações com as lutas experimentadas nos anos 1960. Nos anos aqui analisados, o presente jornal, mesmo não contando com uma periodicidade fixa, em geral possuiu publicações a cada quinze ou vinte dias e seu formato editorial e conteúdo, embora mantenha uma estrutura, foi variando de acordo com o desenvolvimento das mobilizações e das publicações.

3.1 O período ditatorial e a questão agrária

As lutas por terra decorridas nos anos iniciais da década de 1960 sofreram intenso refluxo a partir da instauração da ditadura civil-militar, com o golpe perpetrado em abril de 1964. Com o breve e trágico fim do governo João Goulart, abriu-se uma disputa dentro do Estado brasileiro pelas “elites orgânicas” que apoiaram e sustentaram tal iniciativa, liderada pela força militar e com base em diversos setores sociais críticos às políticas implementadas por Jango e contrários

“a métodos socialistas ou à intervenção do Estado na economia” (DREIFUSS, 1987, p. 231), procurando, dessa forma, construir o seu modelo de Estado. As organizações camponesas foram as mais fortemente atingidas pela repressão nos anos iniciais do período ditatorial. Essa repressão aconteceu, por exemplo, através do assassinato de lideranças, fechamento de sindicatos e associações de trabalhadores rurais e da imposição de um modelo agrícola concentrador de terras, produtor de artigos para exportação e êxodo rural. Conforme FERNANDES (1999, p. 30):

Em 1964 os militares tomam o poder, destituindo o presidente João Goulart, numa aliança política em que participaram diferentes setores da burguesia: latifundiários, empresários, banqueiros, etc. O golpe acabou com a democracia e, por conseguinte reprimiu violentamente a luta dos trabalhadores. Os movimentos camponeses foram aniquilados, os trabalhadores foram perseguidos, humilhados, assassinados, exilados. Todo o processo de formação das organizações dos trabalhadores foi destruído.

Portanto, com o golpe civil-militar o Brasil passou por um processo de (re)organização do Estado, baseado na repressão, não como um mero “acaso” ou uma “necessidade de salvar o país”, como advogavam seus executantes e defensores quando das justificativas para a deposição de Goulart, e, sim, de levar adiante um projeto conduzido pelas classes dominantes e seus interesses particulares e, de forma articulada, contando com a “mão pesada” das Forças Armadas, contribuindo para modernizar o capitalismo brasileiro, conforme expressado à época. Porém, essa “modernização” foi feita à custa de concentração de renda violenta e de um endividamento externo nunca antes visto, inserindo uma cultura baseada na violência e na perseguição (MATTOS, 2014).

Se lembramos de um dos momentos mais intensos de nossa história, no qual se discutiu e se pautou projetos de reforma agrária, diz respeito ao período abordado na presente dissertação, os governos ditatoriais estavam ocupados, também, nesta pauta política mal resolvida. A questão agrária atravessou esse período histórico e os debates acerca de uma necessária reforma seguiram existindo na política brasileira, mas, desta vez, através da imposição de um modelo para o campo, não mais em disputa, mas ordenado pelo novo regime.

De acordo com o Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade (CCV), documento elaborado para apurar a repressão e as violações de direitos humanos no campo durante o período ditatorial:

A partir de 1964, inclusive com a aprovação do Estatuto da Terra, a ditadura tomou então medidas políticas (repressão, perseguição, prisão e intervenção), sociais (oferta de terras na fronteira agrícola via projetos de colonização) e econômicas (incentivos à implantação da Revolução Verde) para “resolver os problemas do campo”. Em relação às organizações do campo, a ditadura perseguiu, reprimiu, torturou e assassinou lideranças sindicais, lideranças das Ligas, de associações e outras entidades de lavradores, bem como fez intervenções, especialmente no então recém-criado movimento sindical. (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014, p.63)

Nesse sentido, houve uma linha política adotada pelo governo, baseada no desmantelamento das organizações camponesas, sindicatos de trabalhadores rurais, Ligas e associações, por exemplo. Por sua vez, a distribuição de terras se vinculou a “projetos de colonização”, sobretudo no centro-oeste e norte do país, com vistas a desenvolver economicamente essas regiões e a “acalmar” os ânimos nas regiões onde a luta por terra se desenvolveu de maneira mais forte, oferecendo terras aos trabalhadores rurais requerentes. Para além dessas questões, a vinculação da agricultura brasileira a um modelo agrícola baseado na ideia da chamada Revolução Verde, na qual, grosso modo, o problema agrário deu lugar a um problema rural. Este problema supostamente “não decorria primordialmente da estrutura de propriedade” (BRUNO, 1995); assim, o principal gargalo dos problemas do campo no Brasil estaria na esfera da produção (problema econômico), sem depender de uma distribuição mais igualitária das terras e o combate à concentração fundiária. Dessa forma, a aposta na “modernização” se completaria.

Moacir Palmeira (1989) discute este processo de modernização, principalmente como criador de um “novo sistema de posições” (p. 93) alertando para o fato de que este complexo momento não se resumiu, apenas e tão só, como um “efeito perverso da modernização”, termo amplamente utilizado por economistas e analistas sobre o tema. A modernização, implementada sem alterações na estrutura da propriedade rural, produziu a “desvinculação do trabalhador de suas condições de produção tradicionais” (p. 92), gerando novas relações sociais no campo brasileiro. Estes “efeitos perversos” nos quais “a propriedade tornou-se mais

concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho [...], piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo” (p. 87), vieram acompanhados, neste momento, do que o autor chama de “expropriação do campesinato”, na qual essas pessoas não mais encontrarão trabalho e condições semelhantes em outras propriedades, sofrendo a sua “expropriação de relações sociais”.¹⁸⁰ De acordo com o autor:

Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes numa outra propriedade, ou mesmo, num momento seguinte, reconstituía a primeira relação, na expulsão recente a saída da propriedade é definitiva e sem substituição ou, dito de outra maneira, é o mesmo tipo de *contrato* tradicional que é liquidado. (PALMEIRA, 1989, p. 89) (grifo do autor)

A expropriação - cuja face mais conhecida é o êxodo rural - também não se iniciou neste momento, mas, de certa forma, se completou, limitando as possibilidades tradicionais de existência do campesinato brasileiro. Ainda segundo o autor, o que “há de novo no ‘êxodo rural’ [...] é que, embutido nele, está a expulsão sistemática de trabalhadores rurais de diferentes categorias do interior dos grandes domínios” (PALMEIRA, 1989, p. 89), sendo este fato gerador de novas “posições sociais”, que, por sua vez, irão gerar “novas oposições sociais”. O que se quer aqui chamar a atenção é que o dito processo de modernização não incorreu de uma fatalidade e que seus “efeitos perversos” estiveram presentes ao longo da própria história agrária brasileira:

O que a mecanização, a criação de uma infraestrutura custosa (de que a irrigação é o melhor exemplo) e a utilização sistemática dos chamados *insumos modernos*, bem como os padrões gerenciais centralizadores que introduzem, vão fazer é criar, para além da impossibilidade estrutural de restabelecimento dos contratos tradicionais provocada pela expropriação, uma limitação de ordem técnica. (PALMEIRA, 1989, p. 91)

Essa “modernização”, por parte dos setores que a propagavam, estava vinculada a premissa de garantir a criação de uma classe média rural, com emprego

¹⁸⁰ Palmeira (1989) reforça que os “efeitos perversos” não eram uma novidade no cenário rural brasileiro. Além disso, não necessariamente a “expropriação do campesinato” possuía vínculo automático com a chamada modernização, ou seja, tratou-se de um movimento independente.

de novas tecnologias para aumento de produtividade, através de acesso a crédito, assistência social e acompanhamento técnico aos trabalhadores rurais, por exemplo. Contraditoriamente, esse modelo, na medida em que se desenvolveu, prescindiu, justamente, desses trabalhadores que visava aprimorar, e ao mesmo tempo em que expropriou o campesinato, dava vazão a novas relações sociais no cenário agrícola do país.

Dessa forma, para atender a essa linha política, o Marechal Castelo Branco, que assumiu o governo após o Golpe, construiu e elaborou o que veio a ser a primeira lei de reforma agrária em nosso país: o Estatuto da Terra. Objeto de críticas e descontentamento e sofrendo reações de setores vinculados aos grandes proprietários rurais, tendo sido acusado inclusive, de tratar-se de um Estatuto “marxista/comunista”, o primeiro ano do governo ditatorial propôs e aprovou o cadastro de todas as propriedades de terra do país, conceituando e classificando os tipos de propriedade e elencando critérios de pagamento para áreas desapropriadas, por exemplo. Além disso, instituiu a obrigatoriedade do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) a todos os donos de terra. Essa atitude descontentou boa parte das associações de classe patronais rurais, historicamente contrárias a qualquer forma de reforma agrária, que se sentem traídas pelo governo Castelo Branco levando a disputa para o campo institucional através de seus representantes legislativos, conforme aponta BRUNO (1995):

Nesta conjuntura pós-golpe, a discussão sobre a reforma agrária migra para o campo institucional, e os grandes proprietários de terra não tiveram outro recurso político senão priorizar a tática da pressão e do boicote ao projeto de lei [Estatuto da Terra]. Recusaram-se em participar das reuniões programadas pelo governo para discutir a reforma agrária, apresentaram substitutivos e emendas face a um governo sempre disposto a negociar, atento aos interesses dos latifundiários, e a ampliar, o máximo possível, as fronteiras e os limites dessas negociações, ainda que, ao mesmo tempo ciente, firme, e às vezes intransigente quanto à necessidade de modernização do latifúndio como condição da arrancada em direção ao desenvolvimento.

Quais as principais propostas do Estatuto? Regina Bruno sustenta que existiram continuidades e rupturas em relação ao período anterior. Referenciando-se em Dreiffus (1981), segundo a autora, o Estatuto seria uma combinação das

proposições da Aliança para o Progresso,¹⁸¹ da Carta de Punta del Este¹⁸² e da Doutrina da Escola Superior de Guerra,¹⁸³ como suas principais coordenadas: “necessidade de modernização da agricultura; a noção de latifúndio como obstáculo estrutural ao desenvolvimento e à industrialização; e a implementação de uma classe média rural no campo.” (BRUNO, 1995) Esses objetivos incomodaram profundamente os setores ruralistas, revelando o caráter atrasado desses grupos, contrários a ideia de qualquer tipo de regulação.

Mesmo o Estatuto tendo sido aprovado, é importante ressaltar que o texto final não se tratou da proposta inicial apresentada pelo governo do Mal. Castelo Branco, pois “o contexto entre a elaboração do Estatuto – abril de 1964 – e a sua aprovação final no Congresso – novembro de 1964 – revelou um importante campo de luta política travada entre segmentos do patronato agrícola e o governo” (RAMOS, s/a, p. 6), sendo que, ao fim e ao cabo, ambos setores cederam, em parte, de suas aspirações primárias.

Por parte dos trabalhadores rurais e camponeses, com suas organizações de classe desmanteladas, seus líderes presos, exilados e/ou assassinados, a estratégia adotada durante o período ditatorial foi a utilização das

¹⁸¹ Impulsionada pelos EUA e com vistas a conter o avanço socialista na América Latina, a Aliança para o Progresso (APRO), foi anunciada em março de 1961 e formalizada em agosto pela Carta de Punta del Este, caracterizou-se por “un vasto esfuerzo para procurar una vida mejor a todos los habitantes del continente”, propondo diversos comprometimentos aos países latinoamericanos, e como contrapartida, um auxílio financeiro por parte dos EUA aos países signatários, dentre os quais: erradicação do analfabetismo; justa remuneração aos trabalhadores; reforma tributária; “impulsar”, dentro de las particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral orientada a la efectiva transformación de las estructuras e injustos sistemas de tenencia y explotación de la tierra [...]” (ver mais em: **Union Panamericana. Secretaría General, Organización de los Estados Americanos.** Washington, D.C. 1967). A APRO, em síntese, contribuiu na tentativa de desmobilização e despolitização dos movimentos sociais camponeses.

¹⁸² “Robustecer la base agrícola, extendiendo los beneficios de la tierra en forma cada vez mayor a quien en ellas trabajan, y asegurando en los países con poblacion indígena, la integración de ésta al proceso económico, social y cultural de la sociedad moderna. Para la realización de estos propósitos deberán adoptarse, entre otras, medidas tendientes al establecimiento o mejoramiento, según el caso, de los siguientes servicios: extensión, crédito, asistencia técnica [...] cooperativas y asociaciones campesinas, y programas de desarrollo comunal.” (Carta de Punta del Este. Título Segundo: Desarrollo Economico y Social. p. 13).

¹⁸³ Criada em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) “foi um núcleo de estudos estratégicos que se destinou a pensar estratégias de segurança e desenvolvimento para o Brasil. Os militares que se aglutinaram na ESG formularam a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A finalidade da DSN era estabelecer critérios de atuação para que o Brasil alcançasse e mantivesse os Objetivos Nacionais que deveriam ser a razão última do Estado Nacional. Os principais Objetivos Nacionais, que a Escola chamou de Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) eram a Segurança e Desenvolvimento. A doutrina da Escola encontrava fundamento no conceito de guerra total, uma guerra que envolveria todos os setores da sociedade e, por isso, dependia de todo o potencial da Nação”. (Ver mais em: TIBOLA, Ana Paula Lima. **A Escola Superior de Guerra e a Doutrina Nacional (1949-1966).** Universidade de Passo Fundo (UPF), dissertação de mestrado, 2007).

brechas jurídicas presentes no Estatuto da Terra, vinculando sua atuação, principalmente, através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que embora controlados pelo regime, através de interventores, em muitos casos conseguiram atuar favoravelmente aos camponeses. Segundo Moacir Palmeira:

Ao contrário do que geralmente se supõe, a repressão ao movimento camponês e as tentativas de *domesticação* empreendidas pelo regime militar não conseguiram impedir que o esforço de organização dos trabalhadores prosseguisse. (PALMEIRA, 1989).

Esse esforço organizativo esteve presente nos sindicatos rurais, na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), por exemplo, e, posteriormente, em alguns núcleos da Igreja Católica. Embora com atuação limitada e pulverizadas, serão fundamentais para a retomada da luta mais expressiva por reforma agrária no final da década de 1970.

Durante este período repressivo e de atividades políticas mais limitadas, é importante salientar que camponeses e trabalhadores rurais não deixaram de se mobilizar e de impor formas de resistência - ainda que diferentes - aos patrões, diretamente e, ao Estado. Scott chama atenção ao que conceitua como *formas cotidianas da resistência camponesa*, que, segundo o autor, em muitos momentos:

Para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível. A resistência desse tipo não descarta os manifestos, os protestos e as batalhas mais rápidas que chamam a atenção, mas um território vital tem sido ganho e perdido também nela. Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes. [...] formas cotidianas de resistência camponesa – a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. (SCOTT, 2002, p. 11)

Embora analisando o caso de sociedades camponesas na Malásia, a referência a estas formas cotidianas de resistência nos auxiliam na compreensão da continuidade das lutas durante o período ditatorial brasileiro. Para James Scott, estas “armas” iriam desde “fazer ‘corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os

saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza” (2002, p. 12) que dificilmente a nós, pesquisadores, são percebidas e, mais difícil ainda, relatadas, contudo, tratam-se de outras formas de insubordinação.¹⁸⁴ Nesse sentido, é bastante crível que durante o período ditatorial aqui referido, trabalhadores rurais e camponeses tenham se dedicado, também, a estas formas de resistência política como forma de sobrevivência.

Palmeira insere a importância do estudo dos momentos de “desmobilização”, ou seja, de períodos históricos os quais a existência de lutas e mobilizações tornam-se “menos espetaculares”, mas, nem por isso, menores no seu sentido e experiência política. Segundo este autor:

Via de regra, só nos lembramos de refletir sobre as lutas sociais em seus momentos mais críticos. Os momentos menos espetaculares daquelas lutas tendem a ser esquecidos. A própria existência da luta costuma ser vinculada aos seus momentos de maior intensidade. Fora dali, ela é considerada inexistente. Ora, os inconvenientes dessa abordagem são patentes. Em primeiro lugar, aceitamos um recorte dos fatos que não é outro que não o dos interessados em esconder a existência de conflitos. A consequência disso é a exclusão da hierarquia dos objetos de conhecimento de toda uma larga faixa de experiências vividas pelas classes trabalhadoras. O estudo dos momentos de “desmobilização”, além de recuperar essas experiências, pode nos ajudar a entender o aparecimento ou o desaparecimento de conflitos mais abertos. (PALMEIRA, 2009, p. 172)

Nesse sentido, não podemos supor a existência de um vácuo político durante o ciclo repressivo iniciado em 1964. Por óbvio, as formas de luta e resistência serão outras e deslocadas para novos terrenos de ação, mas não deixaram de existir. Em seu artigo, Palmeira procura explorar a compreensão das relações entre trabalhadores rurais vinculados à extração canavieira e seus patrões durante esta nova quadra histórica. Sua pesquisa - embora não seja possível

¹⁸⁴ Ainda segundo SCOTT (2002, pp. 13-14): “As formas cotidianas de resistência camponesa não produzem manchetes de jornais. [...] Há raramente alguma confrontação dramática, eventualmente digna de ser noticiada. E, sempre que o barco do estado esbarra numa dessas barreiras, a atenção é centrada no acidente e não na vasta agregação de micro-atos que resultaram na barreira. É muito raro que os produtores desses micro-atos busquem chamar a atenção sobre eles mesmos. Sua segurança está no seu anonimato. Também é extremamente raro que os oficiais do estado desejem dar publicidade a essa insubordinação. Fazê-lo seria admitir que sua política é impopular e, acima de tudo, expor a dureza de sua autoridade no campo – duas possibilidades que não interessam de maneira nenhuma ao estado. A natureza dos fatos e a mudez auto-interessada dos antagonistas contribuem para criar um tipo de silêncio cúmplice, que exclui totalmente as formas cotidianas de resistência dos registros históricos.”

generalizá-la a todo o país - nos é aqui importante, pois desvela os diversos cenários em que essas lutas se desenvolveram e a permanente disputa opondo patrões e trabalhadores rurais tanto no plano dos direitos trabalhistas (“o movimento político-militar de 1964 foi o sinal verde dado aos proprietários interessados na expulsão de trabalhadores e assustados com as conquistas trabalhistas que assinalaram o período precedente” (pp. 179-180)), quanto em relação ao processo produtivo, nos quais inúmeras artimanhas e controvérsias foram desenvolvidas por um lado pelos patrões como forma de manter “a possibilidade de continuarem a ser proprietários” e, de outro, pelos trabalhadores rurais na tentativa de manterem suas poucas conquistas através de novas práticas de resistência. Segundo o autor, nesse momento, as tensões possuem ênfase no cumprimento ou ludibriamento da legislação então vigente, ressaltando um caráter, embora diverso, de continuidade entre as lutas pré e pós 1964:

Assim, se a legislação foi e continua a ser um estímulo e um instrumento para que os proprietários se livrem de seus moradores e/ou submetam seus trabalhadores a mecanismos de exploração capazes de contrabalançar as perdas que a presença da legislação lhes pudesse ocasionar, não é menos verdade que ela tem sido, por motivos simétricos opostos, um instrumento de luta da maior importância para os trabalhadores. [...] Nesse sentido, não parece haver descontinuidade entre essas lutas pelo cumprimento da legislação e as lutas (que foram em boa parte também pelo cumprimento da legislação) que antecederam ao movimento militar, apesar da mudança da conjuntura política. (PALMEIRA, 2009, p. 194)

Essa continuidade, contudo, foi permeada de disputas políticas entre seus atores políticos envolvidos. Se o Golpe imprimiu uma nova conjuntura, esta, por sua vez, implicou em um rearranjo dos atores sociais presentes no campo brasileiro, sendo, no caso dos trabalhadores, sua principal forma de organização o movimento sindical. Segundo TAVARES (1992) “essa continuidade na vida sindical, que atravessa o golpe militar, não foi obtida, contudo, sem intensas disputas entre diferentes atores, entre eles distintos setores da Igreja Católica, militares, organismos estatais, organizações patronais e agências internacionais, que tinham papel relevante no período anterior ao golpe e que se mantinham ativas” (p. 82). Porém, retomando o estudo de Palmeira e o rearranjo produzido nas relações sociais de trabalho, após o “movimento militar”, a constituição do sindicato enquanto

principal ferramenta de resistência entre os trabalhadores, nos primeiros anos da nova conjuntura imposta, sofreu represálias em relação a sua condição sindical, impondo dificuldades ao acesso ao trabalho, ao menos no caso em estudo no estado de Pernambuco. De acordo com o autor:

Se, em 1962-63, ter a carteira de trabalho regulamentada era quase uma condição para obter trabalho, em 1964-65 era o inverso. Só tinha praticamente condições de acesso ao trabalho o trabalhador sem vinculações ao sindicato e disposto a abrir mão de prerrogativas legais. Assim, além de ser suspeito ao proprietário o trabalhador que frequentava o sindicato, havia uma pressão muito grande no sentido de os trabalhadores abdicarem de seus direitos. (PALMEIRA, 2009, pp. 185-186)

Essa “quase condição” deve ser pensada, justamente a partir das novas disputas abertas pelo momento político atravessado no país, disputas estas em que seus atores desenvolveram formas de resistência ao passo que apreendiam o novo tempo histórico. Assim, “[...] a partir do momento em que foram identificados pelo movimento sindical os condutos reais da política da nova conjuntura nacional, abriu-se a possibilidade de voltarem a colocar-se para aqueles grupos conjunturas do mesmo gênero daquelas vividas no período cronológico anterior, isto é, conjunturas capazes de atualizar as contradições que opõem trabalhadores a proprietários rurais.” (PALMEIRA, 2009, p. 195)

Embora a presente pesquisa vise aprofundar e debater sobre algumas “lutas sociais em seus momentos mais críticos”, não sendo o objetivo, portanto, a análise de formas cotidianas de resistência, é importante que lancemos luz a premissa de que o período ditatorial, embora tenha representado uma profunda derrota aos setores e organizações populares, aí incluídos os movimentos de luta pela terra, não significou seu aniquilamento, nem tampouco sua domesticação. Antes de tudo, implicou em uma reinvenção de táticas e estratégia de lutas.

A imposição do Estatuto da Terra, que combinou a necessidade de modernização, através do combate ao latifúndio (tido como atrasado, não produtivo), necessária à industrialização do país, com a premissa de neutralização dos conflitos sociais no campo, “oficializou” esta nova conjuntura política agrária, passando a ser o balizador das lutas de ambos os lados (patrões e trabalhadores).

Dentre seus principais pontos, há a vinculação a uma conceituação da estrutura agrária brasileira,¹⁸⁵ sendo que outras importantes medidas foram apresentadas/implementadas, tais como: criação de um organismo público federal – IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, encarregado do cadastro de propriedades e desapropriação de terras, por exemplo; modificação dos critérios de pagamento para áreas desapropriadas (que não mais seriam realizados em dinheiro e antecipadamente. Somente as benfeitorias, por resultado do trabalho, é que seriam pagas em dinheiro), sendo realizados em Títulos da Dívida Pública, resgatáveis em vinte anos; a obrigatoriedade do pagamento do ITR – Imposto Territorial Rural, até então inexistente, destinando esses recursos para o programa de reforma agrária (STÉDILE, 2004). Como se vê, boa parte dessas ações teriam sido adotadas durante o governo anterior, justamente destituído por querê-las implementar, acusado em pretender uma reforma agrária “comunizante e extremada”.

Enfim, fato é que, aprovado em 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, acabou relegado ao “esquecimento” pelos governos posteriores. Apesar de o período ditatorial ter representado o aumento da concentração de renda e das desigualdades e privilegiado a instituição da “empresa rural” no campo, podemos considerar, pelo menos em tese, como um avanço do Estado brasileiro o desenvolvimento da regulação da agricultura e também como um importante significado para a longa luta dos camponeses e organizações de trabalhadores rurais comprometidos com a reforma agrária. Conforme PALMEIRA (1989, p. 96):

¹⁸⁵ A partir da sua aprovação, as propriedades rurais passam a ser caracterizadas como: *Propriedade Familiar* (“considerada como o “modelo” da exploração racional da terra, a expressão da rentabilidade ótima e a base do desenvolvimento econômico nacional. No entanto, a propriedade familiar proporciona todas as facilidades para a implementação de um tipo regional de propriedade agrícola onde o lavrador poderia reunir, em si, as funções de proprietário, gerente e trabalhador (PAR, 1964d: 6))”; *Latifúndio* (“dimensão e grau de aproveitamento da terra. Portanto, foram consideradas como latifúndios as propriedades caracterizadas para fins “marcadamente especulativos”; aquelas mantidas inexploradas “relativamente e em proporção às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio”; os imóveis rurais “total ou parcialmente explorados com formas de uso deficientes ou inadequados”; e as propriedades cuja dimensão excedia “ao limite máximo indicado nos termos da lei e pelas condições e sistemas agrícolas regionais (PAR, 1964k: 3)”; e *Empresa Rural* (“definida como “o estabelecimento racionalmente explorado por entidade pública ou privada, individual ou coletiva, que adote práticas conservacionistas, apresente rendimentos considerados satisfatórios e que ofereça, aos que trabalham, condições que garantam nível de vida não inferior assegurado pela remuneração do salário mínimo regional” (PAR, 1964k:3) (BRUNO, 1995). Segundo a autora, a “mal definida” Empresa Rural seria a brecha utilizada para a manutenção do latifúndio improdutivo, pois, na prática, os latifúndios passariam a ser chamados de empresas rurais, apenas.

O Estatuto da Terra, na sua ambiguidade, abre a possibilidade de diferentes vias de desenvolvimento da agricultura e oferece múltiplos instrumentos de intervenção ao Estado. Nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares.

As ambiguidades¹⁸⁶ aqui referidas e a prioridade dada ao que contrariamente propunha o Estatuto, isto é, o privilégio da modernização do latifúndio ao invés da agricultura familiar tornar-se-ão uma das molas propulsoras para a retomada de ações mais diretas nas lutas por terra no país, ao passo que, ao tomar conhecimento da lei, aliado a uma condição de vida precária e negando-se a abandonar sua condição de vida, milhares de camponeses retomam uma história de lutas da qual, enquanto classe, haviam empreendido em outros contextos, os quais, de alguma forma, auxiliaram na realização dessas ações.

Em fins da década de 1970, ao tomar de volta um processo de lutas mais intensas, pondo fim a um período de “desmobilização”, os trabalhadores do campo fizeram surgir novas formas de lutas, acompanhadas de novos movimentos sociais. Se o processo relegado ao campo durante o período ditatorial impôs outras formas de combate e uma reconfiguração das relações sociais, o início do que se convencionou chamar de “reabertura” política também produziu novidades em relação à questão agrária brasileira. Se durante as primeiras décadas após o golpe foi o movimento sindical que conseguiu coordenar algum tipo de resistências e mobilizações, mantendo, sobretudo, a reforma agrária no horizonte como uma chama acesa, esse sindicalismo passou a ser acompanhado por novos movimentos e organizações de trabalhadores rurais, que propunham novas formas e práticas para a luta da reforma agrária.

Como este novo momento, mais uma vez, vai fazer emergir “a situação de exclusão das benesses do desenvolvimento a que estavam submetidos, embora de forma bastante diversificada, o conjunto dos trabalhadores do campo.”

¹⁸⁶ Para TAVARES (1992, p. 341) esta ambiguidade: “[...] residia no fato de o texto do Estatuto permitir dois desenlaces para as políticas governamentais voltadas para a agricultura: um, sustentado na reforma agrária, teria como base social da agricultura a pequena produção; outro, sustentado no investimento na modernização dos grandes proprietários, abria as portas do campo para todas as formas de capital. Esta última opção, com efeito, marcou a política de desenvolvimento rural dos governos militares, enquanto a reforma agrária, graças à ação das elites rurais no próprio aparelho de Estado e também fora dele, foi deixada na gaveta”.

(MEDEIROS, 1993, p. 13), demonstrando que o problema agrário, mais uma vez, não havia sido dirimido. Esta diversidade implicou, por sua vez, em um novo rearranjo das relações sociais, visto o surgimento desses movimentos, profundamente articulados à nova conjuntura política. Conforme MEDEIROS (1993, p. 12):

No final dessa década e no início dos anos 80, surgiram novos personagens na luta por terra: os "atingidos por barragens", no processo de ampliação das fontes geradoras de energia e consequente construção de usinas hidrelétricas; "pequenos produtores", excluídos dos benefícios da modernização que, ou perderam suas terras ou percebiam que seus filhos dificilmente teriam acesso a ela, e constituíram o contingente que acabou por conformar a identidade política de "sem terra"; "seringueiros" que resistiam à destruição dos seringais nativos em decadência e sua substituição por pastagens, etc. Nesse quadro, novamente a questão da reforma agrária era colocada na ordem do dia, mas ganhando novos parâmetros. Produziu-se um encontro singular entre as transformações sofridas pelo meio rural brasileiro e a herança que alimentava as lutas.

Este “encontro singular” criou movimentos que se consolidaram a partir dos anos 1980, dentre os quais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento dos “seringueiros”; o Movimento dos Atingidos por Barragens e a chamada “oposição sindical”, cuja principal força se concentrou no Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT). Com estes novos movimentos na cena rural brasileira, sobrevieram, “nesse processo, leituras diferenciadas [em relação à reforma agrária] em torno da sua natureza, dos seus objetivos, das formas mais adequadas para atingi-los.” (MEDEIROS, 1993, p. 20), que embora diferentes, possuíam como pauta unificadora a defesa da necessidade da reforma agrária no país. O importante é ressaltar que este instante, conforme apontado por MEDEIROS (1993, p. 20) apareceu como um “momento de explicitação do diverso, onde, numa acirrada disputa política, era constituída a identidade de cada um desses movimentos, através da afirmação de projetos distintos e da defesa de formas de ação diferenciadas”. As formas e ações de um desses movimentos, que possui origem no estado sul-rio-grandense, justamente em uma região de conflito que outrora abrigou outras lutas e movimentos, é que passaremos a discutir.

3.2 “Até quando a violência? 1985 vai ser diferente...”¹⁸⁷

Assim se referia a capa do Jornal dos Sem Terra, na virada dos anos de 1984 a 1985. Tendo sido o ano de 1984 “marcado por muita injustiça no campo”, os trabalhadores anunciavam que “só a organização pode lhes trazer dias melhores” e que, para atingir tal objetivo, celebravam a vinda de um “Congresso Nacional”, afirmando que “1985 vai ser diferente”.¹⁸⁸

O ano de 1985 foi emblemático em relação à questão agrária no país. Tendo início o que se convencionou chamar “Nova República”, abrindo-se espaço para a redemocratização do país, o tema vinculado às questões não resolvidas no campo brasileiro voltaria, mais uma vez, a integrar a pauta política, principalmente através do debate relativo à reforma agrária. Mesmo o país não contando com eleições gerais e democráticas, visto a eleição da chapa Tancredo-Sarney¹⁸⁹ ter sido eleita via colégio eleitoral¹⁹⁰, “[...] naquele momento, o movimento dos trabalhadores rurais vinha crescendo na cena política brasileira, justamente quando o país vivenciava o “apogeu” da redemocratização” (MENDONÇA, 2010, p. 93). Porém, a morte de Tancredo e a ascensão de Sarney, latifundiário e ex-presidente da Arena, partido que deu sustentação à ditadura, somadas a uma profunda crise econômica como mais uma das heranças do período autoritário, mergulharam o país em uma nova onda de insegurança (MENDONÇA, 2010). Dentro desta, um dos principais embates ocorreu a partir da implementação de um Plano em relação à reforma agrária.

A gestão Sarney ocupou-se na elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançando-o, oficialmente, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, reunido pela Contag, em maio de 1985. Sarney compareceu

¹⁸⁷ Jornal Sem Terra, nº 41, Dezembro de 1984/Janeiro 1985. Capa. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985> acesso 04/05/2020.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ Tancredo Neves era filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e José Sarney representava o recém criado Partido da Frente Liberal (PFL), então uma dissidência do Partido Democrático Social (PDS), que se originou da Arena, apoiadora dos governos ditatoriais. Embora a aliança tenha sido fundamental para o processo da eleição indireta, esta “aliança entre o PMDB e o já então Partido da Frente Liberal (PFL) apoiou de início o governo do presidente José Sarney (1985-1990), mas se desfez gradativamente até chegar ao fim durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988).” (In: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-democratica> acesso 25/07/2020).

¹⁹⁰ Uma profunda derrota para as aspirações democráticas foi a não aprovação da emenda Dante de Oliveira, que previa eleições gerais e diretas.

pessoalmente para anunciar a proposta (TAVARES, 1992, p. 344). O fato de o Plano ter sido apresentado, justamente, em um Congresso de trabalhadores, foi alvo de crítica pelos setores ruralistas e suas entidades de classe. Além disso, a proposta original do Plano, que “[...] visava conter a violência que grassava no mundo rural brasileiro [...] procurou resgatar um aspecto fundamental do já finado Estatuto da Terra: [...] penalização da propriedade especulativa, desapropriando o que foi definido como terras improdutivas [...]”. Ele também tratava sobre a forma de obtenção de recursos para a efetivação da reforma agrária, através da criação da figura jurídica da desapropriação por interesse social (grosso modo, conferia ao Estado o direito de desapropriar terras que não estivessem cumprindo uma função social).¹⁹¹ Aliado a estas questões, somou-se a instituição de metas para o cumprimento do Plano que “pretendia-se assentar, dentro de 15 anos, cerca de sete dos estimados dez e meio milhões de trabalhadores rurais sem terra - ou com pouca - existentes no país” (MENDONÇA, 2010, pp. 91-94). Estes, basicamente, foram fatores que desagradaram, profundamente e mais uma vez, setores dos grandes proprietários rurais, contrários a tais medidas.

De outro lado, a grande violência que lavrava o meio rural se mantinha e se aprofundava. Em sua primeira edição do que viria a se tornar importante ferramenta de denúncia sobre os conflitos no campo, a Comissão Pastoral da Terra, em caderno intitulado *1985 Conflitos de Terra no Brasil*,¹⁹² informou que, no ano anterior, 1984, “216 trabalhadores e agentes pastorais foram assassinados, muitos

¹⁹¹ “[...] o principal instrumento de obtenção de recursos fundiários previstos no PNRA consistiu na figura jurídica da desapropriação por interesse social, o que faria toda a diferença com relação aos planos anteriores. Tal instrumento, previsto na Constituição, confere ao Estado o direito de desapropriar terras que não estejam cumprindo sua função social, mas igualmente o de indenizar o valor dessas terras em TDAs (Títulos da Dívida Agrária) e não em dinheiro, o qual ficaria restrito, tão somente, ao pagamento de benfeitorias, quando existissem. Quanto a esse ponto, vale lembrar que esse havia sido o cerne do debate da reforma agrária da década de 1960.” (MENDONÇA, 2010, p. 93)

¹⁹² De acordo com a própria Comissão Pastoral da Terra: “Em 1985, como forma de denunciar esta realidade, os dados começaram a ser sistematizados e publicados. Desde então, todos os anos, a entidade publica o livro *Conflitos no Campo Brasil*, onde se registra os conflitos por terra - violências como despejos e expulsões - e os números da violência contra pessoa, como assassinatos, ameaças de morte, prisões. Há, ainda, os dados do trabalho escravo, conflitos pela seca e as manifestações envolvendo os temas citados, entre outras informações. Em 2002, a CPT incluiu em sua documentação os conflitos gerados pelo uso da água. Ainda neste mesmo ano, a obra *Conflitos no Campo* foi reconhecida como publicação científica pelo Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia (IBICT).” Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/> acesso em 28/06/2020.

perseguidos, ameaçados e presos”.¹⁹³ Dessa forma, a divulgação dos dados acerca do ano de 1985 tinha por objetivos, segundo a própria publicação:

- a) A denúncia, em âmbito nacional e internacional, das graves violações dos direitos humanos dos trabalhadores rurais do Brasil e a violenta guerra interna, de amplos setores do Estado e do latifúndio [...];
- b) Noticiar aos trabalhadores urbanos e a todas as pessoas de boa vontade o violento massacre cometido contra nossos irmãos do campo [...];
- c) Exigir do Estado, em especial, da Justiça do Estado, o fim da guerra interna com o desarmamento das milícias particulares, dos jagunços, grileiros e fazendeiros [...];
- e) Conclamar o Povo Brasileiro, do campo e da cidade, para unir-se e mobilizar-se contra os opressores dos trabalhadores e encaminhar a implantação da verdadeira Paz, Justiça e Liberdade, com Pão e Terra, “de Deus e dos Irmãos”, para todos os brasileiros.¹⁹⁴

A referência ao “desarmamento das milícias particulares” tem a ver com as atitudes tomadas por setores dos grandes proprietários rurais, de armarem-se contra as investidas dos movimentos de luta pela terra que estavam em ascensão neste período, principalmente como forma de combater a execução do PNRA e qualquer tentativa de desenvolvimento da reforma agrária. Aliás, o processo de modernização da agricultura, levado a cabo pelos governos autoritários, também impactou nas disputas por hegemonia política dentro da burguesia agrária, com o surgimento de novas entidades de classe. A principal entidade criada pelos ruralistas, com atuação em nível nacional, foi a União Democrática Ruralista (UDR), com atividade central no combate ao Plano Nacional de Reforma Agrária apresentado pelo governo federal.¹⁹⁵ A UDR se notabilizou pelo uso de diferentes práticas em relação às demais entidades rurais patronais, quais sejam, “a compra de armamentos e a formação de milícias privadas visando responder violentamente às invasões de terras”. (GRZYBOWSKY, 1987, p. 15 APUD MENDONÇA, 2010, p. 126)

Segundo TAVARES (1992):

¹⁹³ 1985. Conflitos de Terra no Brasil: Comissão Pastoral da Terra. CDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/> acesso em 15/06/2020.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Segundo Mendonça (2010) há dificuldades em estabelecer uma data exata de fundação de tal entidade, seja por dificuldades de acesso à fontes da própria entidade quanto da imprensa da época, mas que, provavelmente, a União Democrática Ruralista “teria nascido em junho de 1985, a partir de reuniões promovidas com destacados pecuaristas do Estado de Goiás, marginalizados do processo de “modernização conservadora” da agricultura brasileira”. (Ver mais em: MENDONÇA, 2010, pp. 124-149)

As entidades patronais rurais, do “ruralismo tradicional” (CNA, FAESP, etc), até uma nova entidade criada exclusivamente para lutar contra o plano, a UDR (União Democrática Ruralista), se opuseram tenazmente à implantação da reforma agrária (p. 345)

Criticando o PNRA do então presidente Sarney, por sua vez, a CPT afirmava que “a nova república já comemorou seu 1º ano de vida e a promessa continua promessa”, no sentido de que as metas e objetivos do Plano não estavam sendo cumpridos e executados conforme propagado. Além disso, com as permanentes modificações imprimidas no texto da proposta original, por pressão das agremiações rurais, não deixavam qualquer esperança para os trabalhadores de que a reforma agrária aconteceria, pois “a depender da ‘reforma agrária’ dos fazendeiros e seus aliados, a terra continuará seu processo de concentração e a agricultura seguirá pelos caminhos da modernização”.¹⁹⁶ Estas tensões e disputas em torno da questão agrária perfazem centenas de conflitos no campo brasileiro.

Apresentando os dados do ano de 1985, o levantamento realizado pela CPT nos evidencia a gravidade destes conflitos, conforme a tabela abaixo:

ANEXO I

QUADRO 3		CONFLITOS GERAIS — BRASIL, 1985					
Tipo de Conflitos	Número	Famílias	Pessoas	Área/ha	Mortos	Feridos	Presos
1. Terra	636	86.854	405.456	9.557.902	125	117	482
2. Bóias-Frias	30	—	629	—	66	563	—
3. Agrotóxicos	—	—	651	—	5	646	—
4. Garimpo	4	—	—	—	3	—	—
5. Sindical	13	—	—	—	—	4	—
6. Trabalhista	76	—	159.185	—	14	33	69
7. Seca	9	—	1.400	—	—	—	6
8. Outros Acidentes	—	—	3	—	3	—	—
TOTAL	768		567.324		216	1.363	557

FONTE: Idem das tabelas anteriores.

Nota-se a grande quantidade de conflitos (768), que de diferentes formas, se desenvolveram no campo brasileiro durante o ano de 1985. Mais de 567 mil pessoas se envolveram, ocasionando, pelo menos do que se teve registro, em 216 mortos. Dessa forma, enquanto uma suposta “pacificação” e “democratização” do

¹⁹⁶ 1985. Conflitos de Terra no Brasil: Comissão Pastoral da Terra. CDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/> acesso em 15/06/2020.

país estava em curso, os dados acima nos revelam que não era o caso para centenas de milhares de cidadãos brasileiros. Ainda, se nos atentamos exclusivamente aos conflitos desenvolvidos diretamente com questões como a posse e democratização da terra, os números parecem confirmar que o imenso problema agrário, a despeito de todas as tentativas e imposições até então realizadas, não havia sido, minimamente, resolvido.

Em contrapartida à violência, “1985 foi um ano de ocupações organizadas de terra por trabalhadores rurais sem terra. Firmou-se, especialmente no sul do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”.¹⁹⁷ Mas, quais as origens deste movimento de luta pela terra, surgido neste contexto e que se mantém vivo e atuante até os dias de hoje?

Em janeiro de 1985, em Curitiba, estado do Paraná, começou a se consolidar o maior movimento de agricultores sem-terra da América Latina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente, contando com 36 anos de história construídos nas lutas por reforma agrária, o MST foi oficialmente criado um ano antes, durante o primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel, também no estado paranaense, contando com a presença de “80 representantes, de 13 Estados”.

Com relação ao Congresso realizado em Curitiba, LERRER (2008, p. 134) indica que:

Durante esse evento, foi tomada a definição de que a nascente organização dos “sem-terra” deveria tornar-se um movimento de massas para conquistar terra e reforma agrária em todos os estados do país, mediante trabalho de base para organizar os trabalhadores, o fortalecimento da participação nos sindicatos e partidos políticos e o investimento na formação política a fim de criar uma direção política composta pelos próprios trabalhadores. Instituído como lema de encerramento “Sem Terra não há democracia”, o Congresso também estruturou a Coordenação Nacional do Movimento, com dois representantes de cada um dos doze estados presentes.

Os apontamentos políticos colocados acima sobre o MST são significativos, pois foram se desenvolvendo conforme a própria experiência das lutas no campo. Além de tomar como definição, naquele momento, a nacionalização do movimento,

¹⁹⁷ Idem.

a participação e fortalecimento de sindicatos e partidos, o que demonstrava ser o diferencial, nos parece, é a aposta e o “investimento na formação política a fim de criar uma direção política composta pelos próprios trabalhadores”. Esta é uma característica significativa do MST, que, embora dialogue e possua relações amplas, defende que a base da direção do movimento seja composta pelos próprios camponeses acampados/assentados, em sua maioria. Isto somente se tornou possível na medida em que o movimento e seus integrantes foram se constituindo dentro de “processos sociais através do tempo”, no sentido dado por Thompson (1977) em sua defesa da luta de classes como um conceito histórico, pois implica um processo ao longo do tempo.

O MST, “originado no sul do país e agregando trabalhadores que ficaram à margem do processo de modernização agrícola” (MEDEIROS, 1993, p. 16) desde logo imprimiu características próprias sobre as formas e práticas em relação às lutas no campo, confluindo em uma “identidade própria”. Medeiros aponta que:

[...] embora se definindo como uma articulação no interior no movimento sindical, desde logo se caracterizou por uma identidade própria e uma linha de ação distinta da CONTAG. Crítico em relação às formas de encaminhamento da questão da terra até então adotadas pelo sindicalismo contaguiano, esse Movimento fez da pressão direta, através de acampamentos e ocupações massivas sua principal forma de luta, posicionando-se frontalmente contra “vias administrativas” de encaminhamento dos conflitos. Com isso, criou fatos políticos significativos e passou a ser progressivamente visto como interlocutor necessário quer por entidades de apoio às lutas dos trabalhadores do campo, quer pelo próprio Estado. (1993, p. 16)

Nesse sentido, o surgimento de tal movimento inaugurou uma forma ao mesmo tempo própria, diferente, de se lutar por terra, ao longo do tempo, foi sendo construída, reconhecida e respeitada. Nessa ocasião do Congresso também se originaram definições importantes como “os princípios, quais as formas de organização [...] reivindicações, estrutura e formas de luta do movimento” (Stédile e Fernandes, 2005, p. 45). A partir de então, o Brasil passou a conviver, novamente, com reivindicações, mobilizações, marchas e acampamentos de trabalhadores rurais: os sem-terra estavam de volta.

Mas quais são as origens de tal movimento? Segundo FERNANDES (1999):

Ao reprimir a luta pela terra e não realizar a reforma agrária, os governos militares tentaram restringir o avanço do movimento camponês. Com a implantação do atual modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária, apostou-se no fim do campesinato. No entanto, por causa da repressão política e da expropriação resultantes do modelo econômico, nasceu um novo movimento camponês na história da formação camponesa do Brasil. Aos que acreditaram no fim do camponês, não atentaram para o fato que o capital não comporta somente uma forma de relação social, ou seja: o assalariamento. Ainda, a propósito, o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato. É por essa lógica que podemos compreender a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (p. 36)

O MST está vinculado, portanto, à “história do campesinato” brasileiro, tendo sua herança nas lutas que precederam à sua criação durante a década de 1980. Fernandes (1999), em sua tese de doutoramento, agrega a esse processo histórico a análise das experiências de “territorialização” do movimento, estudando amplamente as primeiras ocupações e as origens dessas áreas em disputa, por exemplo. Para mais, o próprio MST reivindica a herança desses movimentos anteriores à sua criação:

Seria injusto dizer que começamos ali [1984]. A semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. Como imaginar o Movimento Sem Terra hoje, sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem males? Ou da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos? Da indignação organizada de Contestado? Como imaginar nosso movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra - Master. Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores de suas lutas. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA)¹⁹⁸

Nesse sentido, existe o reconhecimento de uma memória política em relação à história da luta pela terra no Brasil, expressada nas milhares experiências de resistência desde a invasão portuguesa e o processo colonizatório a partir do século XI. Embora se tratando de um tempo longínquo, a afirmação do MST quanto às suas origens e o porquê do seu existir parece dar sentido a sua própria existência, quer como uma identificação simbólica de quem acolhe as lutas por terra

¹⁹⁸ Disponível em <http://www.mst.org.br/historia/> acesso em 30/01/2018.

no país e luta ao lado dos oprimidos - um sentido de classe, portanto - quer como no reconhecimento de que o problema agrário no Brasil se arrasta há séculos e necessita ser combatido. Em outras palavras, o próprio movimento, ao revisitar lembranças da luta pela terra no Brasil, incorporando-as como suas, assimila-se ao que HALBWACHS (1990) chama de uma *comunidade afetiva*, quer dizer, como “funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo”. (POLLAK, 1989, p. 3).

Mesmo não se tratando de uma memória familiar e/ou comunitária no sentido cunhado por Halbwachs, podemos afirmar que o MST, ao referenciar-se nestas memórias, apropria-se delas no sentido de evidenciar que há uma trajetória de lutas e uma tradição de resistência que vem de longe e que é, portanto, anterior ao movimento. Isto é, memória elaborada pelo MST, embora não sendo uma “memória comum” é atravessada e se constitui a partir desta.

Nessa sequência, o “aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento dos Agricultores Sem Terra - Master”, principalmente do segundo, são essenciais para compreendermos a volta dos camponeses e seus acampamentos ao campo de batalha no chão do Rio Grande do Sul.

Em território sul-rio-grandense, na região onde um amplo movimento de lutas “abalou a estância”¹⁹⁹ e marcou época nos anos 1960, novamente (re)iniciaria um largo processo de lutas e mobilizações de trabalhadores rurais, camponeses, pequenos proprietários e sem-terra. Após a ocupação da Fazenda Sarandi, em 1962 (estendendo-se a distribuição dos lotes até 1964, conforme visto), devido ao grande número de trabalhadores rurais a requerer terra, aliado ao modelo agrícola imposto pelos governos ditatoriais, concentrador de terras e privilegiando a “empresa rural”, uma massa de camponeses passou a se inquietar diante das dificuldades de sobrevivência no meio rural. A região norte foi um dos locais em que a modernização da agricultura ganhou corpo e se acentuou no estado, sendo que “trigo e soja desempenharam o papel de ‘carro’ chefe no processo de modernização

¹⁹⁹ *Novos Rumos*, n. 165, 13 a 19 de abril de 1962, p. 6.

da agricultura gaúcha” (GEHLEN, 1983, p.68), encontrando-se grande produção desses cereais nesses territórios.

Quando da ocupação da Fazenda Sarandi e sua insuficiente capacidade em absorver os milhares de acampados, o próprio governador Brizola incentivou a distribuição e ocupação de outra área, no município de Nonoai, como forma de distender as tensões na região:

Na década de 1960, uma área contígua à reserva indígena, pertencente ao Parque Florestal de Nonoai, foi transformada pelo então governador, Leonel Brizola, em um projeto de colonização chamado Quarta Seção. Naquele local, foram assentadas algumas das famílias que haviam acampado no Passo Feio e na Sarandi, em 1962. (ROSA, 2010, p.76)

Centenas de agricultores sem-terra dirigiram-se a este local onde, posteriormente, passaram a adentrar a própria reserva indígena, com o consentimento dos poderes institucionais. Esse fato não se tratou de uma novidade. Na Assembleia Legislativa, parlamentares contrários à desapropriação da Sarandi propuseram a ocupação das Reservas Indígenas no estado, que passaram a ser defendidas como forma de viabilizar o projeto de reforma agrária por considerar essas terras “improdutivas” (Carini e Tedesco, 2007).

Segundo apontado por Ivaldo Gehlen (1983):

A partir da década de [19]50, a ocupação [das áreas indígenas] acentuou-se de tal forma que, em 1962, havia 400 famílias que ocupavam lotes [...] Em 1969, mais da metade das quase 600 famílias que entraram na reserva de Nonoai teve negada a solicitação de arrendamento e foi obrigada a retirar-se. Em 1974, repetiu-se o fenômeno [...] e, em consequência, aumentavam os conflitos de lado a lado [...] (p. 113)

Assim, a intrusão das áreas indígenas, prática comum como política de Estado, durante alguns anos, em parte, serviu para acalmar as tensões na região, por outro lado, essa prática “institucionalizada” foi gestando indisposição entre trabalhadores rurais e indígenas. Além deste fato, a questão da expropriação camponesa, conforme discutido anteriormente, atingiu diretamente as pequenas propriedades do sul do país, impondo dificuldades de reprodução às novas gerações. Conforme Moacir Palmeira:

o alcance da expropriação aparece quando a própria reprodução da pequena propriedade estável no sul do país começa a ser ameaçada pela falta de alternativas para as novas gerações, o latifúndio limitando sua fixação como pequenos proprietários na própria região e reduzindo-se as possibilidades de migração para o centro ou o norte; mas também por seu endividamento junto aos bancos e pela inviabilização dos economicamente mais fracos no bojo do processo de competição que se instala com a entrada do grande capital em circuitos sobre os quais, anteriormente, os agricultores tinham um relativo controle (PALMEIRA, 1989, p. 90, APUD PEIXOTO et al., 1979; FIGUEIREDO, 1984, p. 163; CORADINI, 1982).

Nesse sentido, os problemas vinculados ao desenvolvimento de uma nova estrutura econômica do campo possuíram desdobramentos em relação às pequenas propriedades no sul do país. Para mais, com o implemento de grandes obras na região - também uma marca do período ditatorial -, com a construção de barragens hidrelétricas, sobretudo a de Passo Real, no rio Jacuí e no rio Passo Fundo, entre Nonoai e Ronda Alta (GEHLEN, 1983), famílias desalojadas não foram contempladas em projetos de reassentamento rural, tendo como única alternativa, em muitos casos, adentrar as reservas indígenas.

Em maio de 1978, colocando um basta à situação, indígenas kaingang da Reserva de Nonoai se articularam e expulsaram as famílias de colonos intrusos, ateando fogo nas escolas e estabelecendo prazo de alguns dias para a saída do local.²⁰⁰ Esse fato acelerou a problemática agrária na região, aumentando consideravelmente o número de trabalhadores sem-terra no estado.²⁰¹ Os trabalhadores rurais expulsos, sem terem para onde ir, aos poucos, (re)iniciam uma prática utilizada na década anterior: os acampamentos e ocupações de terra.

Para analisar as dimensões do movimento nesse período, segundo Marcon (2016, p. 61) na:

reserva havia 974 famílias de agricultores, das quais 288 foram classificadas na categoria arrendatários, ou seja, tinham contrato de

²⁰⁰ Ver mais em: CARINI E TEDESCO (2007, pp. 111-125).

²⁰¹ Como resultado da ação indígena, o Estado aloja parte dos colonos expulsos da Reserva no município de Esteio, no Parque de Exposições (cerca de 700 famílias). Ali, propõe como alternativas aos agora sem terra, os projetos de colonização do governo federal. Parte dos colonos aceita e migra para o Mato Grosso, na firma de colonização Coopercana. Outra parte decidiu manter-se no Estado e reivindicou: “lugar de gaúcho é no Rio Grande” (entrevista Frei Sérgio) e acaba contemplada em área adquirida pelo governo estadual, no projeto de colonização Nova Esperança, no município de Bagé, em 1979. Essa vitória, segundo Frei Sérgio, “cria esperança nos sem terra”, e o sentimento de que é possível conseguir terra no RS se espalha como um “rastilho”. Ainda conforme o entrevistado, “cerca de 300 famílias ficam vagando pela região norte”, habitando casas de amigos e parentes ou simplesmente sobrevivendo. Entrevista Frei Sérgio Antônio Görden, 13 de Outubro de 2018 em Hulha Negra/RS.

arrendamento, e 682 famílias não tinham nenhum tipo de contrato, sendo classificadas como intrusas, e quatro famílias não foram classificadas. Na reserva de Nonoai vivia, então, uma população de 997 índios e 4.371 não índios. A reserva tinha uma área total de 14.910 ha, e os agricultores exploravam 9.681 ha, equivalente a 64,93%.

O acontecimento na Reserva Indígena está presente nas memórias de quem sofreu as consequências da expulsão e vai servir, posteriormente, como um aprendizado político. Segundo lembrado por Ênio Borges, “piazone” e morador da Reserva Indígena à época da retomada da área pelos indígenas, o arrendamento foi realizado pelos órgãos oficiais, sendo que “todo mundo, todo ano renovava esses arrendo e nós ficamos 12, 15 anos lá”, e que nos dias de dispersão, cada família, à sua maneira, foi retirando suas “mudança”, já que não houve um processo de saída organizado:

Cada um, isso lá eu era piazone, tinha boi, nós trabalhava com boi, carroça, nós fomos tirando nossa mudança, nós morava perto da divisa dessa área, levando numa casa de uns morador fora, levando porco, milho, gado, vaca e deixando lá. Porque os índios vinham por comunidade despejando, queimando casa, retomando as terras que eram deles.[...] Ai quando vê, cada um garro um rumo. Quem chegava aqui na minha casa pra despeja eu tinha que arruma um caminhão, arruma um destino pra sair de dentro da área. Nós fomos morar na casa de um irmão da minha mãe, lá nós ficamos uns 6 meses e arrumamos uma terra que arrendamos de um cara lá de Nonoai, e ficamos lá.²⁰²

O relato de Seu Ênio nos evidencia a dificuldade imposta aos agricultores, expulsos e a partir de então, sem-terra. Salete, outra de nossas entrevistadas, relembra esse fato como “um grande conflito na área de Nonoai e Planalto [...] (e) esse povo (foi) acampar na Macali e na Brilhante. Na Macali foi 7 de setembro, na Brilhante 20 de setembro, a Macali e a Brilhante pertencia a, parece, fazenda Sarandi e ela estava nas mãos do Estado ainda e estava nas mãos de uns comerciantes de Carazinho”.²⁰³ Nesse sentido, analisa os acontecimentos do passado como conectados em uma continuidade, como ação e reação. Pois, se não

²⁰² Entrevista com Ênio Borges e Isaías Vedovatto realizada no dia 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

²⁰³ Idem.

houvesse a expulsão da área indígena, não haveria novas ocupações de terra no estado.

Uma das questões importantes é a de que, desde a ocupação da Fazenda Sarandi transcorreu-se apenas 16 anos, ou uma geração, dessa forma, podemos afirmar que estava presente uma memória em relação à luta pela terra na região. Somado a isso, duas áreas que no momento da desapropriação na década de 1960 não foram incluídas no processo pelo governo do estado, conhecidas como glebas Macali e Brilhante, foram arrendadas para madeireiras na região.²⁰⁴ Ao tomar conhecimento do fato de que se tratava de áreas públicas estaduais ao passo que praticamente não era pago o arrendamento por parte das empresas, os camponeses sem-terra resolveram arriscar: em setembro de 1979, cerca de 110 famílias, que estavam a vagar pela região, articularam-se, e, no dia da pátria, decidiram ocupar as glebas Macali e Brilhante. Dezesete anos depois, os acampamentos voltaram a “abalar a estância”.²⁰⁵

De acordo com MARCON (2016, p. 66) “as contradições da estrutura fundiária, denunciadas por vários movimentos sociais desde a década de 1960, ressurgiram com muita força no final dos anos 1970 e se concentraram, no caso do Rio Grande do Sul, no norte do estado, última região colonizada”, em outros termos, o problema em relação a terra, que não foi resolvido, se acentuou com a confluência de fatores conjunturais, aspectos estes que auxiliaram na necessidade da busca pela terra:

O conflito de Nonoai recoloca em debate a concentração da terra, a ausência de políticas de reforma agrária, as ambiguidades dos projetos de colonização no centro-oeste e norte do Brasil, assim como as práticas de “intrusão” nas reservas indígenas. (MARCON, 2016, p.66)

Estas ocupações no ano de 1979 impactaram novamente sonhos e lutas por um “pedacinho de terra” na região norte do Rio Grande do Sul. A gleba Macali, ocupada primeiro, no dia 7 de setembro de 1979, “desatou uma série de outras mobilizações por terra na região de Ronda Alta” (CARTER, 2010, p. 206), sobretudo

²⁰⁴ Após a desapropriação da Fazenda Sarandi, no governo Brizola, a área vai passar por inúmeras disputas judiciais posteriores, desapropriações, arrendamentos e vendas ilegais de parcelas, por exemplo, vindo a resultar inclusive, em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Estado. Para melhor entendimento dessa complexidade ver MARCON (2016, pp. 54-56).

²⁰⁵ Para informações mais detalhadas ver FERNANDES (1999, pp 40-44).

a partir da conquista da terra pelas famílias acampadas, meses depois. Posteriormente, a gleba Brilhante, ocupada por cerca de 240 famílias, vai ter sua desapropriação após oito meses de acampamento, assentando cerca de 80 destas famílias.

Ênio Borges relembra que parte das famílias que se dispuseram a retomar as ocupações de terra na região e que ocuparam a gleba Macali, “são o pessoal expulso da área indígena”, mas que haviam ficado “agrupados nas comunidades”. O próprio Ênio, acompanhado de seu pai, ao tomar conhecimento da ocupação, dirigiu-se ao local na esperança de conseguir a tão sonhada terra, mas que, ao chegarem lá, “já tava completa as famílias que iam ficar”. Conforme exposto:

E quando nós viemo ali na Macali [...], já tava completa as famílias então nós ficar ali achamo ruim no outro dia, já fomos. Por isso que no Natalino fomos lá, pois ainda era uns que sobrou dali que começou o acampamento, 3,4 família, 5, veio pra ficar ali, como não tinha mais lugar, tava completa a área, na frente da Natalino que se formou um monstro acampamento que está ali né. Então é isso que eu lembro né.²⁰⁶

A falta de espaço na ocupação não afetou apenas a família do nosso entrevistado e, sim, centenas de outras famílias que, a partir do exemplo empreendido na Macali e na Brilhante, iniciaram uma organização para também conseguirem terra. Mais uma vez o exemplo de quem ocupou e conseguiu terra aparece como um impulsionador de quem ainda se mantinha na condição de sem-terra. Ao afirmar que “por isso que no Natalino fomos lá” - referência ao acampamento na Encruzilhada Natalino, o qual abordaremos adiante - demonstra que a possibilidade de conquista efetiva da terra estava presente no horizonte político dessas famílias.

Dessa forma, estas ocupações/acampamentos, além de representarem uma importante retomada dessas lutas, representaram uma vitória concreta, com a desapropriação dessas áreas. Nesse sentido, a conquista da terra tornou-se algo possível em solo sul-rio-grandense, passando a alimentar o imaginário dessas populações. João Pedro Stedile, ao rememorar estas ocupações que posteriormente deram origem ao MST, aponta que:

²⁰⁶ Entrevista com Ênio Borges e Isaías Vedovatto realizada no dia 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

Foram várias trincheiras. No Rio Grande do Sul, foi a Macali, não pelo espaço geográfico, pelo pedaço de terra conquistado, e sim porque foi uma vitória. Se fosse só pelo espaço geográfico, em nome da verdade histórica, deveríamos dizer que o movimento surgiu da expulsão dos colonos que viviam na reserva indígena dos kaigangs, em Nonoai (RS). A Macali ganhou fama porque teve repercussão e porque foi vitoriosa. (STEDILE E FERNANDES, 2005, p.24)

A luta ganhou repercussão, justamente, porque através dela foi possível a conquista da terra. Portanto, em termos políticos, tratou-se de um evento fundamental para impulsionar as mobilizações posteriores. Frei Sérgio nos contou que “a partir disso começa a ‘vir gente’: ‘Tem terra na Macali’; ‘Tem terra na Brilhante’”, porém, mais uma vez, não havia para todos.²⁰⁷ ROSA (2010), por sua vez, reflete sobre a importância histórica da forma de reivindicação utilizada neste momento. Segundo o autor:

A montagem do acampamento, nos mesmos moldes de Nonoai, evidencia a atenção que tal forma de mobilização já despertava aos que estavam à sua volta, conformando-se como uma linguagem por meio da qual se afirmava o interesse pela terra ao Governo do Estado. (p. 96)

Nessa acepção, a “linguagem” utilizada possuía um processo histórico, uma memória que, embora passada, estava presente e consolidada. Se no início da década anterior esta forma havia obtido êxito, por que agora haveria de ser diferente? Então, as tensões na região, fruto do modelo agrícola imposto pelos governos ditatoriais, a impossibilidade de reprodução das condições de vida tradicionais dos trabalhadores rurais, somados a uma “linguagem”, ou melhor, a uma forma de luta política, são elementos que explicam, em parte, a viabilidade destes acontecimentos.

GEHLEN (1983, p. 153) chama a atenção para o fato de que “a conturbada história da Fazenda Sarandi [...] representa para os camponeses do Rio Grande do Sul um misto de esperança e frustração” e que se tratou de um marco na histórica luta por reforma agrária no estado. Ainda segundo Gehlen, “na região do Alto Uruguai, as histórias e ‘promessas’ da Fazenda Sarandi fervilham dentro das

²⁰⁷ Entrevista com Frei Sérgio Antônio Görgen realizada em 13 de outubro de 2018, no município de Hulha Negra.

bodegas, dos escritórios, dos sindicatos, das Igrejas, das reuniões, enfim, onde o povo se reúne” (idem), como um misto “de realidade e mito”.

Para além de algo presente, real ou imaginário, o fato é que este local, em disputa quase contínua, desde janeiro de 1962, certamente foi construtor de uma memória, retomada agora em outra conjuntura e com outras gerações de pessoas. Aliás, conforme veremos adiante, podemos atribuir como um dos elementos que contribuíram para a continuidade das lutas uma espécie de memória geracional, visto a influência e presença nas lutas dos anos 1970 de aspectos familiares envolvidos na década anterior.

Gehlen aponta que “os cadastros das famílias invasoras de Macali e Brilhante, em 1979, revelam que mais de 70% deles tinham estado na reserva [indígena] depois de 1964” (GEHLEN, 1983, p. 115), embora não tenha dados sobre quais destas famílias estariam presentes nas mobilizações no Capão da Cascavel, em 1962, é bastante provável que um número significativo possuiu, pelo menos, algum tipo de contato ou familiaridade com o acampamento, se não uma participação direta neste acontecimento passado. Em suas pesquisas, ROSA (2010, pp. 25-26) mostrou que ao menos:

no caso da Macali, explica-se a forte conexão com o evento de 1962 pelo fato de cinco de seus lotes serem ocupados por pessoas diretamente envolvidas com o antigo acampamento. Em quatro desses casos, os atuais moradores são filhos de pessoas que dele participaram e/ou que receberam títulos de terra na fazenda.

Assim sendo, os próprios camponeses mobilizados nos anos 1960 serviram não apenas como um exemplo fixado no passado, mas auxiliando os que lutam no presente. De acordo com Seu João Raimundi, “nós ia toda semana lá visitar, mas às vezes a polícia tava esperando aqui no fundo, pra cá. Tinha que deixar o auto ali na estrada se quisesse ir a pé lá”²⁰⁸, da mesma forma, quando questionado sobre a retomada das ocupações e acampamentos na região, Seu Geraldo Breda lembrou que “a grande maioria era a favor”, fazendo a ressalva de que “principalmente aqui nós, porque nós era oriundos desses movimento, né”.²⁰⁹ Estes fatos conjunturais

²⁰⁸ Entrevista com João Raimundi realizada em 09 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

²⁰⁹ Entrevista com Geraldo Breda e Iracema Breda realizada no dia 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

apontados até o momento, contribuem significativamente para o entendimento da retomada de lutas mais expressivas durante esse período.

Para compreender essa retomada, é preciso considerar o apoio e retaguarda de partes de uma instituição secular que foi fundamental para o êxito e perenidade destas mobilizações: a Igreja Católica.

Setores da Igreja Católica, a partir do ano de 1964, debruçaram-se na criação de uma nova filosofia de atuação para o catolicismo segundo a qual deveria se passar de uma atuação contemplativa dos problemas e necessidades sociais para uma análise da realidade temporal, através do estudo acerca dos problemas reais do povo e, nesse sentido, a Igreja Católica necessitaria fazer uma “opção pelos pobres”: nascia a Teologia da Libertação. Essa Teologia, portanto, “surgiu com a prerrogativa de buscar aproximar a Igreja latino-americana às realidades das populações trabalhadoras dos países dessa parte do continente americano”. (CASTELANO, 2015, p.10). E surge, justamente a partir da derrocada do “milagre econômico”, em 1973, onde vários grupos “que haviam apoiado o golpe passaram a criticá-lo, inclusive a Igreja (idem, p. 11).

Segundo Neto (2007) essa doutrina ganha corpo a partir do final da década de 1960:

Entre agosto e setembro de 1968, na cidade de Medellín (Colômbia), foi realizada a Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), convocada pelo Papa Paulo VI. Essa Conferência abriu novas perspectivas para a Igreja comprometida com as mudanças sociais e políticas na América Latina, pois, nos dezesseis documentos, denunciavam-se as injustiças sociais e a dependência econômica, com a colocação clara da necessidade de se lutar contra tais injustiças e diferenças sociais (p. 333)

Como principal decorrência desse Encontro, no Brasil, setores católicos iniciaram a construção de órgãos e comissões dentro da própria Igreja, como forma de pôr em movimento tais premissas. As consequências serão a criação, em 1972, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)²¹⁰ e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, que passaram a ser articuladas e desenvolvidas através das

²¹⁰ “Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural”. (Ver mais em: <https://cimi.org.br/o-cimi/> acesso em 14/05/2020). O CIMI cumpriu papel fundamental na luta indígena na Reserva de Nonoai, em 1978.

Comunidades Eclesiais de Base²¹¹ e que desenvolveram e articularam amplos setores populares a partir de então, lutando contra “injustiças e diferenças sociais”, conforme exposto. Dez anos depois, em 1979, em nova edição da Celam, na cidade de Puebla, no México, essa reorientação em direção aos oprimidos se consolidou, sendo que “desde então, principalmente pela ação das CEBs, as propostas vinculadas à Teologia da Libertação passaram a crescer, principalmente no Brasil, que, no período, vivia a redemocratização e reorganização política da sociedade civil.” (NETO, 2007, p. 334)

No final da década de 1970, a Igreja Católica imprimiu seus passos na região, justamente, através de uma ala que se desenvolveu para tratar de questões vinculadas à questão agrária, influenciada pelas ideias da recém-criada CPT. Por meio da paróquia de Ronda Alta, um pároco se destacou na acolhida a algumas famílias dispersas da região e contribuiu significativamente para consolidar essa nova orientação católica e sua opção pelos pobres, realizando reuniões e estudos bíblicos com essas famílias. Foi o padre Arnildo Fritzen, figura conhecida na história da luta pela terra na região, que segundo apontado por Marcon (2016, pp. 94-95):

[...] iniciou suas atividades na paróquia de Ronda Alta em 1977, após ter sido expulso, em 1976, do Seminário Nossa Senhora de Fátima de Erechim, no qual atuou na formação de futuros padres, por assumir posturas críticas e libertadoras na linha que pregava a doutrina social da Igreja, as orientações pastorais do Concílio Vaticano II e as conclusões da conferência latino-americana dos bispos ocorrida em Medellín, no ano de 1968. Ao assumir a paróquia de Ronda Alta, deu continuidade preferencialmente ao trabalho com pobres e oprimidos, no caso, os sem-terra, conforme orientação da própria conferência de Medellín.

É nesse período em que Padre Arnildo foi expulso de suas atividades em Erechim, deslocando-se para Ronda Alta, que “a regional da CPT no Rio Grande do Sul foi fundada em junho de 1977, por agentes de pastoral vinculados a uma rede progressista no interior da Igreja” (CARTER, 2010, p. 207), fator fundamental para a compreensão da retomada dos acampamentos a partir de 1979. Portanto, além de

²¹¹ “As comunidades eclesiais de base (CEBs) são organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: (a) celebração dominical realizada por leigos ou leigas; (b) ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembléias; e (c) ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade. [...] Em 1968 a II Conferência dos Bispos da América Latina, reunida em Medellín Colômbia, propôs a Comunidade Eclesial de Base (CEB) como seu principal instrumento pastoral, ligando a forma comunitária à opção preferencial pelos pobres.” (Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-eclesiais-de-base-cebs> acesso em 18/05/2020).

questões econômicas e sociais e da presença de uma “linguagem”, de uma memória sobre como realizar suas reivindicações, do apoio e incentivo dos camponeses assentados na década anterior, os trabalhadores rurais mobilizados contaram, também, com um importante aliado - embora ainda em vias de consolidação -, que dispunha, além de uma estrutura material, influência e respeito político, uma linguagem espiritual, proporcionando-lhes refletir sobre a sua própria condição de vida e que, “assim como o povo hebreu, também precisariam escapar da escravidão, romper com as correntes da miséria e marchar rumo à Terra Prometida”. (CARTER, 2010, p. 200)

Salete Campigotto, ao rememorar o posterior surgimento e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado, exprime a importância que o processo histórico, de experiências, lutas e mobilizações cumpriu neste momento:

Bom aí tu imagina, nós já estamos, temos um exemplo anterior aí dos anos (19)60, já temos esse nosso povo que acampou na Macali e na Brilhante e conquistou a terra e nós já estamos organizados na CEBs, estamos começando fazer análise de conjuntura, coisa que não tinha anterior, tu começa a entender o processo que acontece no país, a questão da ditadura, a questão dos militares e tal.²¹²

A afirmação de Salete dá sentido ao teorizado por Thompson (1977) quando este afirma que “classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”.

Se na década anterior os setores progressistas católicos não possuíam voz dentro da Instituição, sendo hegemônicas as ideias conservadoras materializadas na Frente Agrária Gaúcha, conforme vimos, nos finais da década de 1970 esses setores ganharam corpo e se envolveram profundamente nas lutas por terra não somente no Rio Grande do Sul como em diversas regiões do país. Exemplos de outras lutas mais intensas neste momento, embora nem todas tenham contado com apoio de setores da Igreja Católica, surgiram em outros estados: ocupação da Fazenda Burro Branco, em Santa Catarina; da Fazenda Primavera em São Paulo; em Naviraí e Glória de Dourados, no Mato Grosso do Sul; em Cachoeiras do Macacu, no Rio de Janeiro; Pimenteiras no Piauí e em São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte, são alguns destes exemplos que demonstram que tais práticas

²¹² Entrevista com Salete Campigotto e Antoninho Campigotto realizada em 09 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

não se resumiram ao estado mais ao sul do país. Considerar o apoio e estrutura do chamado setor progressista da Igreja Católica, no caso do norte do Rio Grande do Sul, é fundamental para a compreensão da retomada dos acampamentos em solo sul-rio-grandense, embora em 1979 esse apoio fosse inicial e pontual.²¹³

No que diz respeito à importância e atuação da Igreja Católica neste contexto das lutas no campo, é importante assinalar que a Igreja possuiu não somente uma importância no sentido organizativo destas lutas, mas que ela também correspondeu a um importante local de memória, ao passo que, em alguns momentos, representou um espaço de compartilhamento, de elo, entre as diversas experiências de lutas desenvolvidas. Ou melhor, a Igreja foi importante, ademais, por ser um local de acolhida e valorização daquelas memórias e experiências anteriores, como um local em que “as coisas poderiam ser ditas” e, dessa forma, um local de memória.

Voltando ao norte gaúcho, o fato de setores da Igreja estarem presentes na rearticulação das lutas por terra foi uma questão importante e uma novidade, pois ao contrário das lutas empreendidas na região nos anos 1960 - onde as condições materiais e o incentivo político eram garantidos, sobretudo através da administração e do governo estadual, com prefeitos, vereadores e partidos -, neste momento inicial das ocupações de terra, a principal instituição a servir de apoio à luta dos sem-terra vão ser estes setores católicos. Isso não significa que somente a Igreja envolveu-se. Além da figura do padre Arnildo, a organização da retomada dos acampamentos também contou com “quatro jovens profissionais de Porto Alegre”, que “tinham ouvido falar do envolvimento de padre Arnildo com uma nova organização progressista da Igreja que ajudava os lavradores familiares e estavam lá para pedir seu apoio” (CARTER, 2010, p. 200). Fazendo parte de “um grupo informal dedicado ao estudo das questões agrárias”, esses jovens - alguns funcionários públicos, dentre os quais estava João Pedro Stedile e Ivaldo Gehlen -, auxiliaram na criação de uma rede local, que, por sua vez, vai “organizar três assembleias diferentes entre as famílias dos sem-terra” (idem). Isto é, houve uma organização primária e debates prévios anteriores à retomada das ações.

²¹³ Sobre a FAG e sua participação em relação às lutas deste momento, necessita-se ser melhor estudada e pesquisada, pois em algumas reportagens do Jornal Sem Terra, ela aparece como apoiadora das lutas dos trabalhadores rurais. Infelizmente, na presente pesquisa, esse tema não foi possível aprofundar.

Com o desenrolar das mobilizações, os trabalhadores rurais começaram a construir e angariar apoios de “deputados estaduais da oposição, sindicalistas e ativistas de direitos humanos”, tendo, inclusive, montado um acampamento em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, como forma de pressão e visibilidade, no ano de 1980 (CARTER, 2010, p. 206). Com o surgimento do acampamento da Encruzilhada Natalino, no ano seguinte, a organização dos trabalhadores se intensificou e estes diversos atores (Igreja, deputados, sindicatos, estudantes, etc) contribuíram no desenvolvimento desta experiência.

3.3 “Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá”²¹⁴: A experiência organizativa da Encruzilhada Natalino.

Em assembleia realizada em 15 de maio de 1981, de acordo com o Jornal Sem Terra, os camponeses acampados na Encruzilhada Natalino redigiram uma “Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta”, solicitando “seu apoio, do jeito que der, para esta nossa luta”. A circular também trazia importantes elementos sobre a trajetória dos acampados, pois segundo ressaltado, “muitos de nós já se inscreveram três, quatro ou cinco vezes na sede da Fazenda Sarandi para conseguir um pedaço de terra”, demonstrando, desse modo, que as lutas por terra na região e seus personagens há bastante tempo se mobilizavam. “Como não temos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se em conjunto conseguimos uma solução”, visto que, através do pedido de auxílio a políticos, Secretário da Agricultura e sindicatos, “nada conseguimos”.²¹⁵ Diferentemente de outras ocasiões - como as ocupações das glebas Macali e Brilhante - desta vez os camponeses e trabalhadores rurais não estavam a ocupar um latifúndio, reivindicando-o, pois o acampamento estava edificado na beira da estrada, possuindo um caráter de denúncia das precárias condições de vida a que estavam submetidas milhares de famílias no Rio Grande do Sul.

²¹⁴ Jornal Sem Terra: Boletim informativo da campanha de solidariedade aos agricultores sem terra. n. 01, maio de 1981, capa. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985> acesso 18/05/2020.

²¹⁵ Idem.

Alguns meses antes, em dezembro de 1980, camponeses que não tinham conseguido acesso a terra na região do Alto Uruguai,²¹⁶ que não aceitaram se inserir nos projetos de colonização no norte do país ofertados pelo governos estadual e federal e que estavam já há alguns anos sobrevivendo de inúmeras maneiras (na casa de familiares, em galpões, em estábulos e chiqueiros, etc) ou simplesmente “vagando por aí”, iniciaram a montagem de um acampamento que “foi se constituindo ao longo da rodovia ERS-324, que liga Passo Fundo a Ronda Alta, no local conhecido como Encruzilhada Natalino, denominação vinculada ao nome do proprietário de um estabelecimento comercial e lancheria existente no local, Natálio Verardi” (MARCON, 2016, p. 82). Bem próximo às granjas Macali e Brilhante, assim como da própria Fazenda Sarandi, a partir do ano de 1981 o acampamento passou a atrair centenas de famílias e a exigir, por parte das autoridades competentes, o reconhecimento de que o problema agrário se mantinha e a pressionar por alternativas para a solução do imbróglio. Da parte dos acampados, o momento exigiu a criação de estratégias coletivas de enfrentamento e resistência, fortalecendo suas experiências através de novas condições de luta:

Quando do Acampamento Natalino, não havia um movimento de agricultores que o organizasse, a exemplo do Master, na década de 1960. O Acampamento Natalino não tinha como objetivo imediato a ocupação de uma área de terra definida; antes, tinha como perspectiva chamar a atenção das autoridades governamentais e da sociedade para a necessidade de uma solução no próprio estado para o problema decorrente da expulsão de famílias da reserva de Nonoai. (MARCON, 2016, p. 82)

Querendo terra no estado, os acampados desafiavam o discurso oficial estadual de que no Rio Grande do Sul não havia mais terras disponíveis para a reforma agrária, que a única alternativa era a colonização no norte do país ou a ida para as cidades. Durante os quase dois anos de resistência na Encruzilhada Natalino, os camponeses e trabalhadores rurais ali mobilizados construíram inúmeras experiências organizativas próprias, fortalecendo-se politicamente enquanto classe. Através do trabalho da Comissão Pastoral da Terra, responsável por auxiliar na sustentação da luta e da mobilização, os trabalhadores rurais

²¹⁶ Alto Uruguai é a região a qual “está situada entre o Rio Uruguai e o Rio Ijuí, até Marcelino Ramos, na parte Meridional do Estado. Os principais municípios formadores são: Erechim, Tenente Portela, Palmeira das Missões, Sarandi, Santa Rosa, Frederico Westphalen, Getúlio Vargas, Três Passos, Giruá e Três de Maio. Segundo FORTES (1956), sua área é de 26.062 km².” (Ver mais em: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/fisiografia.htm> acesso em 26/07/2020.

iniciaram práticas políticas que foram, posteriormente, incorporadas na organicidade do MST, quando de sua fundação. A exemplo do que ocorreu com o MASTER, nos anos de 1960, em que a experiência do conflito no distrito de Faxinal, em Encruzilhada do Sul, práticas, apoios e valores foram desenvolvidos e depois incorporados ao movimento, a resistência durante o acampamento em Ronda Alta, à sua maneira, gerou também, uma experiência.

Segundo MARCON (2016), devido principalmente ao trabalho da CPT, foram organizadas, na experiência do acampamento, comissões internas (que possuíam diferentes funções, de acordo com as necessidades do coletivo), e que foram coordenadas pelos próprios acampados. Entre exemplos destas comissões constituídas, houve “a de alimentação, a de higiene e saúde, a de água, a de estudos, a de canto, animação e rezas, a de segurança e recepção” (p. 99). Nesse sentido, o ocupar-se, durante o dia a dia do acampamento, desenvolveu entre os camponeses um processo de organização política crucial para que resistissem.

A Encruzilhada Natalino serviu, também, como uma alternativa, ou melhor, como uma possibilidade organizada, de conquista da terra. Seu Ênio Borges, que não havia conseguido terra na Macali, fez uma proposta ao seu pai: “eu acampe para meu pai ter um pedaço de terra, e depois eu vim na Fazenda Annoni buscar um lote pra mim”. Essa fala demonstra, primeiro, que a disposição em acampar na beira da estrada possuiu um horizonte concreto, quer dizer, a vitória era possível. Em segundo lugar, a de que, mesmo com o acesso a terra, a demanda e a necessidade eram maiores, pois não contemplava toda a família, não resolvendo o problema em sua totalidade. Outra questão é a de que, uma vez iniciado o processo (Macali - Natalino), e tendo sido conquistada a terra, outro processo de luta desenvolveu-se, aglutinando outras pessoas. Assim como Nonoai/Sarandi, nos anos 1960 tiveram como “efeito-demonstração” (ROSA, 2010) o acampamento no Capão da Cascavel, responsável por irradiar as mobilizações por todo o estado, as ocupações das glebas Macali e Brilhante, da mesma forma, serviram como exemplo aos trabalhadores rurais na década de 1980.

Outro exemplo, que contribui para nossa análise deste momento, é a criação de um Boletim informativo como forma de os trabalhadores rurais mobilizados noticiarem suas experiências, exigirem seus direitos e denunciarem a inação do Estado e seu papel violento. Este Boletim possuía então como responsáveis por sua edição o “Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a

Comissão Pastoral da Terra - CPT, RS [...]”,²¹⁷ demonstrando algumas das articulações e apoios políticos desenvolvidos pelos acampados.

De acordo com o periódico, por exemplo, os trabalhadores rurais denunciaram, recorrentemente, o discurso do governo estadual acerca da indisponibilidade de terras, sendo que, segundo os acampados “só isso sabem repetir os porta-vozes do governo”.²¹⁸ Em reportagem do dia 28 de maio de 1981, os trabalhadores rurais alertaram que “as terras para assentar os trabalhadores rurais acampados em Ronda Alta existem. Parece que só o Presidente do INCRA não sabe”,²¹⁹ sendo divulgada uma relação de ao menos 18 propriedades que, segundo a publicação, eram passíveis de desapropriação. Essas terras, localizadas em 6 cidades da região do Alto Uruguai somavam, ao todo, 41 mil hectares de terra.²²⁰ A exemplo do MASTER, os próprios trabalhadores rurais cumpriram o papel de “alertar” o Estado para as áreas passíveis de desapropriação, ao contrário do que ocorreu nos anos 1960, quando os trabalhadores puderam contar com um levantamento realizado pela própria administração estadual. Em outras edições, a esses alertas foram incorporados um número maior de propriedades.²²¹

Mais uma questão é o apoio prestado por políticos. Prefeitos “apoiam a luta dos colonos sem-terra” (p. 6), visitaram o acampamento e auxiliaram com algumas doações. Essa questão é importante, pois as pautas políticas passaram a englobar, novamente, a da reforma agrária. Porém é preciso levar em conta que, ao mesmo tempo, os processos eleitorais, com a reabertura política, estavam sendo retomados, o que implicou, provavelmente, em um interesse a mais para partidos e prefeitos.

²¹⁷ Jornal Sem Terra: Boletim informativo da campanha de solidariedade aos agricultores sem terra. n. 01, maio de 1981, p. 2. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985> acesso 18/05/2020.

²¹⁸ Idem, p. 12.

²¹⁹ Jornal Sem Terra: Boletim informativo da campanha de solidariedade aos agricultores sem terra. n. 02, 28 de maio de 1981, p. 3. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985> acesso 18/05/2020.

²²⁰ Idem. As terras estavam localizadas nos municípios de Nonoai (3 propriedades); Campinas do Sul (1 propriedade); Ronda Alta (1 propriedade); Esmeralda (5 propriedades); Chapada (2 propriedades) e Passo Fundo (6 propriedades). Além da localização, a lista divulgada contém o tamanho da área e o nome do titular da propriedade.

²²¹ Por exemplo, na edição de 29 de junho de 1981 existe o levantamento “geral das grandes propriedades da região, localizadas em 8 Municípios e que somam 380 mil hectares, em poder de apenas 210 famílias. Em média mais de 1.500 hectares cada” (Ver mais em: Jornal Sem Terra: Boletim informativo da campanha de solidariedade aos agricultores sem terra. n. 06, 29 de junho de 1981, p. 3. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985> acesso 18/05/2020).

Estudantes também organizaram debates com os agricultores e se solidarizaram com a causa, assim como sindicalistas, párocos, bispos, etc. Dessa forma, o fato acampamento se tornou uma espécie de momento político singular ao passo que nele diversos atores políticos, a partir da defesa da reforma agrária, puderam se desenvolver.

Ainda em relação ao jornal, é retratado, ao final de cada edição, o avanço do apoio político recebido por parte dos agricultores sem-terra, sendo listada uma “campanha de solidariedade”, elencando as visitas e apoios políticos recebidos (seja através da presença física ao acampamento, seja através de cartas e informes de apoio à luta), além de um espaço sobre a “campanha de sustentação econômica”, reservado ao detalhamento das doações entregues ao acampamento e maneiras de como contribuir com a luta dos colonos. Ao analisar estes periódicos, além de termos uma ideia de como se desenvolveram tais episódios, devemos ter em mente que não são uma fonte neutra, de que os seus editores, neste momento CPT e Movimento de Justiça e Direitos Humanos, também possuíam interesses políticos ao descreverem os fatos ocorridos e que, da mesma forma, o faziam de acordo com as suas linhas políticas, sobretudo as de setores da Igreja Católica.

Em relação a esta premissa - a adoção de uma linha política - e caracterizando as ações do MST como inseridas em um “ativismo público” - “isto é, uma abordagem ao conflito que combina a pressão social e negociações com as autoridades do Estado”,²²² Miguel Carter divide a trajetória do movimento em três momentos políticos distintos, sendo que neste período, ao qual nos debruçamos (1975-1984), segundo o autor, “as demandas dos sem-terra eram normalmente expressas por meio de *“pedidos suplicantes”* que visavam a ganhar a simpatia do público geral e incentivar atos de caridade por parte da Igreja e das autoridades do Estado.”²²³ (CARTER, 2010, p. 205) Esta busca por simpatia e ao incentivo a atos

²²² “Normalmente, as mobilizações desse tipo empregam uma série de repertórios modernos de ação coletiva, como demonstrações, marchas, petições, reuniões de discussão, greves de fome, acampamentos de protesto e campanhas eleitorais, além de atos de desobediência civil, como piquetes, bloqueios de estradas e ocupações organizadas de terra e de prédios públicos.” (CARTER, 2010, p. 203)

²²³ “Durante a segunda fase (1985-1994), o MST começou a manifestar suas reivindicações por meio de transgressões desafiadoras da ordem estabelecida e outras manifestações de *“luta agressiva”*. Novas táticas, de caráter mais incisivo, foram forjadas para superar os obstáculos à distribuição de terra, num processo que estimulou e afinou a identidade de classe do Movimento. Durante o terceiro período (1995-2006), o movimento sem-terra revelou elementos de uma forma de interação mais amadurecida e estável com órgãos públicos e forças relevantes da sociedade civil, definido aqui como uma padrão de *“engajamento crítico”*. Essa dinâmica facilitou a adoção de uma agenda mais

de caridade, ficam nítidos nas reportagens feitas pelo periódico, sendo um exemplo claro a coluna intitulada “história de um povo oprimido” que abarca quase todas as edições até o encerramento do acampamento, e que descreve a mobilização sempre em termos como “sofrimento”, “fé e esperança”, “busca da terra prometida”, etc.²²⁴ De acordo com CARTER (2010, p. 208):

[...] nos seus primeiros e mais fracos anos, as reivindicações do movimento sem-terra eram feitas principalmente através de “*pedidos suplicantes*”, numa atitude de deferência em relação às autoridades do Estado e seus benfeitores religiosos. Naquela época, o Movimento se apresentava como um grupo de camponeses pobres e sofridos, no intuito de gerar uma ampla simpatia na opinião pública e suscitar uma resposta caritativa à sua demanda por terra. (p. 208)

Profundamente influenciados pela Igreja Católica, os trabalhadores rurais expressavam, através de símbolos, a sua religiosidade. Durante a experiência da Encruzilhada Natalino, o principal símbolo de unidade, esperança e martírio, estava na Cruz que simbolizava as famílias. Conforme depoimento da Irmã Maria Izabel, “No centro do acampamento está a grande cruz - símbolo da luta e dos sofrimentos do povo. Cruz que é sofrimento e ressurreição”.²²⁵ Na conversa realizada com Salete Campigotto, que participou do acampamento, ela rememorou, a respeito desta religiosidade, que:

*nós tínhamos um símbolo muito forte naquela época que era o símbolo religioso que era uma cruz, e essa cruz era toda cheia de símbolos. Porque ela tinha os panos que eram a questão das crianças que morreram, a simbologia, ela tinha as escoras, aquelas escoras significava as ajudas das comunidades, das entidades, dos estudantes, das universidades, todo mundo! Então assim era tão forte a fé do nosso povo!*²²⁶

ampla por parte do MST em prol da mudança social e contribuiu com a sua maior sofisticação.” (CARTER, 2010, pp. 205-206).

²²⁴ As edições que possuem a coluna “História de um Povo Oprimido” são: Edições: n. 1, Maio de 1981; n. 2, 28 de Maio de 1981; n. 3, 04 de junho de 1981; n. 4, 11 de junho de 1981; n. 5, 19 de junho de 1981; n. 6, 29 de junho de 1981; n. 7, 03 de julho de 1981; n. 8, 13 de julho de 1981; n. 9, 22 de julho de 1981; n. 10, 07 de agosto de 1981; n. 11, 18 de setembro de 1981; n. 12, 05 de outubro de 1981; n. 13, 19 de outubro de 1981; n. 15, 19 de novembro de 1981; n. 16, 07 de dezembro de 1981; 09 de janeiro de 1982 e n. 18, 09 de fevereiro de 1982. Disponível em: <http://mstempdados.org/biblioteca/jornal> acesso 25/07/2020.

²²⁵ Jornal SEM TERRA, n. 3, 04 de junho de 1981, p. 3. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&pagfis=3111> acesso em 20/07/2020.

²²⁶ Entrevistas com Salete Campigotto e Antonio Campigotto, realizada em 09 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

Esta cruz, por certo, não implicou apenas um símbolo religioso, mas, sobretudo, um símbolo político, no sentido de que, ao utilizá-la, os camponeses afastavam de si qualquer tentativa em enquadrar a luta como de caráter subversivo, atrelada, por exemplo, a aspirações comunistas. Além disso, esses símbolos serviram a um ritual próprio exercido durante o acampamento, ritual este que fortaleceu atividades coletivas, como forma de manter a união entre seus participantes, através da espiritualidade. Ainda de acordo com o relato da Irmã Maria Izabel, sempre que possível, “à tardinha, todos se reúnem diante da cruz para a reza do terço, também o violeiro e o gaiteiro lá estão para animar o canto”. E que esta prática era “o sinal de uma nova sociedade, mais justa e fraterna e é isto que está amedrontando os grandes”.²²⁷ Esta influência exercida por setores religiosos nem sempre contou com ampla aceitação dos camponeses mobilizados, conforme veremos adiante, quando iremos tratar a respeito das memórias sobre esses acontecimentos.

O acampamento na Encruzilhada Natalino desenvolveu-se até abril de 1982, quando a Igreja comprou uma área de terra chamada de Nova Ronda Alta, transferindo o acampamento para este local. Embora não tenha tido a mesma visibilidade, a manutenção de um acampamento “permanente” permitiu que os trabalhadores rurais se mantivessem mobilizados.

Outro fator importante é que se deu início a um processo organizativo mais amplo na região, abrangendo outros camponeses em outras cidades, tendo mais uma vez as paróquias como centro organizativo, conforme expresso no Jornal Sem Terra. Esse processo destacou-se em dois momentos muito pouco estudados e analisados pelas pesquisas em relação ao tema: a I Assembleia Municipal dos Trabalhadores Sem Terra, que, segundo reportagem da época, foi organizada pela Comissão Municipal Sem Terra, Igreja Católica e Sindicato dos Trabalhadores Rurais em outubro de 1983 e que teria reunido em torno de 2.300 pessoas que “acotovelavam-se no amplo salão do Seminário São Pascoal, em Três Passos. RS”.²²⁸

Ainda, conforme reportagem, como fruto de “longo e paciente trabalho de organização dos sem-terra iniciado na região”, a Assembleia parece ter servido para

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Jornal Sem Terra, n. 33, p. 03, novembro de 1983. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&pagfis=2947> acesso 05/06/2020.

aprimorar as discussões do problema da terra na região além de afirmar as exigências dos trabalhadores rurais, cobrando as promessas em relação à reforma agrária feitas pelo governo do estado, quando afirmado por estes trabalhadores: “Queremos terra aqui”, no Rio Grande do Sul.

O jornal afirma que, contando com a presença de “oito sindicatos e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura”, com um representante das “160 famílias de Nova Ronda Alta”, Antonio Campigotto, um de nossos entrevistados, e com um membro do “Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO)”, Jandir Basso, desvelando, dessa forma, o avanço do debate acerca da retomada das lutas na região, e, principalmente, a montagem de estratégias políticas comuns entre os camponeses.

Ao final da Assembleia, foi noticiado o fato de que “foi aprovado um documento entregue às autoridades estaduais e políticos”, que condenava os projetos de colonização e a cobrança de um “Fundo de Terras” como forma de organizar os reassentamentos no estado. Este documento levado em mãos “um grupo de 40 agricultores” reforçava a “disposição para a luta” dos trabalhadores rurais, conforme expresso no Jornal Sem Terra.²²⁹

Outra reportagem demonstra que, em fins do ano de 1983, entre os dias “17 e 18 de dezembro, em Frederico Westphalen”, foi realizado o Encontro Estadual dos Sem Terra, sendo “representados mais de 10 municípios das regiões Alto Uruguai e litoral do RS, onde cresce a organização e o movimento dos trabalhadores sem terra.” Segundo a fonte consultada, este Encontro contou com cerca de 100 participantes, e “teve o apoio da CPT, da Igreja Luterana e dos sindicatos da região”, sendo discutida uma proposta dos trabalhadores para o “Fundo de Terras” e sobre o reassentamento no estado, debate realizado meses antes no município de Três Passos. Além disso, houve a explicitação de uma divergência entre o “movimento dos sem terra” e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) que são acusados de querer dirigir os sem-terra, “oportunisticamente”.²³⁰

Se analisarmos estes dois eventos em perspectiva com os realizados na década de 1960 (Encontros e Congresso do MASTER), notamos que a sua ideia permaneceu basicamente a mesma, no sentido de realizar esses momentos para a

²²⁹ Idem.

²³⁰ Jornal Sem Terra, n. 34, fevereiro de 1984, p. 3. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&pagfis=2961> acesso em 25/07/2020.

tomada de decisões e discussões sobre a luta dos trabalhadores. Se nos anos de 1960 o PTB e o governo do estadual, principalmente, foram os responsáveis por garantir tais momentos; nos anos 1980, eles foram fruto da articulação com a Igreja Católica, principalmente através da CPT, conforme vimos. Mas o que chama atenção nesse caso é a preocupação dos trabalhadores rurais sem-terra, ou do “movimento dos sem terra”, assim chamado, em não ser dirigido por outras entidades já existentes. Embora o MST ainda não existisse formalmente, aqui transparece uma característica política que vai ser incorporada pelo movimento, posteriormente: a sua autonomia política. No caso do Encontro Estadual em Frederico Westphalen, os sem-terra deixaram isso bastante claro, quando de suas críticas à tentativa da FETAG em coordenar o movimento, conforme expressado e noticiado:

O que a FETAG esquece é que o Movimento dos Sem Terra existe e possui vida própria. Foi organizado na luta pela terra e não necessita ser absorvido pela FETAG ou pelos sindicatos [...] sua participação na luta dos sem terra é fundamental, desde que o objetivo seja o de resolver o problema e não assumir a direção do movimento e excluir entidades que estão engajadas há muito tempo.

Por óbvio, houve tensões políticas de diversos matizes, quando do avanço da luta dos agricultores sem-terra. Devemos recordar que o Jornal, além de ser uma “voz” desses trabalhadores, era editado, ademais, por setores da Igreja, que possuíam também seus interesses políticos. Outra questão é a de que essas apreensões relacionadas à representatividade do “movimento dos sem terra”, implicavam em disputas acerca de quais deveriam ser as “verdadeiras” respostas às lutas pela reforma agrária, frutos da conjuntura política nacional, nas quais, conforme vimos, diversos novos movimentos e atores políticos vinculados ao campo surgiram. De acordo com MEDEIROS (1993, p. 13), as “diferentes propostas de reforma agrária emergiram com a visibilidade que as lutas por terra adquiriram nos anos 80”, e essas lutas foram disputadas politicamente, como qualquer processo, mesmo que distintos. Ainda segundo a autora:

Essa diferenciação [de propostas sobre a RA] constituiu o terreno em que se verificou uma intensa disputa em torno de qual seria a proposta mais representativa dos “verdadeiros” interesses dos trabalhadores do campo. Nela estava em jogo, além da disputa pela representação desse segmento, também um repensar da herança dos anos 60. (MEDEIROS, 1993, p. 13)

A afirmação trazida pelo Jornal Sem Terra, de que o “Movimento dos Sem Terra existe e tem vida própria” e que isto teria sido forjado “na luta”, parece buscar, justamente, esta legitimidade em relação a sua proposta por reforma agrária, ao ponto de que, se à FETAG fosse interessante o apoio, este deveria ficar restrito ao auxílio em “resolver o problema”, sem, contudo, dirigi-lo. O fato mais importante, entretanto, é que esses espaços coletivos de encontro e discussões, por parte dos trabalhadores, foram fundamentais para o avanço das lutas por terra não só no Rio Grande do Sul como em todo o país. Da mesma forma, nesses locais, além de discussões políticas, houve um ambiente impulsionador de um sujeito coletivo, um “nós”, que mais tarde foi incorporado na criação de um novo movimento social de luta pela reforma agrária.

Ademais, essa referência a uma autonomia do movimento (“tem vida própria”) é uma das características deste momento, que foi incorporada pelo MST quando da sua fundação e desenvolvimento, passando a defender “uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores” e que deveria possuir como “motor da luta [...] as lutas por terra” e somente seria alcançada através de um caráter “massivo, permanente e classista”, precisando, dessa forma, ultrapassar o “caráter corporativista” a que estava, até então, submetida (MEDEIROS, 1993, p. 16).

Mas como quem participou desses episódios aqui relatados entende o processo no qual esteve inserido? O que rememoram essas pessoas em relação à luta pela terra e seus desdobramentos? Quais os seus significados?

Essas lutas e mobilizações serão tratadas a partir das memórias de seus participantes, no subcapítulo seguinte.

3.4 “[...] eu não consigo me ver como indivíduo morando num canto separado, sozinho, como um camponês normal”²³¹ – Trajetórias de vida forjadas nas lutas pela terra

As lutas por terra desenvolvidas por milhares de camponeses durante as décadas de 1960 a 1980 representaram inúmeros significados, experiências e aprendizagens e foram também produtoras de uma memória intensamente presente

²³¹ Entrevista com Ênio Borges e Isaías Vedovatto realizada em 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

na vida dessas pessoas. Para quem participou e se envolveu nos conflitos, mobilizações e acampamentos, suas recordações acerca desses momentos dão vazão à própria existência, imprimindo sentido a suas trajetórias de vida e, em muitos casos, um autorreconhecimento de um “eu” anterior e de um “eu” posterior, como se isso fosse possível. “Eus” diferentes e que, apesar das dificuldades, privações e sofrimentos enfrentados, fizeram-nos, na sua visão, pessoas melhores durante o processo que se desenvolveu. A frase que dá título a este subcapítulo é um dos exemplos. Seu Isaías não acredita que sua vida poderia ter sido diferente, ao ponto de que, se tivesse sido, não conseguiria ser um “camponês normal”. Tudo o que veio junto com a conquista da terra: a criação de um movimento social, o desenvolver da luta coletiva, a identidade de ser sem-terra, a criação de uma cooperativa no assentamento, por exemplo, na memória de Seu Isaías somente foi possível a partir dessa passagem. Na sua entrevista, sem as lutas dos anos de 1960, fato no qual foi possível que seu pai conquistasse um pedaço de terra, a retomada desses movimentos nos anos 1970 e 1980 - que embora ele afirme que, à época, “para mim era irrelevante, era algo que estava acontecendo” -, mas que, a partir do ano de 1982, ganha corpo na sua atuação nos núcleos da Igreja, fazem parte de uma história contínua, algo como predestinado a acontecer.

PORTELLI (1997) quando refletiu sobre “o que faz a história oral diferente” constatou que a possibilidade de utilização dessas fontes é capaz de produzir significados não encontrados em nenhuma outra, e que, além disso, “as fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acredita estar fazendo e o que agora pensa que fez” (p. 31), existe uma “subjatividade” do narrador, que se expressa “em buscar um sentido no passado e dar formas às suas vidas”, fato que parece ocorrer nas palavras de Seu Isaías, relatadas acima.

Mas por quais motivos estes sentimentos, esta razão se sobressai?

Justamente com a escolha do uso da História Oral na presente pesquisa pudemos adentrar inúmeras lembranças, formas de contar a sua própria história, as suas “subjatividades”. Ademais, através dessa escolha, nos foi possível apreender sobre um dos fatores que, a nosso ver, parecem se sobressair entre todos os demais: a luta, cimentada na necessidade pela terra, tornou-se algo presente no dia a dia familiar, adentrou o seu cotidiano, com suas experiências sendo passadas como uma espécie de herança genética, geracional, transparecendo como a única possibilidade de mudar a condição de vida para

milhares de pessoas. Assim, desde os anos 1960, a experiência dos acampamentos enquanto forma de luta por terra, a sua efetividade em algumas das vitórias que se seguiram, tornaram-se o dínamo para que essas mesmas possibilidades, essas mesmas memórias fossem acessadas por quem as vivenciou de outras maneiras, em outro período histórico, mas que, a partir disso, construíram a suas próprias, a sua própria trajetória de vida, que se tornaram possíveis enquanto a necessidade de se lutar por terra estava presente.

3.4.1 A memória familiar como exemplo, a luta enquanto processo

Se retornarmos nossa análise para os camponeses que vivenciaram as lutas nos anos 1960, esses fatos saltam aos olhos. Seu Breda, após a conquista da terra, em 1964, atuou e se envolveu nas lutas sindicais durante o período ditatorial, disputando a direção do sindicato contra os “pelegos” do sindicalismo trabalhista rural, conforme dito por ele. A partir da conquista do sindicato, Seu Breda, a respeito das lutas que explodem no final da década de 1970, apontou que:

Mas olha, dentro da medida do possível, a gente sempre apoiou, sempre apoiou o movimento. Porque praticamente começou dentro do sindicato, e a gente já era liderança, então a gente, a gente...acompanhava, participava, a gente fazia reuniões em todas as comunidades, pra incentivar, pra incentivar o pessoal né, se mobilizar pra isso daí.²³²

A alusão de Seu Breda de que “praticamente começou dentro do sindicato”, demonstra um fato importante do período, o de que diversos atores políticos, embora contando com aspectos diversos em relação às formas de se lutar por reforma agrária, uniram-se em prol da unidade acerca da necessidade da sua realização. Já o seu envolvimento na luta por terra, mesmo após a conquista, que poderia supor a desistência já que o objetivo fora atingido, é demonstrativo da luta enquanto um processo ao invés de calmaria, e também impregnou o seu núcleo familiar, pois um de seus filhos escolheu o caminho de, através da inserção em mobilizações e reivindicações coletivas, conquistar o seu pedaço de chão. Dona

²³² Entrevista com Geraldo Breda e Iracema Breda realizada em 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

Iracema Breda, a respeito do engajamento do filho nas lutas nos anos 1980, assim rememorou:

*E naquela época o recurso era esse...ninguém podia dar terra pros filhos, então a gente apoiava tudo! Fazia questão né, que nem a gente também...quando ele adotou essa vocação **ia fazer o que**. Nós não precisamos acampar mas ganhamos graças a Deus né, mas ele teve que lutar muito pra poder ganhar...*²³³

A expressão “ia fazer o quê” demonstra a falta de alternativas - que não a da luta - para a conquista da terra e a melhora da condição de vida, ou, em outras palavras, a única alternativa foi esta, demonstrando, assim, que o incentivo familiar e o exemplo precedente atuaram como incentivadores na tomada de decisões.

Se nos anos 1950/60 a família de Dona Iracema não “podia dar terra pros filhos”, da mesma forma para ela, Dona Iracema, nos anos 1980, para que um de seus filhos conseguisse a sua terra, “o recurso era esse”, dar o apoio a luta e ao engajamento. Outro termo utilizado por Dona Iracema, “vocação”, também é sintomático, pois implica um apelo ao sacerdócio, ao sagrado, querendo demonstrar a justeza inserida nesse engajamento. O filho de Dona Iracema e Seu Breda participou da ocupação da Fazenda Annoni em 1985 e, posteriormente, tornou-se uma importante liderança do MST no estado, envolvendo-se, também, no episódio conhecido como “Massacre da Fazenda Santa Elmira”,²³⁴ em 1989 no município de Salto do Jacuí. Hoje, encontra-se assentado no município de Charqueadas, tendo, enfim, conseguido realizar a sua “vocação”. Outros exemplos similares abundam.

Seu Ênio, por exemplo, aquele que primeiramente foi acampar para conseguir a terra para seu pai, e que depois acampou para conseguir a sua própria terra, recordou-se das memórias de seu pai sobre o acampamento no Capão da Cascavel, que embora seja uma memória confusa, estava presente nas conversas da família:

mas esta história de Cascavel, ele conta como se fosse hoje, foi mais entre os parente, os cunhado dele [...] era um grupo de pessoas que

²³³ Idem (grifo nosso).

²³⁴ Sobre este episódio, ver mais em: GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **O Massacre da Fazenda Santa Elmira**. Editora Vozes, 2ª edição, 1989.

*vieram ali né. Mas eles ficaram naquele tempo acho que uma semana ali, e acabaram desistindo que era aquela promessa, vocês voltam pra casa que quando sair a terra nós avisamo, e aquele tempo avisar, era ter que ir lá né. Não existia outra meio. E eles acabaram esperando e eu acho que não conseguiram daí essa terra.*²³⁵

As “história da Cascavel”, portanto, fez parte da constituição da trajetória de Seu Ênio, muito embora não tenha muita certeza a respeito de qual familiar tenha participado de tal evento. O certo é que este momento ficou presente na memória da família, pois seu pai “conta como se fosse hoje”, esta experiência, de tão significativa para seus participantes, acabou por transmutar-se em uma lembrança, em uma estória, presente então nas trajetórias de vida familiares. Provavelmente, quando do retorno dos acampamentos na região, a família de Seu Ênio, ao avaliar as possibilidades, recorreu a esta memória como uma maneira de encorajar as decisões no presente.

Aliás, sobre a sua própria vontade e motivações em acampar, Seu Ênio relatou que, naquela “época nós ia pela uma necessidade que tinha que buscar um pedaço de terra, ter uma vida melhor, ter lugar de morar, era assim”.²³⁶ Estas palavras externam algo natural, beirando quase a banalidade, como se juntar o pouco que se possuía, reunir a família, embarcar em um caminhão e ocupar um latifúndio, em plena ditadura, parecesse algo corriqueiro de se realizar. Sabemos, ou pelo menos imaginamos, que talvez não fora este o caso. É provável que a naturalidade ao encarar tal aventura tenha sido suavizada justamente pela existência de uma memória familiar em relação a esse tipo de mobilização, além da possibilidade da conquista da terra.

Outra entrevista, com Salete Campigotto, quando recordou da sua infância e das mobilizações passadas, nos revelou outro tipo de crença presente nas memórias familiares e incrustada nas histórias de luta: o acampamento. Quando se desenvolveu o movimento da “época do Brizola”, Salete rememorou que embora com a insistência de seu pai, que já possuía sua terrinha em Bela Vista, para que uma tia, irmã da mãe, fosse acampar para conseguir um pedaço de terra, teve o convite prontamente negado, mesmo com a oferta de troca pela própria terra:

²³⁵ Entrevista com Ênio Borges e Isaías Vedovatto realizada em 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

²³⁶ Idem.

eu lembro muito que nós tinha uma irmã da minha mãe que morava ali perto e o pai incentivava pra que eles viesse também acampa aqui e daí o meu tio e a minha tia tinham muito medo não queriam, aí o pai quis negociar com eles: - “eu te dou a minha terra aqui e eu vou eu lá!”. Ai a tia respondeu, eu nunca me esqueço que ela respondeu: -“eu não quero a tua espelunca”, e o pai muito bravo porque queria que eles também tivessem seu pedacinho de terra. Aí eu acho que vem uma veia forte da gente. Então nós desde dessa época antes dos meus 10 anos eu já sabia alguma coisa que acontecia aqui no município de um pessoal que foi acampar e conseguiu a terra.²³⁷

O acampamento referido por Salete é o realizado pelos camponeses, na Fazenda Sarandi, em 1962. Essa passagem desvela que desde muito cedo ela “já sabia alguma coisa” em relação à luta pela terra e, principalmente, a respeito dos acampamentos na região. Quando evoca a memória de seu próprio pai, onde a crença em acampar significou um forma concreta de acessar a terra, a passagem acima demonstra que esta possibilidade, conforme aqui estamos discutindo, foi algo falado e, mais ainda, debatido e organizado entre as famílias que se envolveram nisso, de alguma forma.

Esta mesma crença foi “acessada” anos depois, quando da retomada das mobilizações e, essas também, por sua vez, envolveram o núcleo familiar. Seu Antoninho, por exemplo, durante nossa conversa afirmou que, durante o acampamento na Encruzilhada Natalino, ele mesmo, possuía “dois irmão que ganharam terra na Annoni e estavam acampados no Natalino”. Quer dizer, os acontecimentos significativos, as experiências, quando tomam formas concretas, são capazes de gerar inúmeros significados e diversas memórias. Estes, por sua vez, passam a integrar e a desenvolver um tipo de consciência, que podem passar a ser “socializadas”, gerando hábitos e práticas comuns onde estes acontecimentos se desenvolveram. Nas palavras de THOMPSON (1997):

Uma vez que uma consciência de classe madura tenha se desenvolvido, os jovens podem ser “socializados” em um sentido classista, e as instituições de classe prolongam as condições para sua formação. Podem-se gerar tradições ou costumes de antagonismo de classes que não correspondam mais a um antagonismo de interesses.

Nesse sentido, é bastante crível que as experiências levadas a cabo por milhares de camponeses na década de 1960 possam ter, ao menos, reforçado, se

²³⁷ Entrevista com Salete Campigotto e Antoninho Campigotto realizada em 09 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

não imprimido, hábitos, crenças e costumes a respeito da luta por terra na região, que, conforme afirmado por Thompson, plasmou-se em uma “consciência de classe”, que por sua vez, foi “socializada” com os jovens.

Mas como estas crenças, esta herança da memória, a partir da necessidade da terra, deram origem a um novo movimento de luta por terra, amplamente enraizado nos mais diversos lugares e, atualmente, em todos os estados do Brasil? De que forma, em qual momento, trabalhadores rurais estabeleceram a necessidade em criar uma ferramenta política e organizativa?

Nas entrevistas realizadas, isso pareceu ocorrer de acordo com o desenrolar dos acontecimentos. De acordo com Seu Ênio Borges, “o movimento vem depois, constituindo-se uma organização baseada nessas experiências, que foram dando certo, que foram, né, foram conquistando o chão.”²³⁸ Duas considerações são importantes, a primeira diz respeito à consciência. O fato de a necessidade da terra fazer com que centenas de famílias se dispusessem a se mobilizar e a enfrentar condições históricas adversas, demonstra que houve um aprendizado que as encorajava, uma tradição, uma memória, ou, em outras palavras, a consciência “não pode ser nem “verdadeira” nem “falsa”. É simplesmente o que é”, conforme colocado por THOMPSON (1977). A outra é a afirmação da criação de um movimento, de uma organização, que “vem depois”, isto significa que, é a partir do aprendizado, da experiência realizada, da luta concreta, que se criam as condições para o desenvolvimento organizativo dos trabalhadores rurais, como “último estágio de um processo real” (idem), que classe e consciência de classe se desenvolveram.

Contudo, a afirmação “o movimento vem depois” também parece implicar em um momento no qual todo o esforço empreendido culminou em algo que ainda hoje se mantém, ou melhor, de que, na acepção de Seu Ênio, a organização do MST somente foi possível a partir das ações empreendidas por ele e milhares de outros trabalhadores rurais sem-terra durante o período aqui exposto. Porém, afirmar que o movimento não existiu durante as mobilizações de finais dos 70 início dos 80, pelo menos para o entrevistado, talvez diga respeito ao fato de que para além da sua inexistência formal, os camponeses, naquele momento, estavam bastante atrelados a pressupostos religiosos, místicos, conforme vimos. Muito

²³⁸ Entrevista com Ênio Borges e Isaías Vedovatto realizada em 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

embora essa visão não nos tenha sido explicitamente colocada, essa pode ser uma das possibilidades, pois houve uma mediação política que era realizada por setores religiosos.

Esta noção de que o movimento amadureceu depois, se configurou após esses acontecimentos, como fruto de tais ações, também se desvelou na fala da entrevistada Salete, quando nos contou a respeito do acampamento na Encruzilhada Natalino e seus organizadores:

*o acampamento foi se tornando muito conhecido porque foi se organizando pela CEBs pela CPT, naquela época o movimento ainda não tinha sua autonomia, pelos estudantes e pelas universidades que já estavam se abrindo um pouco mais o processo, amenizando um pouco mais essa questão da ditadura o pessoal todo se organizando.*²³⁹

O fato relatado de que “naquela época o movimento ainda não tinha sua autonomia” corrobora, justamente, o que estamos ora discutindo: que o retomar das lutas e acampamentos, em um primeiro momento, estava impregnado de mediações e interceções por outros atores políticos, que justamente foram fundamentais para que essas ações se desenvolvessem, mas que, ainda, não contavam com o protagonismo e direção dos camponeses em todo o processo. Em outras palavras, não havia uma autonomia na tomada de decisões por parte dos trabalhadores rurais.

Para Seu Antoninho, a conjuntura política do período auxiliou bastante no engajamento das pessoas, afirmando, inclusive, que houve uma certa facilidade para essa participação, e que isto, na sua visão, foi fruto de um momento no qual abriam-se possibilidades para os diversos atores políticos no país, inclusive para os camponeses. De acordo com Seu Antoninho, naquele momento “dava um grito aparecia duas mil pessoas, o povo estava organizado. Era fácil, o povo estava mobilizado com a Igreja fazendo esse trabalho, mas que não foi fácil, não foi. Mas eu acho que valeu a pena.”²⁴⁰ Ao mesmo tempo, existe o reconhecimento do papel mobilizador imprimido pela Igreja. A presença da Igreja, na memória de alguns dos participantes, ao mesmo tempo em que é solidificada como fundamental no apoio organizativo, na mobilização das pessoas e na própria espiritualidade, também

²³⁹ Entrevista com Salete Campigotto e Antoninho Campigotto realizada em 09 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

²⁴⁰ Idem.

aparece como falta de autonomia desses trabalhadores, fato atingido somente anos depois.

Para Seu Isaías, a criação do movimento existiu a partir de “uma germinação que é diferente de hoje, naquela época muita coisa nova sendo criada, era um negócio com muita vida, muita convicção de ser aquilo [...] Era uma coisa que o povo estava querendo, diferente de um negócio forçado. Todos queriam!”,²⁴¹ demonstrando que a pauta da reforma agrária era bastante mobilizadora. A afirmação de que “muita coisa nova sendo criada” precisa ser pensada, mais uma vez, nos marcos do momento político atravessado pelo país nos anos de 1980. Este momento foi responsável pela criação de diversas ferramentas de luta política, por parte dos trabalhadores, mas também criou e desenvolveu questões vinculadas à dimensão cultural, e implicou em uma diversidade de demandas através da “emergência destes novos sujeitos sociais”. Conforme MEDEIROS (1993, pp. 51-51):

a emergência de novos sujeitos sociais, afirmando-se com suas demandas no cenário político, indicam que não é possível mais falar em modelo único e que qualquer que seja o encaminhamento da questão agrária ele deverá pautar-se pelo reconhecimento da diversidade que não se reduz à diferenciação das formas de produção, mas diz respeito fundamentalmente às experiências acumuladas, em especial à dimensão cultural.

Se nas lutas dos anos 1960 o processo foi interrompido com o golpe civil-militar, desarticulando e reprimindo experiências que poderiam vir a se tornar mais longevas, nestes anos de retomada dos acampamentos ocorreu o processo inverso: a sociedade estava em um momento em que as possibilidades políticas de criação de instrumentos (partidos, sindicatos, movimentos) enfrentavam uma conjuntura favorável ao seu desenvolvimento. A criação de um novo movimento de luta pela reforma agrária, portanto, em certa medida, foi uma expressão deste novo tempo histórico, deste momento político que se impunha com a paulatina volta à democracia. Esta é uma questão primária. A outra é a de que o MST assumiu características políticas e organizativas que se valeram, também, das experiências de lutas precedentes, principalmente em relação às memórias destas lutas, que, conforme visto, se plasmaram no incentivo na retomada dos acampamentos na região norte do estado.

²⁴¹ Entrevista com Ênio Borges e Isaías Vedovatto realizada em 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

Ademais, a possibilidade de criação deste movimento imprimiu, em seus participantes, novas características e “dimensões culturais” na medida em que seu processo criativo e organizativo se desenvolveu. Por sua vez, o envolvimento dos camponeses em torno de uma organização, auxiliou-os na compreensão de si mesmos e do mundo a sua volta, algo destacado nas palavras de Seus Isaías:

*esse envolvimento foi se envolvendo ao natural, e te dando esta dimensão de compreender mais as coisas, né. Por isso, essa possibilidade que o movimento criou de viajar para outros estados, de ir, isso que foi criando o entendimento do que que é, e transformando um ser, por que eu não tenho dúvida quem era o Isaías antes da Annoni e depois da Annoni, era um jeca tatu, na beira do rio, lá perto da barragem, é, e tu foi participando, se envolvendo, e quando entrou foi muito mais por um problema econômico. Então essa, esse teu envolvimento é que foi, tu não foi premeditando ó, você quer no futuro uma organização ou vai ser assim, tu não tinha muito tempo para essas coisas, tu vivia. Então se tu olhar hoje, olhando para trás eu acho que nós fomos uma geração que, que num tempo histórico, ela tinha as condições de criar um monte de coisas que nós criamos, que aí foi não só o MST, foi as outras organizações, a juventude, então nós vivemos num tempo, um período que havia uma certa condição, que era essa vontade do povo, esse querer, esse se envolver, isso te permitia tu de fato avançar.*²⁴²

A passagem acima revela que durante as lutas e mobilizações, segundo Seu Isaías, “tu vivia”, ao mesmo tempo em que essas experiências, agora rememoradas, contribuíram na construção de algo maior do que as próprias pessoas, como uma “vontade do povo”, que, em nossa análise, pode ser descrita como a formação de uma classe.

As memórias de nossos entrevistados apontam os caminhos percorridos no desenrolar das lutas pela terra, estabelecendo conexões com episódios de lutas anteriores, experimentadas por suas famílias ou compartilhadas em suas comunidades. Tais memórias permitem compreender como essas mobilizações emergiram em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, quais foram alguns de seus desdobramentos e como esse processo atravessou as histórias de vida de nossos depoentes. Nesse sentido, elas são fundamentais para a compreensão do surgimento de um movimento social erigido, posteriormente, por milhares de trabalhadores sem-terra, além de contribuírem no combate à invisibilidade das experiências de resistência camponesa, de suas lutas e de seus sujeitos.

²⁴² Idem.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou analisar como as lutas pela terra no estado do Rio Grande do Sul, entre os anos 1960 e 1980, foram desenvolvidas. O trabalho procurou evidenciar a complexa disputa de atores políticos entrelaçados em tais momentos históricos que disputaram entre si a pauta política da reforma agrária. Pondo ênfase nas mobilizações dos trabalhadores rurais sem-terra e seus respectivos movimentos, MASTER e MST, o objetivo foi o de demonstrar como estes sujeitos buscaram, através de inúmeras mobilizações e reivindicações, seu espaço no cenário político brasileiro e de que formas suas trajetórias e experiências aproximam-se e diferenciam-se. Para refletir sobre estas questões, utilizou-se, além de jornais produzidos naqueles momentos históricos, a metodologia da História Oral para adentrar nas lembranças e memórias de quem vivenciou e teve contato com as mobilizações desses períodos, apontando como fator relevante a utilização da memória enquanto fonte e objeto da pesquisa histórica.

Durante o primeiro capítulo o enfoque centrou-se na análise da década de 1960, tratando sobre sua realidade histórica e a presença da reforma agrária no cenário político do país e do estado sul-rio-grandense. Com uma breve discussão sobre a questão agrária, a partir da crise econômica que grassava o estado sulino, procurou-se refletir como esses fatores também contribuíram com o surgimento da organização dos sem-terra e como essa organização foi impulsionada pelo governo estadual, centrado na figura de Leonel de Moura Brizola.

A partir disso, foi possível compreender aspectos de como os trabalhadores sem-terra, desde o surgimento e funcionamento do MASTER, inseriram-se nesse contexto político, passando a realizar inúmeras mobilizações, reivindicações e acampamentos. Foi analisado o estatuto de fundação do movimento, o perfil de alguns dos seus membros e algumas de suas características, assim como suas bandeiras de luta e a complexa relação que mantiveram com a administração estadual, concluindo-se que houve uma espécie de apoio mútuo entre ambos. Além disso, discutiu-se a criação, implementação e funcionamento das associações de trabalhadores rurais no período, a sua capilaridade no estado, e a sua importância para o desenvolvimento de ações vinculadas à reforma agrária e às lutas dos sem-terra. Dessa forma, notou-se uma complexa relação entre MASTER e associações, no sentido de que ambos conviveram, influenciaram-se um aos outros e auxiliaram-

se nas diversas ações empreendidas. Assim, mostrou-se que embora essas associações compunham o MASTER, nem todas elas seguiam as linhas políticas hegemônicas do movimento e que sua composição e atuação variaram de acordo com a região e local em que foram criadas, possuindo características distintas. Encerramos o capítulo com a dissolução do movimento, acossado pela repressão levada adiante pelo Estado, desarticulando-o.

A partir desta contextualização realizada no Capítulo I, o segundo capítulo nos permitiu adentrar as memórias acerca dessas lutas, através de entrevistas com pessoas que participaram de tais acontecimentos. Quais os sentimentos envolvidos? Quais suas trajetórias de vida? Do que rememoram?

Em um primeiro momento, foi analisada a memória do ocorrido no distrito de Faxinal, no município de Encruzilhada do Sul, fato que deu origem ao MASTER. Através dessa análise, pudemos perceber a importância adquirida por figuras políticas vinculadas a mandatos públicos e com inserção em partidos políticos, sobretudo o PTB, na resolução do conflito, na criação do movimento e no apoio a tais lutas. Nesse momento, procurou-se demonstrar como o processo de luta (experiência) acabou por inserir, em um de seus participantes - Seu João Goldas -, uma identidade de sem-terra, um pertencimento a uma classe, processo este que provavelmente tenha ocorrido em outros participantes desse momento histórico, muito embora tenhamos coletado apenas as memórias de Seu Goldas.

Após esta análise, outras memórias colhidas refletiram sobre outro acontecimento, desta vez no norte do estado: a ocupação da Fazenda Sarandi. Então, constatamos que o episódio no Capão da Cascavel, além de bastante presente na memória da região, é bastante atrelado ao então governador Leonel Brizola e ao prefeito de Nonoai, Jair Calixto. A partir disso, pudemos discutir a invisibilidade do MASTER presente nessas memórias, ao passo que constatamos que sua presença aconteceu de outras maneiras, seja na organização das associações, seja na presença de ideias e de algumas figuras políticas. Nesse sentido, demonstrou-se que embora o movimento não tenha atuado de forma direta, no sentido de estar presente organizadamente na mobilização, esteve de outras formas, seja na defesa da bandeira da reforma agrária e na mediação do conflito com o Estado, seja nas ações de figuras públicas favoráveis à democratização da propriedade. Assim, a invisibilidade do MASTER, expressada nas lembranças de tal acontecimento, pode ser fruto da complexidade das relações políticas do período,

ao mesmo tempo em que na memória dos camponeses, plasmaram-se aspectos vinculados à ação em si (acampamento) e a liderança levada a cabo por autoridades políticas.

Então, foi percebido que, no que se refere aos camponeses mobilizados, suas principais motivações estavam centradas na necessidade da terra, no seu “pedacinho de chão”, muito mais do que em questões de ordem ideológicas ou político-partidárias, mesmo que o medo do comunismo estivesse bastante presente. Assim, apontamos que a luta pela terra se constituiu, muito mais como uma oportunidade, aproveitada por esses camponeses, do que algo teorizado politicamente por eles. Essas experiências puderam nos mostrar como essas pessoas, através das suas lutas e das suas memórias, atravessaram o tempo, dando sentido às suas próprias vidas ao mesmo tempo em que construíram formas e instrumentos de luta pela terra que, por sua vez, solidificaram-se e configuraram-se em aspectos que foram retomados posteriormente.

Por fim, o capítulo ainda buscou refletir sobre memórias de pessoas que não vivenciaram diretamente os acontecimentos, mas que acessaram essas memórias em outros momentos e de outras formas. Através dessas análises, retomamos os pressupostos acerca da criação e surgimento do MASTER, suas relações políticas, sua atuação no estado e as lutas empreendidas. Concluímos tal capítulo afirmando a existência e importância do MASTER no estado enquanto criador de experiências, isto é, que através da luta dos trabalhadores rurais, esses foram capazes de desenvolver e implementar práticas políticas (experiências), que podem ser inseridas dentro do surgimento de uma classe, na acepção de Thompson (1987) como um “fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos [...]”.

Já o terceiro e último capítulo ateu-se ao contexto histórico posterior, sendo analisado o impacto do Golpe de 1964 nas organizações de trabalhadores rurais e a política agrária implementada. Durante os primeiros anos do período ditatorial demonstrou-se que as lutas por terra mantiveram-se ativas no cenário político brasileiro, porém com caráter distinto das mobilizações da década anterior, estando mais restritas ao plano institucional e à exigência de cumprimento de leis e da garantia de direitos. Nesse cenário, a importância do movimento sindical em manter acesa a pauta política da reforma agrária ficou demonstrada, assim como as “lutas cotidianas” dos trabalhadores rurais, como forma de resistência, foi ressaltada.

Após, adentrou a realidade do Rio Grande do Sul quando da retomada de ações mais contundentes, com o retorno dos acampamentos no cenário político, as lutas empreendidas e as relações políticas estabelecidas entre os sem-terra e a Igreja Católica.

Através da análise de entrevistas de História Oral, procuramos demonstrar como as lutas precedentes de alguma forma contribuíram para impulsionar essas ações e quais as memórias geradas a partir desses eventos por quem deles participou. Houve continuidades? Podemos pensar esses momentos como pertencentes a uma memória de lutas na região? Por fim, pudemos notar a conexão entre tais memórias e trajetórias de vida, que foram experimentadas ou pelas famílias ou pela própria comunidade, possuíram uma conexão entre seus participantes, pelo menos no caso da região norte do Rio Grande do Sul. Essa conexão se expressou de variadas formas: na utilização do acampamento enquanto forma de realizar a luta pela terra; nas crenças e sentimentos os quais permitiram vislumbrar um horizonte favorável em relação a conquista da terra, através das mobilizações; nas práticas políticas suscitadas e paulatinamente, incorporadas por camponeses e camponesas dessa região, que lhes permitiu, posteriormente, a criação de um sólido movimento de luta pela terra no país, o MST.

À vista disso, evidenciou-se que essas memórias foram fundamentais para manterem ativas aquelas experiências políticas anteriores, que se aprofundou e desenvolveu nos anos 1960, que teve seu desenrolar afetado pela repressão e pelo Golpe, mas que, mesmo assim, manteve-se de diversas formas presente e, assim, pôde novamente se manifestar em fins dos anos 1970 e se consolidar a partir da década seguinte.

Ao longo da trajetória da pesquisa, nos deparamos com uma série de dificuldades, relacionadas à própria invisibilidade da história dos camponeses. No que se refere ao MASTER, por exemplo, há poucos elementos sobre seu primeiro período de organização e acerca do próprio episódio que lhe deu origem. Infelizmente não foi possível localizar outras pessoas que participaram da fundação do movimento para que pudéssemos ter mais elementos para a análise. Além disso, a dificuldade em se conhecer melhor as associações, seus membros e sua atuação, impuseram fronteiras ao desenvolvimento do tema. Outra dificuldade em relação à década de 1960 e o MASTER deveu-se aos limites em estabelecer, de forma mais

precisa, as disputas políticas internas no movimento, sobretudo as levadas adiante entre o PTB e o PCB.

Sobre o período ditatorial, os poucos estudos disponíveis, acerca das resistências camponesas e as formas de luta empreendidas por esses atores durante esse momento de nossa história, impuseram consideráveis adversidades a presente pesquisa, mas que, de alguma forma, procuramos apontar e abordar.

Já no que se refere à retomada das lutas, em fins da década de 1970, há, ao mesmo tempo, muitas lacunas na produção acadêmica e muitas possibilidades no que se refere à realização de entrevistas de história oral e à discussão sobre a memória de tal processo histórico. Porém, em função do tempo do mestrado e da distância, não foi possível realizarmos mais entrevistas. Nesse sentido, destaca-se que há um horizonte de investigação bastante rico.

Por fim, espera-se que este estudo tenha contribuído para apontar alguns elementos acerca destas lutas e para suscitar novas e necessárias reflexões acerca das histórias e memórias de seus protagonistas: os trabalhadores e as trabalhadoras rurais sem-terra. Que essas mobilizações possam ser vistas a luz de milhares de sujeitos que, através da luta social, inscreveram (e ainda o fazem) - muitos anonimamente - seu nome na histórica batalha pela democratização da terra em nosso país, batalha esta marcada por profundas injustiças, por violências, por derrotas - mas também por algumas importantes vitórias - e que continua, cada vez mais, ativa e necessária.

Que estas linhas de pesquisa possam auxiliar na consolidação da importância histórica de uma classe fundamental para o desenvolvimento e construção de um Brasil mais justo e solidário, que todos os dias nos permite que lembremos de sua existência - senão através de suas histórias - ao menos quando nos alimentamos.

Referências Bibliográficas

ACCURSO, Claudio F. **Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IEPE, 1960. In: Ensaios FEE, 1982.

ACCURSO, Claudio; CANDAL, Arthur; VERAS, Arnaldo I. **Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, n.16, 1965. (Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico).

ALMEIDA, Marli de. **Brizolismo, Petebismo e os Grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do Sul**. Anais do II Seminário do GT de História Política - ANPUH/RS, 26 a 28 de abril de 2017.

ALVES, Bernard José Pereira. **A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização**. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro/UFRRJ. 2010.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. **Revolução verde e apropriação capitalista**. CES Revista, v.21. Juiz de Fora/MG, 2007.

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais**. Editora Eduel, 2009.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (orgs). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

BRUNO, Regina. **O Estatuto da Terra: entre conciliação e confronto**. In: Estudos Sociedade e Agricultura. 1995: 5-31. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm> acesso em 14/01/2019.

CAMARANO, Marcia. **João Sem Terra, veredas de uma luta**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Brasília, 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo/EDUSP, 1988.

CARINI, Joel João; TEDESCO, João Carlos. **Os conflitos agrários no norte gaúcho: 1960 – 1980**. Porto Alegre: Edições Est., 2007.

CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de; COSTA Francisco de Assis. **Campesinato**. (In: CALDART, Roseli, et. al. [org.] Dicionário da Educação do Campo. Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2012. São Paulo/Rio de Janeiro. Editora Expressão Popular

CASTELANO, Maria José. **Lineamentos sobre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais durante a ditadura militar.** XXVIII Simpósio Nacional de História, julho de 2015, Florianópolis/SC. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945020_a39527a60388442e6b9ce4a2959bf44c.pdf acesso em 11/05/2020.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade: Violações de direitos no campo – 1946-1988.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20Final%20Comiss%C3%A3o%20Camponesa%20da%20Verdade%20-%2009dez2014.pdf> acesso em 12/02/2019.

DALLAGNOL, Wilson. **As Romarias da Terra no Rio Grande do Sul. O povo a caminho da terra prometida.** 3ª edição, editora Evangraf. Porto Alegre, 2017.

DELGADO, Guilherme (org.). **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio.** Ed. da UFRGS, Porto Alegre, 2012.

DE SALIS, Carmen Lúcia Gomes. **Estatuto da Terra: Origem e (des)caminhos da proposta de reforma agrária nos governos militares.** Tese de doutorado. Faculdade de Ciências e Letras Assis/UNESP. 2008.

_____. **Estatuto da terra: debates políticos e as disputas pela forma da reforma agrária no primeiro governo militar.** Antítese, s/a. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19040> acesso em 15/01/2019.

ECKERT, Córdula. **Movimento dos Agricultores Sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964.** Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/UFRJ. 1984.

FACCIN, Milton Julio. **Zero Hora, a voz que une os gaúchos.** VII Encontro Nacional de História da Mídia, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Zero%20Hora-%20a%20voz%20que%20une%20os%20gauchos.pdf> acesso em 15/07/2020

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro – Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999).** São Paulo: Tese de Doutorado/USP. 1999.

FILATOW, Fabian. **O Movimento religioso dos monges barbudos e suas fontes.** XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS. Julho 2016, UNISC, Santa Cruz do Sul. Disponível em: http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1468713196_ARQUIVO_FabianFilatow-ArtigoCompleto-ANPUH-RS2016.pdf acesso 31/05/2020.

_____. **Monges de Pinheirinho (1902): entre o messianismo e a política.** EPHIS, PUCRS, 2017. Disponível em:

<https://editora.pucrs.br/acessolivre/anais/ephis/assets/edicoes/2017/arquivos/46.pdf>
acesso 10/06/2020.

GASPAROTTO, Alessandra. **Companheiros Ruralistas: Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964)**. Porto Alegre: Tese de doutorado/UFRGS, 2016.

_____. **“A luta pela reforma agrária estava nos campos – e também nas ruas”: As mobilizações dos/as sem-terra e a repressão aos/as camponeses/as no Rio Grande do Sul no início da década de 1960**. IN: BATISTA, Alexandre Blankl; SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto; PAZIANI, Rodrigo [orgs.]. *Estado, Poder e Revoluções: reflexões em um mundo em crise*. Porto Alegre: FCM, 2019.

GEHLEN, Ivaldo. **Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado/UFRGS. 1983.

GEVEHR, Daniel Luciano. **Os Lugares de memória dos Mucker e a construção da imagem de sua líder Jacobina Mentz Maurer**. III Encontro Nacional de Estudos da Imagem, maio de 2011, Londrina/PR, pp. 758-772. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Daniel%20Luciano%20Gevehr.pdf> acesso 10/06/2020.

GILL, Lorena Almeida; SILVA, Eduarda Borges da. **Perspectivas para a História Oral**. In: Pedro Robertt; Carla Rech; Pedro Lisbero e Rochele Fachineto. (Org.). *Metodologia em Ciências Sociais Hoje: práticas, abordagens e experiências de investigação*. 1ª ed. Jundiaí, Santa Catarina: Paco Editorial, 2016, v. 2, p. 107-126.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **Trincheiras da resistência camponesa: sob o pacto do poder do agronegócio**. Candiota/RS: Instituto cultural Padre Josimo, 2017.

_____. **O Massacre da Fazenda Santa Elmira**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2ª edição, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Editora revista dos tribunais Ltda, São Paulo, 1990.

HARRES, Marluza Marques. **Estratégias trabalhistas para o mundo rural: Governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo/RS. Oikos, Editora Unisinos, 2014.

_____. **Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960**. Anos 90, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 99-127, jul. 2011.

IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/lasi,%20Mauro/Processo%20de%20consciencia.pdf> acesso 12/06/2020

JÚNIOR, Hélio de Lena. **Uma reflexão acerca do conceito de cultura política.** Confluências, v. 12, n. 1. Niterói: PPGSD-UFF, outubro de 2012, páginas 155 a 176.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos.** 10º Encontro Nacional de História da Mídia, UFRGS, 03 a 05 de junho de 2015. Disponível em https://www.academia.edu/17677584/O_jornal_impresso_como_fonte_de_pesquisa_delineamentos_metodol%C3%B3gicos acesso 06/07/2020.

LECHAT, Noële Marie Paule. **A questão de Gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado, datilo., UNICAMP, 1993.

LERRER, Débora Franco. **A militância como devoção: a primeira geração de militantes do MST.** Cadernos Ceru, v.20, n. 2, 08, pp 133-161). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/> acesso em 15/07/2020.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Ed: Petrópolis, 1995, 5ª edição.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sentido de classe do golpe de 1964 e da Ditadura: Um debate historiográfico.** In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). 1964: 50 anos depois. A ditadura em debate. Editora Edise. 2014.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, 4, julho, 1995: 50-65. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/leo4.htm> acesso 08/06/2020.

Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões. Setembro de 1993.

MENDONÇA, Sonia. **Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Graal, 1986.

A classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964-1990. In: STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil, 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. **Parentescos, solidariedades e práticas culturais: estratégias de manutenção de um campesinato negro no litoral negro do Rio Grande do Sul (do século XIX ao tempo presente.** Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP (tese de doutorado). São Paulo, 2000.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasses**. Niterói, 2013. Universidade Federal Fluminense. Dissertação de mestrado.

NETO, 2007. **A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Caderno CRH, Salvador, v.20, n.50, p. 331-341, Maio/Agosto 2007.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária**. Estudos avançados. Vol.3, n.7. São Paulo. 1989. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006 acesso em 18/01/2019.

_____. *Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana*. (In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 (Vol. I). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009).

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. *Revolução Verde*. (In: CALDART, Roseli et al. [org.] **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2012. São Paulo/Rio de Janeiro. Editora Expressão Popular.

PEREIRA, Hamilton. *Somos a perigosa memória das lutas*. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. **Memória e Identidade Social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997 (pp. 25-39).

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2011.

O Estatuto da Terra e as Federações do Sul e Sudeste do Brasil. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H10-08.pdf> acesso em 15/01/2019.

REBELLO, Tiego Rocha. **Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963-1964): discurso de governo e manutenção da ordem conservadora.** Dissertação de mestrado. PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. **O comunismo e outros perigos: memória sobre o medo entre católicos.** In: História oral: revista da Associação Brasileira de História Oral. Recife, PE. Vol. 10, n. 2 (jul./dez. 2007), p. 91-112.

Viva o Comunismo X Viva Cristo Rei: um estudo de recepção do anticomunismo católico a partir de fontes orais. Revista Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 157-173, junho 2006.

RODRIGUES, Darlan de Farias. **“Caça ao diabo e dominação burguesa’: Abordagens sobre o anticomunismo do patronato gaúcho durante o pré-golpe de 1964”.** Trabalho de conclusão de curso (TCC), Departamento de História. Universidade Federal de Pelotas, 2017.

ROSA, Marcelo C. *Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962-1980).* In: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo C. **Ocupações e acampamentos: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000.** Editora Garamout, Rio de Janeiro, 2010.

SAUER, Sergio; SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. **Violência, repressão e resistências camponesas: reflexões e (re)construções a partir da comissão camponesa da verdade.** Retratos de assentamentos, v. 18, n. 2, 2015.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. **Vender jornal: trabalho e militância perseguidos na memória dos camponeses.** Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849347_ARQUIVO_artigocompletoENILCELIMA.pdf acesso em 27/05/2019.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo/SP, 2005 (3ª reimpressão).

STEDILE, João Pedro. **Notas sobre os 40 anos do Estatuto da Terra.** 2014.

TAVARES, Ricardo. **CONTAG, da ditadura à transição - memória social e construção política do “campesinato”.** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, (vol. I e II), 1992.

TEDESCO, João Carlos. *Os campos político e religioso na “questão da terra” no Rio Grande do Sul: o sindicalismo rural nas décadas de 1950 e 1960*. In: MACHADO, Ironita A. Policarpo e GERHARDT, Marcos (Org.). **História do Mundo Rural. O sul do Brasil**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **Algumas observações sobre classe e falsa consciência**. In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio. As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/thompson/1977/mes/classe.htm> acesso 23/05/2020.

A Formação da Classe Operária Inglesa. Volume I: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TIBOLA, Ana Paula Lima. **A Escola Superior de Guerra e a Doutrina Nacional (1949-1966)**. Universidade de Passo Fundo (UPF), dissertação de mestrado, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, no 47, p.13-28 – 2004.

WAGNER, Carlos. **A Saga do João Sem Terra**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1989.

WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. **Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural**. Programa de Pós-Graduação - Mestrado em História do ICHS/UFMT. Revista Fronteiras e Territórios, v.3, n.1, jan./jun. 2010.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. Expressão Popular, 1º ed., São Paulo, 2010.

VERÍSSIMO, Luiz Fernando. **Crônica Provocações**, 2008.

LISTA DE FONTES

COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO. Relação dos proprietários rurais com áreas superiores a 2.500 hectares. Diretor Executivo: Arquiteto Paulo Alberto Schmidt. 1961.

Processos judiciais vinculados ao Projeto *Brasil Nunca Mais*, que tramitaram no Supremo Tribunal Militar entre os anos de 1961 e 1979.

Processos administrativos de indenização oriundos da Lei Estadual nº 11.042/1998 - Rio Grande do Sul. Acervo: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Novos Rumos (janeiro de 1962 a agosto de 1963). Acervo digital. Disponível em: << <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >>

Última Hora (1961 - 1962): Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa - Porto Alegre/RS.

Terra Livre (1961 - 1964): Acervo digital. Disponível em: << <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >>

Sem-Terra (1981 - 1984). Acervo digital. Disponível em: << <http://mstemdados.org/biblioteca/jornal> >>

Fontes orais

BORGES, Ênio; VEDOVATTO, Isaías. [novembro de 2018]. Entrevistadores: Alessandra Gasparotto, Bárbara de La Rosa Elia, Darlan de Farias Rodrigues e Tiago Perinazzo Cassol. Rio Grande do Sul, 10 de novembro de 2018.

BREDA, Geraldo e Iracema. [novembro de 2018]. Entrevistadores: Alessandra Gasparotto, Bárbara de La Rosa Elia, Darlan de Farias Rodrigues e Tiago Perinazzo Cassol. Rio Grande do Sul, 10 de novembro de 2018.

CAMPIGOTTO, Maria Salete e Antônio Angelim. [novembro de 2018]. Entrevistadores: Alessandra Gasparotto, Bárbara de La Rosa Elia, Darlan de Farias Rodrigues e Tiago Perinazzo Cassol. Rio Grande do Sul, 09 de novembro de 2018.

GOLDAS, João. [julho de 2019]. Entrevistadores: Alessandra Gasparotto, Bárbara de La Rosa Elia, Darlan de Farias Rodrigues e Tiago Perinazzo Cassol. Rio Grande do Sul, 13 de julho de 2019.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. [outubro de 2018]. Entrevistador: Tiago Perinazzo Cassol. Rio Grande do Sul, 13 de outubro de 2018.

WAGNER, Carlos. [setembro de 2018]. Entrevistadores: Alessandra Gasparotto, Bárbara de La Rosa Elia e Darlan de Farias Rodrigues. Rio Grande do Sul, 18 de setembro de 2018.

ACERVOS DIGITAIS

BRASIL NUNCA MAIS (digital). Disponível em: << <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/> >>.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: << <https://cpdoc.fgv.br/> >>.

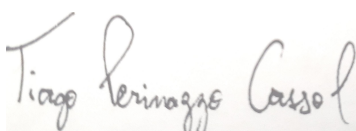
Comissão Pastoral da Terra, CDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Disponível em: << <https://www.cptnacional.org.br/> >>.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: << <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp> >>.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Tiago Perinazzo Cassol, matrícula nº 18103399 declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou () Tese de Doutorado, intitulado **“Os sem-terra voltaram, os sem-terra voltaram...”**: uma análise sobre a história e as trajetórias dos movimentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul (1960-1980), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos”).

Pelotas, 28 de setembro de 2020.



ASSINATURA

Instituto de Ciências Humanas | PPGH - UFPel | Alberto Rosa, 154, Sala 119 CEP 96010-770
Pelotas, RS

e-mail: ppgh.ufpel@gmail.com